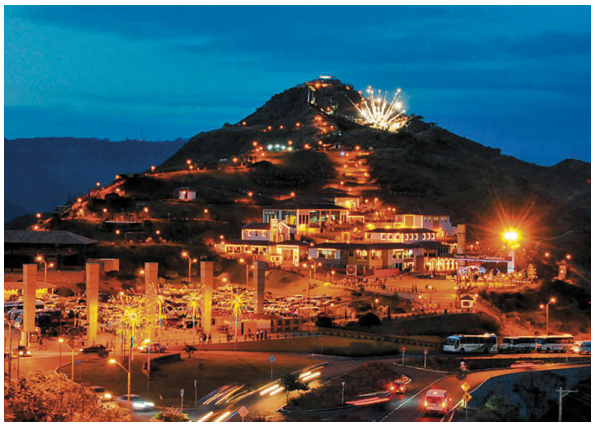
interambinerg

Internacionalização do Sector Português do Ambiente e Energia

AEP CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA



COLÔMBIA

SETOR DO AMBIENTE E ENERGIA

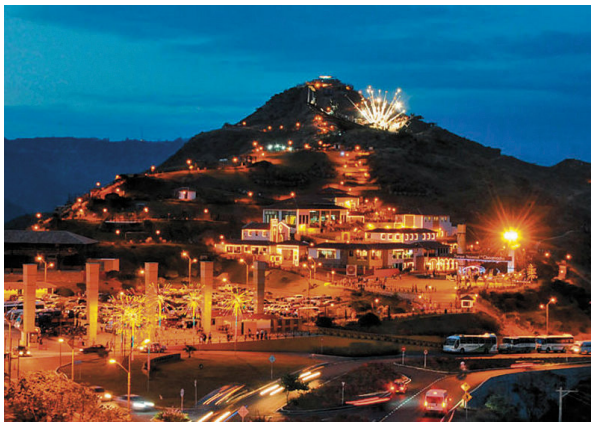
UMA ESTRATÉGIA COLETIVA

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS

interambinerg

Internacionalização do Sector Português do Ambiente e Energia

AEP CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA



COLÔMBIA

SETOR DO AMBIENTE E ENERGIA

UMA ESTRATÉGIA COLETIVA

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS

FICHA TÉCNICA

Título

COLÔMBIA

Setor do Ambiente e Energia

Uma Estratégia Coletiva

Manual de Boas Práticas

Projeto

Interambinerg - Internacionalização do Setor Português do Ambiente e Energia

Entidade Promotora

AEP - Associação Empresarial de Portugal

Equipa

Maria da Conceição Vieira

Nuno Ferraz

Sofia Roque

Depósito Legal

394268/15

Junho 2015

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 11

2. CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS 12

2.1. Dados Gerais 12
2.2. Enquadramento Demográfico e Macroeconómico 16
2.3. Geografia e Clima 23
2.4. Ordenamento e Gestão Costeira 25
2.5. Consumo e Uso de Água 27
2.6. Produção de Resíduos 36
2.7. Consumo de Energia 44
2.8. Condições de Acesso aos Mercados 48

3. SETOR DO AMBIENTE E ENERGIA 81

3.1. Organização Institucional do Setor 81
3.2. Estratégia Governamental para o Setor 114
3.3. Papel das Instituições Financeiras Multilaterais 128
3.4. Participação do Setor Privado, incluindo Regime Aplicável a Parcerias Público-Privadas 135
3.5. Quadro Legal e Regulatório Específico do Setor 143

4. PRINCIPAIS MERCADOS DO SETOR DO AMBIENTE E ENERGIA 151

4.1. Estrutura do Setor 151
4.2. Principais *Players* 158
4.3. Principais Projetos em Curso 168
4.4. Fontes de Financiamento 172

5. ABORDAGEM AO MERCADO 176

5.1. Política de Compras e Cadeia de Funcionamento 176
5.2. Principais Eventos do Setor 177
5.3. Identificação e Caracterização de Empresas Locais e Potenciais Parceiras 179
5.4. Identificação e Caracterização das Atividades das Empresas Portuguesas na Colômbia 189
5.5. Etiqueta de Negócios 190
5.6. Análise SWOT 192
5.7. Proposta de Ações 194

6. BIBLIOGRAFIA 198

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.	Cidades mais populosas da Colômbia (estimativa 2013)	16
Quadro 2.	Principais indicadores demográficos da Colômbia (2014)	17
Quadro 3.	Principais indicadores macroeconómicos da Colômbia	19
Quadro 4.	Evolução da balança comercial colombiana (valores em mil milhões de dólares)	20
Quadro 5.	Principais clientes e fornecedores (2013)	21
Quadro 6.	Principais produtos transacionados (2013)	21
Quadro 7.	Investimento direto (em milhões de euros)	22
Quadro 8.	Temperaturas (ºC) e precipitação médias na Colômbia	24
Quadro 9.	Incremento percentual da procura de água por setor (2008-2019)	28
Quadro 10.	Usos de água no setor agrícola em 2008	28
Quadro 11.	Usos de água no setor agrícola em 2019	29
Quadro 12.	Usos de água no setor pecuário em 2008 e 2019	29
Quadro 13.	Usos de água no setor industrial em 2019	30
Quadro 14.	Usos de água no setor da energia em 2008	31
Quadro 15.	Procura de energia na Colômbia em 2014, 2019 e 2025	31
Quadro 16.	RSU recolhidos na Colômbia em 2011, 2012 e 2013	36
Quadro 17.	Cobertura da recolha de RSU nos departamentos colombianos em 2011	37
Quadro 18.	Produção de RSU *per capita* nas capitais departamentais em 2011	37
Quadro 19.	Fluxos de resíduos perigosos na Colômbia em 2011	40
Quadro 20.	Setores que mais produzem resíduos perigosos na Colômbia em 2011	41
Quadro 21.	Fluxos de resíduos especiais na Colômbia em 2011	42
Quadro 22.	Tipos de sociedade na Colômbia	49
Quadro 23.	Constituição de uma empresa na Colômbia	53
Quadro 24.	Sistema fiscal colombiano	57
Quadro 25.	Custos e despesas dedutíveis	58
Quadro 26.	Isenções em impostos aplicáveis à massa salarial	61
Quadro 27.	Imposto de registo	63
Quadro 28.	*Ranking Ease of Doing Business* 2015, referente à Colômbia	65
Quadro 29.	Indicadores de Comércio Internacional com a Colômbia	65
Quadro 30.	Contribuições para a Segurança Social (% do salário)	67
Quadro 31.	Impostos sobre os salários	67
Quadro 32.	Isenções aplicáveis a contribuições de salários	68
Quadro 33.	Indeminizações para despedimento sem justa causa	69
Quadro 34.	Tributação aplicável a quadros expatriados	70
Quadro 35.	Maiores bancos a operar na Colômbia	71
Quadro 36.	Acordos Bilaterais Portugal/Colômbia	75

Quadro 37.	Zonas francas permanentes	78
Quadro 38.	Zonas francas de empresa individual	79
Quadro 39.	Instituições do setor da água colombiano	83
Quadro 40.	Principais entidades adjudicantes	106
Quadro 41.	Rúbricas de investimento de interesse ao setor ambiental no PND	115
Quadro 42.	Objetivos ambientais adicionais previstos no PND	115
Quadro 43.	Principais metas ambientais delineadas no PND	116
Quadro 44.	Principais metas ambientais delineadas na Visão Colômbia 2019	118
Quadro 45.	Prioridades do Ministério de Minas e Energia para 2014	122
Quadro 46.	Mercado colombiano da gestão de resíduos	135
Quadro 47.	Mercado colombiano da água	136
Quadro 48.	Mercado colombiano do saneamento	136
Quadro 49.	Participação privada no setor da água e do saneamento colombiano	136
Quadro 50.	Enquadramento legal para o estabelecimento de APP e prestação de serviços públicos domésticos	142
Quadro 51.	Regime jurídico das empresas de serviços públicos domésticos	145
Quadro 52.	Regime jurídico das atividades ligadas ao setor da energia elétrica	147
Quadro 53.	Principal legislação ambiental colombiana	149
Quadro 54.	Empresas a operar no setor do abastecimento de água e saneamento em 2011	151
Quadro 55.	Principais *players* no setor da água e saneamento colombiano	158
Quadro 56.	Principais *players* no setor energético colombiano	159
Quadro 57.	Principais *players* no setor colombiano da gestão integrada de resíduos	160
Quadro 58.	Principais fornecedores no setor ambiental colombiano	161
Quadro 59.	Consumo de água na CAR de Cundinamarca	163
Quadro 60.	Consumo de água na CAR de Antioquia	164
Quadro 61.	Grandes consumidores de água na Colômbia	164
Quadro 62.	Locais de destino de resíduos sólidos na Colômbia	165
Quadro 63.	Grandes projetos no setor da água colombiano	168
Quadro 64.	Grandes projetos no setor energético colombiano	169
Quadro 65.	Grandes projetos financiados pelas Instituições Financeiras Multilaterais no setor energético colombiano	170
Quadro 66.	Grandes projetos no setor colombiano da gestão de resíduos	170
Quadro 67.	Oportunidades de *procurement* no projeto Programa de Gestão de Resíduos Sólidos	171
Quadro 68.	Contratos atribuídos no projeto Programa de Gestão de Resíduos Sólidos	171
Quadro 69.	Produtos financeiros oferecidos pela Findeter	172
Quadro 70.	Empresas portuguesas com presença no setor do ambiente e energia colombiano	189

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.	Mapa da Colômbia	15
Figura 2.	Estimativa da população colombiana (2013 – 2020)	17
Figura 3.	Indicadores sobre o clima em Bogotá e Medellín	24
Figura 4.	Procura hídrica na Colômbia por setor em 2008	27
Figura 5.	Procura hídrica na Colômbia por setor em 2019	27
Figura 6.	Procura hídrica na Colômbia por setor em 2008	32
Figura 7.	Percentagem de habitações com acesso a serviços de abastecimento de água em 2010 e 2011	33
Figura 8.	Percentagem de habitações com acesso a serviços de saneamento em 2010 e 2011	34
Figura 9.	Evolução da taxa de cobertura dos serviços de abastecimento de água por tipo de empresa (2002-2010)	34
Figura 10.	Evolução da cobertura dos serviços de saneamento por tipo de empresa (2002-2010)	35
Figura 11.	Recolha de RSU nas principais cidades colombianas em 2012/2013	36
Figura 12.	Formas de deposição de RSU em 2013	38
Figura 13.	Mapa de deposição de RSU em 2013	39
Figura 14.	Produção de resíduos perigosos na Colômbia em 2009, 2010 e 2011	40
Figura 15.	Municípios com a maior produção de resíduos perigosos em 2011	41
Figura 16.	Gestão de resíduos perigosos na Colômbia em 2009, 2010 e 2011	42
Figura 17.	Produção de resíduos de serviços de saúde na Colômbia em 2011	43
Figura 18.	Capacidade efetiva de produção de energia na Colômbia em 2011	44
Figura 19.	Proporção das fontes de produção de energia na Colômbia em 2011	44
Figura 20.	Evolução das redes de transmissão de energia na Colômbia, 2005-2011	45
Figura 21.	Rede de distribuição de energia na Colômbia, por voltagem, 2005-2011	45
Figura 22.	Cobertura da rede de energia elétrica colombiana, 1995-2011	46
Figura 23.	Consumo final de energia por setores em 2008	46
Figura 24.	Consumo total de energia residencial e não residencial em 2009	47
Figura 25.	Etapas para a constituição de uma empresa na Colômbia	55
Figura 26.	Zonas francas permanentes	78
Figura 27.	Organização institucional do setor água e saneamento	84
Figura 28.	Organização institucional do setor energético	86
Figura 29.	Organização institucional do setor da gestão integrada de resíduos	87
Figura 30.	Organigrama do setor energético	98
Figura 31.	Ciclo de Gestão Integrada de Recursos Hídricos na Colômbia	119
Figura 32.	Marco Concetual da Gestão Integrada de Recursos Hídricos na Colômbia	120
Figura 33.	Financiamento do Banco Mundial à Colômbia (2010-2014)	130
Figura 34.	Financiamento do BID à Colômbia, 2008-2013 (milhões de dólares)	132

Figura 35. Financiamento da CAF à Colômbia (2013) 133
Figura 36. Mercado da produção de energia elétrica colombiano (2010) 137
Figura 37. Mercado da comercialização de energia elétrica colombiano (2010) 137
Figura 38. Tarifa média mensal de abastecimento de água praticada pelos diferentes tipos de operador 152
Figura 39. Tarifa média mensal de saneamento praticada pelos diferentes tipos de operador 152
Figura 40. Estrutura do setor da água na Colômbia 153
Figura 41. Estrutura do setor da energia elétrica colombiano 155
Figura 42. Principais consumidores de água não-urbanos 163
Figura 43. Modelo de financiamento do setor da água na Colômbia 175

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de internacionalização da economia portuguesa é hoje porventura o fator de maior consenso na sociedade portuguesa. De facto, num momento em que o mercado doméstico se encontra estagnado e a economia apresenta sinais muito ténues de recuperação, todos apontam o aumento da capacidade exportadora e uma maior participação nos mercados internacionais como sendo os principais motores para o arranque da economia nacional.

Neste contexto, a AEP – Associação Empresarial de Portugal, propôs-se implementar o projeto **"Interambinerg - Internacionalização do Setor Português do Ambiente e Energia"** nos mercados da **Colômbia, México e Peru**, visando desenvolver uma estratégia coletiva para a internacionalização das empresas portuguesas com atividade económica no setor do ambiente e energia, projetando o *know-how* português, ajudando a identificar oportunidades de negócios e contribuindo para a criação do que podemos chamar marca "Portugal" nos domínios do ambiente e energia.

O Setor Português do Ambiente e Energia adquiriu já um considerável grau de maturidade, fruto de mais de duas décadas de experiência, podendo proporcionar uma base de reflexão para outros países. Esta experiência adquirida e consolidada, deve ser divulgada de forma continuada, coerente e persistente, no sentido de afirmar a marca "Portugal" nas relações internacionais.

Paralelamente, as análises da evolução do setor do ambiente e energia no mundo e das suas tendências futuras, realizadas recentemente pelas mais reputadas instituições e consultoras internacionais do setor, refletem um alargado consenso sobre o elevado potencial que o setor tem a nível internacional, identificando áreas de intervenção prioritárias como o planeamento e gestão de recursos hídricos, serviços de abastecimento de água e saneamento, empreendimentos hidráulicos, gestão, ordenamento e proteção de zonas costeiras, gestão integrada de resíduos e energias renováveis.

Com o crescente investimento a nível mundial em infraestruturas básicas, nomeadamente nos mercados identificados como prioritários no projeto **"Interambinerg - Internacionalização do Setor Português do Ambiente e Energia"**, abre-se uma janela de oportunidade para que empresas nacionais do setor do ambiente e energia potencializem as suas competências e iniciem processos de internacionalização, alargando os seus mercados de influência e diminuindo o risco de atividade.

No entanto, para que as empresas beneficiem das oportunidades existentes nos mercados, é necessário que as conheçam, tornando-se fundamental o acesso a informação relevante, detalhada, credível e atualizada. Nesse sentido, com vista a reduzir o *gap* de conhecimento das empresas portuguesas e habilitá-las com ferramentas essenciais à abordagem dos mercados, no âmbito do projeto **"Interambinerg - Internacionalização do Setor Português do Ambiente e Energia"**, foram elaborados três estudos de mercados-alvo, compreendendo os mercados da **Colômbia, México e Peru**.

A presente publicação, intitulada ***"Setor do Ambiente e Energia na Colômbia*: Uma Estratégia Coletiva – Manual de Boas Práticas"**, aborda a realidade económica, administrativa, legal e cultural do mercado colombiano, para além, naturalmente, das especificidades do setor do ambiente e energia e almeja constituir-se uma ferramenta que servirá de instrumento facilitador às empresas do Setor Português do Ambiente e Energia que procuram internacionalizar-se na Colômbia.

A AEP – Associação Empresarial de Portugal está convicta que com esta iniciativa deu um precioso e incontornável contributo para o aumento dos casos de sucesso de internacionalização de empresas do Setor Português do Ambiente e Energia no mercado colombiano.

2. CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS

2.1. Dados Gerais

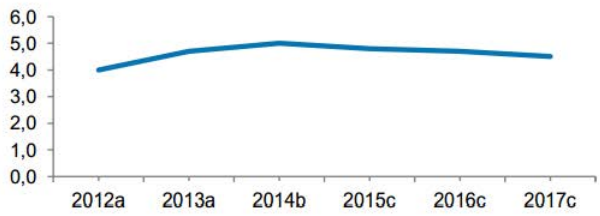
PAÍS EM SÍNTESE: **COLÔMBIA**

Área	1.038.700 km²	**Capital**	Bogotá
População	47,7 milhões hab. (est. 2014)	**Chefe de Estado**	Juan Manuel Santos
Dens. Pop.	45,9 hab./km²	**Vice-Presidente**	Angelino Garzón
Língua oficial	Castelhano	**Tipo de Governo**	Presidencialista
Un. Monetária	Peso Colombiano (COP)	**Risco de crédito**	4 (1=risco menor; 7=risco maior)
Taxa de câmbio	1 EUR = 2.899,88 COP (12/2014)	**Risco do país**	A4 (A1 = risco menor; D = risco maior)
Fuso horário	GMT-5	**Religião**	Maioritariamente católica (90%)

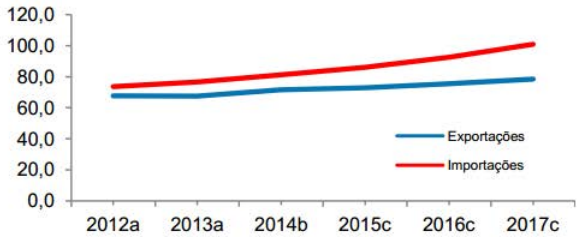
PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS	2012[a]	2013[a]	2014[b]	2015[c]	2016[c]	2017[c]
PIB a preços de mercado (10^9 USD)	370,1	378,4	386,2	365,1	384,3	403,5
PIB *per capita* (USD)	7.659	7.733	7.798	7.285	7.580	7.870
Crescimento real do PIB (variação percentual)	4,0	4,7	5,0	4,8	4,7	4,5
Saldo do setor público (% do PIB)	0,4	-0,9[b]	-1,5	-1,2	-0,6	0,1
Dívida pública (% do PIB)	40,5	43,3[b]	42,0	41,0	39,7	38,8
Saldo balança corrente (% PIB)	-3,1	-3,2	-4,3	-4,8	-4,4	-3,9
Dívida externa (% PIB)	21,4	21,3[b]	21,8	23,7	23,8	23,6
Taxa de inflação (média)	3,2	2,0	2,9	3,5	3,3	3,3

Notas: (a) Valores efetivos; (b) Estimativas; (c) Previsões.

Crescimento Real do PIB (%)



Comércio Externo de Bens e Serviços (10^9 USD)



Notas: (a) Valores efetivos; (b) Estimativas; (c) Previsões.

POSIÇÃO NO *RANKING* MUNDIAL – **2013** Como exportador: 55ª Como importador: 49ª

	Principais clientes 2013	% Total		Principais fornecedores 2013	% Total
1º	EUA	31,8	1º	EUA	27,6
2º	China	8,7	2º	China	17,4
3º	Panamá	5,6	3º	México	9,3
4º	Índia	5,1	4º	Brasil	4,4
30º	**Portugal**	**0,5**	**50º**	**Portugal**	**0,1**

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Facilidade de fazer negócios *(Doing Business 2015 Ranking)*	34/189
Proteção dos investidores	10/189
Comércio transfronteiriço	93/189
Cumprimento de contratos	168/189
Liberdade económica *(Economic Freedom Ranking 2015)*	28/178
Competitividade *(Global Competitiveness Index 2014-2015 Ranking)*	66/144
Requerimentos básicos	78/144
Infraestruturas	84/144
Instituições	111/144
Ambiente macroeconómico	29/144
Saúde e escolaridade básica	105/144
Potenciadores de eficiência	63/144
Inovação e sofisticação	64/144

CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA (84º no *Ranking* 2015)

INDICADOR	Colômbia	América Latina e Caraíbas	OCDE
Procedimentos (n.º)	8	8,3	4,8
Tempo (dias)	11	30,1	9,2
Custo (% rendimento *per capita*)	7,5	31,1	3,4
Capital mínimo de entrada (% rendimento *per capita*)	0	3,2	8,8

PROCESSO	TEMPO	CUSTO
Registo da empresa na DIAN (Direção de Impostos e Aduaneira Nacional) para obter um certificado pré-contribuinte (pré RUT - Registo Único Tributário)	3 dias	(ver nota)
Abertura de conta bancária com o capital nominal, utilizando o pré RUT	1 dia	Sem custo
Obtenção de RUT	1 dia	Sem custo
Registo da empresa na Caixa de Compensação Familiar, no Serviço Nacional de Aprendizagem e no Instituto Colombiano do Bem-Estar Familiar	5 dias	Sem custo
Registo dos empregados para benefícios de saúde (público)	6 dias	Sem custo
Registo da empresa e dos trabalhadores na Colpensiones (Segurança Social)	1 dia	Sem custo
Registo dos trabalhadores na Administração dos Riscos Profissionais (ARL)	1 dia	Sem custo
Registo dos trabalhadores num fundo de rescisões	1 dia	Sem custo

Nota: Custo do registo da empresa na DIAN: 0.7% do capital (imposto de registo) + COP 30.000 (verba fixa) + COP 4.000 (formulário de registo) + COP 4.000 (certificado de existência e representante legal, necessário para abertura de conta bancária) + COP 5.500 por livro (Livro de Atas de Assembleia e Livro de Registo de Acionistas) + COP 20.600 (COP 10.300 custo de registo por livro).

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO (IDE)		2013			2013
IDE na Colômbia (10^6 USD)		16.772	IDE da Colômbia no estrangeiro (10^6 USD)		7.652
Posição no *ranking* mundial (2013)	Recetor	20ª	**Posição no *ranking* mundial (2013)**	Emissor	29ª

PRINCIPAIS PRODUTOS TRANSACIONADOS: 2013

Produtos Exportados	(% Total)	Produtos Importados	(% Total)
Combustíveis e óleos minerais, etc.	66,8	Máquinas e equipamentos mecânicos	13,3
Pérolas, pedras e metais preciosos	4,3	Combustíveis e óleos minerais, etc.	10,8
Café, chá, especiarias	3,3	Máquinas e equipamentos elétricos	10,1
Plásticos e suas obras	2,7	Veículos automóveis e outros veículos terrestres	9,1
Plantas vivas e produtos de floricultura	2,3	Plásticos e suas obras	4,1

RELACIONAMENTO PORTUGAL/COLÔMBIA

	2013	jan./nov. 2014		2013	jan./nov. 2014
Exportação de Bens para a Colômbia (10^3 €)	**40.544**	**61.222**	**Importação de Bens da Colômbia (10^3 €)**	**201.322**	**181.760**
Posição *Ranking* Clientes	58ª	50ª	Posição *Ranking* Fornecedores	34ª	33ª
% Saídas	0,09	0,114	% Entradas	0,35	0,34

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Do ponto de vista político-administrativo, a Colômbia divide-se em 32 departamentos e 1 distrito capital (o qual depende parcialmente do departamento de Cundinamarca), que se listam abaixo por ordem alfabética, seguidos do nome da respetiva capital. A segunda divisão administrativa é o município, sendo o país composto por 1.012 municípios.

1. Amazona (Letícia)
2. Antioquia (Medellín)
3. Arauca (Arauca)
4. Atlántico (Barranquilha)
5. Bogotá, D.C. (Bogotá)
6. Bolívar (Cartagena)
7. Boyacá (Tujna)
8. Caldas (Manizales)
9. Caquetá (Florencia)
10. Casanare (Yopal)
11. Cauca (Popayán)
12. Cesar (Valledupar)
13. Chocó (Quibdó)
14. Córdoba (Montería)
15. Cundinamarca (Bogotá)
16. Guainía (Puerto Inírida)
17. Guaviare (San José del Guaviare)
18. Huila (Neiva
19. La Guajira (Riohacha)
20. Magdalena (Santa Marta)
21. Meta (Villavicêncio)
22. Nariño (San Juan de Pasto)
23. Norte de Santander (Cúcuta)
24. Putumayo (Mocoa)
25. Quindío (Armênia)
26. Risaralda (Pereira)
27. San Andrés e Providencia (San Andrés de Cuerquia)
28. Santander (Bucaramanga)
29. Sucre (Sincelejo)
30. Tolima (Ibagué)
31. Valle del Cauca (Cali)
32. Vaupés (Mitú)
33. Vichada (Puerto Carreño)

Capital: Bogotá

Principais cidades:

Bogotá, Medellín, Cali e Barranquilla

Figura 1 – Mapa da Colômbia

2.2. Enquadramento Demográfico e Macroeconómico

Demografia

A Colômbia é hoje o segundo país mais populoso da América do Sul, o terceiro mais populoso da América Latina e o quarto mais populoso de toda a América. No continente americano, apenas Estados Unidos, Brasil e México têm uma população de maior dimensão.

O idioma oficial da Colômbia é o Castelhano, mas existem no país cerca de 500.000 falantes de idiomas indígenas. Há mais de cem idiomas listados no país, assumindo também alguma relevância o catalão, o valenciano e o balear.

A maior parte da população concentra-se nas grandes cidades do país, sendo a grande maioria destas mais próximas do mar, neste caso, o Oceano Pacífico.

De acordo com estimativas de 2014, a população colombiana é aproximadamente de 48 milhões de habitantes.

O quadro seguinte apresenta a população colombiana nas dez maiores cidades do país. Como se pode ver, Bogotá, a capital, é uma grande cidade, já perto de atingir os 8 milhões de habitantes, destacando-se ainda cidades como Medellín, Cáli e Barranquilla, todas com populações que ultrapassam um milhão de habitantes.

A estatística é da responsabilidade do Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia (DANE), órgão equivalente ao Instituto Nacional de Estatística (INE), em Portugal.

Quadro 1 – Cidades mais populosas da Colômbia (estimativa 2013)

CIDADE	População
Bogotá	7.674.366
Medellín	2.417.325
Cáli	2.319.655
Barranquilla	1.207.264
Cartagena das Índias	978.574
Cúcuta	637.287
Soledad	582.588
Ibagué	542.939
Bucaramanga	526.940
Soacha	488.995

Fonte: DANE

Bogotá

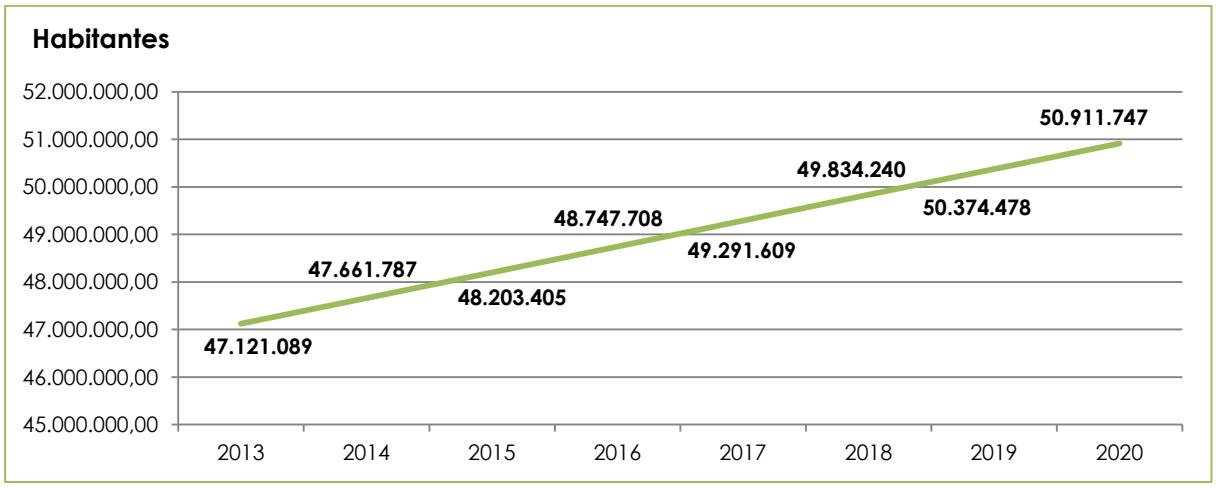
Medellín

Cáli

Barranquilla

A população está concentrada nas montanhas dos Andes e na costa do Caribe. Os nove departamentos da planície oriental, que compreendem cerca de 54% da área da Colômbia, têm menos de 3% da população e uma densidade populacional inferior a uma pessoa por quilómetro quadrado. O movimento rural para as áreas urbanas foi muito intenso em meados do século XX, e a Colômbia é hoje um dos países mais urbanizados da América Latina. A Colômbia tem uma das maiores taxas de deslocados internos do mundo, estimada em cerca de 4,3 milhões de pessoas.

A figura seguinte apresenta uma estimativa do crescimento da população colombiana entre 2013 e 2020, da autoria do DANE. É expectável que a população colombiana atinja, em 2020, perto de 51 milhões de habitantes.



Fonte: DANE

Figura 2 – Estimativa da população colombiana (2013 – 2020)

O quadro seguinte apresenta alguns dos principais indicadores demográficos da Colômbia.

Quadro 2 – Principais indicadores demográficos da Colômbia (2014)

População	47.661.787 habitantes	**Esp. Média Vida**	75,25 anos – 97/223 *Ranking*
Dens. Populacional	45,9 hab/km^2	**Taxa de Fertilidade**	2,07 – 115/224 *Ranking*
Cresc. Populacional	1,07% – 114/233 *Ranking*	**Taxa de Alfabetização**	93,6% (est.2011)
Taxa de Natalidade	16,76/1000 hab – 117/224 *Ranking*	**População Urbana**	75% do total (2010)
Taxa de Mortalidade	5,36/1000 hab – 179/226 *Ranking*	**População Rural**	25% do total (2010)
Taxa de Migração	-0.65/1000 hab – 140/222 *Ranking*	**Taxa de Urbanização**	1,7%/ano (Est. 2010-2015)
Taxa de Mort. Infantil	15,02/1000 nasc. – 107/224 *Ranking*		

Estrutura etária	
0 – 14 anos	25,3%
15 – 64 anos	66.3%
+ 65 anos	8,4%
Idade média	28,9 anos

Acesso a fontes de água melhoradas (2011)		**Acesso a saneamento melhorado (2011)**	
Urbano	99,6%	Urbano	82,3%
Rural	72,5%	Rural	65,4%
Total	**92,9%**	**Total**	**78,1%**

Fonte: DANE e CIA Factbook

Situação Económica

A Colômbia é considerada a 4ª potência económica da América Latina, depois do Brasil, México e Argentina, e a 33ª economia do mundo, em termos de produto interno bruto (PIB).

Com uma enorme diversidade territorial e detentora de uma grande variedade de recursos naturais (muitos ainda por explorar), conta com importantes recursos energéticos, sendo a exploração do petróleo uma das suas principais atividades económicas.

Em termos de recursos naturais a Colômbia é um dos países mais ricos da América do Sul. Além do petróleo, os produtos mais importantes no país são o carvão (possui as maiores reservas da América Latina), café, cana-de-açúcar, ouro, esmeraldas (1º produtor mundial), produtos químicos, têxteis e couro. Pela sua importância são ainda de referir o gás natural, o minério de ferro, o níquel, o cobre, a prata, a platina e a energia hidroelétrica.

A agricultura, a produção animal, a indústria florestal e a pesca são, igualmente, importantes áreas económicas da Colômbia. O setor agrícola tem uma produção diversificada, com culturas de café, cana-de-açúcar, banana, milho, tabaco, algodão, legumes, frutas e flores. Historicamente uma economia agrária, a Colômbia urbanizou-se rapidamente no século XX, no final do qual contava com 22,7% dos trabalhadores afetos à agricultura, a qual contribuía apenas com 11,5% para o PIB do país.

A agricultura absorvia 18,5% da força de trabalho em 2011, a indústria 13,5% e os serviços 68%, sendo responsáveis por 6,8%, 38,1% e 55,1% do PIB, respetivamente.

Desde 1886 que a Colômbia é um país democrático, constituindo, aliás, a democracia mais antiga e estável de toda a região. Todos os presidentes foram eleitos democraticamente, à exceção de um curto período, entre 1953 e 1957, no qual existiu uma ditadura militar.

No entanto, o longo conflito interno e as atividades ligadas ao narcotráfico representam fontes de violência e instabilidade que, embora venham diminuindo, continuam a ser um problema para o país. O atual presidente Juan Manuel Santos tem mantido muitas das políticas de segurança do seu antecessor e está empenhado na redução da pobreza e das desigualdades sociais e no reforço das instituições.

O presidente colombiano definiu cinco motores principais para estimular o crescimento da economia do país: indústrias extrativas, agricultura, infraestruturas, construção de habitação e inovação tecnológica. A economia colombiana teve um crescimento positivo durante os últimos cinco anos e alguns dos principais fatores da sua sustentabilidade foram o controlo dos orçamentos públicos, a estratégia orientada para a exportação e captação de investimento estrangeiro, a melhoria da segurança interna, e os elevados preços das matérias-primas, de que é detentora, no mercado mundial.

O investimento aumentou substancialmente, passando de 15% do PIB em 2002 para 23,3% em 2012, e as empresas privadas foram reequipadas. Em 2013, a economia colombiana cresceu cerca de 4,3% e a dívida externa reduziu-se significativamente nos últimos anos, tendo atingido cerca de 21% do PIB em 2013 (em 2002 representava 51% do PIB e em 2006 fixava-se em 30,6% do PIB, segundo o Banco da República). Estes índices macroeconómicos refletem um crescimento económico sustentado e acima da média da região.

O desempenho económico foi impulsionado por reformas liberais introduzidas desde os anos 1990, que incluíram medidas destinadas a reduzir o défice público para valores abaixo de 2,5% do PIB. O Governo de Juan Manuel Santos, empossado em agosto de 2010, tem mantido o mesmo tipo de politicas com vista a atrair investimento, promover a estabilidade macroeconómica e melhorar o ambiente de negócios.

A política fiscal continuará, no geral, a ser ajustada e as despesas deverão permanecer relativamente rígidas, o que inviabiliza, no curto prazo, uma redução significativa do défice orçamental. Entretanto, algumas reformas importantes apoiarão a consolidação gradual até 2015.

O crescimento da formação bruta de capital fixo e do consumo privado devem ser suficientes para compensar um maior controlo sobre o consumo público, devido às medidas de consolidação orçamental.

Estima-se um aumento médio anual das importações de 11%, até ao final de 2015. As exportações terão uma evolução sustentada, crescendo a uma média superior a 5% ao ano no período 2012-2015. Os fatores que devem contribuir para esta situação são o crescimento da indústria petrolífera e extrativa, a retoma do comércio com a Venezuela e um impulso nos acordos de livre comércio com o Canadá, os EUA e a UE.

A inflação abrandou em 2013, para 2% (3,2% em 2012), como resultado de uma gestão cautelosa da situação macroeconómica e uma maior contenção do crédito. No entanto, é expectável que nos próximos anos, a inflação se situe em valores em torno dos 3%.

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores macroeconómicos da Colômbia para os próximos anos.

Quadro 3 – Principais indicadores macroeconómicos da Colômbia

Indicador	Unidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016
População	Milhões	46,0	46,6	47,1	47,7	48,2	48,7
PIB a preços de mercado	10^9 USD	335,4	370,1	378,4	386,2	365,1	403,5
PIB *per capita*	USD	7.032	7.659	7.733	7.798	7.285	7.870
Crescimento real do PIB	%	6,6	4,0	4,7	5,8	4,8	4,7
Consumo Privado	Var. %	6,6	4,6	5,3	5,2	5,6	---
Consumo Público	Var. %	2,6	4,4	4,2	4,3	4,3	---
Formação bruta de capital fixo	Var. %	16,7	6,0	8,0	9,5	10,5	---
Taxa de inflação (média)	%	3,4	3,2	2,0	2,9	3,5	3,3
Saldo do setor público	% do PIB	-1,8	0,4	-0,9	-1,8	-1,2	-0,6
Dívida Pública	% do PIB	43,1	40,5	43,3	42,0	41,0	39,7
Dívida Externa	% do PIB	22,9	21,4	21,3	21,8	23,7	23,8
Taxa de câmbio (média)	1EUR=xCOP	2,572	2,312	2,330	2,286	2,231	---

Fonte: AICEP e DANE

O peso colombiano valorizou-se fortemente em 2010 e em grande parte de 2011, como resultado de uma assinalável entrada de capitais (receitas de exportação, investimento direto estrangeiro e dívida externa) e de um nível de reservas elevado. Prevê-se que a moeda mantenha uma evolução estável nos próximos anos.

A crescente repatriação de lucro por parte das empresas estrangeiras, com presença na Colômbia, vai provocar o aumento do défice da balança de rendimentos que deverá representar 5,3% do PIB em 2015 (2,5% do PIB há uma década).

O défice crescente da balança de rendimentos vai ampliar o saldo negativo da conta corrente até 2015, ano em que deverá atingir perto de 17 mil milhões de dólares (3,6% do PIB), mas as fortes entradas de investimento estrangeiro sustentarão as contas com o exterior.

Comércio Internacional

Após um decréscimo das exportações e importações colombianas em 2009, as trocas retomaram o crescimento nos anos seguintes, tendo-se verificado um aumento acentuado em 2011, tanto das exportações (43%) como das importações (34%). Em 2012 verificou-se um abrandamento das exportações e das importações, tendo as importações crescido a um ritmo superior às exportações. Em 2013, as exportações caíram cerca de 2%, enquanto as importações cresceram cerca de 0,5%, registando-se assim um défice na balança comercial, algo que não acontecia desde 2010.

Ao longo dos próximos anos, as importações deverão ter um crescimento em grande parte provocado pela evolução positiva do investimento e do consumo privado. Contudo mantem-se o *superavit* da balança comercial, equivalente a uma taxa média de 1,3% do PIB entre 2012-15. Sustentadas pelas entradas de investimento estrangeiro, estima-se que as reservas internacionais alcancem 46,8 mil milhões de USD em 2015, cobrindo amplamente as importações.

O previsível crescimento nas exportações estará em linha com a expansão da produção de petróleo, da extração mineira e pelo incremento da procura externa como resultado dos acordos de livre comércio assinados nos últimos anos.

A tendência para os próximos três anos é estável para os indicadores apresentados, significando uma sustentabilidade do comércio externo colombiano no curto prazo.

Quadro 4 – Evolução da balança comercial colombiana (valores em mil milhões de dólares)

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013
Exportações	32,9	39,7	56,9	60,1	58,8
Importações	32,9	40,5	54,2	59,1	59,4
Saldo	0	-0,8	2,7	1,0	-0,6
Coeficiente de cobertura	100%	98%	105%	102%	99%
Posição no *ranking* mundial					
Como exportador	58ª	57ª	57ª	53ª	57ª
Como importador	54ª	54ª	52ª	50ª	51ª

Fonte: OMC e AICEP

As exportações colombianas concentram-se, sobretudo, nos EUA, que absorveram 31,8% das exportações totais em 2013. Nas posições seguintes da tabela de clientes verificam-se oscilações assinaláveis ao longo dos últimos anos: a China ocupa o segundo lugar, com 8,7% das exportações colombianas, sendo que em 2008 ocupava a 18ª posição. Em terceiro lugar surge o Panamá, que ocupava a 26ª posição em 2008.

As exportações para Espanha, Chile e Venezuela, tradicionais parceiros comerciais da Colômbia, têm vindo a perder importância. A desaceleração das trocas comerciais com a Venezuela deve-se à crise aberta nas relações diplomáticas entre a Colômbia e a Venezuela, tendo caído em cerca de 80% do seu valor entre 2009 e 2013.

Caso esta tendência persista, podemos estar perante uma situação que, no seu conjunto, comportará alguns riscos para a evolução do relacionamento comercial e de investimentos entre estes dois países (a Venezuela era o principal comprador de veículos e de carne produzidos na Colômbia).

As importações encontram-se centralizadas em três países fornecedores – EUA, China e México – responsáveis por cerca de 54,5% das compras da Colômbia ao estrangeiro em 2013 (35,2% em 2008 e 36,4% em 2010).

O quadro seguinte apresenta os principais clientes e fornecedores da Colômbia em 2013.

Quadro 5 – Principais clientes e fornecedores (2013)

Mercado: Clientes	Quota	Posição
EUA	31,8%	1ª
China	8,7%	2ª
Panamá	5,5%	3ª
Índia	5,1%	4ª
Espanha	4,9%	5ª
Portugal	**0,5%**	**35ª**

Mercado: Fornecedores	Quota	Posição
EUA	27,7%	1ª
China	17,5%	2ª
México	9,3%	3ª
Brasil	4,4%	4ª
Alemanha	3,7%	5ª
Portugal	**0,1%**	**56ª**

Fonte: ITC

Relativamente à estrutura setorial das trocas comerciais, assume especial destaque nas exportações o petróleo e derivados, que representaram mais de dois terços das exportações da Colômbia em 2013 e que, juntamente com as pérolas, pedras e metais preciosos, bijutarias, moedas, e ainda o café, o chá e as especiarias, totalizaram mais de 74% das vendas colombianas. Contudo, outros produtos, embora de menor peso, são de mencionar, tais como plásticos, flores e plantas.

Do lado das importações, destacam-se os bens de equipamento, em consequência do esforço de modernização que as estruturas produtivas atravessam, muito embora as estatísticas nos revelem também outros tipos de importações, tais como: combustíveis minerais, plásticos e produtos químicos.

O quadro seguinte apresenta os principais produtos transacionados pela Colômbia em 2013.

Quadro 6 – Principais produtos transacionados (2013)

Exportações		%
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	66,8
71	Pérolas, pedras e metais preciosos, suas obras; bijutarias; moedas	4,3
09	Café, chá, mate e especiarias	3,3
39	Plástico e suas obras	2,7
06	Plantas vivas e produtos de floricultura	2,3

Importações		%
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	13,3
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	10,8
85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, aparelhos de gravação ou de reprodução de som e de imagens, etc.	10,1
87	Veículos automóveis, tratores e outros veículos terrestres e suas partes e acessórios	9,1
39	Plástico e suas obras	4,1

Fonte: ITC e INE

Investimento Estrangeiro

A América Latina continua a ser uma região importante na captação de investimento direto estrangeiro (IDE) destacando-se as grandes economias como o Brasil (4ª posição em 2013) e países em expansão como o México (10ª), o Chile (17ª) e a própria Colômbia (20ª). Este país possui uma excelente posição estratégica no continente americano, virada para o Pacífico e para o Atlântico, e conta com uma moderna infraestrutura portuária. Tem fácil acesso ao mercado norte-americano, europeu, asiático e latino-americano. A zona horária colombiana também representa uma vantagem face a outros países, já que é a mesma da costa leste dos Estados Unidos, o que facilita as atividades de *Call Center* e de *Business Process Outsoursing* (BPO) desde a Colômbia para todo o continente.

Graças à celebração de diferentes acordos de livre comércio e preferências tarifárias unilaterais outorgadas, a Colômbia tem acesso a um mercado de 1.200 milhões de consumidores. Destaque ainda para a presença no bloco comercial latino-americano Aliança do Pacífico, que representa 35% do PIB da América Latina.

A estabilidade macroeconómica, uma política de segurança bem-sucedida e um regime favorável ao investimento estrangeiro, provocaram um aumento significativo de IDE nos últimos anos. Em 2012 os fluxos de IDE situaram-se em 15,8 mil milhões de USD e em 2013 ultrapassaram os 16,7 mil milhões de USD, cerca de 4% do PIB. O ano de 2012 representou de resto uma grande subida do IDE na Colômbia, que se colocou assim no "top 20" mundial. Já o IDE da Colômbia no estrangeiro foi drasticamente reduzido no mesmo ano, tendo recuperado em 2013 e colocado o país na 29ª posição.

Quadro 7 – Investimento direto (em milhões de euros)

Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Investimento estrangeiro na Colômbia	10.596	7.137	6.758	13.438	15.823	16.772
Investimento da Colômbia no estrangeiro	2.486	3.348	6.842	8.280	-248	7.652
Posição no *ranking* mundial						
Como recetor	40ª	36ª	35ª	27ª	18ª	20ª
Como emissor	47ª	37ª	34ª	32ª	156ª	29ª

Fonte: UNCTAD e AICEP

Mais de 700 empresas multinacionais têm investimentos na Colômbia, entre as quais se destacam as seguintes: Procter & Gamble, Johnson & Johnson, 3M, SABMiller, Telefônica e Nestlé. Recentemente, outras multinacionais deram o seu voto de confiança à Colômbia, como sejam a Kimberly-Clark, HP, JW Marriott, Unilever, as portuguesas Prébuild e Mota Engil, Renault e GM. As empresas portuguesas têm demonstrando grande interesse nos últimos anos por este mercado. O país concede aos investidores a possibilidade de assinarem contratos de estabilidade jurídica, o que lhes garante que face a modificações adversas das normas que tenham sido incluídas nos contratos como "determinantes do investimento", se lhes outorga continuidade na aplicação das mesmas com uma duração de 3 a 20 anos.

Bogotá é o centro económico da Colômbia e a cidade mais atrativa para fazer negócios na Região Andina, segundo a mais recente classificação da revista América Economia. Tem aproximadamente 7,6 milhões de habitantes, um PIB de 81.800 milhões de dólares (PIB *per capita* de 10.951 USD) e um crescimento económico de 6% em 2012. O *Invest in Bogotá* (*http://en.investinbogota.org*) é o organismo responsável pela promoção de investimentos de Bogotá, a capital do país.

Os principais investidores na Colômbia em 2012, foram o Chile (10,3% do total), Brasil (9,9%), EUA (9,4%) e Holanda (7,9%), com o setor petrolífero a captar a maior fatia desse investimento (63% do total), seguido da indústria extrativa e das telecomunicações.

2.3. Geografia e Clima

Geografia

A Colômbia, país da América Sul que tem uma dupla frente marítima (Pacífico e Atlântico) é limitada a norte pelo mar do Caribe, a noroeste pelo Panamá, a este pelo Oceano Pacífico, a sudoeste pelo Equador e o Peru, a nordeste pela Venezuela e a sudeste pelo Brasil.

Parte do Círculo de Fogo do Pacífico, uma região do mundo sujeita a terramotos e erupções vulcânicas, a Colômbia é dominada pelas montanhas dos Andes. Além do Maciço Colombiano (nos departamentos do sudoeste de Cauca e Nariño), estas são divididas em três ramos conhecidos como cordilheiras: a *Cordillera Occidental*, junto à costa do Pacífico, incluindo a cidade de Cali, a *Cordillera Central*, entre os vales dos rios Cauca e Magdalena (a oeste e a leste, respetivamente) e incluindo as cidades de Medellín, Manizales, Pereira, Armênia e Quindío, e a *Cordillera Oriental*, que se estende de nordeste da Península de La Guajira e inclui Bogotá, Bucaramanga e Cúcuta. Os picos na *Cordillera Occidental* excedem 3.962 metros, enquanto a *Cordillera Central* e a *Cordillera Oriental* atingem 5.486 metros. Com 2.591 metros de altitude, Bogotá é a cidade mais alta.

Mapa topográfico da Colômbia

A leste dos Andes está a savana do Llanos, parte da bacia do rio Orinoco, e, no extremo leste do sul, a selva da floresta amazónica. Juntas, essas planícies constituem mais de metade do território da Colômbia, mas contêm menos de 3% da população do país. O norte da costa do Caribe, que abriga 20% da população e onde se localizam as importantes cidades portuárias de Barranquilha e Cartagena, geralmente consiste em baixas planícies, mas também contém a Sierra Nevada de Santa Marta, que inclui os picos mais altos do país (Pico Cristóbal Colón e o Pico Simón Bolívar), e o deserto de Guajira. Em contrapartida, as estreitas e descontínuas planícies costeiras do Pacífico, apoiadas pelas montanhas da Serranía de Baudó, estão cobertas de uma densa vegetação e são pouco povoadas.

Os rios mais importantes da Colômbia são o Magdalena e seu tributário, o Cauca, que nascem no altiplano dos Andes, junto do Equador. O Magdalena desagua no mar das Antilhas, perto de Barranquilla. O Cauca, parcialmente navegável, apresenta areias auríferas que são exploradas desde 1909. O Atrato e o Sinú também correm para a costa norte e são ambos navegáveis. Entre os rios da costa do Pacífico, mais curtos, destacam-se principalmente o Truandó e o Salaqui. Entre os rios das grandes planícies ocidentais, que desaguam no Orinoco e no Amazonas, sobressaem o Meta, o Guaviare, o Vaupés e o Caquetá.

A floresta tropical recobre as encostas e vales das cordilheiras, grande parte das planícies da costa norte e a porção meridional das planícies orientais. No entanto, os produtos florestais constituem potencial económico inexplorado, sendo numerosas as espécies de palmeiras e orquídeas. Na zona subtropical há grande variedade de frutas e a zona temperada é a região agrícola. Acima de 3.000m, a vegetação é raquítica, seguida, mais acima, de espécies alpinas.

A fauna amazónica estende-se à floresta colombiana, havendo preguiças, tamanduás, sarigüês e várias espécies de macacos. Os maiores herbívoros são as antas, duas espécies de pecaris, cutias, alpacas e veados. Os principais carnívoros são o puma, a onça e o quati. Conhecem-se mais de 1.500 espécies e subespécies de pássaros, sendo abundantes os tucanos. A fauna de répteis e insetos é riquíssima, sendo comuns o crocodilo americano e o jacaré.

A Colômbia é o segundo país com maior grau de biodiversidade do mundo, atrás apenas do Brasil, que é aproximadamente 10 vezes maior, classificando-se em terceiro lugar em número de espécies vivas e em primeiro em número de espécies de aves. Cerca de 10% das espécies da Terra vivem no território colombiano.

Clima

Embora a Colômbia se situe quase inteiramente dentro da faixa tropical, o clima é modificado pela altitude e pela ação dos ventos. Temperaturas altas prevalecem nas áreas mais baixas, caracterizadas pela excessiva humidade e densas matas de coníferas junto com árvores mortas. A zona subtropical compreende os vales e encostas entre 450m e 1.800m de altitude. Daí até os 3.000m encontra-se a zona temperada.

De modo geral, há duas estações anuais, o inverno, húmido, e o verão, seco. Variam, entretanto, amplamente em época e duração, segundo as diversas regiões. A área mais seca é provavelmente o extremo norte da península de La Guajira, onde a precipitação média é inferior a 250mm.

Temperatura média anual

Bogotá	13º C
Medellín	22º C
Cáli	23º C
Barranquilla	28º C
Cartagena	27º C

A área de maior índice pluviométrico da Colômbia, e possivelmente de toda a América do Sul, é a faixa litoral do Pacífico, sobretudo perto do divisor de águas dos rios San Juan e Atrato, onde a precipitação média anual excede 10.000mm e não há estação seca.

O quadro seguinte apresenta as temperaturas e precipitação médias na Colômbia ao longo do ano.

Quadro 8 – Temperaturas (ºC) e precipitação médias na Colômbia

	ANUAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Temperatura média (°C)	23,4	23,6	23,9	24,1	24,3	24,1	24,0	24,1	24,2	24,2	23,9	23,8	23,4
Temperatura máxima média (°C)	27,6	28,3	28,5	28,6	28,9	28,5	28,5	28,8	28,9	28,9	28,6	28,4	27,5
Temperatura mínima média (°C)	20,2	20,1	20,4	20,8	20,9	21,0	20,8	20,6	20,7	20,6	20,5	20,5	20,0
Precipitação média (mm)	1.781,8	81,3	85,8	110,0	178,2	192,9	162,9	133,1	137,1	158,5	217,1	194,6	110,8

Fonte: Weatherbase

A figura seguinte apresenta alguns indicadores sobre o clima nas duas maiores cidades da Colômbia: Bogotá, a capital, e Medellín.

Bogotá

Temperatura média	13°C
Temperatura máxima média	18°C
Temperatura mínima média	7°C
Duração média do dia	12,5 horas
Precipitação média	960 mm
Precipitação máxima	1.630 mm
Velocidade média do vento	12 km/h

Medellín

Temperatura média	22°C
Temperatura máxima média	26°C
Temperatura mínima média	17°C
Duração média do dia	12,5 horas
Precipitação média	1.570 mm
Precipitação máxima	2.000 mm
Velocidade média do vento	14 km/h

Fonte: *Weatherbase*

Figura 3 – Indicadores sobre o clima em Bogotá e Medellín

2.4. Ordenamento e Gestão Costeira

Cerca de 44% do território colombiano é marítimo (919.376 km^2, contra 1.141.748 km^2 de território continental), 540.876 km dos quais no mar Caribe e os restantes 378.500 km^2 no Oceano Pacífico. Por isso mesmo, o estado colombiano dá grande importância aos seus recursos marinhos, detentores de uma enorme riqueza que inclui a produção de oxigénio, recursos pesqueiros, linhas de comunicação marítimas, energias renováveis e não renováveis, entre outras.

Por esta razão, as águas jurisdicionais, a plataforma continental e os espaços costeiros são áreas em que se realizam atividades e processos tão distintos como o turismo, a pesca, o transporte marítimo, a exploração mineira, a produção de energias alternativas, a conservação e recuperação da diversidade biológica, ciência, tecnologia e inovação, aquicultura, alterações climáticas globais, entre outros.

De modo a salvaguardar a soberania e integridade do território marítimo nacional, estabelecer o ordenamento marinho-costeiro, preservar o ambiente marinho-costeiro e aproveitar de forma sustentável os seus recursos naturais, o Ministério do Meio Ambiente colombiano elaborou em 1997 um documento base para a elaboração da Política Nacional de Ordenamento Integrado das Zonas Costeiras Colombianas e no ano 2000 construiu a Política Ambiental Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Espaços Oceânicos e das Zonas Costeiras e Insulares da Colômbia. No ano de 2007, através da Comissão Colombiana do Oceano, com participação do Ministério do Meio Ambiente da Colômbia, foi criada a Política Nacional do Oceano e dos Espaços Costeiros (PNOEC).

Em termos da hidrografia costeira, o país pode ser dividido em três regiões distintas, a saber:

- Caribe Continental;
- Caribe Insular;
- Pacífico Continental.

Relativamente ao Caribe Continental, destaca-se o sistema do rio Magdalena, as bacias hidrográficas da alta Guajira, o rio Ranchería, a vertente ocidental da Serra Nevada de Santa Marta, o canal do Dique e os rios Sinú e Atrato. Quanto a outros corpos de água superficiais, como lagos, lagoas e pântanos, o Caribe colombiano apresenta uma riqueza extraordinária, particularmente nos departamentos de Bolívar e Magdalena. O pântano de maior extensão da região é o pântano Grande de Santa Marta, com um volume de água de cerca de 2.232 milhões de metros cúbicos. Seguem-se, também no departamento de Magdalena, os pântanos de Pajarales (284 milhões de metros cúbicos) e Quatro Bocas. No departamento de Atlantico, destaque para o pântano de Totumo, enquanto em Bolívar se destacam os pântanos de Tesca e Zarzal, em Córdoba o pântano Grande de Lorica (192 milhões de metros cúbicos), em Sucre o pântano Cainamera e o complexo de Cispatá, em Antioquia o pântano Marimonda e em Chocó o pântano Marriaga.

Relativamente ao Caribe Insular, a hidrografia pode ser descrita da seguinte forma:

- Na ilha de San Andrés não existem cursos de água permanentes, apenas riachos temporários associados à época de chuvas. Contrariamente, em Providencia o relevo permitiu a formação de drenagem radial;

- Nas suas pequenas bacias hidrográficas, a ilha de Providencia apresenta um desequilíbrio ecológico, em função do défice prolongado de água durante a estação seca, sendo que após os aguaceiros, o escorrimento é célere, com pressão lateral sobre as paredes, provocando erosão e inundações. As três microbacias presentes na ilha são: Bottom House, Borden e Fresh Water, todas elas em processo de erosão.

Relativamente ao pacífico continental, a região apresenta uma clara divisão em Cabo Corrientes: a norte, a proximidade à costa de Baudó não permite que se formem correntes muito amplas, pese embora haja alturas de elevada precipitação; a sul, conta com rios caudalosos, alimentados por alta precipitação, como o Baudó, Dotenedó, Ijuá, Orpúa, Pichimá e San Juan. As bacias hidrográficas mais representativas são as dos rios San Juan, Iscuandé, Micay, Patia e Mira.

2.5. Consumo e Uso de Água

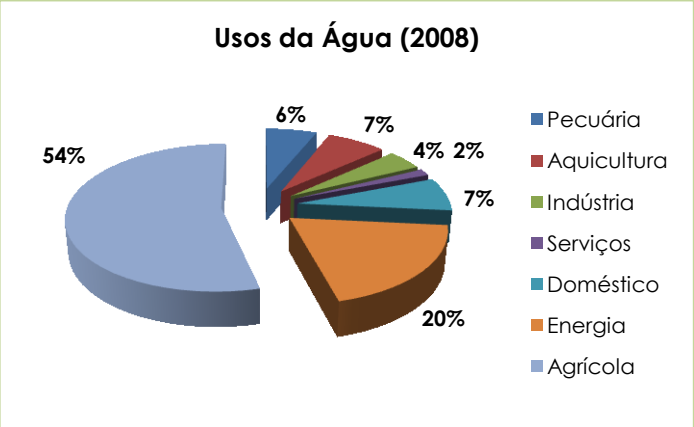
Enquadramento

Os usos agrícolas e energéticos são os maiores consumidores de recursos hídricos na Colômbia, situação que tem aliás tendência a agravar-se nos próximos anos.

Em 2008, a procura de água na Colômbia era de cerca de 35.877 milhões de m^3, sendo que 7% da procura era proveniente do setor doméstico, 6% dos setores industrial e dos serviços, 20% do setor energético e os restantes 67% de variados usos (agricultura, pecuária e aquicultura).

A figura seguinte ilustra essa mesma situação.

Uso da Água	Milhões m^3/ano (2008)
Pecuária	2.220
Aquicultura	2.584
Indústria	1.557
Serviços	528
Doméstico	2.626
Energia	6.976
Agrícola	19.386
TOTAL	**35.877**

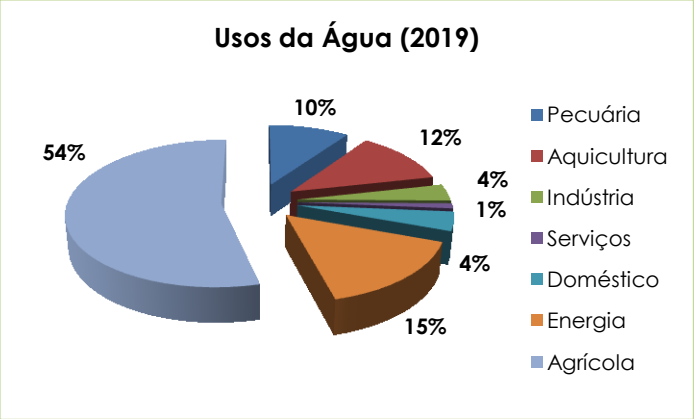


Fonte: *IDEAM*

Figura 4 – Procura hídrica na Colômbia por setor em 2008

Observando as estimativas de procura hídrica para 2019, constata-se que não só esta tendência de uso da água se mantém, como tende a intensificar-se. Assim, em 2019 os maiores usos da água continuarão a ser os usos agrícola e energético, embora este último perca alguma preponderância no *mix*. A figura seguinte apresenta estimativas do uso da água para 2019 na Colômbia.

Uso da Água	Milhões m^3/ano (2019)
Pecuária	6.885
Aquicultura	8.316
Indústria	2.584
Serviços	797
Doméstico	2.961
Energia	10.893
Agrícola	38.115
TOTAL	**70.551**



Fonte: *IDEAM*

Figura 5 – Procura hídrica na Colômbia por setor em 2019

Como se pode ver, os usos agrícolas da água (agricultura, pecuária e aquicultura) continuam a ser os mais intensivos, esperando-se que representem cerca de 76% da procura de água em 2019. A energia terá uma preponderância de 15%, enquanto os restantes usos (indústria, serviços e doméstico) terão um peso de 9%.

Pode assim concluir-se que o uso da água terá um crescimento exponencial particularmente nos setores pecuário (210%) e da aquicultura (222%) no período em análise, sendo o setor doméstico aquele que apresenta maior estabilidade, com um crescimento de cerca de 13% entre 2008 e 2019, como se pode ver no quadro seguinte.

Quadro 9 – Incremento percentual da procura de água por setor (2008-2019)

Usos da Água	Var.% (2008-2019)
Pecuária	210%
Aquicultura	222%
Indústria	42%
Serviços	51%
Doméstico	13%
Energia	56%
Agrícola	97%

Fonte: *IDEAM*

De seguida, apresentam-se algumas considerações sobre cada um dos principais usos da água identificados.

Setor Agrícola

O volume de água utilizado no setor agrícola colombiano alcançou uma magnitude de 19.384 milhões de m^3 em 2008, sendo 10.919 milhões de m^3 correspondentes a consumo efetivo e os restantes 8.465 referentes a volume de água extraída e não consumida pelos cultivos.

O quadro seguinte apresenta informação sobre o consumo de água no setor agrícola colombiano.

Quadro 10 – Usos de água no setor agrícola em 2008

Tipo de Uso	Procura (Mm^3)	Consumo (Mm^3)	Não Consumida (Mm^3)	Água Consumida face à Procura Nacional	Água Não Consumida face à Procura Nacional
Pastagens	7.937	5.159	2.778	26,62%	14,33%
Bosques	617	401	216	2,07%	1,11%
Culturas permanentes	3.826	2.487	1.339	12,83%	6,91%
Culturas temporárias	6.784	2.652	4.132	13,68%	21,32%
Cultivos de flores permanentes	183	183	0	0,94%	0,00%
Café	6	6	0	0,03%	0,00%
Banana	13	13	0	0,07%	0,00%
Culturas ilícitas	18	18	0	0,09%	0,00%
TOTAL	**19.384**	**10.919**	**8.465**	**56,33%**	**43,67%**

Fonte: *IDEAM*

O quadro seguinte apresenta as estimativas para 2019 quanto ao consumo de água em cada um dos subsetores agrícolas identificados previamente. Como se pode ver, a procura de água no setor cresce de 19.384 milhões de m^3 para 38.124 milhões de m^3. Os usos mais intensivos continuam a ser as pastagens e as culturas temporárias.

Quadro 11 – Usos de água no setor agrícola em 2019

Tipo de Uso	Procura (Mm^3)	Consumo (Mm^3)	Não Consumida (Mm^3)
Pastagens	15.947	10.366	5.582
Bosques	2.197	1.428	769
Culturas permanentes	8.539	4.735	3.804
Culturas temporárias	11.169	3.953	7.216
Cultivos de flores permanentes	234	---	---
Café	5,43	---	---
Banana	14	---	---
Culturas ilícitas	18	---	---
TOTAL	**38.124**	**20.482**	**17.371**

Fonte: *IDEAM*

Setor Pecuário

A procura de água no setor pecuário era de cerca de 2.220 milhões de m^3 em 2008, representando o consumo de água dos bovinos cerca de 73% do consumo setorial total. Segue-se o consumo de suínos (15%) e de aves (12%). Para 2019, espera-se que os bovinos continuem a representar o principal uso da água no setor pecuário.

O quadro seguinte apresenta os principais usos de água no setor pecuário colombiano em 2008 e em 2019.

Quadro 12 – Usos de água no setor pecuário em 2008 e 2019

Setor	Água consumida (m^3) 2008	Água consumida (m^3) 2019
Aves	268.646.986	411.839.480
Bovinos	1.618.106.870	4.478.988.000
Suínos	332.972.592	1.994.124.994

Fonte: *IDEAM*

Setor da Aquicultura

As necessidades hídricas na aquicultura foram estimadas em 2.584 milhões de m^3 em 2008. Para 2019, estima-se uma procura de 8.316 milhões de m^3.

Setor Industrial

Em 2008, o consumo de água associado ao setor industrial atingiu os 1.557 milhões de m^3. Para 2019, espera-se uma procura de 2.584 milhões de m^3 para o setor industrial, como se pode ver no quadro seguinte. As atividades industriais com maior procura de recursos hídricos serão, em 2019, o fabrico de papel, cartão e produtos de papel e cartão (599,4 milhões de m^3), a indústria têxtil (429,3 milhões de m^3), o setor metalúrgico e metalomecânico (315,1 milhões de m^3), e a indústria das bebidas (309,2 milhões de m^3).

Quadro 13 – Usos de água no setor industrial em 2019

Atividade Industrial	Procura Hídrica (m^3) 2019
Produção, transformação e conservação de carne e pescado	224.981.184
Fabrico de azeites e óleos animais e vegetais	17.104.559
Fabrico de produtos lácteos	109.194.623
Fabrico de produtos de moagem, amidos e produtos derivados de amido e alimentos preparados para animais; fabrico de produtos de padaria, macarrão, massas, cuscuz e produtos farináceos similares	18.854.026
Engenhos, refinação de açúcar e "trapiches"	56.193.269
Fabrico de cacau, chocolate e produtos de confeitaria	297.202
Fabrico de outros produtos alimentares não especificados	56.124.443
Fabrico de bebidas	309.214.707
Fabrico de produtos de tabaco	372.247
Preparação e fiação de fibras têxteis; tecelagem de produtos têxteis; acabamento de produtos têxteis não produzidos na mesma unidade de produção e fabrico de outros produtos têxteis	429.303.092
Fabrico de papel, cartão e produtos de papel e cartão	599.429.945
Coqueamento, fabrico de produtos de refinação de petróleo e combustível nuclear	731.926
Fabrico de substâncias e produtos químicos; fabrico de produtos de borracha e plástico	251.167.045
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	195.233.537
Fabrico de produtos metalúrgicos básicos; fabrico de produtos elaborados de metal, exceto máquinas e equipamentos	315.072.142
Outra indústria transformadora não especificada	339.322
Outros	423.541
TOTAL	**2.584.036.810**

Fonte: *IDEAM*

Setor dos Serviços

O consumo anual de água do setor dos serviços colombiano foi estimado em 354.382.556 m^3 em 2008. Para 2019, estima-se uma procura de água na ordem dos 796.721.798 m^3 para o mesmo setor de atividade.

Setor da Energia

O volume total de água utilizado pelo setor energético, para a produção térmica e hidroelétrica era, em 2008, de 6.976 milhões de m^3/ano. O quadro seguinte apresenta os valores associados à produção de energia na Colômbia em 2008.

Quadro 14 – Usos de água no setor da energia em 2008

Região/Tipo de Produção	Volume (Milhões de m^3) 2008
Antioquia	1.563
Caribe	921
Centro	1.885
Oriente	1.020
Valle del Cauca	922
Produção Térmica	665

Fonte: *IDEAM*

Em 2019, é expectável que a procura de água associada ao setor energético seja de 10.893 milhões de m^3 de água. Este aumento do consumo de água no setor energético está intimamente ligado a um aumento expectável da procura de energia. O quadro seguinte apresenta estimativas da procura energética na Colômbia para os anos de 2014, 2019 e 2025. Para estimar as necessidades, foram estruturados 3 cenários distintos: baixa procura, procura média e alta procura.

Quadro 15 – Procura de energia na Colômbia em 2014, 2019 e 2025

Procura em GWh/ano			
Ano	**Cenário Baixo**	**Cenário Médio**	**Cenário Alto**
2014	65.274	68.279	71.142
2019	75.693	82.386	89.471
2025	89.016	100.128	111.556
Crescimento da Procura			
Ano	**Cenário Baixo**	**Cenário Médio**	**Cenário Alto**
2014	3,2%	3,8%	4,6%
2019	3,0%	3,9%	4,8%
2025	2,6%	3,2%	3,7%

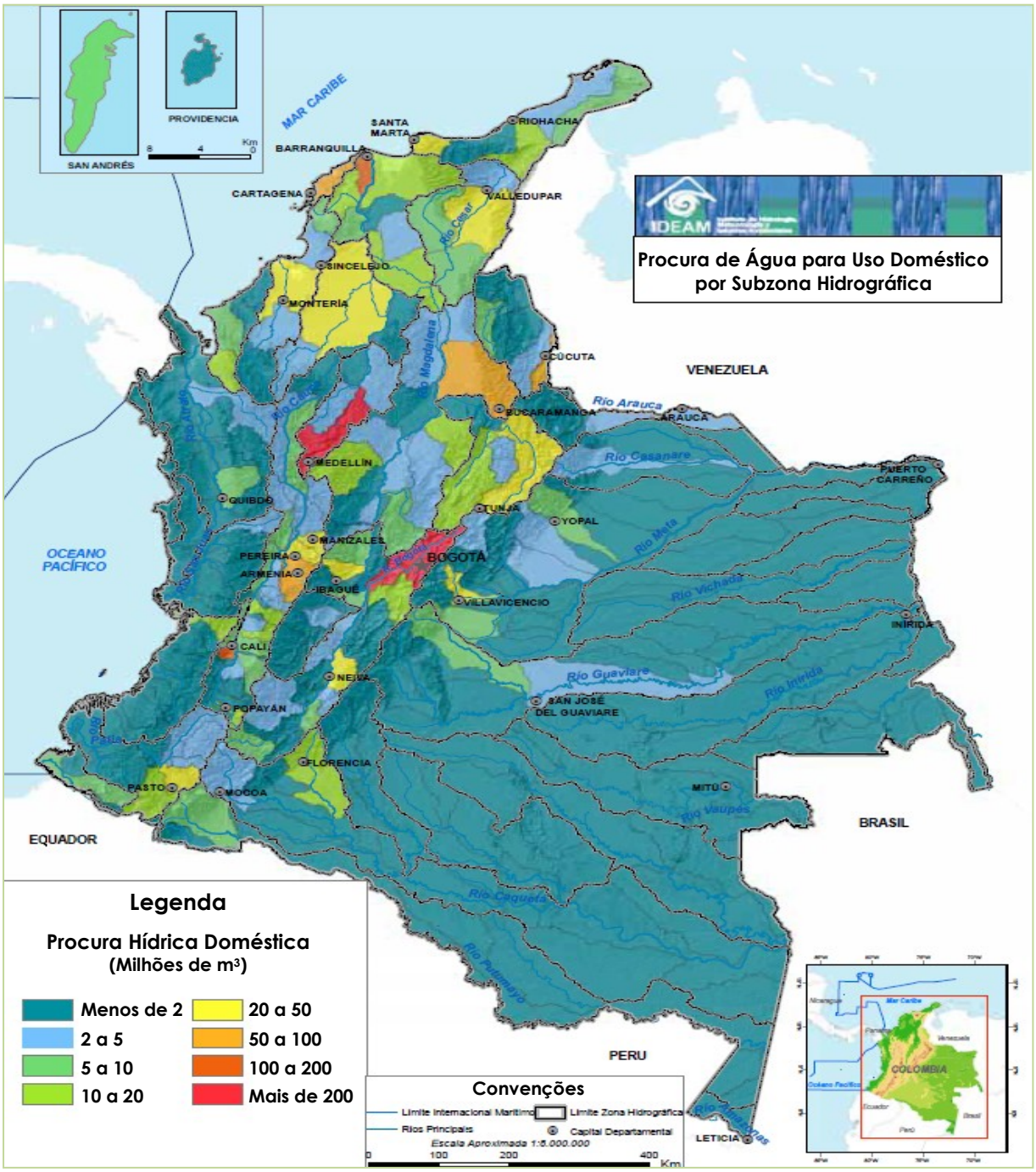
Fonte: *IDEAM*

Como se pode ver pela análise do quadro anterior, a procura energética pode atingir os 89.471 GWh em 2019, o que representaria um crescimento a uma taxa média de 4,8% ao ano.

Setor Doméstico

A quantidade necessária de água ao uso doméstico na Colômbia cifrou-se nos 2.626 milhões de m^3 anuais em 2008. Do total da água necessária, mais de 30% corresponde ao distrito capital de Bogotá (806,1 milhões de m^3) e aos municípios de Cali (166,8 milhões de m^3), Medellín (155,5 milhões de m^3), Barranquilla (72,6 milhões de m^3) e Cartagena (52,2 milhões de m^3). Os restantes 1.820,1 milhões de m^3 (59,3% das necessidades totais) correspondem aos restantes municípios colombianos.

A figura seguinte apresenta a procura de água para uso doméstico por subzonas hidrográficas colombianas.



Fonte: *IDEAM*

Figura 6 – Procura hídrica na Colômbia por setor em 2008

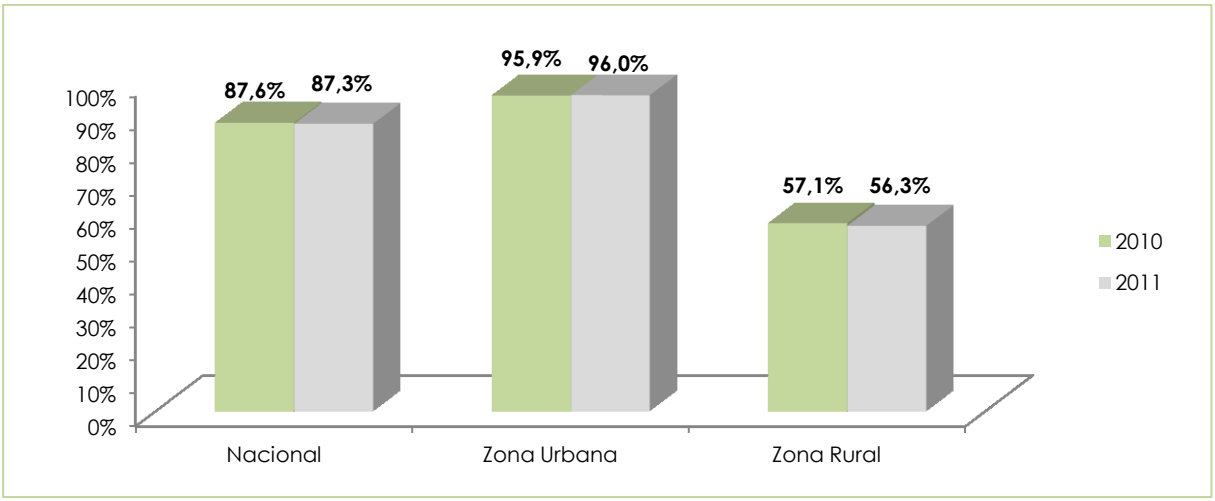
Para 2019, estima-se uma procura de água no setor doméstico na ordem dos 2.961 milhões de m^3 anuais, o que representa um crescimento de 13% face aos valores encontrados em 2008.

Analisamos agora a cobertura nacional dos serviços de abastecimento de água e saneamento na Colômbia.

Em 2011, a cobertura de abastecimento de água chegava a 87,3% da população, o que significa uma diminuição face aos resultados de 2010 (87,6%). Esta diminuição é explicada fundamentalmente por uma quebra na cobertura nas zonas rurais, o que é revelador da necessidade de investimento no subsetor abastecimento de água. A quebra da cobertura nas zonas rurais foi de 0,8%, cifrando-se nos 56,3% em 2011, face aos 57,1% registados em 2010.

Contrariamente, a cobertura dos serviços de abastecimento de água nas zonas urbanas cresceu em 2011, ainda que apenas 0,1%, atingindo os 96%.

A figura seguinte apresenta a cobertura de serviços de abastecimento de água em 2010 e 2011, nas regiões urbanas e rurais.



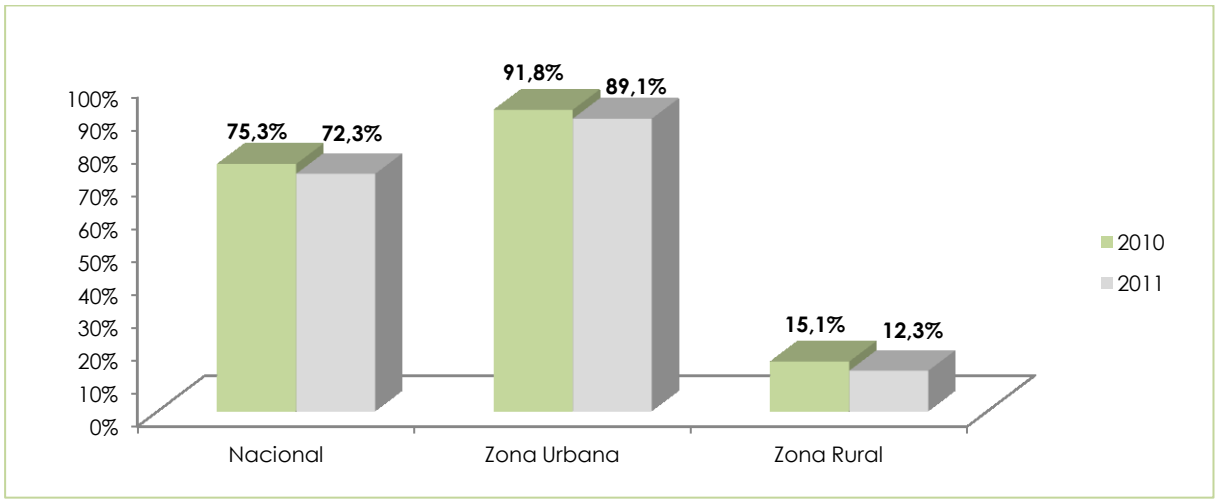
Fonte: *DANE - ENCV*

Figura 7 – Percentagem de habitações com acesso a serviços de abastecimento de água em 2010 e 2011

Analisando agora a cobertura dos serviços de saneamento na Colômbia, segundo dados do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), referentes aos anos de 2010 e 2011, também aqui se verifica uma queda em todas as vertentes: cobertura nacional, cobertura em zonas urbanas e cobertura em zonas rurais.

A cobertura nacional de serviços de saneamento era, em 2011, de 72,3%, caindo 3% face aos 75,3% encontrados no ano imediatamente anterior. A cobertura nas zonas urbanas caiu de 91,8% para 89,1%, enquanto que nas zonas rurais, tal como na vertente abastecimento de água, a queda foi muito mais acentuada, tendo a cobertura decaído de 15,1% em 2010 para 12,3% em 2011. Independentemente da queda, estes são obviamente valores excessivamente baixos e que requerem um forte investimento por parte de entidades públicas e privadas.

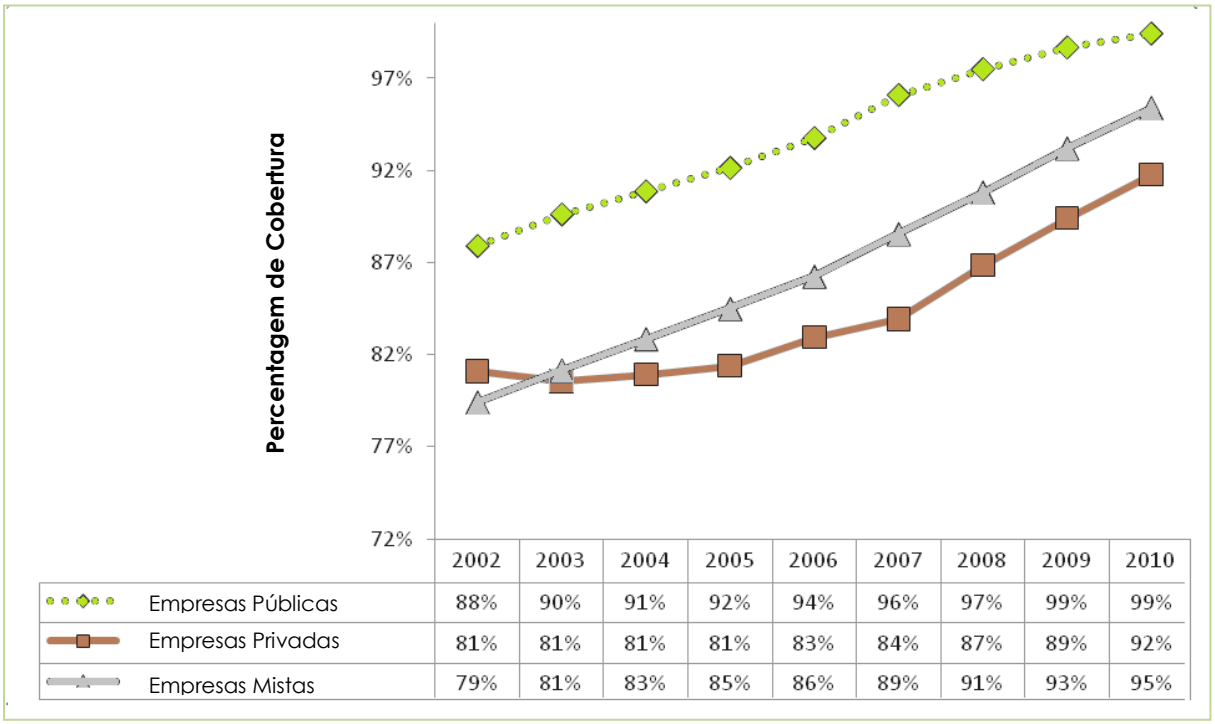
A figura seguinte, igualmente da responsabilidade do Departamento Administrativo Nacional de Estatística, apresenta a cobertura dos serviços de saneamento a nível nacional, das zonas urbanas e das zonas rurais na Colômbia, para os anos de 2010 e 2011.



Fonte: *DANE - ENCV*

Figura 8 – Percentagem de habitações com acesso a serviços de saneamento em 2010 e 2011

Analisando as taxas de cobertura, é ainda possível verificar os níveis de cobertura de empresas públicas, privadas e mistas. Iniciando a abordagem pela vertente abastecimento de água, a figura seguinte apresenta a cobertura de acordo com o tipo de empresa.



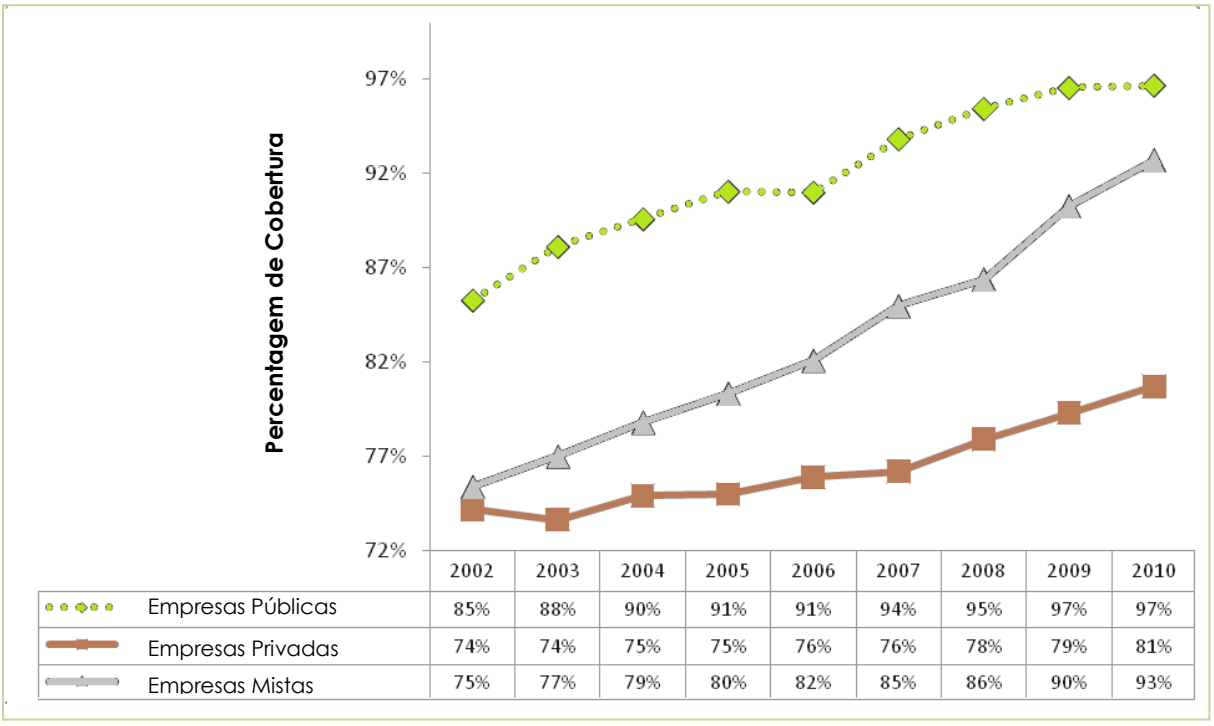
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Empresas Públicas	88%	90%	91%	92%	94%	96%	97%	99%	99%
Empresas Privadas	81%	81%	81%	81%	83%	84%	87%	89%	92%
Empresas Mistas	79%	81%	83%	85%	86%	89%	91%	93%	95%

Fonte: *CRA*

Figura 9 – Evolução da taxa de cobertura dos serviços de abastecimento de água por tipo de empresa (2002-2010)

Como se pode ver, a cobertura de serviços de abastecimento de água era de 99% em 2010, no caso das empresas públicas, 92% no caso das empresas privadas e 95% no caso das empresas mistas.

A figura seguinte ilustra situação idêntica relativa à cobertura dos serviços de saneamento.



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Empresas Públicas	85%	88%	90%	91%	91%	94%	95%	97%	97%
Empresas Privadas	74%	74%	75%	75%	76%	76%	78%	79%	81%
Empresas Mistas	75%	77%	79%	80%	82%	85%	86%	90%	93%

Fonte: *CRA*

Figura 10 – Evolução da cobertura dos serviços de saneamento por tipo de empresa (2002-2010)

2.6. Produção de Resíduos

Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)

No ano de 2013, foram recolhidas na Colômbia 26.726 toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU) por dia. O quadro seguinte apresenta informação sobre a recolha de RSU na Colômbia nos anos de 2011, 2012 e 2013.

Quadro 16 – RSU recolhidos na Colômbia em 2011, 2012 e 2013

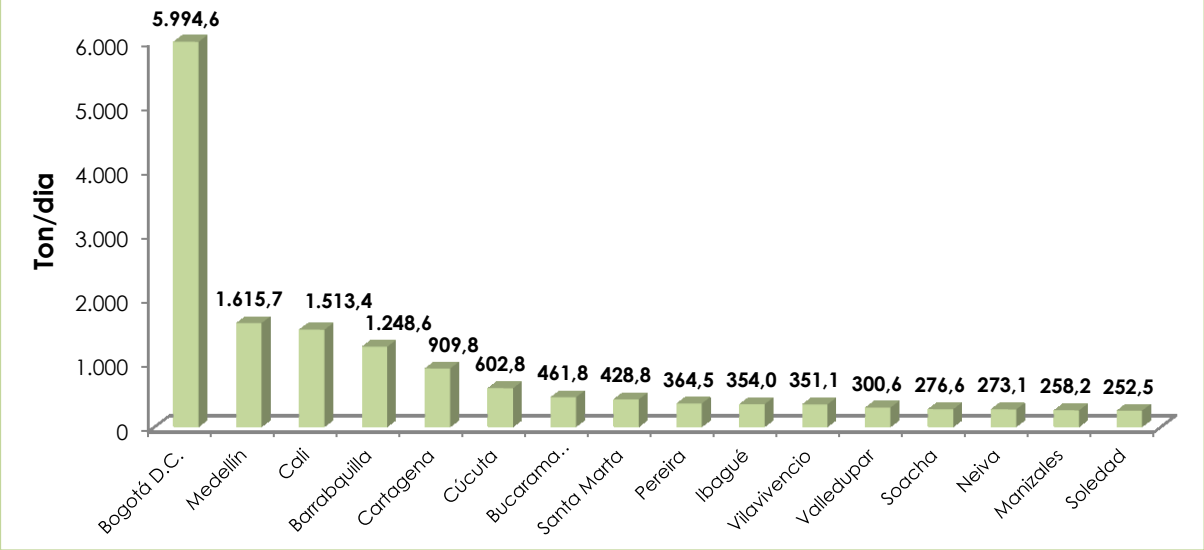
Ano	RSU recolhidos (ton/dia)
2011	26.537
2012	24.647
2013	26.726

Fonte: *SSPD*

Como se pode ver no quadro anterior, a quantidade de resíduos recolhidos cresceu 0,7% em 2013, comparativamente a 2011, e 8,4% respetivamente a 2012. Este aumento fica mais a dever-se a uma melhoria nos processos de medição do que a um aumento efetivo das quantidades recolhidas.

A figura seguinte apresenta os RSU recolhidos em algumas das principais cidades colombianas em 2012/2013. O critério selecionado foi o de apresentar apenas cidades com mais de 200 toneladas de RSU recolhidas diariamente.

Como se pode ver, Bogotá é claramente a cidade com maior quantidade de RSU recolhida, apresentando um valor de 5.994,6 toneladas/dia em 2012/2013. Seguem-se as cidades de Medellín, Cali e Barranquilla, todas com um volume de RSU recolhido superior a mil toneladas diárias, no mesmo período.



Fonte: *SSPD*

Figura 11 – Recolha de RSU nas principais cidades colombianas em 2012/2013

Analisando agora a cobertura nos vários departamentos colombianos relativa ao ano de 2011, conclui-se que há uma grande disparidade de departamento para departamento. Se em Bogotá, Antioquia, Bolivar, La Guajira, Norte De Santander e Risaralda a cobertura de recolha de RSU ronda os 100%, em departamentos como Putumayo, Huila e Vichada, as taxas não chegam sequer aos 50%. A média nacional é de 92%.

Quadro 17 – Cobertura da recolha de RSU nos departamentos colombianos em 2011

Departamento	Cobertura	Departamento	Cobertura
Antioquia	99%	Huila	49%
Arauca	66%	La Guajira	100%
Atlantico	88%	Magdalena	74%
Bogota	100%	Meta	95%
Bolivar	100%	Nariño	78%
Boyaca	63%	Norte de Santander	100%
Caldas	79%	Putumayo	20%
Caqueta	88%	Quindio	91%
Casanare	78%	Risaralda	100%
Cauca	83%	Santander	96%
Cesar	82%	Sucre	80%
Choco	87%	Tolima	80%
Cordoba	65%	Vichada	20%
Cundinamarca	72%	**Média Nacional**	**92%**

Fonte: *Andesco*

O quadro seguinte apresenta a produção de resíduos *per capita* nas capitais de departamento colombianas.

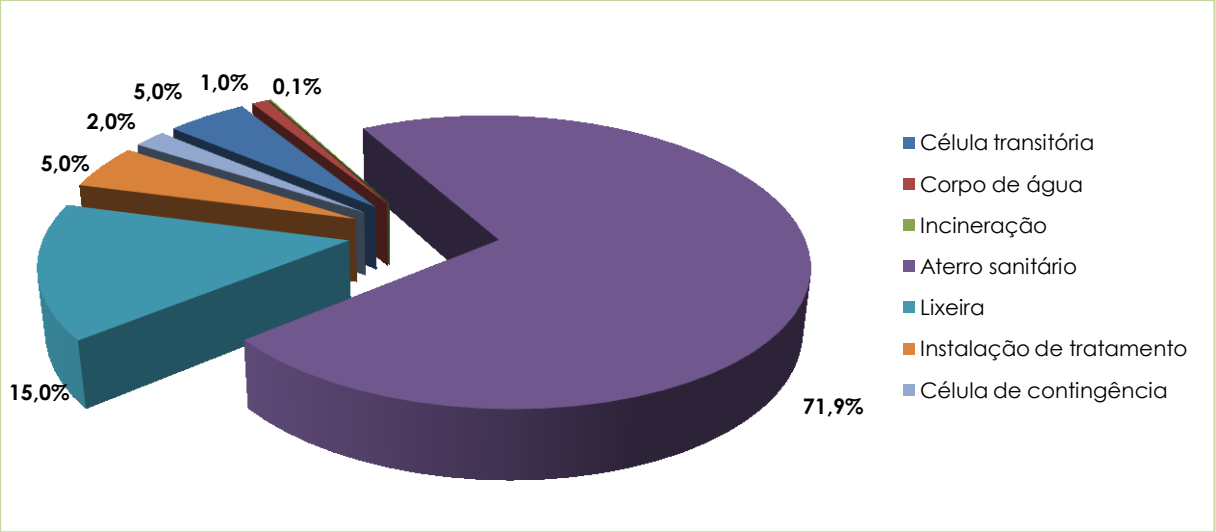
Quadro 18 – Produção de RSU *per capita* nas capitais departamentais em 2011

Cidade	Kg/hab.mês	Cidade	Kg/hab.mês
Medellin	18	Riohacha	16
Barranquilla	33	Santa Marta	27
Bogota, D.C.	13	Villavicencio	21
Cartagena	27	Pasto	18
Tunja	8 (2010)	Cucuta	22
Manizales	20	Mocoa	3
Florencia	19	Armenia	29
Yopal	14	Pereira	25
Popayan	22	Bucaramanga	7
Valledupar	26	Sincelejo	22
Monteria	24	Ibague	19
San Jose del Guaviare	17	Cali	16
Neiva	18	Puerto Carreño	21 (2010)
		Média Nacional	**19,93**

Fonte: *Andesco*

Como se pode ver no quadro anterior, a produção *per capita* não é particularmente alta na maioria das cidades (média de 19,93 kg/hab.mês em 2011), variando entre os 3 kg/hab.mês de Mocoa e os 33 kg/hab.mês de Barranquilla. Outras cidades com índices de produção de resíduos sólidos urbanos *per capita* mais elevados são Armenia (29 kg/hab.mês), Cartagena e Santa Marta (27 kg/hab.mês, cada uma), Valledupar (26 kg/hab.mês), Pereira (25 kg/hab.mês) e Monteria (24 kg/hab.mês).

Em termos da deposição final dos resíduos, a grande maioria, cerca de 72%, são encaminhados para aterros sanitários, como se pode ver na figura seguinte. A incineração, com apenas 0,1%, é a menos popular das formas de deposição final de resíduos na Colômbia. Os dados referem-se ao ano de 2013.



Fonte: *SSPD*

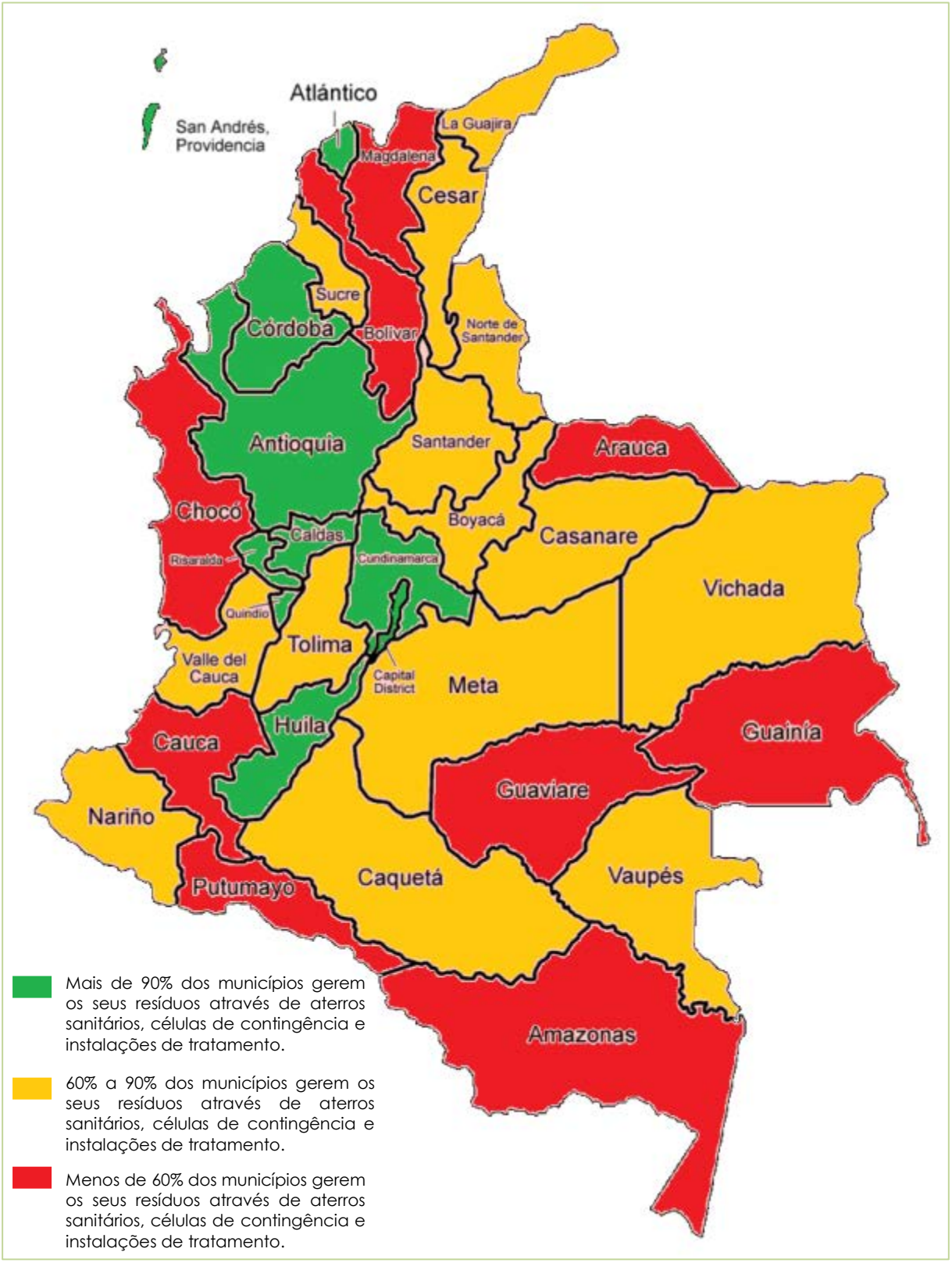
Figura 12 – Formas de deposição de RSU em 2013

A figura seguinte apresenta um mapa com a situação dos departamentos colombianos face à deposição final de resíduos sólidos. Nos departamentos a verde, mais de 90% dos municípios gerem os seus resíduos através de aterros sanitários, células de contingência e instalações de tratamento; nos departamentos a amarelo, entre 60% a 90% dos municípios gerem os seus resíduos através de aterros sanitários, células de contingência e instalações de tratamento; nos departamentos a vermelho, menos de 60% dos municípios gerem os seus resíduos através de aterros sanitários, células de contingência e instalações de tratamento.

Como se pode ver, os únicos departamentos "a verde" são Bogotá D.C., Cundinamarca, Huila, Caldas, Risaralda, Quindio, Atlantico, Antioquia e Cordoba, bem como o arquipélago de San Andres e Providencia.

Os departamentos "a amarelo" são La Guajira, Cesar, Sucre, Norte de Santander, Santander, Boyaca, Vichada, Casanare, Meta, Tolima, Valle, Nariño, Caqueta e Vaupes. No fundo, a maioria dos departamentos colombianos encontra-se em situação "amarela".

Finalmente, os departamentos "a vermelho" são aqueles em que um menor número de municípios (menos de 60%) gere adequadamente os seus resíduos sólidos. Nesta categoria encontravam-se, em 2013, departamentos como Amazonas, Guaviare, Guainia, Cauca, Putumayo, Arauca, Choco, Bolivar e Magdalena.



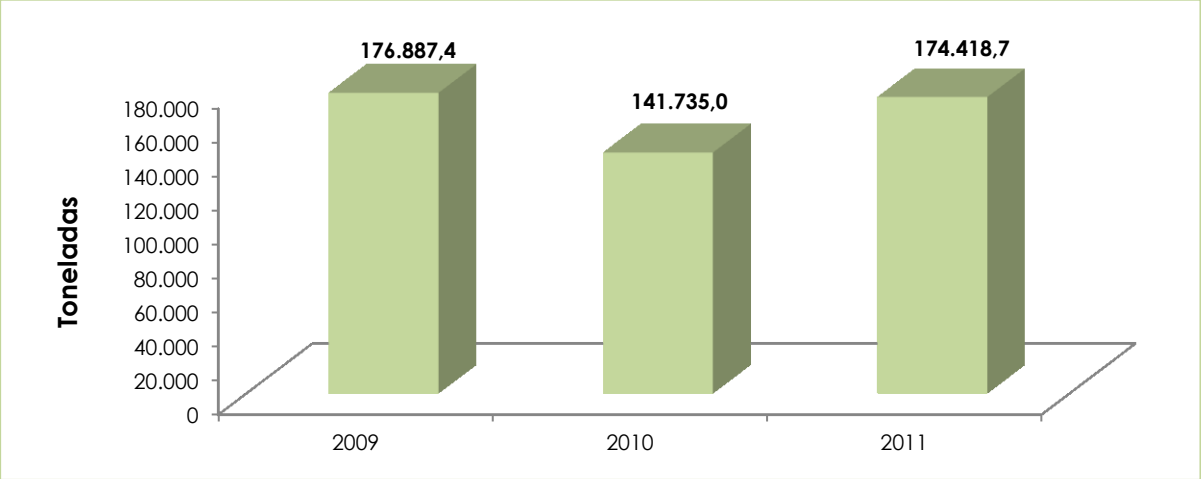
Fonte: *SSPD*

Figura 13 – Mapa de deposição de RSU em 2013

Resíduos Perigosos

Em 2012, o Instituto da Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais da Colômbia (IDEAM), publicou a mais recente versão do Boletim Nacional de Produção e Gestão de Resíduos Perigosos na Colômbia, referente ao ano de 2011.

Segundo a mesma publicação, foram produzidas 174.418,7 toneladas de resíduos perigosos na Colômbia em 2011, acima assim dos valores encontrados para o ano de 2010, mas abaixo dos valores encontrados para o ano de 2009, como se pode ver no quadro seguinte. Esta variação pode ser explicada pelo crescimento económico registado pela Colômbia entre 2010 e 2011 (5,9%), bem como por uma melhoria nos registos de produção de resíduos perigosos.



Fonte: *SSPD*

Figura 14 – Produção de resíduos perigosos na Colômbia em 2009, 2010 e 2011

A esmagadora maioria dos resíduos, cerca de 93%, são provenientes dos chamados "grandes geradores", ou seja, entidades que gerem resíduos em quantidade superior a 1.000 kg/mês. Os fluxos de resíduos perigosos mais gerados são claramente os óleos usados e hidrocarbonetos, como se pode ver no quadro seguinte.

Quadro 19 – Fluxos de resíduos perigosos na Colômbia em 2011

Fluxo	Ton/ano	Quota
Óleos usados e hidrocarbonetos	81.852	47%
Resíduos hospitalares	16.751,4	10%
Óleos minerais usados	11.034,9	6%
Fluxos de resíduos de purificadores de gás	9.803,6	6%
Fluxos de resíduos de tintas	7.496,5	4%
Líquidos do tratamento de superfícies metálicas	5.193,6	3%
Pilhas e acumuladores	4.763,0	3%
Resíduos da eliminação de resíduos industriais	3.922,5	2%
Resíduos de soluções básicas ou ácidas	3.311,0	2%
Outros resíduos (resíduos metálicos, cádmio, contaminantes, etc.)	30.290,2	17%

Fonte: *IDEAM*

Os resíduos perigosos produzidos na Colômbia são na sua esmagadora maioria gerados pelo setor petrolífero, como se pode ver no quadro seguinte.

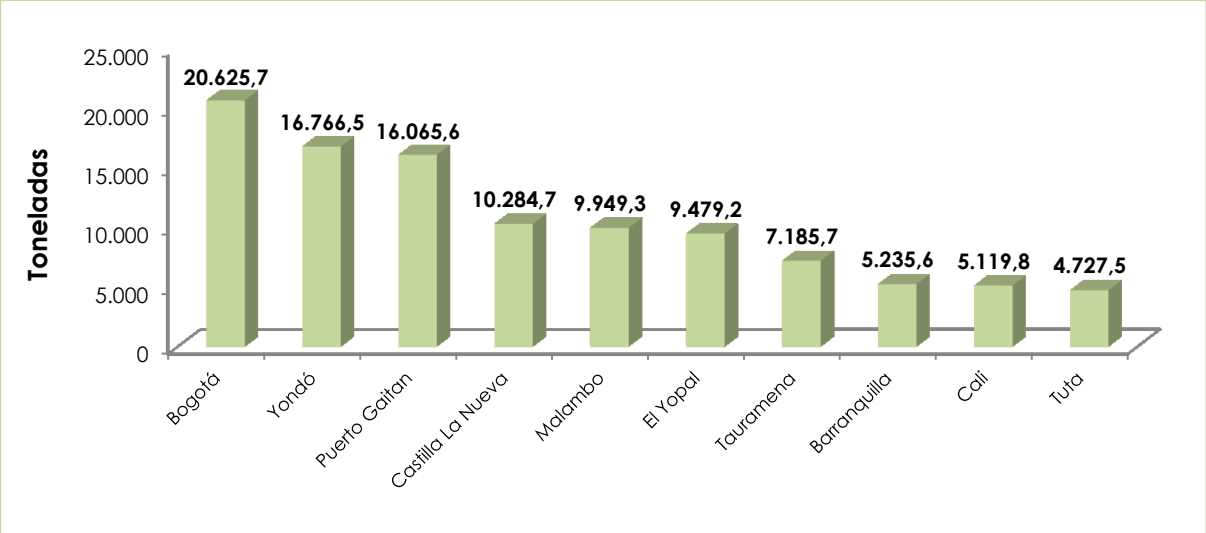
Quadro 20 – Setores que mais produzem resíduos perigosos na Colômbia em 2011

Setor	Ton/ano
Atividades de impressão	4.487,2
Fabrico de pilhas e acumuladores	3.933,4
Transporte por tubagens	3.346,7
Extração de petróleo e gás natural	74.184,3
Metalúrgica	14.510,0
Instituições de saúde com internamento	11.357,5
Fabrico de produtos metálicos para uso estrutural	5.383,6
Extração de carvão	3.257,2
Fabrico de peças e acessórios para automóveis	3.003,1
Comércio de peças e acessórios para automóveis	2.937,1
Fabrico de outros produtos metálicos não especificados	1.036,5
Atividades de prática médica	1.805,8
Eliminação de desperdícios e águas residuais, saneamento e similares	1.921,6

Fonte: *IDEAM*

Como seria expectável, centros industriais como Bogotá, Barranquilla, Cali e Malambo são dos maiores produtores de resíduos perigosos. A estes juntam-se cidades produtoras de petróleo como Yondó, Puerto Gaitán, Castilla La Nueva, El Yopal e Tauramena, bem como o município de Tuta, mais famoso pela atividade siderúrgica.

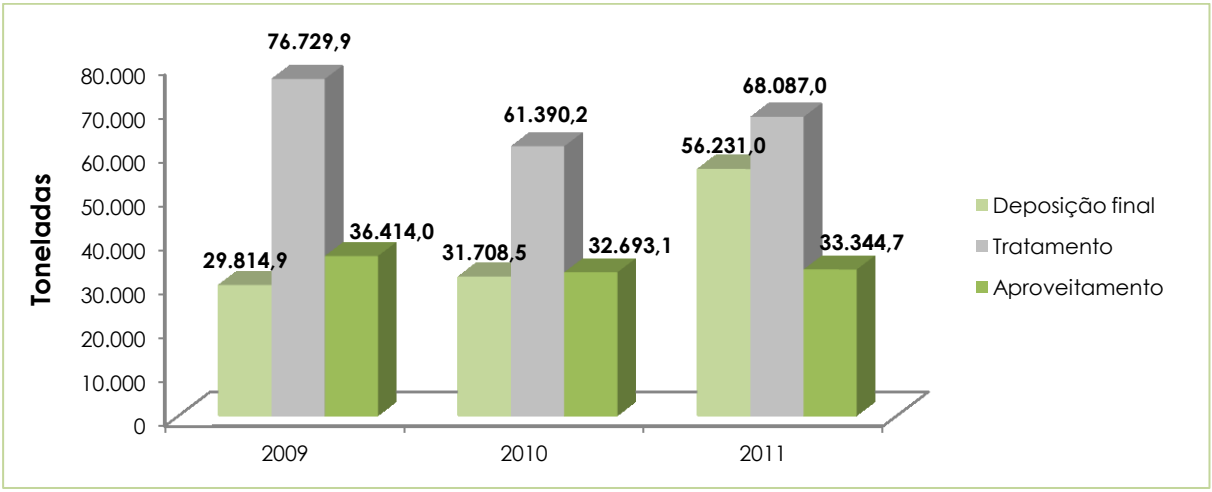
A figura seguinte apresenta as quantidades de resíduos perigosos produzidas nas 10 cidades colombianas com maior volume de produção deste tipo de resíduos em 2011.



Fonte: *IDEAM*

Figura 15 – Municípios com a maior produção de resíduos perigosos em 2011

A grande maioria dos resíduos perigosos produzidos na Colômbia é posteriormente encaminhada para tratamento, como se pode ver na figura seguinte. Esta é uma situação que, de resto, se repete em 2009, 2010 e 2011.



Fonte: *IDEAM*

Figura 16 – Gestão de resíduos perigosos na Colômbia em 2009, 2010 e 2011

Resíduos Especiais

Analisando agora os fluxos de alguns resíduos especiais, em função da sua perigosidade para a saúde pública, é percetível que o fluxo de resíduos com maior volume na Colômbia é o dos resíduos de amianto, tendo sido geradas 2.785,7 toneladas deste resíduo em 2011, como se pode ver no quadro seguinte.

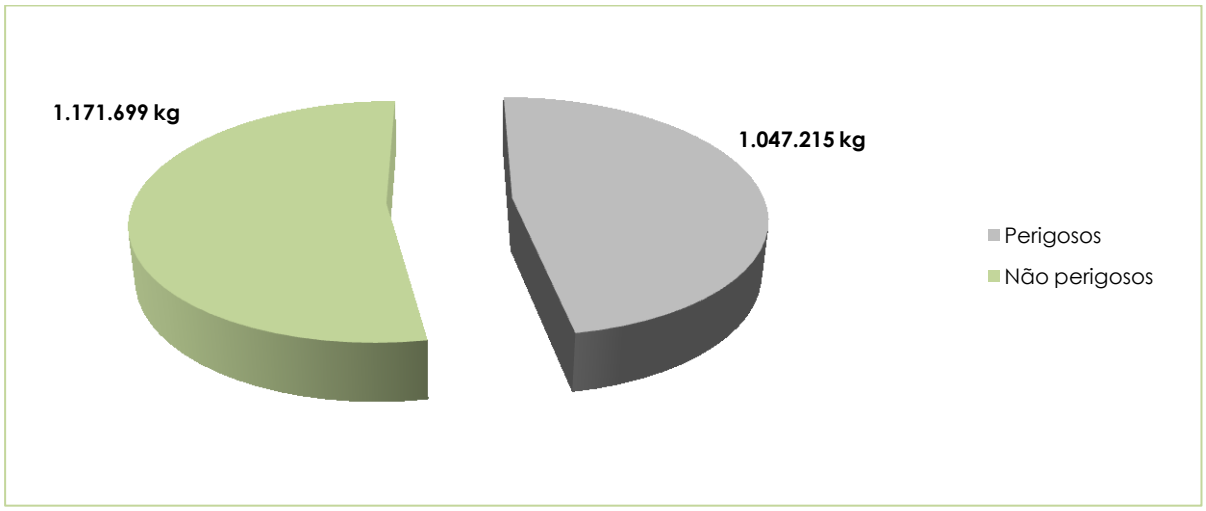
Quadro 21 – Fluxos de resíduos especiais na Colômbia em 2011

Fluxo	Ton/ano
Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos	648,9
Resíduos de amianto	2.785,7
Resíduos de bifenilos e trifenilos	256,7
Resíduos de mercúrio	229,9
Resíduos de biocidas e fitofarmacêuticos	445,4

Fonte: *IDEAM*

Resíduos de Serviços de Saúde

Segundo diagnóstico efetuado a 3.736 entidades prestadoras de saúde colombianas, a produção média de resíduos de serviços de saúde no país foi de 2.218,9 toneladas/mês em 2011, 53% dos quais não perigosos, como se pode ver na figura seguinte.

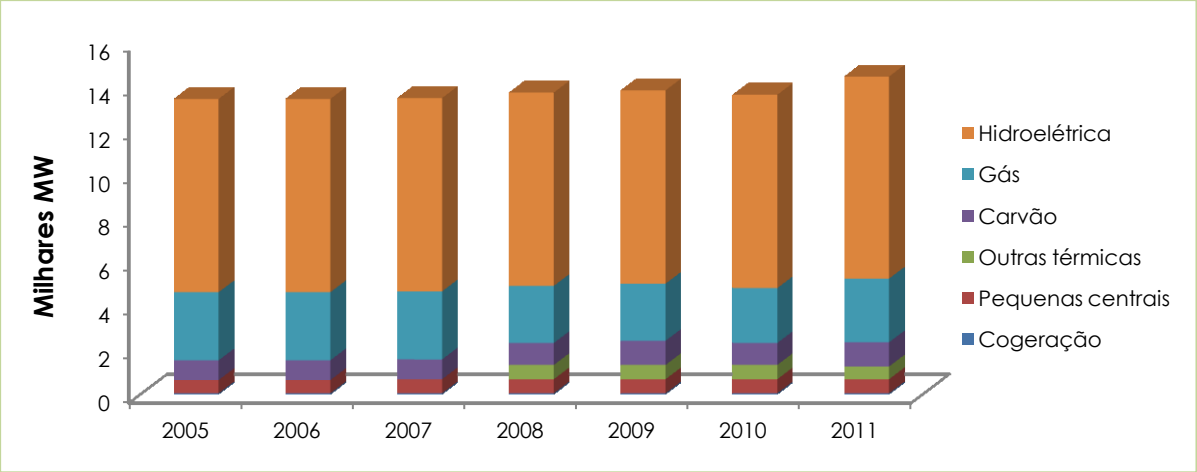


Fonte: *IDEAM*

Figura 17 – Produção de resíduos de serviços de saúde na Colômbia em 2011

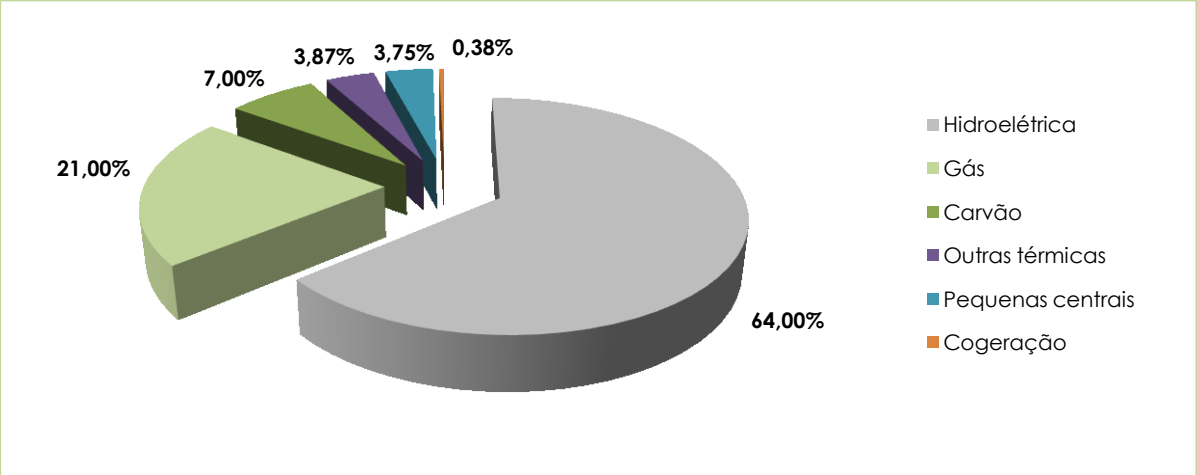
2.7. Consumo de Energia

A capacidade efetiva do "Sistema Intercontectado Nacional" (SIN), a rede pública de energia colombiana, cresceu 8% entre 2005 e 2011, passando de 13.348 MW para 14.420 MW, ou seja, um incremento de 1.072 MW, como se pode ver nas figuras seguintes. Nas figuras seguintes é também visível a capacidade produtiva por tipo de tecnologia, concluindo-se que a produção hidroelétrica é aquela com maior capacidade instalada, representando 64% da potência total. Seguem-se a produção térmica com gás (21%), a produção térmica com carvão (7%), as centrais térmicas com recurso a outros combustíveis (3,87%), as pequenas centrais (3,75%) e a cogeração (0,38%).



Fonte: *XM*

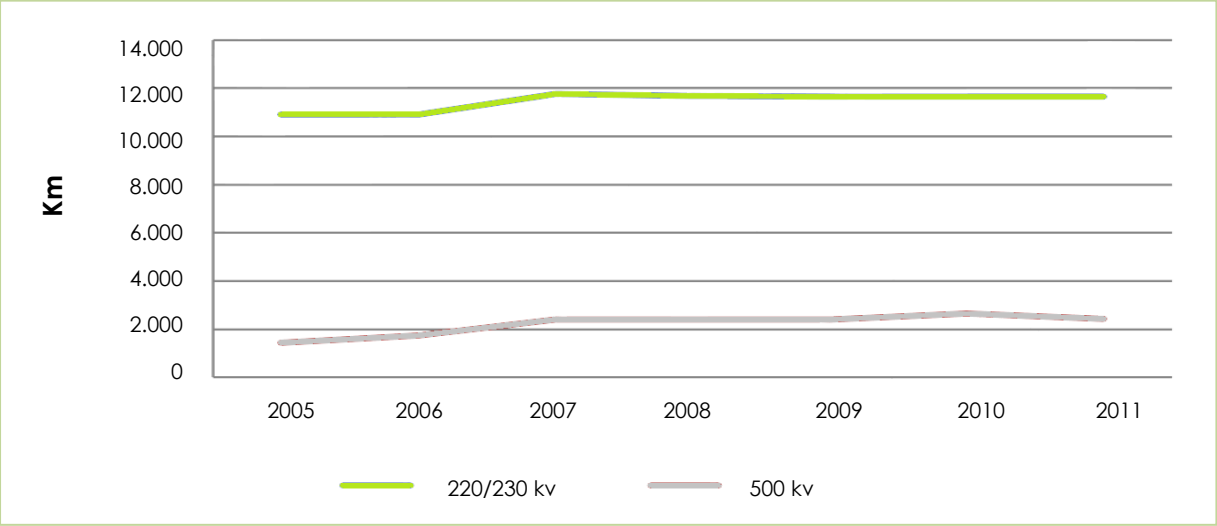
Figura 18 – Capacidade efetiva de produção de energia na Colômbia em 2011



Fonte: *XM*

Figura 19 – Proporção das fontes de produção de energia na Colômbia em 2011

O "Sistema de Transmisión Nacional" (STN) é composto por linhas e equipamentos que operam a tensões iguais ou superiores a 220 kV, sendo as tensões utilizadas na Colômbia 220 kV, 230 kV e 500 kV. As linhas de 500 kV aumentaram 68% entre 2005 e 2011, enquanto as linhas de 220/230 cresceram 7% no mesmo período, como se pode ver na figura seguinte.

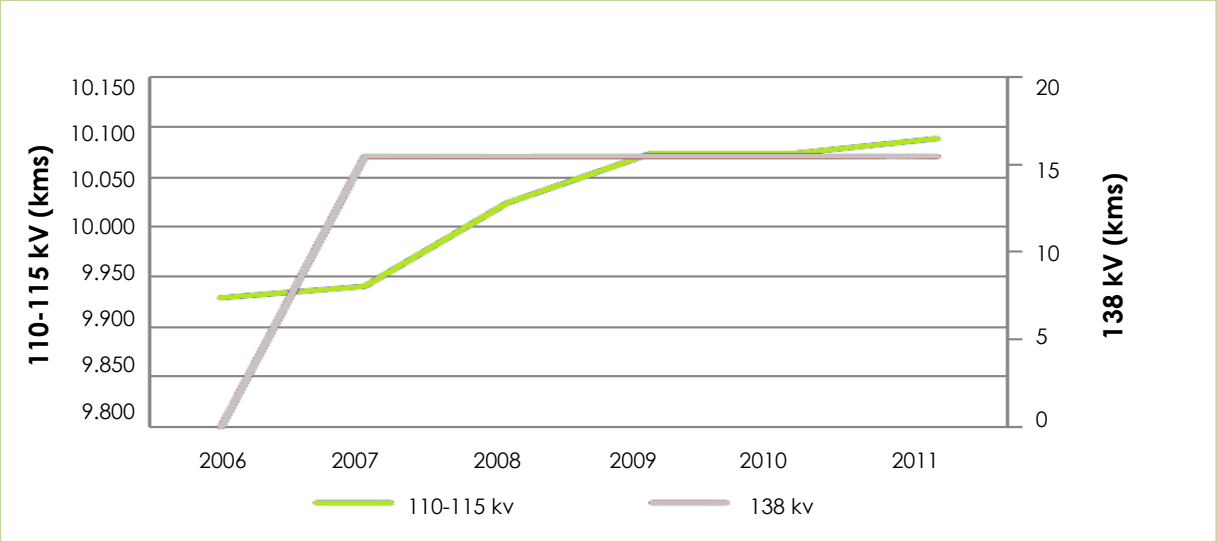


Fonte: *XM*

Figura 20 – Evolução das redes de transmissão de energia na Colômbia, 2005-2011

A atividade de distribuição de energia na Colômbia consiste no transporte de energia elétrica por redes de distribuição municipais ou distritais, as quais se encontram modeladas por um conjunto de linhas e subestações que operam a tensões inferiores a 220 kV.

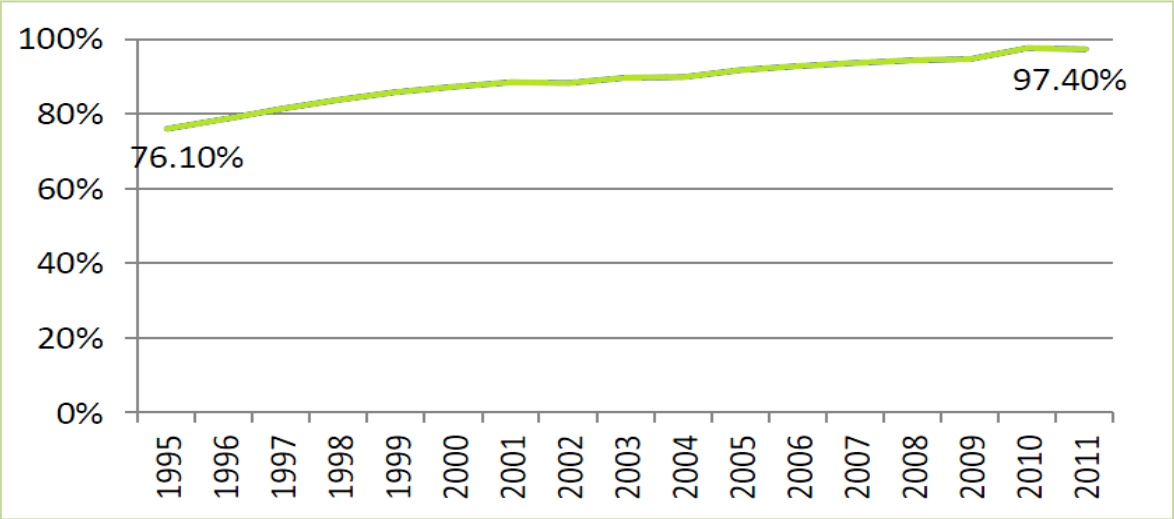
No ano de 2011, a Colômbia possuía 10.105 km de rede nos níveis de tensão de 110-115 kV e cerca de 15,5 km a 138 kV, como se pode ver na figura seguinte.



Fonte: *XM*

Figura 21 – Rede de distribuição de energia na Colômbia, por voltagem, 2005-2011

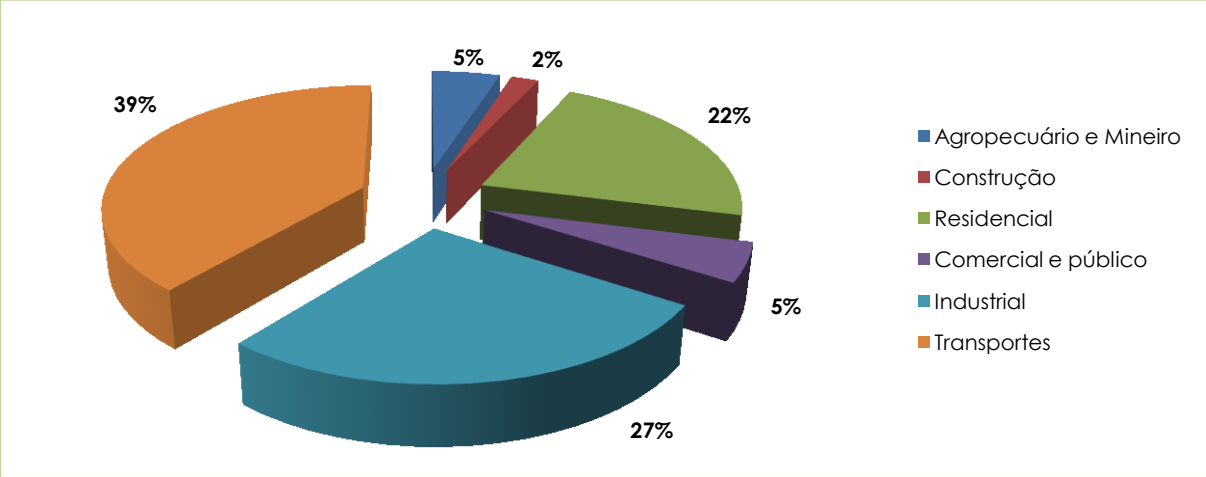
Segundo informações do DANE, cerca de 97,4% da população colombiana estava coberta pela rede de energia elétrica em 2011, contra apenas 76,1% em 1955, o que representa um incremento de 21 pontos percentuais no espaço de 56 anos, como se pode ver na figura seguinte.



Fonte: *DANE*

Figura 22 – Cobertura da rede de energia elétrica colombiana, 1995-2011

Abordando agora o consumo de energia, a maioria provém dos setores dos transportes, industrial e residencial, como se pode ver na figura seguinte.

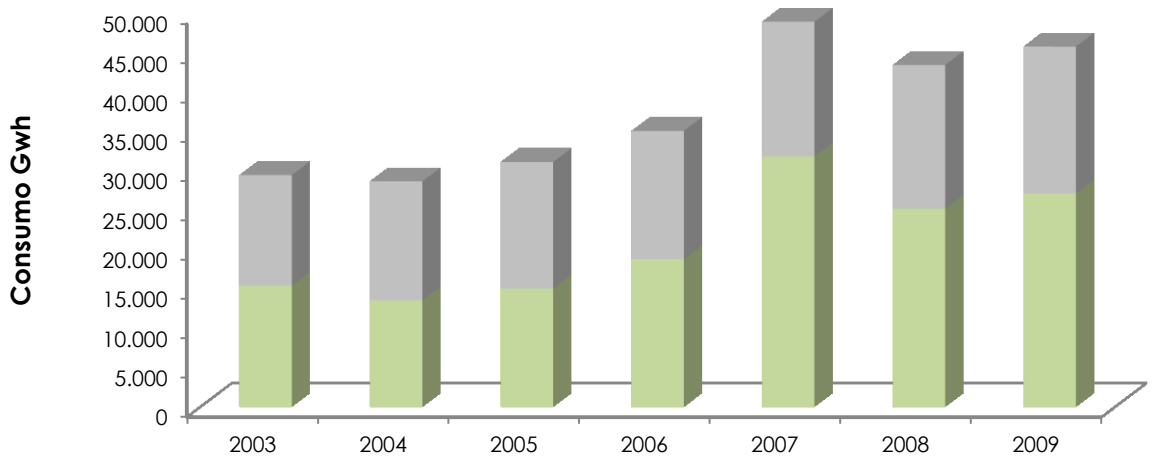


Fonte: *UPME*

Figura 23 – Consumo final de energia por setores em 2008

Segundo outros dados, também da autoria da UPME (Unidad de Planeación Minero Energética) e referentes a 2009, o consumo total de energia foi de 45.783 Gwh, sendo que 18.669 Gwh se referiam ao setor residencial.

A figura seguinte apresenta a evolução do consumo energético na Colômbia entre 2003 e 2009. A análise da figura permite ainda concluir que no período em análise, o consumo não residencial cresceu 76%, enquanto o consumo residencial cresceu 33%.



	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Não residencial	15.421	13.555	15.040	18.794	31.825	26.180	27.114
Residencial	14.039	15.117	16.087	16.261	17.124	18.258	18.669

Fonte: *UPME*

Figura 24 – Consumo total de energia residencial e não residencial em 2009

2.8. Condições de Acesso aos Mercados

Requisitos Legais e Societários

Tipologias de Sociedade Comercial

Os cinco tipos de veículos legais para a constituição de uma presença local na Colômbia são similares aos encontrados no ordenamento jurídico português, e são os seguintes:

- **Sociedade de responsabilidade limitada;**
- **Sociedade anónima (SA);**
- **Sociedade por ações simplificada (SAS);**
- **Sociedade em comandita;**
- **Sociedade coletiva.**

Para além deste veículos legais, é também possível a uma empresa estabelecer-se na Colômbia por via da criação de uma sucursal de sociedade estrangeira. De seguida, estabelece-se uma breve descrição sobre cada uma destas tipologias de sociedade comercial.

Sociedade de Responsabilidade Limitada

Uma sociedade de responsabilidade limitada deve ser constituída com um mínimo de 2 sócios e um máximo de 25. Os sócios veem a sua responsabilidade limitada à sua entrada de capital, excetuando no caso de obrigações fiscais e laborais, caso em que todos os sócios são solidariamente responsáveis pelas obrigações da empresa.

O capital deve estar completamente realizado no momento de constituição da sociedade e dividido em quotas de capital de igual montante. As quotas podem ser transferidas entre sócios e terceiros, caso o Conselho de Administração da empresa esteja de acordo.

Sociedade Anónima

Uma sociedade anónima deverá ser constituída com um mínimo de 5 acionistas, sendo cada acionista responsável pelo seu montante de ações.

No momento da criação da empresa, pelo menos metade do capital da empresa deve estar subscrito e um terço deste deve estar realizado.

As ações das sociedades anónimas podem ser negociadas livremente em qualquer momento.

Sociedade por Ações Simplificada

Este tipo de sociedade pode ser constituído por apenas um acionista. Esta sociedade cria uma nova entidade legal, totalmente independente do seu ou seus acionistas, sendo o seu capital também completamente independente do património dos acionistas.

A responsabilidade dos acionistas está limitada ao montante com que cada um contribui para a sociedade, não sendo estes em situação alguma responsáveis solidariamente em questões fiscais ou laborais.

No momento da criação da empresa, o capital não está sujeito às regras de integração descritas para as sociedades anónimas, devendo ser subscrito e realizado de acordo com condições específicas estabelecidas nos estatutos da empresa. No entanto, a integração do capital terá forçosamente que acontecer num prazo máximo de 2 anos.

Sociedade em Comandita

Neste tipo de sociedade participam duas classes de sócios, os gestores e os comanditários. Regra geral, aos gestores (ou sócios comanditados) cabe administrar e representar a sociedade, não sendo necessário que efetuem qualquer contribuição financeira, podendo no entanto fazê-lo, sem que percam o seu estatuto na empresa. Os sócios comanditários contribuem apenas com o capital.

Para os sócios gestores, a responsabilidade é solidária e ilimitada, enquanto que para os comanditários é limitada às suas contribuições.

As sociedades em comandita constituem-se por escritura pública e requerem um mínimo de um sócio gestor e de um sócio comanditário.

Sociedade Coletiva

As sociedades coletivas constituem-se por escritura pública e requerem um mínimo de dois sócios. A responsabilidade é solidária e ilimitada, sendo por isso um tipo societário em que a confiança entre os sócios é fundamental.

Sucursal de Sociedade Estrangeira

Uma empresa estrangeira com atividade permanente na Colômbia deve estabelecer uma sucursal local.

As sucursais são consideradas uma forma de representação local da empresa estrangeira, não sendo assim criada qualquer entidade legal na constituição de uma sucursal local, criando as atividades da sucursal uma obrigação direta na empresa-mãe. Todas as decisões da empresa com influência na Colômbia devem ser tomadas pela empresa-mãe.

As formas legais de constituição de sociedade mais utilizadas na Colômbia são a sociedade de responsabilidade limitada, a sociedade anónima, a sociedade por ações simplificada e a sucursal de sociedade estrangeira. O quadro seguinte apresenta algumas das principais características de cada um destes tipos societários.

Quadro 22 – Tipos de sociedade na Colômbia

Sociedade de Responsabilidade Limitada	
Forma de constituição	Regra geral, por escritura pública, podendo ser efetuada por documento privado, caso sejam cumpridos os requisitos da lei 1014, de 2006.
Número de sócios	Entre 2 e 25.
Responsabilidade	Limitada à contribuição de capital de cada um dos sócios, a menos que os estatutos da empresa forneçam indicação em contrário. Os sócios não são responsáveis solidariamente pelo pagamento de qualquer dívida, exceção feita a questões fiscais e laborais.
Capital	Realizado no momento da criação da empresa, bem como no momento de decisão para aumento de capital.
Transferência de quotas/Ações	A transferência/venda de partes sociais implica uma alteração dos estatutos, que devem ser legalizados por meio de escritura pública.
Reservas legais	As reservas legais são equivalentes a 10% dos ganhos líquidos, até ao limite de 50% dos capitais próprios.
Objeto social	O objeto social da empresa deve ser determinado e as suas atividades limitam-se a esse mesmo objeto social.

Quadro 22 – Tipos de sociedade na Colômbia (continuação)

Duração	Definida, com possibilidade de prorrogação por parte dos sócios.
Investimento estrangeiro	Qualquer investimento sob a forma de capital privado é automaticamente registado no Banco Central da República quando a correspondente declaração de câmbio é processada por um intermediário do mercado cambial (banco comercial), ou através de uma conta de compensação registada no Banco Central da Colômbia.
Responsabilidade fiscal	Os sócios são solidariamente responsáveis perante a autoridade tributária, na proporção da sua participação. Em caso de fraude, os sócios podem ser responsáveis solidariamente por todo o prejuízo causado pela situação.
Auditor fiscal	Não é necessário, exceto quando o ativo bruto da empresa é 5 mil vezes superior ao salário mínimo mensal (cerca de 1,2 milhões de euros, em 2014) ou o volume de negócios bruto do ano anterior é 3 mil vezes superior ao salário mínimo mensal (cerca de 725 mil euros, em 2014).
Dividendos/ remessas	Caso o investimento estrangeiro tenha sido registado no Banco Central, o investidor tem direitos de câmbio para o pagamento de dividendos.
Conselho de Administração	Opcional.
Vigilância governamental	As empresas de responsabilidade limitada são monitorizadas pela Superintendência das Sociedades, entre outras entidades, caso os ativos ou as receitas sejam superiores a 30 mil vezes o salário mínimo mensal (cerca de 7,3 milhões de euros, em 2014). O controlo governamental é essencialmente financeiro, requerendo o envio das demonstrações financeiras anuais à Superintendência das Sociedades.
Repatriamento de capital	Caso o investimento estrangeiro tenha sido registado no Banco Central, o investidor tem direitos de câmbio para o repatriamento de capitais após liquidação da empresa ou redução de capital, caso sejam cumpridos alguns pressupostos.
Sociedade Anónima	
Forma de constituição	Regra geral, por escritura pública, podendo ser efetuada por documento privado, caso sejam cumpridos os requisitos da lei 1014, de 2006.
Número de sócios	Um mínimo de 5, nenhum deles podendo deter mais de 95% do capital da empresa.
Responsabilidade	A responsabilidade é limitada ao valor das participações dos acionistas. Os acionistas não são responsáveis por créditos, a menos que existam garantias específicas. A responsabilidade dos acionistas é aumentada em caso de fraude ou caso a empresa-mãe seja responsável por uma subsidiária em processo de liquidação ou insolvência.
Capital	Metade do capital subscrito na constituição da empresa e um terço destes deve ser realizado. Os restantes dois terços devem ser realizados no espaço de um ano.
Transferência de quotas/Ações	As ações são livremente transferíveis, não sendo necessária uma alteração estatutária.
Reservas legais	As reservas legais são equivalentes a 10% dos ganhos líquidos, até ao limite de 50% dos capitais próprios.
Objeto social	O objeto social da empresa deve ser determinado e as suas atividades limitam-se a esse mesmo objeto social.
Duração	Definida, com possibilidade de prorrogação por parte dos acionistas.
Investimento estrangeiro	Qualquer investimento sob a forma de capital privado é automaticamente registado no Banco Central da República quando a correspondente declaração de câmbio é processada por um intermediário do mercado cambial (banco comercial), ou através de uma conta de compensação registada no Banco Central da Colômbia.

Quadro 22 – Tipos de sociedade na Colômbia (continuação)

Responsabilidade fiscal	Em caso de fraude, os sócios podem ser responsáveis solidariamente por todo o prejuízo causado pela situação.
Auditor fiscal	Obrigatório.
Dividendos/ remessas	Caso o investimento estrangeiro tenha sido registado no Banco Central, o investidor tem direitos de câmbio para o pagamento de dividendos.
Conselho de Administração	Obrigatório.
Vigilância governamental	As empresas de ações são monitorizadas pela Superintendência das Sociedades, entre outras entidades, caso os ativos ou as receitas sejam superiores a 30 mil vezes o salário mínimo mensal (cerca de 7,3 milhões de euros, em 2014). O controlo governamental é essencialmente financeiro, requerendo o envio das demonstrações financeiras anuais à Superintendência das Sociedades.
Repatriamento de capital	Caso o investimento estrangeiro tenha sido registado no Banco Central, o investidor tem direitos de câmbio para o repatriamento de capitais após liquidação da empresa ou redução de capital, caso sejam cumpridos alguns pressupostos.
Sociedade por Ações Simplificada	
Forma de constituição	Regra geral, através de documento privado. Caso a constituição inclua bens em que a lei determina a necessidade de escritura pública, esta deve ser realizada.
Número de sócios	No mínimo 1 acionista.
Responsabilidade	A responsabilidade é limitada às participações de capital, não sendo, em regra, os acionistas responsáveis por qualquer dívida contraída pela sociedade. Em caso de fraude, os acionistas são responsáveis solidariamente.
Capital	A subscrição e realização do capital são definidas pelos acionistas, devendo respeitar-se um prazo máximo de 2 anos para o efeito.
Transferência de quotas/Ações	As ações são livremente transferíveis, não sendo necessária uma alteração estatutária.
Reservas legais	A lei não obriga à existência de reservas legais, a menos que os estatutos da empresa assim o digam.
Objeto social	O objeto social pode ser indeterminado, permitindo à empresa realizar qualquer tipo de atividade comercial.
Duração	Pode ser indefinida.
Investimento estrangeiro	Qualquer investimento sob a forma de capital privado é automaticamente registado no Banco Central da República quando a correspondente declaração de câmbio é processada por um intermediário do mercado cambial (banco comercial), ou através de uma conta de compensação registada no Banco Central da Colômbia.
Responsabilidade fiscal	Em caso de fraude, os sócios podem ser responsáveis solidariamente por todo o prejuízo causado pela situação.
Auditor fiscal	Não é necessário, exceto quando o ativo bruto da empresa é 5 mil vezes superior ao salário mínimo mensal (cerca de 1,2 milhões de euros, em 2014) ou o volume de negócios bruto do ano anterior é 3 mil vezes superior ao salário mínimo mensal (cerca de 725 mil euros, em 2014).
Dividendos/ remessas	Caso o investimento estrangeiro tenha sido registado no Banco Central, o investidor tem direitos de câmbio para o pagamento de dividendos.

Quadro 22 – Tipos de sociedade na Colômbia (conclusão)

Conselho de Administração	Opcional.
Vigilância governamental	As empresas de ações são monitorizadas pela Superintendência das Sociedades, entre outras entidades, caso os ativos ou as receitas sejam superiores a 30 mil vezes o salário mínimo mensal (cerca de 7,3 milhões de euros, em 2014). O controlo governamental é essencialmente financeiro, requerendo o envio das demonstrações financeiras anuais à Superintendência das Sociedades.
Repatriamento de capital	Caso o investimento estrangeiro tenha sido registado no Banco Central, o investidor tem direitos de câmbio para o repatriamento de capitais após liquidação da empresa ou redução de capital, caso sejam cumpridos alguns pressupostos.
Sucursal de Sociedade Estrangeira	
Forma de constituição	Escritura pública.
Responsabilidade	A empresa-mãe é responsável por todas ações da sucursal, mesmo que seja ultrapassado o capital.
Capital	Uma vez constituída a sucursal, todo o capital deve estar realizado. Capital adicional pode ser integrado, por meio de um investimento adicional sobre o capital inicial.
Reservas legais	As reservas legais são equivalentes a 10% dos ganhos líquidos, até ao limite de 50% dos capitais próprios.
Objeto social	O objeto social deve ser determinado, ficando a sucursal obrigada ao exercício de atividades correspondentes às da empresa-mãe.
Duração	Definida, com possibilidade de extensão por parte da empresa-mãe.
Investimento estrangeiro	Qualquer investimento sob a forma de capital privado é automaticamente registado no Banco Central da República quando a correspondente declaração de câmbio é processada por um intermediário do mercado cambial (banco comercial), ou através de uma conta de compensação registada no Banco Central da Colômbia. Caso a empresa-mãe decida incrementar o investimento, este deve passar pelos mercados de câmbio.
Responsabilidade fiscal	A empresa-mãe e a sucursal são solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações fiscais.
Auditor fiscal	Obrigatório.
Dividendos/ remessas	Caso o investimento estrangeiro tenha sido registado no Banco Central, o investidor tem direitos de câmbio para a transferência de lucros.
Vigilância governamental	As sucursais são monitorizadas pela Superintendência das Sociedades, entre outras entidades, caso os ativos ou as receitas sejam superiores a 30 mil vezes o salário mínimo mensal (cerca de 7,3 milhões de euros, em 2014), ou estejam em processo de reestruturação/reorganização, ou quando a empresa-mãe faça parte de um grupo empresarial colombiano ou esteja sob controlo.
Repatriamento de capital	Caso o investimento estrangeiro tenha sido registado no Banco Central, o investidor tem direitos de câmbio para o repatriamento de capitais (investimento inicial e investimentos suplementares) após liquidação da empresa ou redução de capital, caso sejam cumpridos alguns pressupostos.

Fonte: Proexport

Constituição e Registo de Empresas

Para a constituição de uma sociedade comercial na Colômbia, há diversos passos que devem ser respeitados e burocracias a serem cumpridas. O quadro seguinte apresenta os passos a seguir para a formação de uma entidade comercial legal naquele país.

Quadro 23 – Constituição de uma empresa na Colômbia

Sociedade de Ações Simplificada		
N.º	**Atividade/Documento**	**Custo**
1	Contacto presencial do advogado ou acionista com o notário, para formalizar a constituição da empresa por documento privado.	Notário (COP 4.000, cerca de 1,6 euros).
2	Registo dos estatutos na Câmara de Comércio da cidade local. Pagamento de impostos e taxas de registo.	0,7% do capital subscrito (taxa de registo) + COP 31.000 (cerca de 12 euros, de despesas de registo).
3	Requisição de pré-RUT (Registo Único Tributário) para abertura de conta bancária.	Sem custo.
4	Solicitação e obtenção de RUT diante do DIAN (*Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales*).	Sem custo.
5	Solicitação da atualização do registo mercantil da sociedade, com o intuito de obter o NIT (Número de Identificação Tributária) definitivo. Deve juntar-se cópia do RUT, outorgada pela DIAN.	Sem custo.
6	Solicitação do certificado de existência e representação legal, emitido pela Câmara de Comércio.	COP 4.100 (cerca de 1,5 euros).
Sucursal de Sociedade Estrangeira		
N.º	**Atividade/Documento**	**Custo**
1	Formalização dos estatutos da empresa-mãe e de qualquer outra documentação necessária de acordo com o Código Comercial colombiano, por via de escritura pública.	0,3% do capital consignado à sucursal (despesas de notário) + 16% de IVA sobre essa verba.
2	Registo da escritura pública na Câmara do Comércio.	0,7% do capital consignado (taxa de registo) + COP 31.000 (cerca de 12 euros, de despesas de registo).
3	Requisição de pré-RUT para abertura de conta bancária.	Sem custo.
4	Solicitação e obtenção de RUT diante do DIAN.	Sem custo.
5	Solicitação da atualização do registo mercantil da sociedade, com o intuito de obter o NIT (Número de Identificação Tributária) definitivo. Deve juntar-se cópia do RUT, outorgada pela DIAN.	Sem custo.
6	Solicitação do certificado de existência e representação legal, emitido pela Câmara de Comércio.	COP 4.100 (cerca de 1,5 euros).

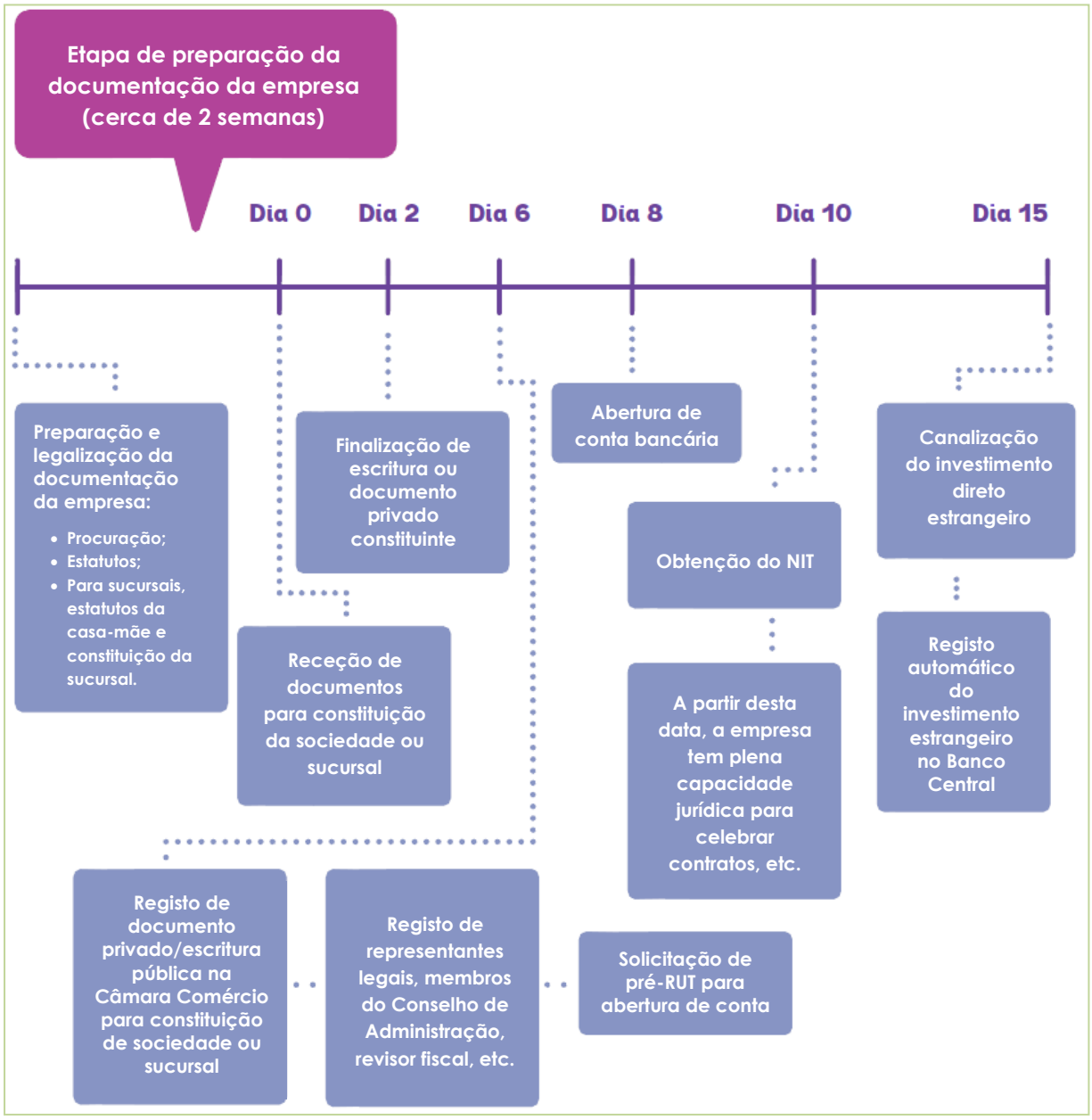
Quadro 23 – Constituição de uma empresa na Colômbia (conclusão)

Sociedades Anónimas e Sociedades de Responsabilidade Limitada		
N.º	**Atividade/Documento**	**Custo**
1	Os estatutos devem ser formalizados por meio de escritura pública ou documento privado em notário, caso sejam cumpridos os requisitos da lei 1014, de 2006.	0,3% sobre o capital social subscrito (despesas de notário) + 16% de IVA sobre esses mesmos direitos. Custo de contacto pessoal com notário para formalização: COP 4.000 (cerca de 1,6 euros).
2	Registo da escritura pública na Câmara do Comércio, na cidade sede da empresa. Pagamento de impostos e taxas de registo.	0,7% do capital subscrito (taxa de registo) + COP 31.000 (cerca de 12 euros, de despesas de registo).
3	Requisição de pré-RUT (Registo Único Tributário) para abertura de conta bancária.	Sem custo.
4	Solicitação e obtenção de RUT diante do DIAN (*Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales*).	Sem custo.
5	Solicitação da atualização do registo mercantil da sociedade, com o intuito de obter o NIT (Número de Identificação Tributária) definitivo. Deve juntar-se cópia do RUT, outorgada pela DIAN.	Sem custo.
6	Solicitação do certificado de existência e representação legal, emitido pela Câmara de Comércio.	COP 4.100 (cerca de 1,5 euros).

Fonte: Proexport

Este processo, não incluindo o tempo de preparação que precede o início do processo, demora em média cerca de duas semanas. A figura seguinte apresenta as principais etapas a cumprir aquando da constituição de uma empresa na Colômbia, expressando o tempo estimado para a conclusão de cada uma dessas etapas em dias úteis, sob a forma de um esquema.

É ainda importante referir que para além destes passos iniciais, que efetivamente constituem uma sociedade ou sucursal na Colômbia, há diversas etapas que se sucedem, aliás de forma similar ao que se passa no nosso país como o registo da empresa na Caixa de Compensação Familiar, no Serviço Nacional de Aprendizagem e no Instituto Colombiano do Bem-Estar Familiar, o registo dos empregados para benefícios de saúde (público), o registo da empresa e trabalhadores na *Colpensiones* (Segurança Social), o registo dos trabalhadores na Administração dos Riscos Profissionais (ARL), o registo de empregador e empregados em fundo de pensões privado ou o registo dos trabalhadores num fundo de rescisões.



Fonte: Proexport

Figura 25 – Etapas para a constituição de uma empresa na Colômbia

Sistema Fiscal

Introdução

O sistema fiscal colombiano compreende impostos nacionais, regionais e municipais. Os principais impostos nacionais são o imposto sobre os rendimentos, o imposto sobre os rendimentos para a igualdade (CREE), o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), o imposto sobre o consumo e o imposto sobre os movimentos financeiros (GMF). Os principais impostos regionais e municipais são o imposto industrial e comercial (ICA), o imposto predial e o imposto de registo.

As empresas e indivíduos residentes na Colômbia são taxadas nas suas receitas, património e ganhos de capital obtidos no país ou no exterior. Considera-se empresa residente uma empresa que tenha sido constituída na Colômbia, cuja atividade fundamental seja na Colômbia ou cuja direção esteja sedeada no país. Um cidadão é considerado residente quando permanece no país 183 ou mais dias, consecutivamente ou não, num período de 365 dias consecutivos, ou caso seja um cidadão colombiano com os seus centros de interesse vitais/financeiros no país.

As empresas estrangeiras são taxadas pelas suas receitas e património em sede de imposto sobre o rendimento, diretamente ou através de sucursais e estabelecimentos permanentes no país.

A taxa de imposto sobre o rendimento geral é de 25%, para entidades nacionais ou estrangeiras, podendo ser adotada uma taxa inferior (15%) para operadores de zonas francas. Caso a empresa estrangeira não tenha estabelecimento permanente no país, a taxa sobe para os 33%.

Existe ainda uma taxa progressiva especial para empresas de pequena dimensão, que é de 0% durante os primeiros dois anos de atividade, 6,25% durante o terceiro ano, 12,5% no quarto ano e 18,75% no quinto ano. A partir do quinto ano, é aplicada a taxa base de 25%. Para empresas de pequena dimensão a operar em Amazonas, Guania ou Vaupes, é aplicada uma taxa de 0% durante os primeiros oito anos, 16,5% no nono ano e 24,75% no décimo ano. A partir do décimo primeiro ano, vigora a taxa base.

A legislação dita ainda a ausência do pagamento de impostos no arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina, bem como para setores industriais específicos.

De acordo com o sistema fiscal colombiano, a matéria coletável pode ser apurada de 3 formas, a saber:

- **Sistema ordinário;**
- **Sistema da presunção de rendimentos;**
- **Sistema de comparação patrimonial.**

No **sistema ordinário**, ou regime geral, são incluídas todas as receitas, ordinárias ou extraordinárias, suscetíveis de se refletirem num incremento patrimonial para a empresa. Para se obter a receita líquida, a este montante são deduzidas as devoluções, descontos, etc. Seguidamente, são retirados os custos associados a estas receitas, obtendo-se o rendimento bruto. O rendimento líquido, correspondente à matéria coletável em que será aplicada a taxa de imposto, é encontrado após serem realizadas as deduções previstas na lei sobre o rendimento bruto.

No **sistema de presunção de rendimentos**, assume-se que o rendimento líquido ordinário do contribuinte nunca é inferior a 3% do seu património líquido no ano anterior. Caso o rendimento líquido seja inferior ao rendimento presumido, o imposto aplica-se sobre o último. Este sistema de imposto não é aplicável a, entre outras entidades, serviços públicos domésticos, serviços públicos que desenvolvam atividades complementares à produção de energia ou prestadoras de serviços de tratamento de águas residuais.

No **sistema de comparação patrimonial**, variações no património declarado de um ano para o outro, sem justificação aparente, são consideradas um rendimento especial, estando sujeitas a imposto, sem possibilidade de dedução de custos ou despesas.

O quadro seguinte apresenta os principais pontos a reter sobre o sistema fiscal colombiano.

Quadro 24 – Sistema fiscal colombiano

Tipo de imposto	Principais aspetos
Imposto sobre o rendimento	• Taxa geral: 25% • Utilizadores industriais e operadores de zonas francas: 15% • Empresas estrangeiras sem estabelecimento permanente: 33%
Ganhos de capital	10%
Imposto sobre os rendimentos para a igualdade (CREE)	9%
Compensação de perdas fiscais	A serem compensadas no futuro, sem limites percentuais ou de tempo.
Compensação de excesso de rendimento presumido, sobre o rendimento líquido	Compensação permitida nos 5 anos subsequentes.
Crédito fiscal	Os créditos fiscais são permitidos em determinadas operações, por exemplo: • Impostos pagos no estrangeiro; • Impostos sobre novos trabalhadores; • IVA da importação de maquinaria e equipamento para indústrias de base.
Consolidação fiscal	Não aplicável.
Convenções para evitar a dupla tributação	Acordo assinado entre Portugal e a Colômbia em 2012, mas ainda sem entrada em vigor.
Preços de transferência	Aplica-se a transações efetuadas por entidades exteriores, nomeadamente sucursais e estabelecimentos permanentes na Colômbia, e a transações entre utilizadores de zonas francas e entidades vinculadas ao regime aduaneiro colombiano.
IVA	• Taxa geral: 16% • Taxas especiais: 0% / 5%
Imposto de consumo **Veículos/telecomunicações/alimentação e bebidas**	4% / 8% / 16%
GMF	0,4%
Imposto industrial e comercial	0,2% - 1,4% (dependendo do município)
Imposto predial	0,3% - 3,3% (dependendo do município)
Imposto de registo	0,1% - 1% (dependendo do ato)

Fonte: Proexport

Imposto sobre o Rendimento

Tributação

- Taxa geral: 25%
- Utilizadores industriais e operadores de zonas francas: 15%
- Empresas estrangeiras sem estabelecimento permanente: 33%

Custos e Despesas Dedutíveis

Os custos associados à produção de bens e serviços podem ser deduzidos da matéria coletável, caso sejam considerados necessários, proporcionais e tenham sido causados ou pagos no ano fiscal relevante para o apuramento de impostos. São também aceites despesas que contribuem para o desenvolvimento das atividades da empresa, como a administração, a investigação ou o financiamento.

Desde 2014, os custos e despesas relacionados com o pagamento de obrigações em numerário não são totalmente dedutíveis. A dedutibilidade deste tipo de despesa é limitada ao montante mais baixo entre os seguintes valores de referência:

- Uma percentagem dos pagamentos efetuados em numerário no ano fiscal correspondente;
- Um valor determinado e expresso em "unidades de valor de imposto", "UVT" em castelhano;
- Uma percentagem dos custos e despesas totais incorridos pelo contribuinte no ano fiscal em causa.

Os valores em causa variam de acordo com o ano fiscal em causa, como se pode ver no quadro seguinte. São apresentados os valores para os três sistemas identificados. Como foi referido, é aplicável aquele que corresponda ao montante mais baixo.

Quadro 25 – Custos e despesas dedutíveis

Ano	% pagamentos em numerário	UVT e EUR (aproximado)	% custos e despesas totais
2014	85%	100.000 UVT (1,1 milhões EUR)	50%
2015	70%	80.000 UVT (852,8 mil EUR)	45%
2016	55%	60.000 UVT (639,6 mil EUR)	40%
A partir de 2017	40%	40.000 UVT (426,4 mil EUR)	35%

Fonte: Proexport

Uma situação de relevo para o setor em estudo neste manual é a possibilidade de dedução de investimentos na melhoria e controlo ambiental, não podendo estes exceder 20% da matéria coletável, nem constituir-se como investimentos exigidos pelas autoridades ambientais.

Isenções Fiscais

A lei permite que, ao apurar a matéria coletável, alguns rendimentos sejam excluídos do cálculo. É o caso de rendimentos provenientes de dividendos e participações (desde que sejam oriundos de lucros já taxados na empresa), venda de ações (desde que não excedam 10% do capital da empresa correspondente), proveitos de seguros ou distribuição de lucros na liquidação da empresa, até ao limite do capital investido.

Alguns setores de atividades estão isentos de impostos, sendo de destacar o caso da venda de energia elétrica produzida a partir de fontes eólicas, biomassa ou resíduos agrícolas, que goza de um período de isenção de 15 anos, desde que a própria empresa se dedique à venda da energia e à emissão e negociação de certificados de redução de gases com efeito de estufa.

Descontos Fiscais

Certos *itens* podem ser descontados da matéria coletável, sendo a dimensão de cada desconto definida casuisticamente. No sistema de presunção de rendimentos, o desconto não pode ultrapassar 75% do imposto.

Alguns dos principais descontos aplicáveis são:

- Desconto de impostos pagos fora do país (cidadãos ou empresas residentes na Colômbia que recebam rendimentos de entidades estrangeiras, sujeitas a imposto sobre o rendimento no país de origem, podem deduzir esse imposto na Colômbia);
- Descontos associados a atividades de reflorestação;
- IVA pago na importação de máquinas e equipamentos para indústrias de base;
- Empresas agrícolas cotadas em bolsa.

Preços de Transferência

Estão sujeitos ao regime de preços de transferência os visados por imposto sobre o rendimento, sejam eles pessoas, entidades legais ou estabelecimentos permanentes que:

- Levem a cabo transações com entidades estrangeiras;
- Estejam sedeadas no território aduaneiro colombiano e levem a cabo transações com entidades localizadas nas zonas francas;
- Levem a cabo transações com entidades residentes na Colômbia, em que o estabelecimento permanente de uma delas esteja no exterior;
- Levem a cabo transações com entidades sedeadas ou localizadas em paraísos fiscais.

Estas entidades devem estimar as suas receitas, custos e deduções a valores de mercado, e sob o princípio da plena concorrência (*arm's lenght principle*).

A lei vincula as seguintes tipologias de organização à aplicação do regime de preços de transferência:

- Subsidiárias;
- Sucursais;
- Agências;
- Estabelecimentos permanentes;
- Outras situações particulares, nomeadamente transferências entre entidades dependentes.

Em regra, o regime de preços de transferência na Colômbia segue as linhas orientadoras da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). No entanto, estas devem ser encaradas como um guia e não como vinculativas.

O modelo de preços de transferência é também aplicável a outras atividades levadas a cabo pelos contribuintes em sede de imposto sobre o rendimento na Colômbia, nomeadamente:

- Ativos intangíveis, que devem ser incluídos na declaração de informação de preços de transferência;
- Estimativa dos rendimentos e ganhos de capital associados a estabelecimentos permanentes;
- Prova que contrarie a tese de abuso fiscal, em que o preço ou compensação acordados devem estar no alcance do mercado, de acordo com a metodologia de preços de transferência.

O regime de preços de transferência abrange contribuintes com:

- Património bruto superior a 100 mil UVT (cerca de 1,1 milhões de euros);
- Volume de negócios bruto superior a 61 mil UVT (cerca de 625,1 mil euros).

Os contribuintes sujeitos ao regime de preços de transferência devem submeter uma declaração anual.

Zonas Francas

A Colômbia beneficia de um regime de zona franca, que permite a empresas sedeadas nessas regiões beneficiarem de taxas de imposto, condições alfandegárias e de comércio internacional especiais.

Para fins alfandegários, qualquer mercadoria que dê entrada numa zona franca colombiana é considerada fora do território nacional.

Os principais benefícios associados a operar numa zona franca colombiana são os seguintes:

- Aplicação de taxa de imposto sobre o rendimento de 15% para utilizadores industriais. Os operadores comerciais são taxados à taxa normal. Para empresas instaladas em zona franca antes de 2012, não há lugar à cobrança de CREE.
- Isenção do pagamento de direitos de importação em mercadorias que entrem nas zonas francas, desde que aí permaneçam.
- Isenção de IVA para vendas do território aduaneiro colombiano para utilizadores industriais de zonas francas, desde que essenciais ao objeto social da empresa.
- Exportações de zonas francas colombianas beneficiam de acordo de comércio livre assinados pela Colômbia.

É importante referir que, na Colômbia, as zonas francas podem funcionar de duas formas distintas, a saber:

- Parque industrial, ou zona permanente, em que várias empresas operam no mesmo espaço físico;
- Empresa individual, que pode localizar-se em qualquer parte do território colombiano, também chamadas de zonas especiais permanentes.

Imposto sobre Ganhos de Capital

Suplementar ao imposto sobre o rendimento, é tributado sobre determinadas operações previstas na lei, nomeadamente:

- Mais-valias (diferença entre o preço de venda e o custo fiscal do bem) provenientes da alienação de ativos fixos detidos por um período igual ou superior a 2 anos;
- Mais-valias da liquidação de uma empresa, sendo aplicável ao valor correspondente ao excesso sobre o capital investido, nos casos em que a mais-valia não corresponda a rendimentos, reservas ou lucros comerciais capazes de serem distribuídos como dividendos não taxados, desde que a empresa exista há dois ou mais anos, no momento da liquidação;
- Rendimentos provenientes de heranças, legados ou doações bem como os resultantes de um casamento;
- Ganhos de lotarias, prémios, rifas e similares;
- Rendimentos de qualquer outro ato jurídico entre vivos, a título gratuito.

Imposto sobre os Rendimentos para a Igualdade (CREE)

O CREE é aplicado sobre empresas e entidades legais, bem como empresas estrangeiras que sejam contribuintes em sede de imposto sobre o rendimento, pelos seus rendimentos domésticos, através de sucursais e estabelecimentos permanentes.

A taxa de imposto é de 9%, sendo que a partir de 2016 descerá para 8%.

Os contribuintes podem em alguns casos estar isentos do pagamento de impostos sobre a massa salarial para o *Servicio Nacional de Aprendizaje* (SENA) e para o *Instituto Colombiano de Bienestar Familiar* (ICBF) sobre alguns trabalhadores, bem como para o sistema de saúde e segurança social.

As referidas exceções categorizam-se tendo como referência o salário mínimo mensal (SMM) e apresentam-se no quadro seguinte.

Quadro 26 – Isenções em impostos aplicáveis à massa salarial

Item	Isenção	
Saúde	< 10 SMM 0%	> 10 SMM 8,5%
ICBF	< 10 SMM 0%	> 10 SMM 3%
SENA	0%	2%

Fonte: Proexport

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

A taxa base de IVA é de 16%, havendo taxas reduzidas de 5% e 0% para determinados bens.

São responsáveis pelo pagamento de IVA as seguintes entidades:

- Vendedores de produtos, sejam eles distribuidores ou produtores;
- Prestadores de serviços não excluídos do âmbito do IVA;
- Importadores de ativos móveis não excluídos do âmbito do IVA.

As empresas podem deduzir IVA sobre a aquisição de bens, serviços e importações.

Bens e Serviços Isentos de IVA

De relevo para o setor ambiental, não estão sujeitos ao pagamento de IVA os equipamentos e elementos importados para a construção, instalação, montagem e operação de sistemas de monitorização e controlo ambiental, bem como a importação de máquinas e equipamentos para uso em processos de reciclagem de resíduos e em processos de purificação e tratamento de águas residuais, emissões atmosféricas ou resíduos sólidos, com o objetivo de recuperar rios ou sistemas de saneamento e melhoria ambiental. No setor energético, estão também isentas de IVA as importações de equipamentos para a produção e transmissão de energia elétrica. Adicionalmente, está também isenta de IVA a importação de máquinas e equipamentos dedicados ao desenvolvimento de projetos ou atividades exportadoras de certificados de redução de emissões de carbono e que auxiliem na diminuição das emissões de gases com efeito de estufa e, consequentemente, ofereçam um contributo para o desenvolvimento sustentável.

No lado dos serviços, estão isentos de IVA os serviços de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento, limpeza pública, recolha de lixo e serviços de abastecimento de gás doméstico.

Estão previstas isenções para algumas exportações, como matérias-primas, consumíveis e produtos acabados vendidos do território aduaneiro colombiano para zonas francas, certos bens e serviços previstos na lei, nomeadamente para empresas de comercialização internacional, ou serviços prestados na Colômbia, a serem consumidos exclusivamente fora do território colombiano por empresas ou indivíduos sem negócios ou atividade na Colômbia.

Imposto sobre o Consumo

Este imposto é cobrado sobre a prestação de serviços de comunicações móveis, venda de alguns ativos móveis de produção doméstica ou importados e venda de alimentos e bebidas em locais públicos.

A taxa varia entre os 4% e os 16%, dependendo da atividade, não havendo lugar a dedução do imposto.

Imposto sobre os Movimentos Financeiros (GMF)

O GMF é um imposto indireto cobrado sobre transações financeiras em que haja movimentação de depósitos bancários e contas poupança, bem como de cheques. A taxa é de 0,4% do total da transação. Cerca de 50% do GMF é dedutível no imposto sobre o rendimento. A taxa será gradualmente reduzida até 2018, ano em que passará a ser de 0% (0,2% em 2015 e 0,1% em 2016 e 2017).

Imposto Industrial e Comercial

Trata-se de um imposto municipal sobre o volume de negócios bruto obtido de atividades industriais, comerciais e de serviços, levadas a cabo, direta ou indiretamente, por indivíduos, entidades legais ou empresas não legalmente constituídas na jurisdição municipal correspondente.

A base tributável é a receita bruta do contribuinte, reduzida de isenções e deduções. A taxa é definida por cada um dos municípios, de acordo com os critérios fixados de seguida:

- Empresas industriais: 0,2% - 0,7%;
- Atividades comerciais e de serviços: 0,2% - 1%;
- Casos excecionais (municípios que definiram as taxas antes da nova lei): até 1,4%.

Este imposto é completamente dedutível, desde que esteja relacionado com a atividade geradora de rendimentos do contribuinte.

Imposto Predial

O imposto predial é cobrado sobre a propriedade, posse ou exploração de terras e imobiliário localizados em zonas urbanas, suburbanas ou rurais, com ou sem construção. Todos os detentores ou beneficiários de bens imobiliários na respetiva jurisdição municipal, devem pagar este imposto.

A taxa aplicável depende da condição da propriedade, que por sua vez depende de aspetos como área, localização ou destino. As taxas variam entre os 0,3% e os 3,3%, considerando o destino económico de cada propriedade.

Este imposto é completamente dedutível, desde que esteja relacionado com a atividade geradora de rendimentos do contribuinte.

Imposto de Registo

O imposto de registo impõe-se sobre todos os atos documentais, contratos ou negócios jurídicos sujeitos a registo nos departamentos de registo público e nas câmaras de comércio. A base tributável é o valor incluído no documento e deve seguir as regras enunciadas no quadro seguinte.

Quadro 27 – Imposto de registo

Descrição	Taxa
Atos ou contratos, com montante específico, a serem registados no departamento público de registo	0,5% - 1%
Atos ou contratos, com montante específico, a serem registados numa câmara de comércio	0,3% - 0,7%
Atos, contratos ou negócios jurídicos, com um montante específico, a serem registados numa câmara de comércio para constituição com e/ou incremento do prémio de colocação de ações ou quotas de sociedades	0,1% - 0,3%
Atos ou contratos, sem montante específico, a serem registados no departamento público de registo ou câmaras comerciais	2 - 4 salários mínimos diários (20 - 40 EUR)

Fonte: Proexport

Barreiras ao Comércio

A importação da esmagadora maioria das mercadorias é livre, sendo apenas necessário o respetivo registo que é automático. Para alguns produtos é exigida uma licença prévia com vista a proteger a indústria nacional (produtos químicos para o tratamento de narcóticos, armas, munições e explosivos, bens usados, importações do setor público). Finalmente são proibidas as importações de armas químicas, biológicas e nucleares, resíduos nucleares ou tóxicos.

Os interessados podem consultar informação relevante sobre a importação na Colômbia no *site* da DIAN (*Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales de Colombia*), na seguinte página: *http://www.dian.gov.co*.

A entrada de alguns produtos está submetida ao cumprimento de normas oficiais colombianas ou regulamentos técnicos (ex.: adubos e fertilizantes; óleos e azeites vegetais, óleos de origem animal, amido, arroz, cevada para consumo; alimentos para animais; produtos relacionados com a saúde humana, como alimentos naturais e elaborados e aditivos; materiais farmacêuticos, produtos biológicos, matérias primas da indústria farmacêutica; bebidas alcoólicas; e produtos de higiene e outros de uso doméstico).

Para além das referidas exigências, os regulamentos alfandegários colombianos estabelecem condições especiais de embalagem e rotulagem para a importação de produtos alimentares, farmacêuticos e materiais considerados perigosos ou tóxicos.

Relativamente à Pauta Aduaneira a Colômbia aplica a Nomenclatura Comum dos Países Membros do Acordo da Comunidade Andina (NANDINA), que se baseia no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação das Mercadorias. Os direitos aduaneiros (4 níveis – 5%, 10%, 15% e 20%, com algumas exceções – ex.: veículos automóveis 35%; carnes de bovino 80%), são *ad valorem* e incidem sobre o valor CIF das mercadorias.

Para além destas incidências alfandegárias acrescem, ainda, o IVA (taxa geral 16%, sendo que existem várias taxas especiais), e os Impostos Especiais sobre o Consumo.

No que respeita à distribuição de produtos estrangeiros esta é efetuada através de distribuidores/importadores. Apenas um número reduzido deles, os de maior dimensão, tem uma abrangência nacional. Não existe a figura do agente comercial, que é substituída pela figura do representante. Porém, é importante destacar que existem distribuidores muito relevantes e com uma intervenção significativa em várias regiões. A distribuição retalhista está dominada por um grupo reduzido de cadeias: Almacenes Exito; Carulla; Makro; e Carrefour.

Na escolha do distribuidor local ou importador a melhor estratégia é a opção por empresas especializadas e com experiência num determinado setor. Quando iniciarem a sua relação com o importador ou distribuidor na Colômbia é da maior importância que os exportadores definam, desde logo, os meios de pagamentos e as garantias a serem utilizados, principalmente se a empresa/cliente importador for de pequena dimensão ou desconhecido. As cartas de crédito e os créditos documentários utilizam-se com grande frequência nas operações internacionais.

Os registos de marcas devem ser efetuados sempre em nome da empresa portuguesa, até para o caso de ser necessário, numa fase posterior, mudar de importador. É, igualmente, relevante proteger os produtos de falsificações e cópias; estas situações verificam-se com alguma frequência no mercado.

Todos os anos, o Banco Mundial realiza um estudo intitulado "*Doing Business*", que pretende aferir da facilidade de fazer negócios num determinado país. Na sua edição de 2015, o anuário coloca a Colômbia na 34ª posição entre 189 economias mundiais, o que é sintomático de uma nação dedicada a tornar a experiência de fazer negócios cada vez mais fluida e um grande fator de competitividade.

O quadro seguinte apresenta os principais resultados vertidos no anuário do Banco Mundial de 2015.

Quadro 28 – *Ranking Ease of Doing Business 2015*, referente à Colômbia

Parâmetro	*Ranking* 2015	*Ranking* 2014	Alteração no *Ranking*
Criação de uma empresa	84	79	-5
Obtenção licença de construção	61	62	+1
Obtenção de energia elétrica	92	88	-4
Registo de propriedade	42	54	+12
Acesso ao crédito	2	55	+53
Proteção de investidores	10	9	-1
Pagamento de impostos	146	139	-7
Comércio Internacional	93	95	+2
Cumprimento de contratos	168	167	-1
Resolução situação de insolvência	30	29	-1

Fonte: Banco Mundial

Como se pode ver, as variáveis em que o país é mais forte são o acesso ao crédito e a proteção dos investidores. Mais problemáticas são o pagamento de impostos e o cumprimento de contratos.

O quadro seguinte aprofunda a questão do comércio internacional (posição 93 em 189 nações), apresentando uma comparação com a América Latina e os países da OCDE e ilustrando os custos e tempos associados ao comércio internacional com a Colômbia.

Quadro 29 – Indicadores de Comércio Internacional com a Colômbia

Indicador	Colômbia	América Latina	Países OCDE
Documentos para exportar (n.º)	4	6	4
Tempo para exportar (dias)	14	16,8	10,5
Custo para exportar (USD/contentor)	2.355	1.299,1	1.080,3
Documentos para importar (n.º)	6	7	4
Tempo para importar (dias)	13	18,7	9,6
Custo para importar (USD/contentor)	2.470	1.691,1	1.100,4

Procedimentos de Exportação	Duração (dias)	Custo (USD)	Procedimentos de Importação	Duração (dias)	Custo (USD)
Preparação de documentos	5	300	Preparação de documentos	6	250
Desalfandegagem	2	350	Desalfandegagem	2	170
Portos e terminais	3	170	Portos e terminais	2	150
Transporte interior	4	1.535	Transporte interior	3	1.900
TOTAL	**14**	**2.355**	**TOTAL**	**13**	**2.470**

Fonte: Banco Mundial

Sistema Laboral

Introdução

Os contratos de trabalho estabelecidos na Colômbia regem-se pela lei colombiana, independentemente da nacionalidade das partes. Todos os anos, o montante do salário mínimo nacional é fixado e certos pagamentos devem ser considerados como parte do salário base, independentemente da vontade das partes, como é o caso de comissões ou bónus por se atingirem objetivos.

Todos os trabalhadores, nacionais ou estrangeiros residentes na Colômbia, devem contribuir para o sistema de segurança social, exceção feita para o sistema de pensões dos trabalhadores estrangeiros, que é opcional.

A lei colombiana prevê quatro tipos de contrato de trabalho, a saber.

- **Contrato a termo incerto**

  A duração deste tipo e contrato não está definida por termos ou condições. Os contratos verbais são considerados como tendo termo incerto, independentemente da vontade das partes.

- **Contrato a termo certo**

  As partes estabelecem a duração do contrato, que não pode exceder 3 anos. Contratos com duração inferior a um ano podem ser renovados por três períodos de igual ou inferior duração, período após o qual a renovação é de 1 ano. Contratos a termo certo de durações de 1 a 3 anos podem ser renovados indefinidamente. Este tipo de contrato nunca se torna a termo incerto, a menos que as partes assim o decidam.

- **Contrato pela duração do trabalho ou serviço**

  O contrato depende da duração dos trabalhos e não pode ser renovado.

- **Contrato ocasional, casual ou temporário**

  Este contrato é celebrado para tarefas fora do âmbito normal de trabalho e têm um termo máximo inferior a um mês.

Os trabalhadores têm direito a um salário, que é a compensação direta pelos seus préstimos, e que assume diversas formas, nomeadamente:

- **Salário ordinário**

  Um salário ordinário remunera o trabalho regular. Podem acrescer horas extraordinárias, trabalho em férias e fins-de-semana e feriados, percentagens de vendas e comissões, bónus, despesas de trabalho, etc.

- **Salário integral/inclusivo**

  Este salário cobre o trabalho regular, bem como outros benefícios adicionais, nomeadamente os citados no ponto anterior, excetuando a remuneração correspondente a férias. Esta modalidade está limitada a trabalhadores que aufiram mais de 10 vezes o salário mínimo nacional, mais benefícios adicionais que não podem ser inferiores a 30% do salário total.

Abordam-se de seguida as principais questões associadas ao sistema laboral na Colômbia.

Segurança Social

Todos os empregadores e trabalhadores estão obrigados a contribuir mensalmente para a segurança social, que compreende, desde 1993, o sistema de pensões, o sistema de saúde e o sistema de acidentes de trabalho.

O quadro seguinte apresenta as contribuições para a segurança social a cargo de empregadores e trabalhadores.

Quadro 30 – Contribuições para a Segurança Social (% do salário)

Sistema	Trabalhador	Empregador
Pensões	4%	12%
Saúde	4%	8,5%
Acidentes de trabalho	---	0,348% - 8,7%
Fundo de solidariedade de pensões	1% - 2%	---

Fonte: Proexport

Algumas destas percentagens podem ser variáveis. Por exemplo, a contribuição para os acidentes de trabalho está dependente do risco associado à atividade e o contributo para o fundo de solidariedade de pensões está dependente do salário do trabalhador. As contribuições para a saúde estão isentas de imposto por parte do empregador, para trabalhadores com salário acima de 10 salários mínimos mensais nacionais.

Impostos sobre os Salários

Empregadores com mais de um trabalhador permanente são obrigados a efetuar contribuições para o *Instituto Colombiano de Bienestar Familiar* (ICBF), para o *Servicio Nacional de Aprendizaje* (SENA) e para as *Cajas de Compensación Familiar* (CCF).

O quadro seguinte indica as percentagens a pagar a cada uma destas entidades.

Quadro 31 – Impostos sobre os salários

Entidade	% do salário	
	< 10 SMM	> 10 SMM
CCF	4%	4%
SENA	0%	2%
ICBF	0%	3%

Fonte: Proexport

Benefícios Salariais

Atualmente, há diversos benefícios relacionados com a tributação de salários e outras contribuições para empresários que criem novas posições para trabalhadores de grupos vulneráveis. São considerados grupos vulneráveis pessoas com menos de 28 anos, pessoas deslocadas internamente, indivíduos em processo de reintegração social, pessoas com deficiências e mulheres com mais de 40 anos, sem contrato de trabalho nos últimos 12 meses.

A lei 1429, de 2010, define que indivíduos ou entidades legais que criem pequenas empresas com menos de 50 trabalhadores e com um ativo total não superior a 5 mil vezes o salário mínimo mensal nacional (cerca de COP 3.080 milhões), possam fazer as suas contribuições para as três entidades citadas anteriormente, tal como estabelecido no quadro seguinte.

Quadro 32 – Isenções aplicáveis a contribuições de salários

Contribuição	Período de isenção
0% das contribuições totais	Primeiros 2 anos de atividade
25% das contribuições totais	Durante o terceiro ano de atividade
50% das contribuições totais	Durante o quarto ano de atividade
75% das contribuições totais	Durante o quinto ano de atividade
100% das contribuições totais	A partir do sexto ano de atividade

Fonte: Proexport

Horário de Trabalho

O período normal máximo de trabalho na Colômbia corresponde a 8 horas por dia e a 48 horas semanais, distribuídas de segunda a sexta ou de segunda a sábado, como acordado pelas partes. O trabalho noturno é definido como o trabalho realizado entre as 22 horas e as 6 horas e é remunerado com um bónus de 35% sobre o horário normal. As horas extraordinárias durante o dia devem ser pagas com um bónus de 25% sobre a hora normal e as horas extraordinárias noturnas com um bónus de 75%.

Benefícios dos Trabalhadores

Apresentam-se de seguida alguns dos principais benefícios de que os trabalhadores na Colômbia gozam:

- Pagamento de dias de descanso e feriados nacionais e religiosos (incluído no salário);
- Pagamento de um bónus de 75% por trabalho ocasional ao domingo (2 domingos por mês) ou um dia de folga;
- Pagamento de um bónus de 75% por trabalho normal ao domingo (3 domingos por mês) e um dia de folga;
- Pagamento e usufruto de 15 dias de férias por ano;
- Licença de maternidade paga de 14 semanas;
- Licença de paternidade paga de 8 dias;
- Licença de 5 dias paga para luto de familiar;
- Direito à greve, sindicalização e negociação coletiva.

Regras para Despedimento

Em geral, excetuando alguns casos particulares (grávidas, trabalhadores sindicalizados, trabalhadores com problemas de saúde, etc.), os contratos podem ser terminados sem aviso prévio por alguma das partes. No entanto, os efeitos do término variam de acordo com o tipo de contrato e caso exista ou não justa causa.

O quadro seguinte apresenta as indeminizações devidas por término de contrato sem justa causa.

Quadro 33 – Indeminizações para despedimento sem justa causa

Tipo de contrato	Valor da indeminização
Termo certo	Valor dos salários correspondente ao tempo restante para o final acordado do contrato.
Duração dos trabalhos	Valor dos salários correspondentes à duração da obra ou trabalho contratados, não podendo nunca ser inferior a 15 dias de salário.
Termo incerto	• Para trabalhadores com salários inferiores a 10 salários mínimos (COP 6.160.00, em 2014): 30 dias de salário pelo primeiro ano de serviço e 20 dias de salário por cada um dos anos subsequentes. • Para trabalhadores com salário igual ou superior a 10 salários mínimos: 20 dias de salário pelo primeiro ano de serviço e 15 dias de salário para cada um dos anos subsequentes.

Fonte: Proexport

Regime Aplicável a Quadros Expatriados

Os trabalhadores estrangeiros gozam dos mesmos direitos e obrigações que os trabalhadores colombianos. No entanto, quando os cidadãos estrangeiros celebram um contrato de trabalho na Colômbia, tanto empregador como trabalhador ficam obrigados a requisitos adicionais ligados à política de imigração, durante a sua estadia no país.

Os cidadãos portugueses que queiram entrar na Colômbia necessitam de passaporte, não sendo necessário um visto de visita. É necessária no entanto uma licença de permanência (PIP), que pode ir até 90 dias. Após o término da PIP, os cidadãos estrangeiros podem prolongar a sua estadia por mais 90 dias (renovável), solicitando uma licença de permanência temporária (PTP).

No caso de cidadãos estrangeiros que queiram trabalhar na Colômbia, não há restrições à contratação de trabalhadores estrangeiros por parte das empresas nacionais. Até 2011, vigorava uma lei de proporcionalidade, que foi entretanto abolida, não havendo atualmente qualquer limitação em número à contratação de estrangeiros na Colômbia.

Relativamente à taxação de rendimentos, aplica-se a lei colombiana geral. Os cidadãos residentes são tributados pelos seus rendimentos totais independentemente da origem geográfica, sendo os não-residentes tributados apenas pelo seu rendimento na Colômbia.

As taxas aplicáveis são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 34 – Tributação aplicável a quadros expatriados

Montante tributável	Taxa
0 - 1.090 UVT (COP 27.394.000)	0%
1.090 UVT - 1.700 UVT (COP 27.394.000 - COP 42.724.000)	19%
1.700 UVT - 4.100 UVT (COP 42.724.000- COP 103.041.200)	28%
> 4.100 UVT (> COP 103.041.200)	33%

Fonte: KPMG

Regime Aplicável ao Repatriamento de Lucros e Outras Transferências Financeiras

O investimento estrangeiro na Colômbia é regulado pelo regime cambial, devendo todo o investimento estrangeiro ser canalizado pelos mercados cambiais, por via de um intermediário (banco local) ou de uma conta bancária no estrangeiro e registada no Banco Central da Colômbia.

Desde que o investimento estrangeiro esteja devidamente registado no Banco Central da Colômbia, a empresa é livre de repatriar lucros associados a esse mesmo investimento. Adicionalmente, pode reinvestir livremente o resultante desses investimentos. As empresas são ainda livres de transferir para o exterior qualquer rendimento derivado da alienação do investimento dentro do país, da liquidação da empresa ou *portfolio* e da redução do capital da empresa.

Sistema Financeiro

O setor bancário na Colômbia é sólido e foi reforçado, recentemente, pelo roteiro de superintendência financeira. O roteiro abrange o período de 2011−14 e reforça a coordenação para a troca de informações, a arquitetura da regulação financeira e prudencial entre diferentes entidades de regulamentação e de fiscalização, *upgrades* a processos de supervisão e melhorias na consolidação da supervisão (por exemplo, para aumentar a colaboração transfronteiriça com outros supervisores).

No início de 2013 foi efetuada uma atualização do programa FSAP (*Financial Sector Assessment Program*, realizado pelo Banco Mundial), com a adoção total dos requisitos do Basileia III, que pode afetar o desempenho financeiro do país.

O quadro seguinte apresenta os maiores bancos a operar na Colômbia (os dados são referentes a 2012).

Quadro 35 – Maiores bancos a operar na Colômbia

Banco	Ativos (USD Mil Milhões)	*Ranking* Mundial
Bancolombia	55,3	190
Banco de Bogotá	45,4	201
Banco Davivienda	26,6	323
BBVA Colombia	17,2	Estrangeiro
Banco de Occidente	13,3	560
Citibank Colombia	4,8	Estrangeiro

Fonte: BES

O setor bancário está a passar por uma boa fase na Colômbia e a atrair o interesse de investidores estrangeiros. Os empréstimos comerciais e para consumidores, que representam 90% da carteira de crédito total, estão a crescer a taxas de dois dígitos. Apesar de responder apenas por cerca de 8% do total de empréstimos, a atividade de hipotecas também tem ganho força.

O Grupo Aval, o enorme conglomerado construído pelo multimilionário Luis Carlos Sarmiento, é o maior grupo financeiro da Colômbia e controla cerca de 30% do setor bancário local. O Aval possui vários bancos, incluindo o Banco de Bogotá, o segundo maior banco do país, e o Porvenir SA, o maior fundo de pensões.

O Bancolombia SA, que tem ADRs na Bolsa de Valores de Nova Iorque, é o maior banco do país com 20% do total de ativos, segundo dados da InterBolsa. O Banco de Bogotá é o segundo, com 15%, seguido do Banco Davivienda SA com 12%. O BBVA, com uma participação de mercado de 9%, é o maior entre os participantes estrangeiros.

As formas mais comuns de financiamento empresarial na Colômbia estruturam-se como empréstimos locais ou estrangeiros sindicados. Há também forte apoio a *project finance* e projetos de infraestruturas. No financiamento a particulares, imperam o crédito ao consumo e o *leasing*.

Contratação Pública

Introdução

De um modo geral, todas as entidades governamentais estão cobertas pelo regime de contratação pública, havendo algumas exceções, sujeitas a regras específicas.

A contratação pública está aberta a nacionais e estrangeiros, em iguais condições de concorrência, que têm que provar a sua capacidade técnica, financeira e *know-how* para a execução dos contratos, e devem estar no âmbito das suas atividades. Pese embora a igualdade de concorrência entre nacionais e estrangeiros, é dada preferência a entidades estrangeiras oriundas de países onde exista reciprocidade de tratamento (igualdade de concorrência).

Para aceder a este regime, as empresas podem participar sob a forma de consórcio, sob a promessa de constituição de uma entidade legal assim o concurso seja ganho ou através da criação de um veículo específico para cumprir as obrigações dispostas no contrato.

Os candidatos a concorrentes devem estar inseridos num registo de concorrentes (RUP). A renovação deste registo é feita numa base anual. Este é o único documento que atesta a capacidade das empresas para a participação em processos de licitação pública. O RUP não é necessário, nomeadamente, nos seguintes casos:

- Contratação direta;
- Contratos por menos de 10% da verba alocada da entidade específica (menor preço);
- Contratos de concessão e parcerias público-privadas;
- Contratos de venda de património público;
- Entidades estrangeiras, não sedeadas na Colômbia e sem sucursal no país, que queiram executar contratos públicos na Colômbia.

Modalidades de Contratação

As modalidades de contratação pública na Colômbia são as seguintes:

- **Licitação pública;**
- **Seleção abreviada;**
- **Seleção baseada nas qualificações;**
- **Contratação direta;**
- **Menor preço.**

De seguida, aborda-se cada uma destas modalidades de contratação pública.

Licitação Pública

O processo inicia-se com a abertura de concurso público, com a entidade pública a convidar as entidades privadas a apresentarem propostas. Vencerá a proposta que melhor cumprir os objetivos definidos no caderno de encargos.

O processo atravessa as seguintes etapas: Estudos preliminares; projeto de caderno de encargos; ajustamentos ao caderno de encargos; abertura de licitação; publicação do caderno de encargos; consulta pública; fecho da licitação; relatório de avaliação; atribuição de contrato.

Seleção Abreviada

Este processo é mais célere do que a licitação pública e pode ser aplicado nos seguintes casos:

- *Procurement* de bens e serviços com padrões técnicos uniformizados e de uso comum (por exemplo, material de escritório);
- *Procurement* de produtos para uso agrícola;
- Contratos de menor preço;
- Contratos de *procurement* de serviços de saúde;
- Contratos de venda de património público;
- *Procurement* de bens e serviços para a defesa e segurança nacional;
- Contratos diretamente relacionados com empresas industriais e comerciais estatais;
- Licitação pública aberta mas não atribuída, em função da falta de qualificação dos concorrentes;
- Licitações com entidades responsáveis pela proteção de indivíduos vulneráveis.

Seleção Baseada nas Qualificações

A seleção baseada nas qualificações é um procedimento para seleção de consultores ou projetos, considerando que o vencedor tem que levar a cabo uma atividade de cariz intelectual. Neste processo, é dada prioridade a considerações de caráter técnico e profissional, não sendo o fator económico decisivo neste caso.

Contratação Direta

A contratação direta é um mecanismo de seleção excecional, em que não é necessário um processo de seleção competitivo. Assim, a sua aplicação está fortemente limitada na lei, nomeadamente a:

- Empréstimos;
- Contratos interadministrativos;
- Urgência;
- Prestação de serviços artísticos apenas cumpridos por determinados indivíduos;
- Bens e serviços para o setor da Defesa, sendo a sua aquisição confidencial;
- Contratos para o desenvolvimento de atividade científicas e tecnológicas;
- Quando não há pluralidade de concorrentes no mercado;
- Arrendamento ou aquisição de bens imobiliários;
- Contratos de encargo fiduciário celebrados pelas entidades territoriais (por exemplo, departamentos ou municípios), quando iniciam acordos de reestruturação de passivos.

Menor Preço

Os contratos por menor preço podem ser atribuídos de forma rápida quando o valor do contrato é equivalente ou inferior a 10% do orçamento da entidade.

Tipos de Contrato

Apresentam-se aqui os principais tipos de contrato que se podem estabelecer com entidades públicas colombianas:

- Contrato de empreitada;
- Contrato de consultoria;
- Contrato de serviços;
- Contrato de concessão;
- Parceria público-privada.

O regime aplicável à celebração de contratos de parceria público-privada é apresentado no capítulo 3.4. deste manual, sendo tratado em maior detalhe em publicação específica intitulada "Contratação Pública: Enquadramento Legal", elaborada no âmbito do projeto Interambinerg - Internacionalização do Setor Português do Ambiente e Energia.

Acordos Bilaterais com Portugal e a UE

Entre os diversos acordos estabelecidos entre Portugal e Colômbia, merecem particular destaque os mencionados no quadro seguinte.

Quadro 36 – Acordos Bilaterais Portugal/Colômbia

Acordo Bilateral	Ano
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	---
Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo	---
Acordo de Cooperação Científica e Técnica	1993

Fonte: AICEP

A convenção com vista a evitar a dupla tributação entre Portugal e Colômbia foi assinada em 2012, não tendo ainda entrado em vigor. No entanto, tal deverá suceder em janeiro de 2015.

Os impostos a que a Convenção se aplica são, em Portugal, o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e a derrama. Na Colômbia, a Convenção aplica-se ao imposto sobre o rendimento e impostos complementares. A Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou substancialmente similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a acrescer aos atuais ou a substituí-los.

O acordo de cooperação no domínio do turismo, assinado em 2008, entrou em vigor em maio de 2014. Neste acordo, as partes comprometem-se a envidar esforços no sentido de promover programas de cooperação turística, com o objetivo de fortalecer as relações turísticas, bem como o conhecimento mútuo de vida dos dois países.

O acordo de cooperação científica e técnica, que entrou em vigor em 1993, visa fortalecer o intercambio técnico e científico entre os dois países.

Em 2013, foi aprovado pelo Congresso colombiano um acordo de livre comércio entre o país e a União Europeia (UE). O acordo elimina progressivamente barreiras alfandegárias, promovendo as trocas comerciais entre a Colômbia e os países da UE.

Um fator de grande relevo para empresas europeias do setor ambiental com este acordo é a abertura do mercado de *procurement* aos níveis central e regional, comprometendo-se a Colômbia a garantir acesso total ao mercado de *procurement* de nível municipal.

Este acordo de livre comércio inclui também disposições conducentes a proteção recíproca e proteção de investimentos, embora neste último caso, as disposições incluidas não são muito abrangentes, em função do acordo ter sido assinado previamente ao tratado de Lisboa, que mudou a política europeia nesta matéria. No entanto, é de salientar que de acordo com o *ranking Doing Business 2014*, da autoria do Banco Mundial, a Colômbia ocupa o sexto lugar a nível mundial no que respeita à proteção dos investidores, não devendo assim ser dado particular relevo a esta situação.

Para além das relações económicas bilaterais entre Portugal e a Colômbia, os dois países estabeleceram também em 2013 um outro tipo de relação, por via da integração de Portugal como membro observador na Aliança do Pacífico, organização da qual a Colômbia é membro.

A Aliança do Pacífico foi fundada oficialmente em 6 de junho de 2012, na cidade de Antofagasta (Chile) durante a 4ª Cúpula da Aliança do Pacífico. Os membros fundadores foram Chile, Colômbia, México e Peru. É o segundo maior bloco económico da América Latina em exportações, ficando atrás apenas da Mercosul. A Costa Rica incorporou-se ao grupo em 2013.

Os objetivos da organização incluem a liberalização do comércio e o aprofundamento da integração económica, com uma orientação clara em direção à Ásia. Para tal, a organização está a negociar uma política conjunta de redução agressiva da tarifa de exportação entre as suas fronteiras, englobando a totalidade dos produtos, devendo ser eliminada completamente até 2018.

A Aliança do Pacífico é considerada a oitava maior economia à escala global e os quatro países que a integram representam um mercado de 206 milhões de habitantes, gerando um produto interno bruto (PIB) de 1,7 biliões de dólares, o equivalente a 34% de todo o PIB da América Latina.

Portugal foi admitido como país observador em 2013, sendo o único estado europeu, a par de França e Espanha, a integrar a organização.

Incentivos ao Investimento Estrangeiro

No que respeita às operações de investimento estrangeiro o regime legal (aprovado em outubro de 2000 e objeto de várias atualizações posteriores) consagra o livre acesso dos estrangeiros a quase todas as atividades (com exceção das relacionadas com a defesa e segurança nacionais) e a igualdade de tratamento entre o capital estrangeiro e o nacional.

Outra característica do sistema é a sua universalidade, ou seja, a realização de operações de investimento estrangeiro é automática, apenas com exceção das que se verificam nos setores mineiro, financeiro e das telecomunicações (que requerem autorização especial de organismos oficiais); todas as outras não necessitam de qualquer permissão prévia ou à posteriori. Também relevante para o investidor é a possibilidade de celebração de Contratos de Estabilidade Jurídica por um período máximo de 20 anos (procuram garantir a estabilização das condições de investimento durante a sua vigência).

Para efeitos de repatriação dos lucros gerados pelos seus investimentos e liquidação ou redução do capital investido, os promotores estrangeiros devem registar-se junto do Banco Central, após observância de um procedimento bastante simplificado. A Procolombia é a organização responsável pela promoção do investimento estrangeiro, das exportações e do turismo nacional.

Quanto aos incentivos, o Governo concede diversas ajudas aos investidores, com vista a apoiar o investimento, tais como, benefícios fiscais, cambiais, setoriais e aduaneiros (ex.: isenção de pagamento de IVA na importação de equipamento industrial destinado à transformação de matérias-primas por parte dos promotores). O país dispõe, também, de Zonas Francas.

Antes de mais, para que melhor se perceba, o governo colombiano considera como investimento estrangeiro, o seguinte:

- As contribuições de capital de uma empresa, através de aquisição de ações, quotas em sociedades de responsabilidade limitada ou obrigações conversíveis;
- Aquisição de direitos e participações em negócios fiduciários, celebrados com sociedades fiduciárias, sob a inspeção e vigilância da Superintendência Financeira Colombiana;
- Aquisição de bens imobiliários, direta ou indiretamente, mediante celebração de negócios fiduciários ou como resultado de um processo de titularização imobiliária de um imóvel e projetos de construção;
- Contribuições para *joint-ventures* e concessões, entre outros tipos de acordos de colaboração, serviços administrativos, licenciamento ou acordos que gerem transferência de tecnologia, desde que não representem contribuições para o capital da empresa e o rendimento obtido do investimento está relacionado com o lucro da empresa;
- Investimentos adicionais ao capital de sucursais;
- Investimento em fundos privados locais de investimento.

De seguida, apresentam-se alguns dos principais incentivos ao investimento na Colômbia.

Zonas Francas

A Colômbia tem um regime de zonas francas bastante competitivo, que fornece os seguintes benefícios a produtores de bens e serviços:

- Taxa única de imposto que corresponde a 15% (imposto sobre o rendimento) + 9% (CREE);
- Ausência de IVA e direitos de importação de mercadorias que deem entrada em zona franca;

- Isenção de IVA em matérias-primas, *inputs* e produtos acabados provenientes do território aduaneiro colombiano para as zonas francas;
- Exportações de zonas francas para países estrangeiros podem beneficiar de acordos internacionais estabelecidos pela Colômbia;
- Possibilidade de processamento parcial fora de zona franca até 9 meses;
- Possibilidade de venda para território nacional, sem restrições ou quotas, pagando os direitos alfandegários correspondentes às mercadorias importadas.

Relativamente às zonas francas, estas podem ser catalogadas como zonas francas permanentes ou zonas francas de empresa individual.

Relativamente às zonas francas permanentes, o quadro seguinte específica os requisitos a cumprir por empresas que aí queiram estabelecer atividade. Os requisitos aplicam-se aos primeiros três anos de atividade.

Quadro 37 – Zonas francas permanentes

Ativo (USD)	Investimento (USD milhões)	Emprego direto
0 - 162.105	0	0
162.105 - 1,6 milhões	0	20
1,6 milhões - 9,7 milhões	1,6	30
Mais de 9,7 milhões	3,7	50

Fonte: Invest in Colombia

A figura seguinte apresenta as zonas francas permanentes colombianas.

Fonte: Invest in Colombia

Figura 26 – Zonas francas permanentes

As **zonas francas de empresa individual** aplicam-se a empresas novas em qualquer local do território colombiano, desde que seja desenvolvido um projeto de investimento de elevado impacto económico e social.

Relativamente às zonas francas de empresa individual, o quadro seguinte específica os requisitos a cumprir por empresas que aí queiram estabelecer atividade. Os requisitos aplicam-se aos primeiros três anos de atividade.

Quadro 38 – Zonas francas de empresa individual

Setor	Investimento (USD milhões)	Emprego direto
Serviços	3,2 - 14,9	500 empregos diretos
	14,9 - 29,8	350 empregos diretos
	Mais de 29,8	150 empregos diretos
Bens	48,6	150 empregos diretos

Fonte: Invest in Colombia

Neste âmbito, existe ainda um regime especial, aplicável nos departamentos de Putumayo, Nariño, Huila, Caquetá, Cauca e Cúcuta, a partir de 2017. Este esquema obriga a um investimento mínimo de 1,6 milhões de dólares e à criação de 50 empregos diretos (20 nos primeiros três anos, 20 nos três anos subsequentes e 10 nos três anos seguintes).

Zonas Económicas Especiais para Exportação (ZEEE)

As ZEEE são áreas geográficas nas cidades de Cúcula, Buenaventura, Valledupar, Ipiales e Tumaco, com um enquadramento legal específico, de modo a fomentar o investimento, através de incentivos que facilitam a exportação de bens e serviços produzidos na Colômbia.

Para aceder a estas ZEEE, as empresas devem cumprir determinados requisitos, a saber:

- Deve tratar-se de um novo investimento;
- O investimento deve ser levado a cabo na jurisdição do município;
- O investimento deve ser no mínimo equivalente a 35 mil UVT (cerca de 375 mil euros) até 2015. Após 2015, o valor sobe para 75 mil UVT (cerca de 800 mil euros);
- Metade do investimento total do projeto deve ser materializado no primeiro ano;
- Pelo menos metade das vendas da empresa devem ter como destino mercados externos;
- Cumprir com obrigações relacionadas com geração de emprego, incorporação de tecnologias avançadas, *clusterização* com a indústria nacional, respeitar o objeto social, preservação de aspetos económicos, ambientais e culturais da zona, etc.

Estes contratos terão sempre uma duração entre 5 e 20 anos.

Os principais benefícios associados a contratos deste tipo são:

- Isenção de IVA e direitos de importação em equipamentos e matérias-primas provenientes do exterior, para os utilizadores industriais;
- Horário laboral sem gastos adicionais com horário noturno, de feriados e domingos;

- Dedução de 50% dos impostos sobre a massa salarial;
- Subscrever contratos laborais em regime de salário integral para trabalhadores com um salário igual ou superior a 3 salários mínimos mensais nacionais;
- Projetos de infraestruturas classificados como elegíveis estão isentos de imposto sobre o rendimento.

Incentivos Setoriais

A Colômbia oferece isenções fiscais em determinados setores de atividade, permitindo às empresas pagar 0% de impostos sobre o rendimento, ao invés da taxa geral de 25%. As empresas continuam a ter que pagar o CREE sobre os lucros (9% até 2015; 8% a partir de 2016). Os setores previligiados são:

- Serviços de viagem, produção agrícola, pesca, maricultura, manutenção e reparação de navios, saúde, processamento de dados, *call centers*, serviços de intermediação financeira e determinados programas de desenvolvimento tecnológico, até 2017;
- Serviços de hotelaria, em hotéis construídos até ao final de 2017, por um período de 30 anos;
- Serviços de ecoturismo, até 2023;
- Algumas culturas tardias, até ao final de 2014;
- Venda de energia à base de resíduos agrícolas, biomassa e energia eólica, até 1 de janeiro de 2018;
- Alguns serviços de transporte fluvial, até 1 de janeiro de 2018;
- Algumas empresas de publicação de material científico e cultural, até 31 de dezembro de 2033;
- Novas plantações silvícolas e serrações;
- Algum *software* desenvolvido na Colômbia, com propriedade intelectual e alto conteúdo científico e tecnológico, por um período de 5 anos.

Para obter informação mais detalhada sobre esta matéria, aconselha-se a consulta da lei 788 de 2002 e do decreto 2755 de 2003.

Outros Incentivos

Os contribuintes que, direta ou indiretamente, invistam em, ou ofereçam bolsas para projetos de investigação e desenvolvimento científico, podem deduzir no seu rendimento bruto 175% do montante investido, desde que não excedam 40% do rendimento tributável. Os projetos de melhoria e controlo ambiental dão direito a deduções de 100%, enquanto os salários de empregados com algum tipo de invalidez podem ser deduzidos em 120%.

Adicionalmente, bens e serviços produzidos em Bogotá para exportação, estão isentos de imposto industrial e comercial local (1,14% da faturação bruta), bem como de IVA (16%). Os municípios envolventes oferecem esta isenção fiscal, dependendo da criação de emprego e/ou investimento.

De referir, finalmente, que entre Portugal e a Colômbia foi assinada, em 2012, uma Convenção para Evitar a Dupla Tributação sobre os Rendimentos que aguarda entrada em vigor.

3. SETOR DO AMBIENTE E ENERGIA

3.1. Organização Institucional do Setor

Os diversos setores no âmbito do ambiente e energia (água, saneamento, resíduos sólidos, energia) partilham grande parte dos intervenientes institucionais, estando organizados de forma muito similar. Isto deve-se ao facto de a lei 142, de 1994, uma das peças legislativas de maior relevo para o setor, contemplar disposições que abrangem todos estes serviços, que são referidos na Colômbia como "serviços públicos domésticos".

No essencial, pode falar-se em três esferas de influência distintas: a nível nacional, fundamentalmente através dos Ministérios, que efetuam o planeamento em matéria ambiental no país e de entidades específicas, concebidas para a monitorização e regulação do setor. Ao nível regional, encontram-se os Departamentos, unidade administrativa de nível regional, bem como diversas entidades ambientais, que assumem essencialmente funções de controlo do setor ao nível regional.

Ao nível local, segundo a referida lei 142, de 1994, os Municípios são a entidade de maior relevo, uma vez que é a eles que cabe garantir que os serviços públicos domésticos chegam efetivamente às populações na sua jurisdição. Uma vez que o mercado ambiental colombiano está completamente aberto a entidades públicas, privadas ou mistas, nacionais ou estrangeiras, estes serviços são normalmente prestados por uma entidade de um destes tipos, que deve ser constituída com o objeto social de prestação de serviços públicos domésticos, podendo prestar mais do que um serviço (água, saneamento, gestão de resíduos e energia). Para tal, o nome desta entidade deve ser seguido pelas siglas S.A. (de Sociedade de Ações, condição obrigatória para o efeito) e E.S.P. (Empresa de Serviços Públicos).

A lei 143, de 1994, introduz legislação específica para o setor energético, estabelecendo a distinção entre produtores, transmissores, distribuidores e comercializadores, aplicando-se algumas restrições relativamente à prática simultânea de algumas destas atividades.

De seguida, procuramos aprofundar um pouco mais a organização institucional do setor, identificando as instituições-chave em cada um dos setores definidos (abastecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e setor da energia elétrica), as suas responsabilidades e a forma como interagem. Paralelamente, serão também identificados os maiores operadores em cada um dos segmentos em estudo, bem como as principais entidades adjudicantes.

Finalmente, de modo a oferecer uma visão global do mercado colombiano, serão também identificadas agências e entidades de relevo, não apenas no setor ambiental, agências de apoio ao desenvolvimento, as principais universidades e centros de investigação no país e as mais relevantes associações empresariais e profissionais (ambientais e não só).

Primeiramente, iniciamos a abordagem à organização institucional do setor identificando as entidades de direito público com maior relevância em cada um dos segmentos ambientais em estudo.

Setor da Água e Saneamento

O setor da água na Colômbia apresenta uma clara diferenciação de funções, estabelecendo um contraste entre atores de nível nacional, regional e local.

A nível nacional, o **Ministério da Habitação, Cidades e Território (MHCT)**, através de um Vice Ministério dedicado às questões da água e saneamento (o **Departamento de Água Potável e Saneamento Básico - DAPSB**), assume a responsabilidade principal, uma vez que está encarregue de formular e implementar políticas e planos setoriais, financiar algumas obras e oferecer apoio aos prestadores de serviços urbanos e rurais. Sob a sua tutela, a **Comissão de Regulação da Água Potável e Saneamento Básico (CRA)**, encarrega-se da conceção de metodologias de custos e tarifas a serem praticadas pelos operadores. Ainda sob a tutela do Ministério da Habitação, Cidades e Território, o **Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (IDEAM)**, é responsável pela produção de informação para a gestão de recursos naturais e pelo apoio ao **Sistema Nacional Ambiental (SINA)**. O SINA não é mais do que um conjunto de orientações, normas, atividades, recursos, programas e instituições que permitem a implementação de princípios gerais ambientais para a sustentabilidade.

Ainda a nível nacional, há mais três ministérios com funções no setor da água, a saber:

- **Ministério da Saúde e da Proteção Social (MSPS)**, cuja atividade no setor se relaciona mais com a qualidade de vida das populações;
- **Ministério da Fazenda e Crédito Público (MFCP)**, cuja atividade no setor se relaciona com o financiamento e apoio no acesso ao crédito, particularmente através da **Findeter**;
- **Ministério do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (MADS)**, que manifesta a sua influência essencialmente a nível regional, através das CAR (descritas mais abaixo).

Finalmente, uma outra entidade a nível nacional, o **Departamento Nacional de Planeamento (DNP)**, assume também funções no setor da água colombiano. O DNP é a referência técnica no que toca às decisões estratégicas políticas e de investimento, que promovam o bem-estar e a prosperidade do país. A sua missão é liderar, coordenar e articular o planeamento de médio e longo prazo, com vista a um desenvolvimento sustentável e inclusivo no país. Sob a sua tutela, podemos encontrar a **Superintendência de Serviços Públicos Domésticos (SSPD)**, que supervisiona o desempenho das empresas prestadoras de serviços de abastecimento de água e saneamento, bem como a qualidade do serviço prestado.

Todas as entidades referidas anteriormente estão, naturalmente, debaixo da influência da mais importante instituição no país, a **Presidência da República**.

Ao nível regional, os **Departamentos** são os coordenadores da implementação da política para o setor da água. Também a nível regional, é de relevar a influência das Direções de Saúde, que efetuam o controlo da qualidade das águas e das **Autoridades Ambientais**, sob a forma das **Corporações Autónomas Regionais (CAR)**.

As CAR são entidades públicas regionais encarregues de administrar, dentro da sua área de jurisdição, o meio ambiente e recursos naturais renováveis, em prol do desenvolvimento sustentável e sob a tutela do Ministério do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. As CAR são ainda responsáveis pela importante tarefa de adjudicar concessões de água para todos os usos, formular planos de ordenamento e gestão de bacias hidrográficas e controlar a poluição da água.

Ao nível local, os **Municípios** assumem a responsabilidade pela prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento (de forma direta ou indireta), recorrendo a recursos provenientes do Estado para subsidiar o acesso das populações mais pobres aos serviços, bem como obras e investimentos em geral.

Finalmente, encontramos os **operadores dos serviços**, encarregues de administrar, operar e manter os sistemas de água e saneamento no país. Estes operadores podem ser os próprios municípios (a operar diretamente os serviços), empresas de serviços públicos de caráter público, privado ou misto ou associações do tipo comunitário.

Atualmente, há mais de 12 mil operadores de serviços de abastecimento de água e saneamento na Colômbia, sendo que cerca de 11.500 são organizações comunitárias. As restantes entidades compreendem empresas municipais, mistas ou privadas.

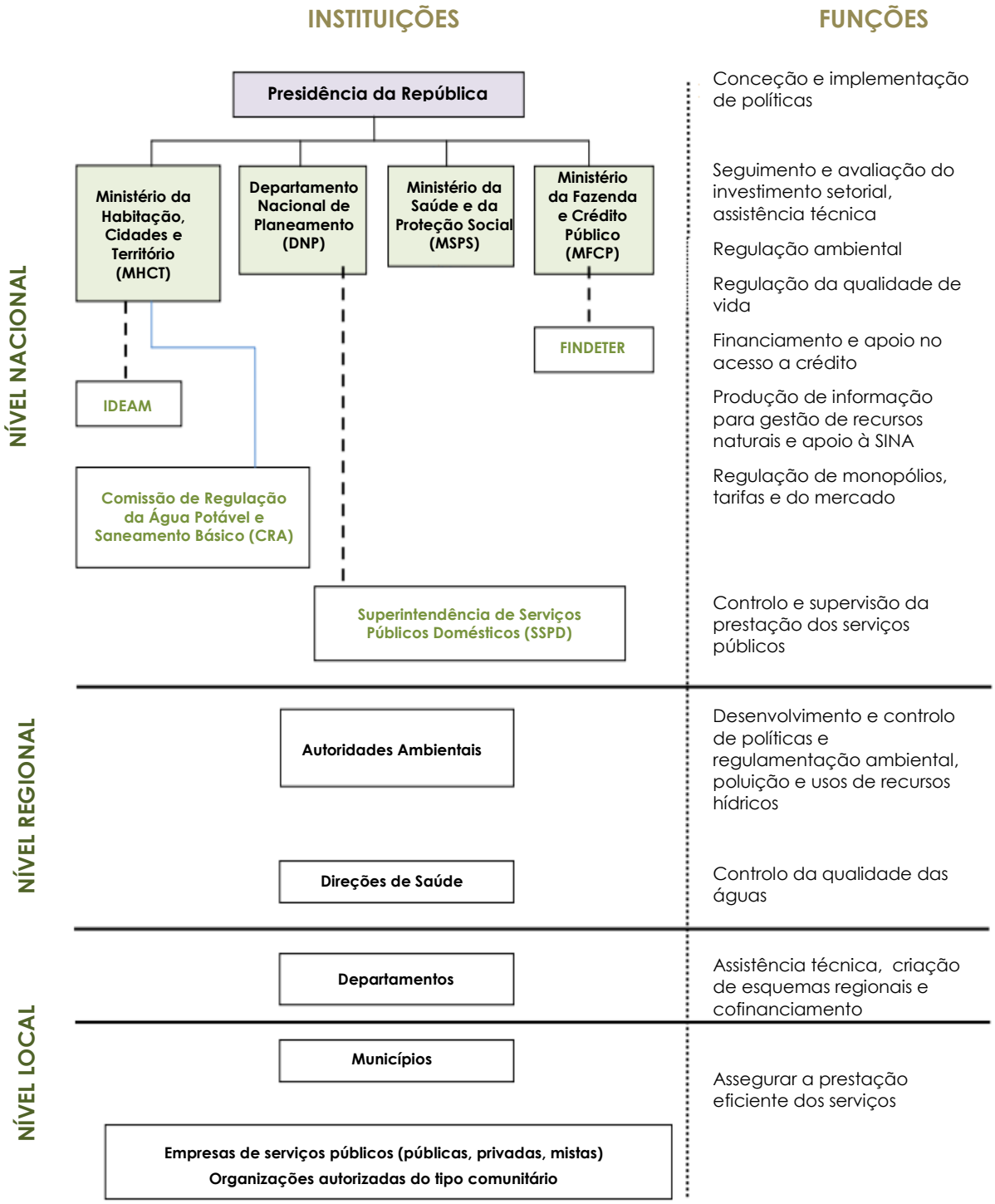
O quadro seguinte apresenta as funções essenciais de alguns dos principais intervenientes no setor da água colombiano, mencionadas anteriormente.

Quadro 39 – Instituições do setor da água colombiano

Instituição	Funções
MHCT - DAPSB	• Formulação de políticas, planos e programas; • Coordenação das entidades do setor; • Regulamentação técnica do setor; • Financiamento de obras e adjudicações diretas para projetos; • Fortalecimentos de prestadores de municípios de menor dimensão; • Apoio à criação de empresas privadas e microempresas comunitárias.
DNP	• Seguimento e avaliação de políticas, programas e projetos de investimento; • Conceção e formulação de políticas setoriais; • Assistência técnica a municípios e departamentos; • Apoio à CRA e SSPD.
MSPS	Supervisão e controlo da qualidade da água para consumo humano
MFCP	Alocação de recursos aos municípios
IDEAM	Produção de dados e informação ambiental e realização de estudos, investigação, inventários e atividades de gestão da informação.
CRA	• Conceção de metodologias de custos e tarifas; • Definição de parâmetros de qualidade na prestação de serviços; • Regulação de monopólios; • Conceção de metodologias de medição da eficiência da gestão dos operadores. Em 2015, será a entidade líder e impulsionadora do desenvolvimento do setor da água na Colômbia.
SSPD	• Supervisão do cumprimento das normas técnicas e de qualidade na prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento; • Gestão do Sistema Único de Informação (SUI).
Departamentos	O seu papel histórico é o de organizar sistemas para coordenar os prestadores de serviços e promover esquemas regionais, quando aconselhável. Com as alterações recentes na lei (nomeadamente os Planos Departamentais de Água), os Departamentos tornam-se atores principais na prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento na Colômbia.
Operadores	Há diferentes tipos de operadores públicos, privados e mistos que prestam serviços de abastecimento de água e saneamento, muitas vezes conjuntamente com serviços de gestão de resíduos, particularmente nos municípios de maior dimensão. Há também operadores que prestam serviços em mais do que um município.

Fonte: IRC

A figura seguinte apresenta um organigrama do setor da água na Colômbia.



Fonte: DNP

Figura 27 – Organização institucional do setor água e saneamento

Setor Energético

O setor energético colombiano é tutelado por grande parte das entidades que tutelam também o setor da água no país. Igualmente, a Presidência da República é o órgão máximo no setor.

A entidade com responsabilidade mais direta sobre o setor energético colombiano é o **Ministério das Minas e Energia (MME)**, que ocupa funções de direção do setor. Entre as suas funções, destacam-se as seguintes:

- Articular a formulação, adoção e implementação da política pública do setor administrativo da energia;
- Formular, adotar, dirigir e coordenar a política em matéria de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica;
- Formular, adotar, dirigir e coordenar a política em matéria de uso racional de energia e desenvolvimento de fontes de energia alternativas;
- Regulamentar as atividades de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, gás e biocombustíveis.

A função de planeamento, cabe à **Unidade de Planeamento Minero-Energética (UPME)**. Esta é uma unidade administrativa especial, de carater técnico, cuja função essencial é o planeamento do desenvolvimento sustentável dos setores das minas e energia na Colômbia, para formulação de políticas nacionais.

A função de regulação do setor energético colombiano fica a cargo da **Comissão de Regulação de Energia e Gás (CREG)**. Esta é uma entidade iminentemente técnica. O **Ministério de Minas e Energia (MME)**, o **Ministério da Fazenda e Crédito Público (MFCP)** e o **Departamento Nacional de Planeamento (DNP)**, assumem também funções de regulação do setor.

A um nível intermédio, encontramos duas entidades: o Conselho Nacional de Operação e o Comité Assessor de Comercialização.

O **Conselho Nacional de Operação** tem como função fundamental acordar os aspetos técnicos que garantam as operações da rede elétrica nacional, para que esta seja segura, fiável e económica, e executa também o Regulamento de Operação. O **Comité Assessor de Comercialização (CAC)** é um comité criado pela CREG para assegurar a monitorização e verificação dos aspetos comerciais do mercado energético.

Ao nível do controlo e supervisão, tal como no setor da água, encontramos a **Superintendência dos Serviços Públicos Domésticos (SSPD)**.

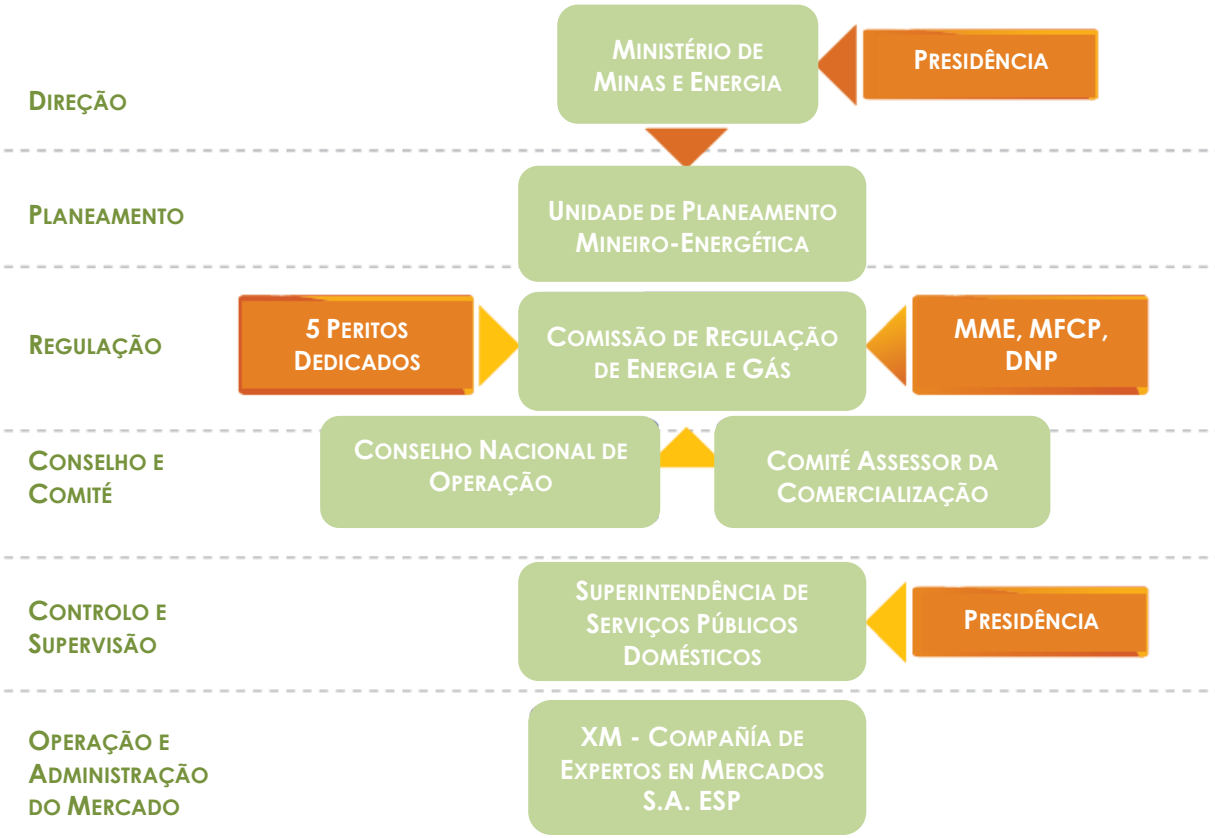
Finalmente, a operação e administração do mercado fica a cargo da **XM - Compañía de Expertos en Mercados S.A. ESP**, que opera o Sistema Interconectado Nacional (SIN) e administra o mercado grossista de energia na Colômbia.

Ao operar a SIN, a XM efetivamente planeia os recursos de produção na Colômbia, ou seja, unidades hidroelétricas, térmicas e eólicas, bem como os recursos de transmissão. O planeamento de curto prazo compreende a receção das ofertas diárias apresentadas pelos produtores na Bolsa de Energia, alocando-se hora a hora as unidades que fornecem energia no dia seguinte.

Ao administrar o mercado grossista de energia, a XM regista os sistemas de medição dos consumos energéticos, a sua localização e representante, liquida e fatura os intercâmbios energéticos entre produtores e comercializadores, que compram e vendem na Bolsa de Energia e arrecada as verbas de uso das redes, para distribuir pelos transmissores e distribuidores de energia.

O funcionamento do mercado da energia será abordado mais à frente, em capítulo próprio sobre a estrutura do setor ambiental/energético.

A figura seguinte apresenta a organização institucional do setor energético colombiano descrita anteriormente.



Fonte: Proexport

Figura 28 – Organização institucional do setor energético

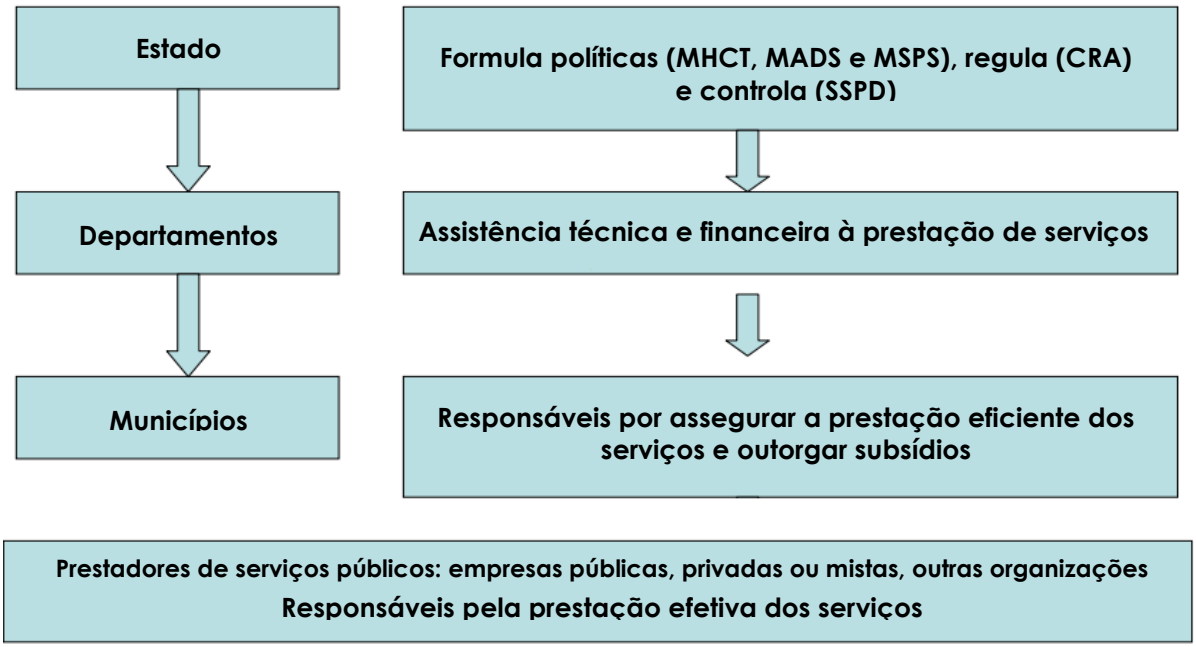
Setor da Gestão Integrada de Resíduos

O setor da gestão de resíduos colombiano assume uma organização em tudo similar ao setor da água, com uma esfera nacional com competências de planificação política, regulação e supervisão do setor, através de entidades como o **Ministério do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (MADS)**, o **Ministério da Habitação, Cidades e Território (MHCD)**, o **Ministério da Saúde e Proteção Social (MSPS)**, a **Comissão de Regulação da Água Potável e do Saneamento Básico (CRA)** e a **Superintendência dos Serviços Públicos Domésticos (SSPD)**.

Ao nível regional, os **Departamentos** são responsáveis por prestar assistência técnica e financeira aos prestadores de serviços.

A nível local, os **Municípios** são os responsáveis por assegurar a prestação eficiente dos serviços de gestão integrada de resíduos. De acordo com o Decreto 2981 do Ministério da Habitação, Cidades e Território, de 2013, os municípios devem garantir a prestação dos serviços de gestão de resíduos, por parte das entidades prestadoras de serviços, a toda a população, independentemente da modalidade de prestação escolhida. Os serviços devem ser prestados por uma **entidade de serviços públicos domésticos**, que pode ser uma empresa de natureza pública, privada ou mista, bem como uma associação do tipo comunitário. Os *players* de nível municipal no setor da gestão de resíduos são muitas vezes os mesmos que prestam os serviços de abastecimento de água e saneamento.

A figura seguinte apresenta a organização institucional do setor da gestão de resíduos na Colômbia.



Fonte: MADS

Figura 29 – Organização institucional do setor da gestão integrada de resíduos

Um fator importante a reter sobre o setor da gestão de resíduos na Colômbia é a obrigatoriedade, por parte dos prestadores de serviços, em formular e implementar um Programa para a Prestação de Serviços, de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Municipal, onde são apresentadas metas, objetivos, estratégias, cronogramas, custos e fontes de financiamento.

Agências e Entidades Relevantes do Setor do Ambiente e Energia

Primeiramente, apresentam-se algumas entidades relevantes para o setor ambiental colombiano.

Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MADS)

Contactos	
Endereço:	Calle 37 # 8 - 40, 0571 Bogotá, Colombia
Telefone:	(+57) 332 3400
Email:	webmaster@minambiente.gov.co / servicioalciudadano@minambiente.gov.co
URL:	http://www.minambiente.gov.co
Ministra:	Luz Helena Sarmiento Villamizar

Ministério da Habitação, Cidades e Território (MHCT)

Contactos	
Endereço:	Calle 18 7-59, 110321 Bogotá, Colombia
Telefone:	(+57) 3323 434
Email:	correspondencia@minvivienda.gov.co
URL:	http://www.minvivienda.gov.co
Ministro:	Luis Felipe Henao Cardona

Ministério da Saúde e Proteção Social (MSPS)

Contactos	
Endereço:	Carrera 13 No. 32-76, piso 1, Bogotá, Colombia
Telefone:	(+57) 1 330 5000
Email:	atencionalciudadano@minsalud.gov.co
URL:	http://www.minsalud.gov.co
Ministro:	Alejandro Gaviria

Ministério da Fazenda e Crédito Público (MFCP)

Contactos	
Endereço:	Carrera 8 # 6C- 38 Bogotá D.C, Colombia
Telefone:	(+57) 1 3811 700
Email:	atencioncliente@minhacienda.gov.co
URL:	http://www.minhacienda.gov.co
Ministro:	Mauricio Cárdenas Santamaría

Ministério de Minas e Energia (MME)

Contactos	
Endereço:	Calle 43 N° 57 - 31 CAN - Bogotá D.C,. Colombia
Telefone:	(+57) 1 2200 300
Email:	menergia@minminas.gov.co
URL:	http://www.minminas.gov.co
Ministro:	Amylkar Acosta Medina

Departamento Nacional de Planeamento (DNP)

Contactos	
Endereço:	Calle 26 No. 13-19. Edificio Fonade. Pisos: Mezzanine al 18 y 31 al 35. Bogotá, Colombia
Telefone:	(+57) 1 3815 000
Email:	webmaster@dnp.gov.co
URL:	https://www.dnp.gov.co
Diretora:	Tatyana Orozco

Comissão de Regulação da Água Potável e do Saneamento Básico (CRA)

Contactos	
Endereço:	Carrera 12 N° 97-80, Piso 2, Bogotá D.C., Colombia
Telefone:	(+57) 1 4873 820
Email:	correo@cra.gov.co
URL:	http://www.cra.gov.co
Diretor:	Julio Cesar Aguilera Wilches

Superintendência de Serviços Públicos Domésticos (SSPD)

Contactos	
Endereço:	Carrera 18 No. 84 - 35. - Bogotá D.C., Colombia
Telefone:	(+57) 1 6913 005
Email:	sspd@superservicios.gov.co
URL:	http://www.superservicios.gov.co
Superintendente:	Patricia Duque Cruz

▶ Contactos Direções Regionais

Direção Territorial Centro	
Endereço:	Avenida calle 19 No. 13A - 12, Bogotá; DC
Telefone:	(+57) 1 6913 005
Email:	dtcentro@superservicios.gov.co

Direção Territorial Norte	
Endereço:	Carrera 59 No. 75 - 134, Barranquilla, Atlántico.
Telefone:	(+57) 5 3681 907
Email:	dtnorte@superservicios.gov.co

Direção Territorial Ocidente	
Endereço:	Avenida 33 No 74B - 253, Medellín, Antioquia
Telefone:	(+57) 4 4124 477
Email:	dtoccidente@superservicios.gov.co

Direção Territorial Oriente	
Endereço:	Carrera 34, 54 - 92, Bucaramanga, Santander
Telefone:	(+57) 7 6437 813
Email:	dtoriente@superservicios.gov.co

Direção Territorial Sudoeste	
Endereço:	Calle 26 Norte No. 6 Bis - 19, Cali, Valle del Cauca
Telefone:	(+57) 2 6672 741
Email:	dtsuroccidente@superservicios.gov.co

Associação de Corporações Autónomas Regionais e de Desenvolvimento Sustentável (ASOCARS)

Contactos

Endereço:	Calle 70 No 11A- 24. Bogotá D.C. - Colombia
Telefone:	(+57) 1 3172 655
Email:	asocars@asocars.org.co
URL:	http://www.asocars.org.co

Corporações Autónomas Regionais

▶ Contactos Direções Regionais

Corporación Autónoma del Alto Magdalena - CAM	
Endereço:	Carrera 1a # 60 - 79 Neiva, Colombia
Telefone:	57 (8) 8765017
Email:	camhulia@cam.gov.co
URL:	www.cam.gov.co

Corporación Autónoma Regional de Cundinamarca - CAR	
Endereço:	Carrera 7 # 36 - 45 Bogotá, Colombia
Telefone:	57 (1) 3209000
Email:	sau@car.gov.co
URL:	www.car.gov.co

Corporación Autónoma Regional del Risaralda - CARDER	
Endereço:	Avda de las Américas con Calle 46 # 46 - 40 Pereira, Colombia
Telefone:	57 (6) 3151010
Email:	carder@carder.gov.co
URL:	www.carder.gov.co

Corporación Autónoma Regional Canal del Dique - CARDIQUE	
Endereço:	Bosque Manzanillo Tv 52 # 16 -150 Cartagena, Colombia
Telefone:	57 (5) 669 4059
Email:	direccion@cardique.gov.co
URL:	www.cardique.gov.co

Corporación Autónoma Regional de Sucre - CARSUCRE	
Endereço:	Carrera 25 No. 25-101 Avenida Ocala Sincelejo, Colombia
Telefone:	57(5) 2749995
Email:	carsucre@carsucre.gov.co
URL:	www.carsucre.gov.co

Corporación Autónoma Regional de Santander - CAS	
Endereço:	Carrera 10 # 13 - 78, Edificio Cootrasan, Piso 2, San Gil Santander, Colombia
Telefone:	57(7) 238925
Email:	contactenos@cas.gov.co
URL:	www.cas.gov.co

Corporación para el Desarrollo Sostenible del Norte y Oriente Amazónico - CDA	
Endereço:	Calle 26 # 11 - 131Barrio 5 de Diciembre, Inírida - Guainía
Telefone:	57(8) 5656351
Email:	cda@cda.gov.co
URL:	www.cda.gov.co

Corporación Autónoma Regional para la defensa de la Meseta de Bucaramanga - CDMB	
Endereço:	Carrera 23 # 37 - 63, Bucaramanga, Colombia
Telefone:	57 (7) 6346100
Email:	info@cdmb.gov.co
URL:	www.cdmb.gov.co

Corporación Autonoma Regional para el Desarrollo Sostenible del Chocó - CODECHOCO	
Endereço:	Carrera 1ª. # 22 - 96 Quibdo, Colombia
Telefone:	57(4) 6709056
Email:	contacto@codechoco.gov.co
URL:	www.codechoco.gov.co

Corporación Autónoma Regional de Antioquia - CORANTIOQUIA	
Endereço:	Carrera 65 #.44A - 32 Medellín, Colombia
Telefone:	57 (4) 493 88 88
Email:	quejasyreclamos@corantioquia.gov.co
URL:	www.corantioquia.gov.co

Corporación Autónoma Regional de las Cuencas de los Ríos Negro - Nare CORNARE	
Endereço:	Autopista Medellín - Bogotá Km 34 El Santuario, Antioquia, Colombia
Telefone:	57(4) 5461616
Email:	cliente@cornare.gov.co
URL:	www.cornare.gov.co

Corporación Autónoma Regional del Magdalena - CORPAMAG	
Endereço:	Av. Del Libertador No. 32 - 201 Barrio Tayrona, Santa Marta, Colombia
Telefone:	57(5) 4211395
Email:	webmaster@corpomag.gov.co
URL:	www.corpomag.gov.co

Corporación Autónoma Regional de Boyacá - CORPOBOYACA	
Endereço:	Antigua Vía a Paipa No. 53-70, Tunja, Colombia
Telefone:	57(8) 7457167
Email:	corpoboyaca@corpoboyaca.gov.co
URL:	www.corpoboyaca.gov.co

Corporación Autónoma Regional de Caldas - CORPOCALDAS	
Endereço:	Calle 21 # 23-22 Edificio Seguros Atlas Manizales, Colombia
Telefone:	57(6) 884 14 09
Email:	corpocaldas@corpocaldas.gov.co
URL:	www.corpocaldas.gov.co

Corporación Autónoma Regional del Cesar - CORPOCESAR	
Endereço:	Carrera 9 # 9 -88 Valledupar, Colombia
Telefone:	57(5) 5733925
Email:	direcciongeneral@corpocesar.gov.co
URL:	www.corpocesar.gov.co

Corporación Autónoma Regional de Chivor - CORPOCHIVOR	
Endereço:	Carrera 5a No. 9 - 125 Garagoa, Boyacá, Colombia
Telefone:	57(8) 7500661
Email:	cchivor@corpochivor.gov.co
URL:	www.corpochivor.gov.co

Corporación Autónoma Regional de La Guajira - CORPOGUAJIRA	
Endereço:	Carrera 7a No 12-25 Edificio CORPOGUAJIRA. Riohacha, Colombia
Telefone:	57(5) 7273905
Email:	servicioalcliente@corpoguajira.gov.co
URL:	www.corpoguajira.gov.co

Corporación Autónoma Regional del Guavio - CORPOGUAVIO	
Endereço:	Carrera 7a No.1A-52 Gachalá, Cundinamarca, Colombia
Telefone:	57(1) 8538511/13/34
Email:	atencionalusuario@corpoguavio.gov.co
URL:	www.corpoguavio.gov.co

Corporación Autónoma Regional de Nariño - CORPONARIÑO	
Endereço:	Pasto Calle 25 7 ESTE - 84 FINCA LOPE, Vía La Coralina, Pasto, Colombia
Telefone:	57(7) 7309282
Email:	quejasreclamos@corponarino.gov.co
URL:	www.corponarino.gov.co

Corporación Autónoma Regional de La Frontera Nororiental - CORPONOR	
Endereço:	Calle 13 Av. El Bosque No. 3E-278 Barrio Caobos, Cúcuta, Colombia
Telefone:	57(7) 5828484
Email:	corponor@corponor.gov.co
URL:	www.corponor.gov.co

Corporación Autónoma Regional de Nariño - CORPONARIÑO	
Endereço:	Pasto Calle 25 7 ESTE - 84 FINCA LOPE, Vía La Coralina, Pasto, Colombia
Telefone:	57(7) 7309282
Email:	quejasreclamos@corponarino.gov.co
URL:	www.corponarino.gov.co

Corporación Autónoma Regional de La Frontera Nororiental - CORPONOR	
Endereço:	Calle 13 Av. El Bosque No. 3E-278 Barrio Caobos, Cúcuta, Colombia
Telefone:	57(7) 5828484
Email:	corponor@corponor.gov.co
URL:	www.corponor.gov.co

Corporación Autónoma Regional de La Orinoquía - CORPORINOQUIA	
Endereço:	Carrera 23 No. 18-31 Yopal
Telefone:	57(8) 6358588
Email:	atencionusuarios@corporinoquia.gov.co
URL:	www.corporinoquia.gov.co

Corporación Autónoma Regional del Tolima - CORTOLIMA	
Endereço:	Avenida Ferrocarril calle 44 Esquina, Ibagué, Colombia
Telefone:	57(8) 2660101
Email:	www.cortolima.gov.co
URL:	cortolima@cortolima.gov.co

Corporación Autónoma Regional del Quindío - CRQ	
Endereço:	Calle 19N # 19-55 Armenia, Colombia
Telefone:	57(7) 7460600
Email:	crq@crq.gov.co
URL:	www.crq.gov.co

Corporación Autónoma Regional del Valle del Cauca - CVC	
Endereço:	Carrera 56 # 11- 36 Cali, Colombia
Telefone:	57(2) 3181700
Email:	atencionalusuario@cvc.gov.co
URL:	www.cvc.gov.co

Corporación Autónoma Regional de los Valles del Sinú y del San Jorge - CVS	
Endereço:	Calle 29 # 2- 43 Edificio Morindó, Montería, Colombia
Telefone:	57(5)7829950
Email:	contacto@cvs.gov.co
URL:	www.cvs.gov.co

Corporación para el Desarrollo Sostenible del Área de Manejo Especial de La Macarena - CORMACARENA	
Endereço:	Carrera 35 # 25 -57 Piso 3 Barrio San Benito Villavicencio, Meta (Colombia)
Telefone:	57(8) 6730420
Email:	info@cormacarena.gov.co
URL:	www.cormacarena.gov.co

Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de La Amazonía - CORPOAMAZONIA	
Endereço:	Carrera. 17 14-85 Mocoa, Putumayo, Colombia
Telefone:	57(8) 4295267
Email:	correspondencia@corpoamazonia.gov.co
URL:	www.corpoamazonia.gov.co

Corporación Autónoma Regional del Cauca - CRC	
Endereço:	Carrera 7 No. 1N-28 Edificio Edgar Negret Dueñas, Popayán, Colombia
Telefone:	57(2) 8203232
Email:	crc@crc.gov.co
URL:	www.crc.gov.co

Corporación Autónoma Regional del Atlántico - CRA	
Endereço:	Calle 66 No. 54 - 43 Barranquilla, Colombia
Telefone:	57(5) 3686626
Email:	www.crautonoma.gov.co
URL:	info@crautonoma.gov.co

Corporación Autónoma Regional del Sur de Bolivar - CBS	
Endereço:	Carera 16 No. 10-27 Avenida Colombia, Magangué, Colombia
Telefone:	57(5) 6878800
Email:	webmail.csbcor.gov.co
URL:	www.csbcor.gov.co

Corporación para el Desarrollo Sostenible del Urabá - CORPOURABA	
Endereço:	Calle 92 # 98 - 39 Apartadó, Antioquia, Colombia
Telefone:	57(4) 8280977
Email:	contactenos@corpouraba.gov.co
URL:	www.corpouraba.gov.co

Corporación para el Desarrollo Sostenible del Archipiélago de San Andres, Providencia y Santa Catalina - CORALINA	
Endereço:	Vía San Luis, Bight, Km 26, San Andrés Isla, Archipiélago de San Andrés, Providencia y Santa Catalina (Colombia - Suramérica)
Telefone:	57(8) 512 0080
Email:	serviciocliente@coralina.gov.co
URL:	www.coralina.gov.co

Corporación Autonoma Regional del Río Grande de La Magdalena - CORMAGDALENA	
Endereço:	Carrera 1ra No. 52 - 10 Sector Muelle. Barrancabermeja, Colombia
Telefone:	57(7) 6214422
Email:	info@cormagdalena.gov.co
URL:	www.cormagdalena.gov.co

Corporación para el Desarrollo Sostenible de La Mojana y El San Jorge - CORPOMOJANA	
Endereço:	Carrera 21 # 21ª - 44 San Marcos, Sucre, Colombia
Telefone:	57(5) 2954 869
Email:	corpomojana@corpomojana.gov.co
URL:	www.corpomojana.gov.co

Unidade de Planeamento Minero-Energética (UPME)

Contactos	
Endereço:	Avda. Calle 26 # 69 D-91, Piso 9°, Bogotá, Colombia
Telefone:	(+57) 1 2220 601
Email:	contacto@upme.gov.co
URL:	http://www1.upme.gov.co

Comissão de Regulação de Energia e Gás (CREG)

Contactos	
Endereço:	Av. Calle 116 No. 7-15 Edificio Cusezar Int.2 oficina 901, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 6032 020
Email:	administracion.recepcion@creg.gov.co
URL:	http://www.creg.gov.co
Diretor:	Carlos Fernando Eraso Calero

Instituto de Planeamento e Promoção de Soluções Energéticas para as Regiões Não Ligadas (IPSE)

Contactos	
Endereço:	Calle 99 No. 9 A – 54 Torre 3 Piso 14 Edificio 100 Street, Bogotá D.C. - Colombia
Telefone:	(+57) 16397 888
Email:	ipse@ipse.gov.co
URL:	http://www.ipse.gov.co
Diretor:	Elkin E. Ramírez

XM S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Calle 12 Sur No. 18 - 168 Bloque 2, Medellín, Colombia
Telefone:	(+57) 4 3172 244
Email:	info@xm.com.co
URL:	http://www.xm.com.co

Seguidamente, apresentam-se algumas agências e entidades relevantes, de caráter geral, para empresas com interesse em investir na Colômbia.

Embaixada de Portugal na Colômbia

Contactos	
Endereço:	Torre Sancho, Calle 98 nº 9, 03 Oficina 906, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 6221 649
Email:	emporbog@cable.net.co
Embaixador:	João Manuel Mendes Ribeiro de Almeida

Embaixada da Colômbia em Portugal

Contactos	
Endereço:	Av. Fontes Pereira de Melo, 16- 6º Andar Palácio Sottomayor, Lisboa, Portugal
Telefone:	(+351) 213 188 480
Email:	embajada@embaixadadacolombia.pt
URL:	http://www.embaixadadacolombia.pt
Embaixador:	Germán Santamaría Barragán

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Colombiana

Contactos	
Endereço:	Rua Castilho nº 67-2º, 1250-068 Lisboa, Lisboa, Portugal
Telefone:	(+351) 213 887 026
Email:	geral@portugalcolombia.com
URL:	Htp://www.portugalcolombia.com

Procolombia

Contactos	
Endereço:	Calle 28 No. 13A – 15, Piso 35-36, Bogotá - Colômbia
Telefone:	(+57) 1 5600 100
Email:	informacion@proexport.com.co
URL:	http://www.procolombia.co

Procolombia Portugal

Contactos	
Endereço:	Rua Tierno Galvan, Torre 3 - 502, Lisboa, Portugal
Telefone:	(+351) 213 880 801
Email:	lisboa@procolombia.co
URL:	http://www.procolombia.co

Invest in Bogotá

Contactos	
Endereço:	Carrera 7ª No. 71 - 21 Torre B, Off. 407, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 7423 030
Email:	info@investinbogota.org
URL:	http://en.investinbogota.org

Câmara de Comércio de Bogotá

Contactos	
Endereço:	Avenida Eldorado No 68D-35 Bogotá, Colombia
Telefone:	(+57) 1 3830 300
URL:	http://camara.ccb.org.co

AICEP Colômbia

Contactos	
Endereço:	Edificio Advance, Cl.99, #7A-77, Of.507, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 3072 990
Email:	miguel.crespo@portugalglobal.pt
URL:	http://www.portugalglobal.pt

Maiores Operadores de Serviços Ambientais

Setor Água e Saneamento

Como já se viu antes, as empresas de serviços públicos prestam serviços na grande maioria dos municípios colombianos. Apresentam-se de seguida alguns dos maiores operadores públicos e privados a operar no setor da água e saneamento colombiano.

EPM E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Carrera 58 42-125. Medellín, Colombia
Telefone:	(+57) 4 4444 115
Email:	epm@epm.com.co
URL:	http://www.epm.com.co

Aguas de Bogota S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Calle 24 No. 37-15, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 3447 397
Email:	---
URL:	http://www.aguasdebogota.com.co

Acuavalle S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Calle 56N # 3N-19, Cali - Valle del Cauca - Colombia
Telefone:	(+57) 2 665 3567
Email:	acuavalle@acuavalle.gov.co
URL:	http://www.acuavalle.gov.co

TRIPLE A S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Baranquilla, Colombia
Telefone:	(+57) 3614 111
Email:	cliente@aaa.com.co
URL:	http://www.aaa.com.co

Aguas de Cartagena S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Torices Edificio Chambacú, Cartagena, Colombia
Telefone:	(+57) 6932 770
Email:	---
URL:	http://www.acuacar.com

METROAGUAS S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Calle 15 No. 2-16, Santa Marta DT, Colombia
Telefone:	---
Email:	pqr@metroagua.com.co
URL:	http://www.metroagua.com.co

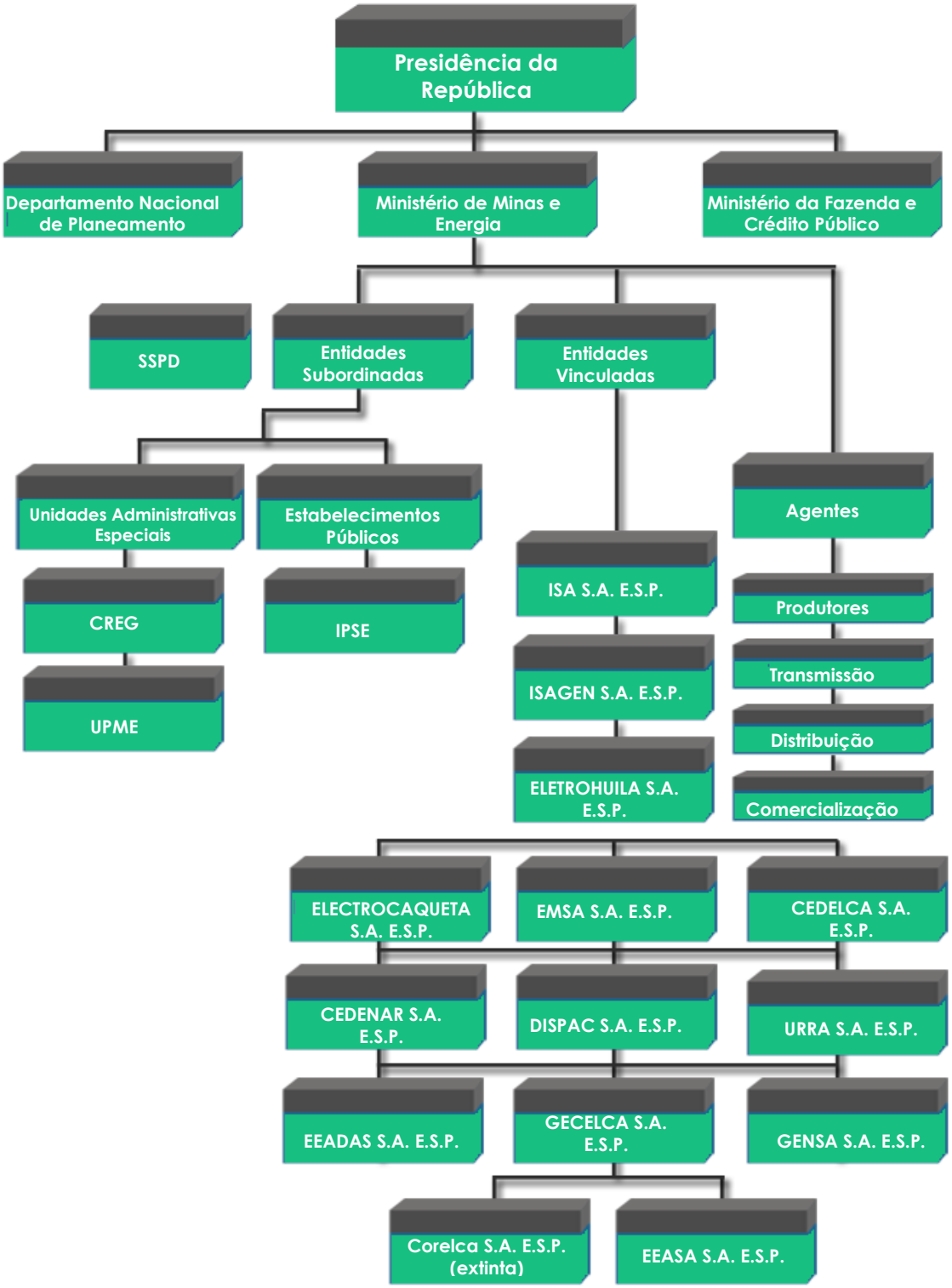
Na Superintendência de Serviços Públicos Domésticos (SSPD) estão registados 225 operadores do setor da água e saneamento. A lista completa pode ser consultada no seguinte *link*:

http://www.superservicios.gov.co/Acueducto-Alcantarillado-y-Aseo/Acueducto-y-alcantarillado.

Para além destas empresas, há ainda uma série de operadores de micro dimensão a operar no setor.

Setor Energético

A figura seguinte apresenta alguns dos principais atores no setor energético colombiano.



Fonte: SIEL

Figura 30 – Organigrama do setor energético

Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. - ISA

Contactos	
Endereço:	Calle 12 Sur No. 18 -168, Medellín - Colombia
Telefone:	(+57) 4 3252 270
Email:	isa@isa.com.co
URL:	http:// www.isa.com.co

ISAGEN S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Carrera 30 # 10C - 280, Medellín, Colômbia
Telefone:	(+57) 4 4487 227
Email:	webmaster@isagen.com.co
URL:	http://www.isagen.com.co

ELECTROHUILA S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Vía Palermo Km1
Telefone:	(+57) 8757 080
Email:	electrohuilasaesp@gmail.com
URL:	http://www.electrohuila.com.co

ELECTROCAQUETA S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Carrera 1 No. 35-99 Barrio El Cunduy - Florencia/Caquetá, Colômbia
Telefone:	(+57) 8 4354 125
Email:	---
URL:	http://www.electrocaqueta.com.co

EMSA S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Barzal Alto Vía la Azotea. Villavicencio, Meta, Colômbia
Telefone:	(+57) 8 6614 000
Email:	atencionalcliente@emsa-esp.com.co
URL:	http://www.electrificadoradelmeta.com.co

CEDENAR S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Avenida los Estudiantes, Calle 20 N° 36 – 12, Colômbia
Telefone:	(+57) 6 7336 900
Email:	---
URL:	http://www.cedenar.com.co

DISPAC S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Quibdó-Chocó, Carrera 7° No. 24 – 76, Colômbia
Telefone:	(+57) 4 6709 722
Email:	---
URL:	http://www.dispac.com.co

URRA S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Cra 2 No. 48-08 - Montería, Cordoba, Colômbia
Telefone:	(+57) 4 7851 475
Email:	serv_cliente@urra.com.co
URL:	http://www.urra.com.co

EEADAS S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Av. Costa Rica No 1ª-46 2º Piso, San Andrés Islas, Colômbia
Telefone:	(+57) 8 5128 024
Email:	eedas@eedas.com.co
URL:	http://www.eedassa.com

GECELCA S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Carrera 55 # 72 - 109 Piso 9 Edificio Centro Ejecutivo II, Barranquilla, Colômbia
Telefone:	(+57) 5 3560184
Email:	contactenos@gecelca.com.co
URL:	http://www.gecelca.com.co

CEDELCA S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Carrera 7 # 1N - 28 Edificio Edgar Negret, Pisos 3,Cauca, Colômbia
Telefone:	(+57) 2 8235 975
Email:	---
URL:	http://www.cedelca.com.co

EEASA S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Carrera 6 Nº 8 -81, Leticia, Amazonas, Colômbia
Telefone:	(+57) 5927 629
Email:	planeacion@eeasa.com.co
URL:	http://eeasa.com.co

EPM E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Carrera 58 42-125. Medellín, Colombia
Telefone:	(+57) 4 4444 115
Email:	epm@epm.com.co
URL:	http://www.epm.com.co

EMGESA S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Cra. 11 No 82 – 76 Piso 4, Bogotá, Colombia
Telefone:	(+57) 1 2190330
Email:	---
URL:	http://www.emgesa.com.co

Empresa de Energia de Bogotá - EEB

Contactos	
Endereço:	Cra. 9 # 73-44 Piso 6, Bogotá, Colombia
Telefone:	(+57) 1 3268 000
Email:	---
URL:	http://www.eeb.com.co

TRANSELCA S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Carrera 55 No. 72 – 109 Piso 10, Barranquilla, Colombia
Telefone:	(+57) 1 5 3717 200
Email:	contacto@transelca.com.co
URL:	http://www.transelca.com.co

DISTASA S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Carrera 7 No.156-80 Of. 902, Bogotá, Colombia
Telefone:	(+57) 1 7449 970
Email:	distasa@distasa.com
URL:	http://www.distasa.com

Eletrificadora de Santander - ESSA S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Carrera 19 No. 24 - 56 Bucaramanga, Santander. Colombia
Telefone:	(+57) 6303 333
Email:	---
URL:	http://www.essa.com.co

EPSA E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Calle 15 #29B-30 Autopista Cali, Colombia
Telefone:	(+57) 2 3210 000
Email:	---
URL:	http://www.epsa.com.co

Gas Natural Fenosa

Contactos	
Endereço:	Calle 71A No. 5-38 Bogotá., Colombia
Telefone:	(+57) 1 3078 121
Email:	---
URL:	http://www.gasnaturalfenosa.com.co

Electrificadora del Caribe S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Carrera 55 # 72 - 109, Barranquilla, Colombia
Telefone:	(+57) 5 361 000
Email:	---
URL:	http://www.electricaribe.com

Setor da Gestão Integrada de Resíduos

Apresentam-se de seguida os principais *players* no setor da gestão de resíduos colombiano.

Interaseo S.A. E.S.P.

Contactos	
Endereço:	Calle 16Sur No 48-42,Medellín, Colombia
Telefone:	(+57) 4 3259 970
Email:	interaseo@interaseo.com.co
URL:	http://www.interaseo.com.co

Servigenerales S.A. ESP

Contactos	
Endereço:	Carrera 15 No. 88-64 Of.715, Edificio Torre Zimma, Bogotá, Colombia
Telefone:	---
Email:	diseno@servigenerales.com
URL:	http://www.gruposervigenerales.com

Proactiva Colombia

Contactos	
Endereço:	Calle 98 No. 9 A - 41 Of. 601 Edificio AB Proyectos Bogotá D.C. - Colombia
Telefone:	(+57) 1 6346 818
Email:	info@proactiva.com.co
URL:	http://www.proactiva.com.co

Grupo Sala

Contactos	
Endereço:	Calle 100 No. 19 A-10 Piso 6 Bogotá, Colombia
Telefone:	(+57) 1 6353 783
Email:	---
URL:	http://gruposala.com.co

Empresas Várias de Medellín (EMVARIAS)

Contactos

Endereço:	Carrera 64 C # 103EE - 98, Medellín, Colombia
Telefone:	(+57) 4 4705 000
Email:	contacto@emvarias.com.co
URL:	www.eevvm.com.co

Na Superintendência de Serviços Públicos Domésticos (SSPD) estão registados perto de 300 operadores de gestão de resíduos. A lista completa pode ser consultada no seguinte *link*:

http://www.superservicios.gov.co/Acueducto-Alcantarillado-y-Aseo/Aseo/Informes-de-gestion.

Para além destas empresas, há ainda uma série de operadores de micro dimensão a operar no setor.

Principais Entidades Adjudicantes

As principais entidades adjudicantes no setor ambiental da Colômbia são, a um nível mais imediato e operacional, os municípios e departamentos, que assumem responsabilidades pela prestação direta dos serviços às populações, sejam eles o abastecimento de água, o saneamento ou a gestão de resíduos, bem como as próprias empresas, de caráter público, privado ou misto a operar no setor. As adjudicações neste âmbito podem refletir-se sob a forma de contratos de concessão, assistência técnica, construção, consultoria, ou comercialização de bens e equipamentos. Relativamente às entidades empresariais adjudicantes, estas correspondem aos operadores referidos anteriormente. Uma lista extensa dos operadores nos setores da água, saneamento e resíduos colombiano pode ser encontrado no *site* da Superintendência de Serviços Públicos Domésticos (*http://www.superservicios.gov.co*).

Um outro caminho para a adjudicação de contratos no setor ambiental colombiano, é através das entidades com responsabilidade no setor, aos níveis nacional e regional. Neste contexto são particularmente relevantes os Ministérios ligados ao setor ambiental no país (Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ministério da Habitação, Cidades e Território e Ministério da Energia e Minas), bem como algumas entidades especificamente concebidas para atuar no setor ambiental, como é o caso da Superintendência de Serviços Públicos Domésticos (SSPD) ou das Corporações Autónomas Regionais (CAR).

Ainda outro caminho, é recorrer diretamente aos principais promotores/financiadores de projetos de natureza ambiental na Colômbia, as instituições financeiras multilaterais. As entidades deste tipo mais presentes no país são o Grupo Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Corporação Andina de Fomento. Aconselha-se uma visita regular aos *sites* destas três entidades, uma vez que estão constantemente a colocar avisos de abertura de concurso, com oportunidades para empresas portuguesas que queiram participar em projetos ambientais na Colômbia.

Relembrando, o quadro seguinte apresenta as instituições mais relevantes para a adjudicação de contratos dos tipos explicitados anteriormente, na Colômbia.

Quadro 40 – Principais entidades adjudicantes

Entidade
Entidades públicas de nível nacional, regional e local: • Ministério da Habitação, Cidades e Território (MHCT); • Ministério da Saúde e Proteção Social (MSPS); • Ministério da Fazenda e Crédito Público (MFCP); • Ministério de Minas e Energia (MME); • Departamento Nacional de Planeamento (DNP); • Comissão de Regulação da Água Potável e do Saneamento Básico (CRA); • Superintendência de Serviços Públicos Domésticos (SSPD); • Corporações Autónomas Regionais (CAR); • Unidade de Planeamento Minero-Energética (UPME); • Comissão de Regulação de Energia e Gás (CREG); • Instituto de Planeamento e Promoção de Soluções Energéticas para as Regiões Não Ligadas (IPSE); • XM S.A. E.S.P.; • Departamentos; • Municípios.

Quadro 40 – Principais entidades adjudicantes (conclusão)

Entidade
Empresas do setor da água e saneamento: • EPM E.S.P.; • Aguas de Bogota S.A. E.S.P.; • Acuavalle S.A. E.S.P.; • TRIPLE A S.A. E.S.P.; • Aguas de Cartagena S.A. E.S.P.; • METROAGUAS S.A. E.S.P. **Empresas do setor energético:** • Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. - ISA; • ISAGEN S.A. E.S.P.; • ELECTROHUILA S.A. E.S.P.; • ELECTROCAQUETA S.A. E.S.P.; • EMSA S.A. E.S.P.; • CEDENAR S.A. E.S.P.; • DISPAC S.A. E.S.P.; • URRA S.A. E.S.P.; • EEADAS S.A. E.S.P.; • GECELCA S.A. E.S.P.; • CEDELCA S.A. E.S.P.; • EEASA S.A. E.S.P.; • EPM E.S.P.; • EMGESA S.A. E.S.P.; • Empresa de Energia de Bogotá - EEB; • TRANSELCA S.A. E.S.P.; • DISTASA S.A. E.S.P.; • Eletrificadora de Santander - ESSA S.A. E.S.P.; • EPSA E.S.P.; • Gas Natural Fenosa; • Electrificadora del Caribe S.A. E.S.P.; **Empresas do setor da gestão de resíduos:** • Interaseo S.A. E.S.P.; • Servigenerales S.A. ESP; • Proactiva Colombia; • Grupo Sala; • Empresas Várias de Medellín (EMVARIAS). **Instituições Financeiras Multilaterais:** • Banco Mundial; • Banco Interamericano de Desenvolvimento; • Corporação Andina de Fomento.

Principais Associações Profissionais e Empresariais

De seguida apresentam-se as principais associações colombianas, particularmente aquelas com atuação no setor ambiental.

Sociedade Colombiana de Engenheiros (SCI)

Contactos	
Endereço:	Carrera 4 # 10-41 Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 7052 780
Email:	---
URL:	http://www.sci.org.co

Associação Colombiana de Engenharia Ambiental (ACODAL)

Contactos	
Endereço:	Calle 39 No. 14 – 75 Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 7020 900
Email:	afiliados@acodal.org.co
URL:	http://www.acodal.org.co

Federação das Empresas de Serviços Públicos (ANDESCO)

Contactos	
Endereço:	Calle 93 N° 13 24 piso 3 Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 6167 611
Email:	info@andesco.org.co
URL:	http://www.andesco.org.co

Associação de Recicladores de Bogotá (ARB)

Contactos	
Endereço:	Cra. 3, N.º 12c - 48 Barrio, La Concordia, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 3418 365
Email:	---
URL:	http://asociacionrecicladoresbogota.org

Associação Colombiana de Distribuidores de Energia Elétrica (ASOCODIS)

Contactos	
Endereço:	Calle 98 No. 22 - 64 Oficina: 607, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 6360 916
Email:	---
URL:	http://www.asocodis.com

Associação Colombiana de Geradores de Energia Elétrica (ACOLGEN)

Contactos	
Endereço:	Avenida Calle 26 N° 59 - 51 Torre A Oficina 309, Torre Argos, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 3840 520
Email:	secretariaejecutiva@acolgen.org.co
URL:	http://www.acolgen.org.co

Associação Nacional de Empresas Geradoras (ANDEG)

Contactos	
Endereço:	Carrera 13 No 93-19 Of 401, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 6228 822
Email:	andeg@andeg.org
URL:	http://www.andeg.org

Associação de Empresários da Colômbia (ANDI)

Contactos	
Endereço:	Calle 73 8 13, 11001000 Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 3268 500
Email:	mtriana@andi.com.co
URL:	http://www.andi.com.co

Principais Universidades e Centros de Investigação

De seguida apresentam-se algumas das mais prestigiadas universidades e centros de investigação da Colômbia, bem como a respetiva informação de contacto.

Universidade dos Andes

Contactos	
Endereço:	Cra 1 Nº 18A- 12, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 3394 949
Email:	noticias@uniandes.edu.co
URL:	http://www.uniandes.edu.co

Universidade Nacional da Colômbia

Contactos	
Endereço:	Carrera 45 # 26-85, Edif. Uriel Gutiérrez, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 3165 000
Email:	mediosdigitales@unal.edu.co
URL:	http://www.unal.edu.co

Universidade del Valle

Contactos	
Endereço:	Calle 13 No 100-00, San Fernando, Cali, Colômbia
Telefone:	(+57) 2 3212 100
Email:	usuarios@correounivalle.edu.co
URL:	http://www.univalle.edu.co

Instituto de Investigação e Desenvolvimento sobre Água Potável, Saneamento Básico e Conservação dos Recursos Hídricos (CINARA)

Contactos	
Endereço:	Edif. 341 Ciudad Universitaria Meléndez, Universidad del Valle, Calle 13 No 100-00, Cali, Colômbia
Telefone:	(+57) 2 3212 100
Email:	cinarauv@correounivalle.edu.co
URL:	http://cinara.univalle.edu.co

Agências de Apoio ao Desenvolvimento

Instituições Financeiras Multilaterais

As Instituições Financeiras Multilaterais são as principais financiadoras de grandes projetos, atividades e obras em países em desenvolvimento. Assim, são uma excelente oportunidade para empresas com interesse em investir nesses mesmos países. As principais instituições financeiras multilaterais a operar na Colômbia são o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Corporação Andina de Fomento.

Banco Mundial

Contactos	
Endereço:	Cr 7 # 71 - 21, Torre A, Piso 18, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 3263 600
Email:	mucros@worldbank.org
URL:	http://www.bancomundial.org/es/country/colombia

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Contactos	
Endereço:	Carrera 7 N 71-21, Torre B, Piso 19. Edificio Bancafe, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 3257 000
Email:	BIDColombia@iadb.org
URL:	http://www.iadb.org/es/paises/colombia

Corporação Andina de Fomento (CAP)

Contactos	
Endereço:	Carrera 9ª. Nº 76-49, Piso 7, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 3132 311
Email:	colombia@caf.com
URL:	http://www.caf.com/es/paises/colombia

Outras Instituições Financeiras

Banco de Comércio Exterior da Colômbia (BANCOLDEX)

Contactos	
Endereço:	Calle 28 No. 13 A 15, pisos 37, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 4863 000
Email:	contactenos@bancoldex.com
URL:	http://www.bancoldex.com

Banco Central da Colômbia

Contactos	
Endereço:	carrera 7 # 14-78, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 3431 111
Email:	wbanco@banrep.gov.co
URL:	http://www.banrep.gov.co

Fiduciária do Comércio Exterior (FIDUCOLDEX)

Contactos	
Endereço:	Calle 28 # 13 A 24 Pisos 6°, y 7° Torre B, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 3275 500
Email:	fiducoldex@fiducoldex.com.co
URL:	http://www.fiducoldex.com.co

Apoio ao Desenvolvimento

Procolombia

Contactos	
Endereço:	Calle 28 No. 13A – 15, Piso 35-36, Bogotá - Colômbia
Telefone:	(+57) 1 5600 100
Email:	informacion@proexport.com.co
URL:	http://www.procolombia.co

Procolombia Portugal

Contactos	
Endereço:	Rua Tierno Galvan, Torre 3 - 502, Lisboa, Portugal
Telefone:	(+351) 213 880 801
Email:	lisboa@procolombia.co
URL:	http://www.procolombia.co

Invest in Bogotá

Contactos	
Endereço:	Carrera 7ª No. 71 - 21 Torre B, Off. 407, Bogotá, Colômbia
Telefone:	(+57) 1 7423 030
Email:	info@investinbogota.org
URL:	http://en.investinbogota.org

3.2. Estratégia Governamental para o Setor

Enquadramento

O setor ambiental colombiano sofreu uma forte reestruturação nos anos 90, no sentido de lhe conferir elementos de mercado que profissionalizassem o setor, atraíssem a iniciativa privada e libertassem parte do fardo do investimento público no setor.

A lei 99, de 1993, é considerada a lei geral ambiental no país, e estipula a organização institucional do setor, conferindo responsabilidades a diversas entidades públicas. Já a Constituição, de 1991, abre portas a um modelo de prestação de serviços mais descentralizado, deixando a prestação de serviços de ser feita diretamente pelo governo, passando esta responsabilidade para empresas públicas, privadas ou mistas, cabendo aos municípios a responsabilidade de fazer com que esses serviços são de facto prestados às populações. Ou seja, há mais de 20 anos que a estratégia governamental para o setor ambiental na Colômbia passa por uma maior abertura do mercado à iniciativa privada e pela descentralização de competências.

A Constituição estabelece que "os serviços públicos podem ser prestados pelo Estado, direta ou indiretamente, por comunidades organizadas ou por entidades privadas, mantendo o Estado, em todos os casos, capacidades de regulação, controlo e supervisão dos serviços".

No entanto, o grande passo dado no sentido da modernização do setor foi dado em 1994, com a lei 142, que estabelece o regime dos serviços públicos domésticos, ou seja, dos serviços de abastecimento de água e saneamento, de gestão de resíduos e de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O setor energético havia ainda de dispor de uma peça legislativa própria, na forma da lei 143, de 1994.

A lei 142 estabeleceu um enquadramento geral que transformou a regulação, controlo e supervisão no setor e fortaleceu o espirito da descentralização abordada na Constituição, consolidando as empresas prestadoras de serviços através da modernização do seu negócio e de uma alteração das políticas tarifárias. Estas medidas focaram-se fundamentalmente na recuperação dos custos económicos das entidades prestadoras e na promoção da participação privada no setor, mantendo o Estado alguma intervenção, de acordo com as suas políticas sociais (nomeadamente através da subsidiação do acesso aos serviços para os mais pobres).

A lei 142 estabeleceu ainda um regulador independente, a Comissão de Regulação de Água Potável e Saneamento Básico, ou CRA (que compreende os serviços de água, saneamento e resíduos), alocou competências aos diferentes níveis de Governo, e definiu de forma clara a natureza legal das instituições que podem prestar serviços públicos na Colômbia: empresas de serviços públicos (ESP), sob a forma de sociedade acionista (SA), de direito público, privado ou misto, de origem colombiana ou externa. O mercado ambiental colombiano estava assim totalmente aberto à iniciativa privada. O último passo neste sentido foi dado em 2012, com a aprovação da lei 1508, que estabelece o regime jurídico das Associações Público-Privadas (APP) e do decreto 1467, que regulamenta a dita lei 1508, de 2012.

Hoje, a estratégia governamental para o setor assenta na melhoria da eficiência dos investimentos, no incremento da qualidade dos serviços, numa maior regulação setorial e numa política de subsidiarização delimitada. Para atingir esses fins, o Governo tem ao seu dispor instrumentos como uma melhor regulação tarifária, introduzindo critérios para a componente investimento ou a criação de regras mais apertadas para os prestadores de serviços, desenvolvendo regulamentação que permita a fusão e liquidação de prestadores de serviços ineficientes. O que se espera é que, no futuro, o setor possa fazer uso de economias de escala, a cobertura de serviços pelo território esteja consolidada, os indicadores de qualidade apresentem melhores resultados e que, um pouco por todo o país, a rede de prestação de serviços públicos domésticos esteja cada vez mais modernizada e com uma lógica crescentemente empresarial.

Plano Nacional de Desenvolvimento 2010-2014

A ferramenta fundamental de planeamento na Colômbia, onde se inclui o setor ambiental, é o Plano Nacional de Desenvolvimento 2010-2014 (PND), e que efetiva a estratégia governamental para o setor ambiental no país. Pegando em alguns números básicos expressos no PND, o Governo espera um aumento na produção e transmissão de energia elétrica na ordem dos 588%, mais 2,9 milhões de pessoas cobertas por serviços de abastecimento de água e 4,7 milhões de pessoas adicionais cobertas por serviços de saneamento.

Particularmente ao nível do setor energético, uma grande preocupação do Governo colombiano é diminuir a dependência das fontes tradicionais de energia, procurando fomentar o investimento nas energias renováveis. A maioria dos projetos no setor energético foram alocados pelo governo ao ramo da energia hídrica, por considerar que é a fonte mais fiável e menos dispendiosa para atender à sua necessidade de expansão da rede elétrica, para além de ser uma fonte energética limpa. Adicionalmente, o Governo está a estudar a possibilidade da implementação de subsídios ao desenvolvimento de fontes energéticas não convencionais, nomeadamente através de incentivos fiscais.

No total, entre 2011 e 2014, o Governo colombiano prevê investir cerca de COP 563 biliões ao abrigo do PND, com alguma da verba alocada direta e indiretamente ao setor ambiental. O quadro seguinte apresenta algumas rúbricas de investimento de interesse para o setor ambiental.

Quadro 41 – Rúbricas de investimento de interesse ao setor ambiental no PND

Rúbrica de investimento	2011-2014 (COP Milhões)	2014 (COP Milhões)
Agricultura	15.505.993	4.245.947
Ambiente e desenvolvimento sustentável	7.809.462	2.196.282
Minas e energia	102.715.246	22.804.424
Habitação, cidades e território	95.207.861	30.649.159

Fonte: PND

Como se pode ver no quadro anterior, o financiamento aos setores associados ao setor ambiental (os Ministérios da Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Minas e Energia e Habitação, Cidades e Território são os principais *players* institucionais de nível nacional no setor, e que canalizam grande parte do investimento) é muito significativo - cerca de 40% do investimento elencado no PND 2010-2014.

O quadro seguinte apresenta alguns objetivos adicionais.

Quadro 42 – Objetivos ambientais adicionais previstos no PND

Objetivos ambientais adicionais previstos no PND	2014
Investimento privado em infraestruturas de transporte, telecomunicações, minas e energia	COP 126,7 biliões
Capacidade de produção elétrica	16.234 MW
Nova população com serviço de saneamento	COP 4,3 milhões

Fonte: PND

Para além da quantificação dos investimentos, o Governo colombiano delineou também algumas metas e objetivos a atingir no setor ambiental, ao longo do período de vigência do PND. O quadro seguinte apresenta as principais metas ambientais definidas no PND.

Quadro 43 – Principais metas ambientais delineadas no PND

Descrição da meta	Linha base	Meta 2014
Biodiversidade		
Formulação da política nacional de recursos hidrobiológicos	0	1
Estrutura ecológica base definida à escala nacional (1:100.000 a 1:500.000)	0%	100%
100% (1.932.987 ha) dos ecossistemas de pântanos e zonas húmidas, delimitados à escala adequada	38,6%	100%
51.376.621 ha de reserva florestal ordenados e zoneados territorialmente	47%	100%
3.000.000 ha incorporados no SINAP (Sistema Nacional de Áreas Protegidas)	12.601.817 ha	15.601.817 ha
Mapa atualizado de ecossistemas continentais, costeiros e marinhos	Mapa à escala 1:500.00, de 2001	Mapa atualizado
1.000.000 ha de bosque natural ordenados	913.065 ha	1.913.065 ha
90.000 ha restaurados ou reabilitados, com o objetivo de proteger as áreas e evitar a deflorestação	310.000 ha	400.000 ha
Alterações Climáticas		
Estratégias setoriais de desenvolvimento baixo em carbono	0	4
Planos setoriais com incorporação de políticas de adaptação às alterações climáticas	2	5
Produtos de exportação com barreiras identificadas e estratégias para as combater	0	4
Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), incluindo a participação em novos mercados de carbono	158	300
200.000 ha de deflorestação evitados	0 ha	200.000 ha
Gestão Integrada de Recursos Hídricos		
50 planos de ordenamento e gestão de bacias hidrográficas, segundo novo esquema de ordenamento	22	50
83 planos de ordenamento e gestão de bacias hidrográficas atualizados, com considerações de gestão de riscos	0	83
5 planos estratégicos de macro bacias hidrográficas	0	5
Gestão Ambiental Setorial e Urbana		
Planos de ação de gestão ambiental setorial para os setores da habitação, infraestruturas, agricultura e mineiro	0	4
Avaliações ambientais estratégicas para os setores da habitação, infraestruturas, agricultura e mineiro	0	4
Unidades ambientais criadas nos setores da habitação, infraestruturas, agricultura e mineiro	0	4
Criação de uma norma técnica na categoria de construção sustentável para se aceder à certificação ambiental colombiana	0	1

Quadro 43 – Principais metas ambientais delineadas no PND (conclusão)

Descrição da meta	Linha base	Meta 2014
Veículos a entrar no parque automóvel com tecnologias limpas	300	5.000
Cumprimento dos níveis de qualidade do ar estabelecidos na lei vigente	90	135
Redução da intensidade energética (consumo nacional de energia total/PIB) e consumo de água total/PIB	Energia: 0,87 Água: 0,037	3%
Diminuição do uso de mercúrio nos processos mineiros	157 ton./ano	10%
Fomento das compras verdes estatais, a nível nacional e regional	0	10%
Conceção e implementação de uma estratégia interinstitucional para controlo da atividade mineira ilegal	0	5
Práticas de Boa Governança		
Melhorar a capacidade técnica das entidades territoriais (departamentos, municípios) e das Corporações Autónomas Regionais (CAR) na gestão de risco		
Assistências técnicas a municípios	628	1.028
Assistência técnica a CAR	0	30
Municípios assistidos na redução da vulnerabilidade do abastecimento de água	400	500
Planos municipais para a gestão de risco de desastres	226	790
Municípios assistidos em planos de resposta a emergências por tsunami e furacão	0	41 (tsunami) 6 (furacão)
Ampliar as redes de monitorização e alerta rápido e atualização de mapas de ameaças		
Número de estações novas e melhoradas para alertas rápidos	247	367
Número de mapas de ameaça elaborados	Geomorfologia 1 (1:500.000)	1 (1:100.000)
	Zoneamento 1 (1:500.000)	1 (1:100.000)
	Inundações 0	34
	Cheias 0	20
Número de mapas de riscos de incêndios na cobertura vegetal	Evento extremo 0	2 (1:100.000)
	Risco incêndio 1 (1.500.000)	3 (1:100.000)

Fonte: PND

Visão Colômbia 2019

A estratégia "Visão Colômbia 2019", surge com o pretexto da celebração dos duzentos anos de vida política independente da Colômbia, a comemorar nesse ano. O documento é assim uma iniciativa governamental sobre o que se pretende que a Colômbia seja no ano de 2019. Sendo um documento de caráter abrangente, que se debruça sobre as principais áreas da vida colombiana, aborda também as questões ligadas ao setor ambiental, nomeadamente, ao abastecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e energia.

O quadro seguinte apresenta as principais metas traçadas pelo Executivo colombiano, em matéria ambiental, para 2019.

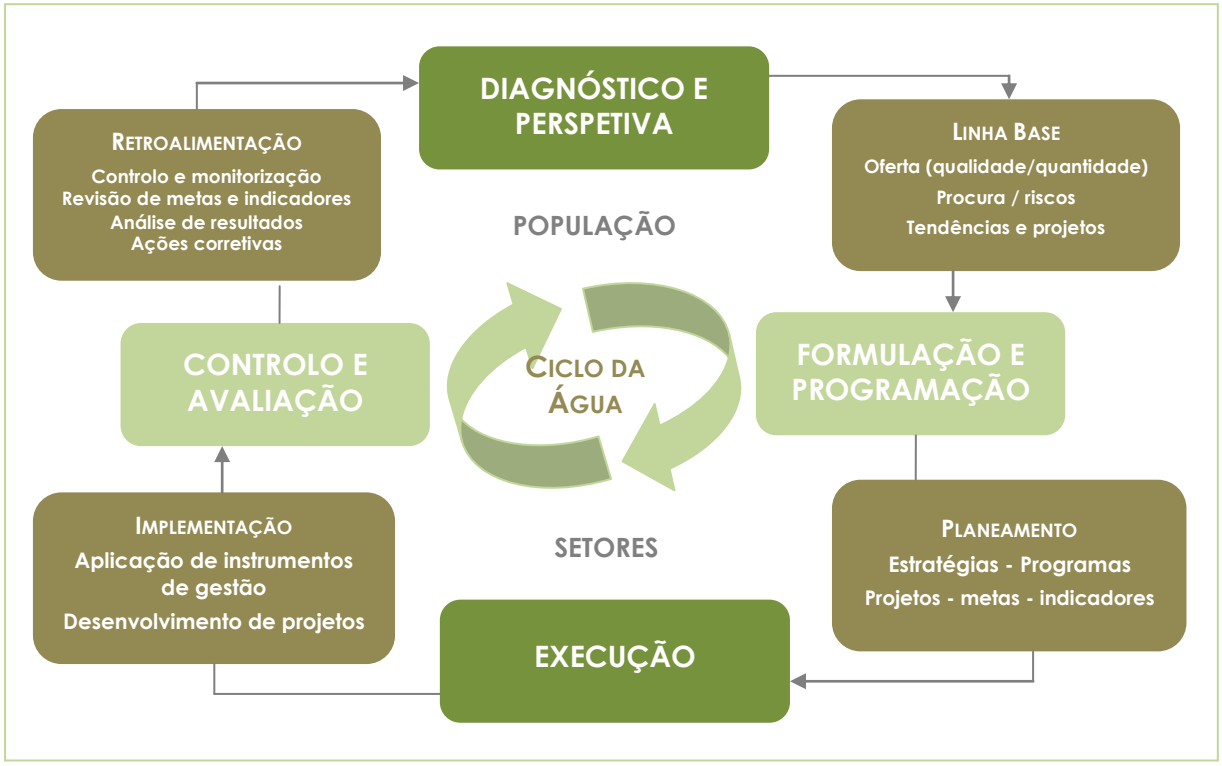
Quadro 44 – Principais metas ambientais delineadas na Visão Colômbia 2019

Descrição da meta	Meta 2019
Setor da Água	
Aumentar a cobertura de abastecimento de água urbana	100%
Aumentar a cobertura de abastecimento de água rural	82,2%
Aumentar a cobertura de saneamento urbano	100%
Aumentar a cobertura de saneamento rural	75,2%
Tratamento de águas residuais urbanas	50%
Vincular operadores especializados em zonas urbanas de todos os municípios com mais de 20 mil habitantes e certificação de todas as entidades autorizadas que prestem serviços no resto do pais	100%
Setor da Energia	
Elevar o contributo das energias alternativas em zonas não ligadas	60% (de 329 MW)
Aumentar o serviço de energia elétrica em zonas ligadas	99,37%
Aumentar o serviço de energia elétrica em zonas não ligadas	75,49%
Encontrar novas reservas de petróleo	2 mil milhões barris
Aumentar exportações de carvão	100 milhões ton.
Setor dos Resíduos	
Deposição final adequada de resíduos sólidos em áreas urbanas	100%
Vincular operadores especializados em zonas urbanas de todos os municípios com mais de 20 mil habitantes e certificação de todas as entidades autorizadas que prestem serviços no resto do pais	100%
Aumentar a capacidade de produção de energia nos mercados andino e centro-americano	16.017 MW
Expandir as ligações internacionais	7
Elaborar e implementar políticas e normas eficientes e equitativas que regulem a gestão integrada de resíduos perigosos	Avaliação contínua

Fonte: Visão Colômbia 2019

Setor da Água

No setor da água colombiano, o principal documento que traduz a estratégia governamental para o setor é a **Política Nacional para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos**, publicada em 2010. Com base no princípio da gestão integrada dos recursos hídricos, foi definida uma estratégia para o setor, que assenta na estrutura apresentada na figura seguinte.



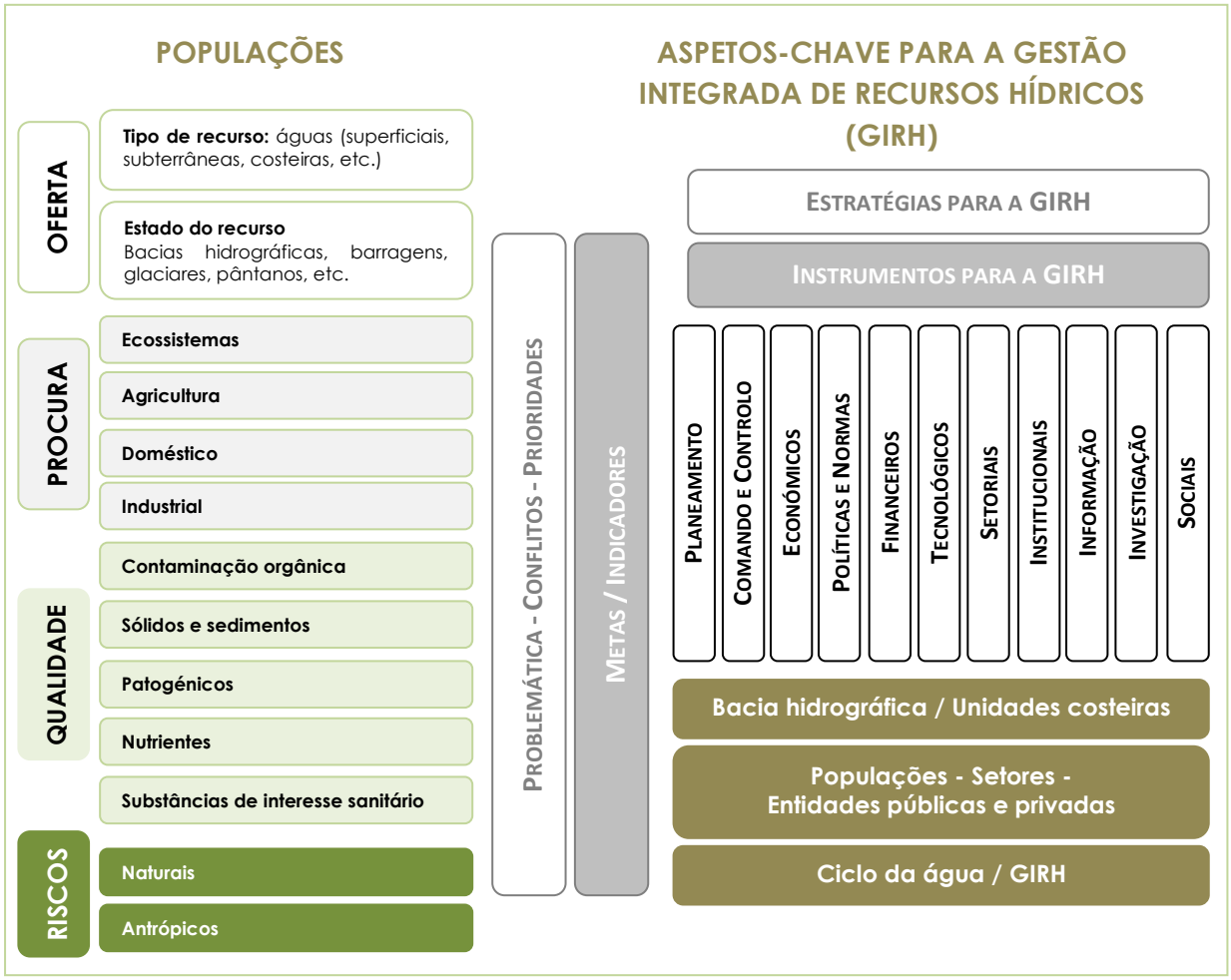
Fonte: Política Nacional para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos

Figura 31 – Ciclo de Gestão Integrada de Recursos Hídricos na Colômbia

Simultaneamente, o Governo identifica os aspetos fundamentais que definem o marco concetual da Política Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, a saber:

- Assegurar a oferta de água;
- Otimizar a procura de água;
- Minimizar a contaminação;
- Prevenir riscos associados à oferta de água.

A figura seguinte apresenta a interligação entre estes 4 pilares da estratégia para o setor, bem como os instrumentos utilizados para prosseguir os objetivos e metas traçadas para cada um dos pilares identificados pelos responsáveis.



Fonte: Política Nacional para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos

Figura 32 – Marco Concetual da Gestão Integrada de Recursos Hídricos na Colômbia

Setor da Energia

A **Política Energética Nacional (PEN)**, estabelece a estratégia governamental para o setor, no período 2010-2030. A estratégia governamental para o setor passa por potenciar o país como exportador de energia, a partir de cadeias locais de valor agregado, e garantir o abastecimento energético nacional a curto, médio e longo prazos, com critérios de qualidade, segurança, fiabilidade, competitividade e viabilidade.

Para tal, são estabelecidos quatro objetivos fundamentais, a saber:

- Redução da vulnerabilidade do setor energético colombiano em todas as cadeias de fornecimento energético e aumento da sua disponibilidade e fiabilidade;
- Maximização da contribuição do setor energético colombiano para as exportações, estabilidade macroeconómica, competitividade e desenvolvimento do país;
- Aproveitamento dos recursos energéticos colombianos, com critérios de sustentabilidade, tendo em conta as novas tendências mundiais benéficas para o país;
- Harmonização do enquadramento institucional para a implementação da política energética nacional.

Com vista a alcançar estes objetivos, foram delineadas diferentes estratégias, nomeadamente:

- Diversificação da matriz de produção energética a médio e longo prazo;
- Criação de infraestruturas de gás e melhoria dos esquemas de contratação, explorando novas alternativas;
- Aceleração dos planos de expansão da oferta futura de hidrocarbonetos, combustíveis líquidos e GPL;
- Aprofundamento da integração energética regional;
- Ampliação da cobertura, utilizando os recursos energéticos, tecnológicos e humanos disponíveis;
- Implementação de programas de desenvolvimento integrado na indústria dos hidrocarbonetos;
- Implementação de programas de desenvolvimento integrado na indústria do carvão;
- Melhoria da atual estratégia respeitante a biocombustíveis;
- Diversificação das fontes de oferta de gás natural, obtendo sinergias múltiplas;
- Diversificação do abastecimento energético;
- Incremento da competitividade colombiana, ajustando os preços do *mix* energético;
- Fortalecimento da investigação e desenvolvimento;
- Fomento de alternativas de produção de combustíveis líquidos a partir de carvão mineral e gás natural;
- Criação de uma cultura sólida de eficiência energética;
- Fortalecimento do enquadramento legal, de forma a permitir uma maior utilização de fontes energéticas limpas e renováveis;
- Vinculação do abastecimento energético aos requisitos de desenvolvimento local;
- Criação de sinergias entre atividades energéticas, produtivas e turísticas para o fomento de mercados verdes;
- Fomento da inovação tecnológica no uso da energia;
- Estabelecimento de uma coordenação institucional sólida no setor energético;

- Clarificação de papeis e atribuições das entidades intervenientes no setor;
- Fortalecimento das respetivas instituições;
- Criação de sistemas de informação integrados e fiáveis;
- Estabelecimento formal de uma coordenação interministerial que permita um desenvolvimento integrado do país em todas as áreas transversais ao setor energético;
- Fortalecimento do esquema de subsidiação à oferta e procura.

De seguida, apresentam-se as prioridades estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia da Colômbia para o setor energético, no ano de 2014.

Quadro 45 – Prioridades do Ministério de Minas e Energia para 2014

Objetivo	Estratégia	Meta 2014
Garantir o abastecimento de hidrocarbonetos e energia elétrica	Aumentar a exploração e produção de hidrocarbonetos	Subscrever 205 novos contratos de exploração petrolífera, incluindo contratos para hidrocarbonetos não convencionais
		Perfurar 570 novos poços
		Alcançar uma produção média de 1.150 Kbpd (mil barris por dia) de crude, no mês de dezembro de 2014
		Alcançar uma produção média de 1.350 MPCD (mil pés cúbicos por dia) de gás, no mês de dezembro de 2014
	Construir a infraestrutura necessária para o fornecimento fiável de hidrocarbonetos e energia elétrica	Contar com uma solução de importação de gás natural a operar em 2015, para garantir a fiabilidade do investimento
		Atingir uma capacidade de transporte por oleoduto no país de 1.450 Kbpd
		Incrementar a capacidade de transporte de gás natural em 275 MPCD
		Aumentar em 85 mil barris por dia a capacidade de refinação do país
		Aumentar a capacidade de armazenagem de gasolina e gasóleo em 1 milhão de barris
		Incrementar a capacidade instalada de produção de energia elétrica no "Sistema Interconectado Nacional" em 2.600 MW
		Execução de 5 projetos de transmissão do plano de expansão
	Fortalecer e desenvolver o marco regulatório que garanta a formação de preços competitivos e a expansão das infraestruturas	Criação da Comissão de Regulação do Setor dos Combustíveis
		Estruturação do Mercado Organizado Regulado (MOR)

Quadro 45 – Prioridades do Ministério de Minas e Energia para 2014 (conclusão)

Objetivo	Estratégia	Meta 2014
Criação de mecanismos e instituições que garantam uma atividade mineira responsável e competitiva	Realização de uma reforma institucional que garanta a eficiência, transparência, investimento e fiscalização do setor mineiro	Criação da Agência Nacional de Minerais
	Melhoria da segurança mineira	Redução da taxa de mortalidade de 3,36 a 1,68 falecimentos por cada milhão de horas/homem trabalhadas
	Incremento da produção da grande atividade mineira e da produtividade na pequena e média atividade, formalização e legalização	Formalização de 30 associações de pequenos mineiros, com as suas estratégias para a melhoria da produtividade e competitividade implementadas em 2014
		Outorgar créditos no montante de COP 106.400 milhões
		Aumentar a produção de carvão em 124 milhões de toneladas e a de ouro em 72 toneladas
Ampliação do acesso das populações mais vulneráveis a serviços de energia elétrica e gás	Promoção, gestão e cofinanciamento de projetos de cobertura energética e de gás, através de fundos especiais e de tarifas	Levar os serviços de energia elétrica a 136 mil novos utilizadores em zonas rurais (700 mil pessoas), em todo o país
		Aumentar o tempo médio diário da prestação do serviço de energia elétrica em todas as sedes de município das zonas não ligadas do país (52)
		Ligar 300 mil novos utilizadores (1,2 milhões de pessoas) aos serviços de gás, em todo o país
Impulsionamento da integração energética regional	Promoção do desenvolvimento de ligações de alta tensão a outros países da região	Realização de um projeto de ligação regional com a América Central ou do Sul
	Fortalecimento das importações lícitas de combustíveis venezuelanos em zonas fronteiriças	Importação da Venezuela de 5 milhões de galões por mês, para as zonas fronteiriças
		Diminuição do contrabando de combustíveis a 8.800 bpd

Fonte: PEN 2010-2030

Setor dos Resíduos

Os fundamentos estratégicos para o setor da gestão dos resíduos na Colômbia estão vertidos na lei 142, de 1994, que estabelece o regime jurídico para a prestação de serviços públicos domésticos. Em 1997, foi introduzido um novo instrumento, a **Política de Gestão de Resíduos**.

Estes documentos estabelecem um esquema de partilha de responsabilidades entre os setores público e privado, estabelecendo de forma clara as responsabilidades públicas nesta matéria, particularmente ao nível dos municípios, os principais garantes da prestação dos serviços, bem como as responsabilidades das entidades privadas, nomeadamente, ao nível da produção de resíduos.

A política de resíduos colombiana baseia-se nos seguintes princípios:

- **Gestão integrada de resíduos sólidos (GIRS)**

  O Governo colombiano estabelece a gestão integrada de resíduos sólidos, perigosos ou não perigosos, como um princípio basilar da sua política para o setor, aplicando-o a todas as atividades geradoras de resíduos, com o intuito de compatibilizar estas atividades com os interesses do meio ambiente e da saúde pública. Para tal, centraliza a sua ação na redução na origem e no aproveitamento e valorização de materiais, tratamento e transformação dos resíduos e deposição final adequada dos mesmos.

- **Análise integral do ciclo do produto**

  A política setorial defende uma avaliação dos impactes ambientais ao longo de todo o ciclo-de-vida, priorizando etapas mais relevantes para a minimização de resíduos.

- **Gestão diferenciada de resíduos aproveitáveis e lixo**

  É estabelecida uma diferença entre os resíduos com possibilidades de reaproveitamento e o lixo, que não é passível de qualquer tipo de uso, defendendo-se uma gestão diferenciada para estes dois tipos de materiais.

- **Responsabilização**

  Aplica-se o princípio do poluidor-pagador, tal como estabelecido na lei 99, de 1993, responsabilizando-se o gerador dos resíduos pelos possíveis impactes ambientais.

Estrategicamente, o Governo colombiano sentiu a necessidade de agrupar o território em diferentes categorias, de forma a levar a cabo uma política de gestão de resíduos diferenciada em cada uma delas. Assim, os grandes grupos territoriais estabelecidos foram:

- Grupo 1: Bogotá, Medellín, Cali, Barranquilla;
- Grupo 2: Cidades entre 200 mil habitantes e 1 milhão de habitantes;
- Grupo 3: Cidades entre 60 mil e 200 mil habitantes;
- Grupo 4: Cidades com menos de 60 mil habitantes e zonas rurais.

A política estabelece ainda objetivos (que deveriam já ter sido todos cumpridos), que são ainda relevantes no setor da gestão dos resíduos na Colômbia, nomeadamente:

- Minimização da quantidade de resíduos produzida;
- Aumento da taxa de aproveitamento dos resíduos produzidos;
- Melhoria dos sistemas de eliminação, tratamento e deposição final de resíduos;
- Conhecimento e dimensionamento da problemática dos resíduos perigosos no país e estabelecimento de sistemas de gestão para os mesmos.

Como estratégias para atingir estes objetivos, a política de resíduos estabelece as seguintes:

- Desenvolvimento de programas de minimização de resíduos na origem, articulados com programas de produção + limpa;
- Alteração de padrões de consumo e produção insustentáveis;
- Criação de novos canais de comercialização de resíduos e ampliação dos existentes;
- Fortalecimento da cadeia de reciclagem e apoio a novos programas de reaproveitamento de resíduos, bem como aos já existentes;
- Melhoria das condições de trabalho dos recicladores;
- Formulação de programas para a deposição final controlada;
- Fortalecimento da supervisão e controlo da gestão de resíduos no país;
- Realização de inventários de produção e localização de resíduos perigosos;
- Definição de esquemas de gestão de resíduos perigosos por setor de atividade;
- Fomento da educação e participação dos cidadãos;
- Criação de sistemas de informação sobre resíduos sólidos;
- Melhoria do planeamento e coordenação institucional;
- Aposta na ciência e tecnologia.

A estratégia governamental para o setor passa pela responsabilização compartilhada de todos os intervenientes na produção/gestão de resíduos sólidos. Cada entidade terá diferentes obrigações. De seguida, descrevem-se resumidamente as principais competências de cada uma das entidades intervenientes no setor.

Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- Conceção, implementação, monitorização e avaliação da política de resíduos e das normas existentes sobre resíduos sólidos perigosos e não perigosos;
- Financiamento do desenvolvimento de projetos regionais e municipais de resíduos sólidos.

Ministérios adscritos à Presidência da República (Ministério da Habitação, Cidades e Território, Ministério de Minas e Energia, Direção Nacional de Planeamento, etc.)

- Elaboração e execução de planos de gestão para a recuperação de papel, através de práticas de armazenagem e recolha seletiva, com a participação dos recicladores;
- Criação de legislação que enquadre o setor;
- Apoio a programas piloto de reciclagem de resíduos sólidos e ao Programa Nacional de Resíduos Sólidos;
- Promoção da recuperação de energia na incineração de resíduos;
- Criação de programas de educação e capacitação dos recicladores.

Municípios

- Apoio logístico a projetos piloto de reciclagem de resíduos sólidos;
- Apoio a programas educativos;
- Fomento à instalação de centros de recolha;
- Realização de Planos de Ação para a gestão integrada de resíduos sólidos;
- Realização de convénios com as organizações de recicladores, com vista à criação de programas de recolha seletiva e da prestação de serviços de limpeza urbana;
- Garantia do tratamento, eliminação e deposição final adequada dos resíduos sólidos, nos casos em que o serviço é prestado diretamente pelo município e/ou por contratos realizados com empresas prestadores de serviços de limpeza pública e gestão de resíduos.

Setores Produtivos e de Serviços

- Apoio a programas educativos;
- Criação de metas para a gestão, recolha e deposição final de resíduos sólidos industriais;
- Criação de metas de reciclagem de PET.

Recicladores

- Participação de forma responsável em programas de recolha seletiva;
- Apoio a programas educativos de recuperação e reaproveitamento de resíduos sólidos;
- Organização em função de um plano de trabalho;
- Contribuição para o desenvolvimento da comunidade;
- Participação ativa em atividades que promovam a associação a que pertencem;
- Capacitação e divulgação dos conhecimentos adquiridos.

Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza Urbana e Gestão de Resíduos Sólidos

- Apoio a programas educativos e de divulgação;
- Cumprimento da legislação vigente;
- Participação nos Planos de Ação de Gestão Integrada de Resíduos;
- Apoio a atividades de recuperação e recolha seletiva dos recicladores;
- Garantia, solidariamente com a autoridade municipal, da deposição final adequada dos resíduos sólidos.

Autoridades Ambientais

- Promover e apoiar projetos piloto de reciclagem, produção de bio-fertilizantes e produção de biogás;
- Elaborar o Plano de Gestão Regional de Resíduos;
- Promover e apoiar programas educativos;
- Efetuar o controlo e supervisão de projetos realizados na sua jurisdição.

Organizações Não Governamentais

- Apoio a programas educativos;
- Apoio à organização e desenvolvimento empresarial dos recicladores.

Em 2005, o Governo colombiano introduziu a Política Ambiental para a Gestão de Resíduos Perigosos, que estabelece princípios estratégicos muito similares aos estabelecidos previamente para a gestão de resíduos, na Política de Gestão de Resíduos.

3.3. Papel das Instituições Financeiras Multilaterais

Introdução

O mercado das multilaterais financeiras apresenta um enorme potencial no que diz respeito a oportunidades de negócio, investimento e parcerias internacionais.

As oportunidades de negócio para empresas junto das Instituições Financeiras Internacionais (IFI) compreendem:

▷ **Mercado de *Procurement*** *(*contrato de licitação pública para aquisição de bens e serviços*)*

Designa-se por *procurement* a aquisição de bens, obras e serviços através de concursos lançados no âmbito de financiamentos, concessões e/ou créditos feitos por qualquer Instituição Financeira Multilateral a entidades públicas dos países beneficiários.

Embora a competição seja grande, estes concursos constituem atrativas oportunidades de negócio para as empresas, ao mesmo tempo que contribuem para o seu prestígio.

▷ **Setor Privado** (Financiamento de Projetos de Investimento)

O denominado setor privado das IFI estabelece operações bilaterais com empresas ou com a Banca (excluindo o setor público), tendo por objetivo:

- Facultar o acesso ao crédito às empresas das regiões e países excluídos do mercado privado de capital;
- Financiar programas em países considerados de risco elevado para o investimento privado.

As oportunidades nesta área compreendem o financiamento de projetos de investimento de empresas privadas, desde que os referidos projetos se incluam nas diretrizes da respetiva IFI, no que se refere ao desenvolvimento dos países beneficiários, contribuindo, desta forma, para o seu desenvolvimento sustentável. A atração desta forma de financiamento reside nas condições vantajosas de financiamento que as IFI oferecem, em relação às condições existentes no mercado.

▷ ***Trust Funds,*** ou Fundos de Cooperação Técnica

Trata-se de fundos que Portugal mantém junto de algumas IFI e cujos recursos se destinam a financiar serviços de consultoria e assistência técnica nos países beneficiários, essenciais para a posterior implementação dos projetos dessa IFI.

Constituem também uma oportunidade para as empresas nacionais visto que, em alguns destes *Trust Funds,* parte dos montantes ainda se encontram destinados apenas a empresas portuguesas, sendo estes designados por "fundos ligados", em oposição aos "fundos desligados" aos quais as empresas de qualquer país membro da IFI podem concorrer.

Estes instrumentos são geridos pelos bancos, sendo os projetos a que se destinam apresentados ao país doador para aprovação e as empresas intervenientes selecionadas pelo gestor do projeto.

Para serem elegíveis para este tipo de financiamento, as empresas devem efetuar a sua inscrição na AICEP, bem como da IFI correspondente, quando exigível.

As multilaterais financeiras, de uma forma genérica, oferecem os seguintes produtos financeiros aos seus clientes, privados ou públicos:

- Empréstimos a longo-prazo com taxas de juro de mercado;
- Empréstimos a longo-prazo com taxas de juros bonificadas;
- Participações de capital;
- Garantias;
- Donativos destinados ao financiamento de atividades específicas nos países de menor rendimento;
- Produtos de financiamento estruturado e gestão de risco;
- Programas de facilitação do comércio internacional;
- Fundos de cooperação técnica (*Trust Funds*), bilaterais ou multilaterais, constituídos por doadores para financiamento específico de determinadas áreas de projetos de consultadoria e assistência técnica.

As IFI definem as regras de *procurement* que estabelecem os critérios a seguir pela entidade promotora local no fornecimento de bens, na execução de obras e na contratação de serviços de consultoria para a elaboração de estudos ou para a gestão de determinados procedimentos. Estas aquisições são financiadas pelo projeto mediante concursos públicos nacionais e/ou internacionais.

As multilaterais financeiras, de uma forma genérica, oferecem as seguintes oportunidades de negócio às empresas, consultores e banca nacional:

- Contratos de licitação pública para prestação de serviços;
- Contratos de licitação pública para realização de obras;
- Contratos de licitação pública para satisfação das próprias necessidades das IFI (*corporate procurement*);
- Participação, como investidor, promotor ou cofinanciador, em projetos de natureza privada ou projetos de parcerias público-privadas, desde que contribuam para o desenvolvimento económico ou social dos países beneficiários;
- Contratos de consultoria, gerados quer pelos departamentos de operações de cada Banco, quer pelos fundos portugueses de cooperação técnica junto do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As IFI financiam projetos que são implementados na sua maioria pelas agências executoras (AE), normalmente departamentos governamentais dos países beneficiários, responsáveis pela licitação dos bens, obras públicas e serviços, de acordo com os critérios definidos pelas IFI.

De seguida, é abordado o papel das Instituições Financeiras Multilaterais, a sua relevância para o desenvolvimento da Colômbia, o seu impacto no setor do ambiente e energia e o seu relevo para os privados que queiram investir no setor do ambiente e energia colombiano, podendo aproveitar as oportunidades criadas por estas instituições.

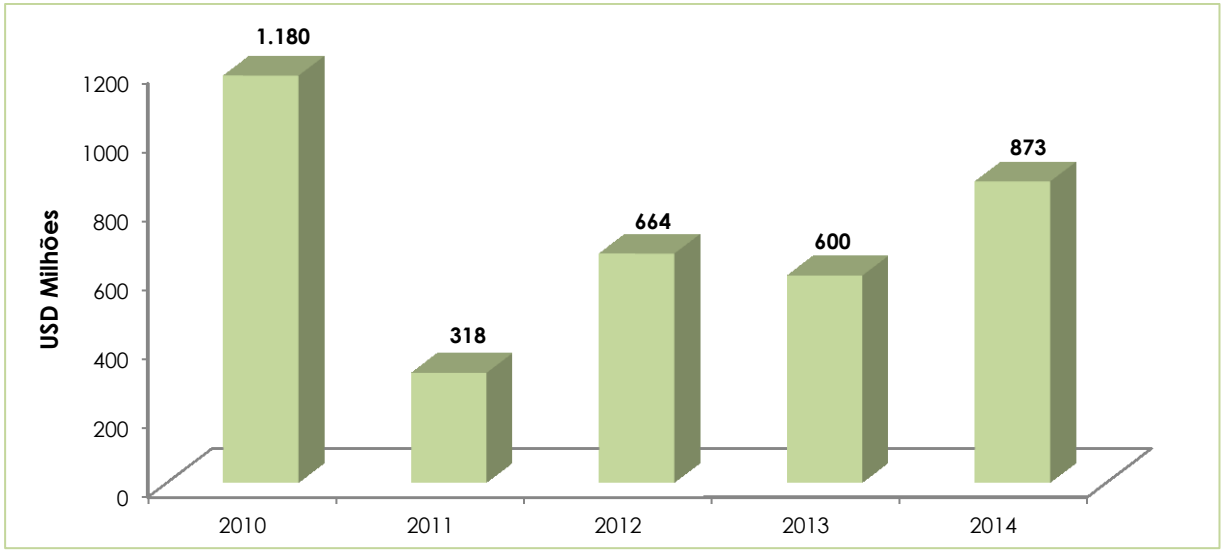
Principais Instituições Financeiras Multilaterais a Operar na Colômbia

As Instituições Financeiras Multilaterais mais ativas na Colômbia são o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF). De seguida, estabelece-se uma curta caracterização das operações destas três instituições na Colômbia.

Banco Mundial

O Banco Mundial tem financiado diversos projetos na Colômbia ao longo das últimas décadas. Está agora a decorrer a estratégia de financiamento do Banco ao país, com validade até 2016.

A figura seguinte apresenta os montantes de financiamento envolvidos no relacionamento do Banco Mundial com a Colômbia, entre 2010 e 2014. Como se pode ver, o Banco Mundial comprometeu-se para 2014, com um financiamento superior a 870 milhões de dólares.



Fonte: Banco Mundial

Figura 33 – Financiamento do Banco Mundial à Colômbia (2010-2014)

A estratégia do Banco Mundial para a Colômbia, definida para o período 2012-2016 (CPS 2012-2016), assenta em três pilares fundamentais, a saber:

- **Expansão de oportunidades para a prosperidade social;**
- **Desenvolvimento sustentável e aumento da resiliência às alterações climáticas;**
- **Crescimento inclusivo com melhoria da produtividade.**

De seguida, aborda-se cada uma destas vertentes da estratégia do Banco Mundial para a Colômbia.

Expansão de oportunidades para a prosperidade social

Apesar do decréscimo, se bem que a ritmo lento, da pobreza e da desigualdade social ao longo da última década, a Colômbia continua a fortalecer as suas políticas sociais, criando mais oportunidades para uma maior fatia da população. Os esforços que têm sido feitos, e com os quais os investimentos do Banco Mundial se têm alinhado, são ao nível de:

- Incremento da progressão social e da segurança dos cidadãos, através da promoção de redes de segurança e programas de proteção social para os mais pobres e afetados pela violência;
- Expansão das oportunidades de educação para todos;
- Melhoria da *performance* dos serviços sociais básicos, relacionados com saúde, primeiros anos de vida e educação.

Desenvolvimento sustentável e aumento da resiliência às alterações climáticas

Este é o pilar da estratégia de parceria do Banco Mundial com a Colômbia de maior relevo para as empresas portuguesas do setor do ambiente e energia interessadas em investir na Colômbia, uma vez que se focaliza primordialmente em questões ambientais.

Neste pilar, há três apostas fundamentais do Banco Mundial, e que são as mais financiadas e para as quais o Banco procura maior número de parceiros privados, a saber:

- **Melhoria da sustentabilidade das zonas urbanas**
  O Banco Mundial procura aqui investir na melhoria do acesso a serviços de transporte por parte das populações das maiores cidades, bem como das cidades envolventes e aumentar a capacidade do governo central em coordenar e oferecer serviços de transporte aos seus cidadãos;
- **Melhoria da gestão de risco de desastres**
  Através do fortalecimento da capacidade técnica aos níveis nacional e local, para a gestão de riscos e através do fomento de uma política nacional de gestão do risco de desastres;
- **Melhoria da gestão ambiental e da resiliência às alterações climáticas**
  Através da promoção do desenvolvimento de uma política nacional de combate às alterações climáticas e de uma política nacional de crescimento assente numa estratégia de baixo carbono, bem como do fomento à melhoria das práticas ambientais, particularmente no setor agrícola.

Como foi referido, a **melhoria da sustentabilidade das zonas urbanas** é uma prioridade da ação do Banco Mundial na Colômbia. A situação é particularmente gravosa na capital Bogotá, a cidade com maior densidade populacional em todo o hemisfério ocidental. As cidades colombianas são aliás caracterizadas pela sua elevada densidade demográfica. Neste sentido, ao longo dos últimos anos, o Banco Mundial tem vindo a apoiar inúmeros projetos no âmbito da sustentabilidade urbana, nomeadamente ao nível da habitação urbana, transportes, gestão de resíduos sólidos, água e saneamento, apostas que deverá, aliás, continuar ao longo dos próximos anos.

No setor da água, a aposta do governo colombiano bem como o apoio do Banco Mundial têm sito muito fortes, razão pela qual este setor tem assistido a uma evolução assinalável ao longo dos últimos anos, aumentando em muito as taxas de acesso das populações a serviços de abastecimento de água e saneamento. A participação do setor privado tem sido particularmente importante, em virtude dos esforços efetuados pelo executivo para abrir o setor a entidades privadas. Desde 1988, o Banco Mundial já financiou projetos em valor superior a 700 milhões de euros no setor colombiano da água.

No setor da gestão de resíduos sólidos urbanos, a aposta do Banco Mundial tem sido no sentido de garantir parcerias público-privadas para resolver aquele que é possivelmente o maior problema da gestão de resíduos na Colômbia: a deposição inadequada. Assim, o Banco Mundial tem instigado a criação de parcerias público-privadas para o desenvolvimento e gestão de aterros sanitário multimunicipais.

A **melhoria da gestão de risco de desastres** é também uma aposta ambiental fundamental por parte do Banco Mundial na Colômbia. Em função da alta taxa de urbanização do país, bem como da exposição das principais cidades a fenómenos como cheias e inundações, esta temática apresenta-se como um ponto fulcral para o desenvolvimento do país a longo prazo. Anualmente, a Colômbia assiste a mais de 600 desastres naturais. Neste momento, há dois empréstimos do Banco Mundial à Colômbia para auxiliar na mitigação deste problema.

O Banco Mundial financia também a melhoria **da gestão ambiental e da resiliência às alterações climáticas** na Colômbia. Como um dos países de maior biodiversidade no mundo, a Colômbia apresenta fortes problemas relacionados com a degradação ambiental, que afetam o bem-estar e a saúde pública, comprometendo o potencial do país para um crescimento e desenvolvimento sustentáveis.

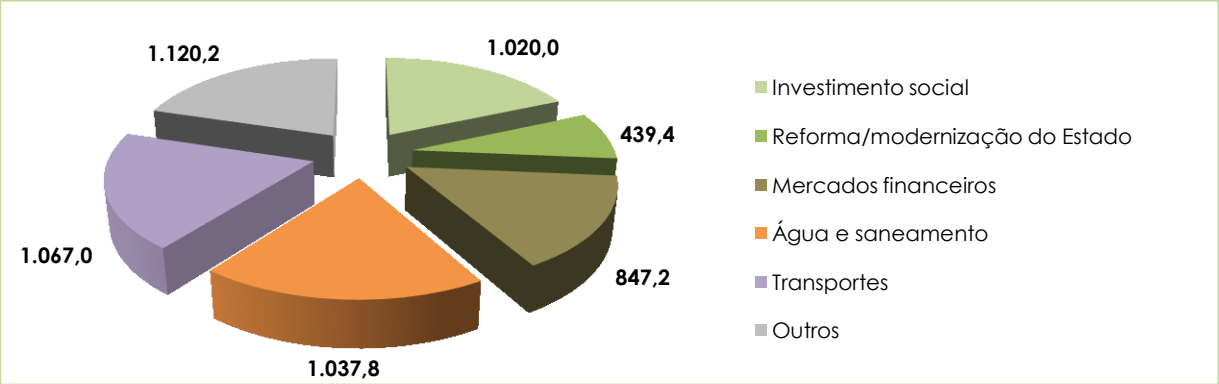
Os custos ambientais mais significativos no país estão associados a condições inadequadas de abastecimento de água e saneamento, higiene e poluição ambiental, bem como à proteção de ecossistemas críticos e ao uso insustentável de recursos florestais. Assim, o Banco investe forte na gestão ambiental urbana, proteção de ecossistemas e gestão de água e saneamento. Os projetos financiados pelo Banco Mundial neste âmbito são apresentados mais à frente, num capítulo dedicado a projetos em curso no setor ambiental na Colômbia.

Crescimento inclusivo com melhoria da produtividade

A Colômbia depara-se também com o importante desafio de potenciar um crescimento mais inclusivo e mais rápido no país, efetuando para isso uma forte aposta na qualificação dos seus recursos humanos e no aumento da sua produtividade. Para tal, a aposta recai em garantir equilíbrios macroeconómicos, mitigar desastres naturais (fator fundamental para a competitividade do país) e numa aposta na melhoria da produtividade e da inovação.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

O BID conta também já com um longo historial de ação na Colômbia. Entre 2008 e 2013, o Banco já financiou projetos num valor superior a 5,8 mil milhões de dólares. As áreas de maior interesse para o BID são os transportes, a água e saneamento e o investimento social, como se pode ver na figura seguinte.



Fonte: BID

Figura 34 – Financiamento do BID à Colômbia, 2008-2013 (milhões de dólares)

O documento estratégico de parceria entre o BID e a Colômbia (CSP) termina em 2014.

Ao nível do setor ambiental, a aposta do BID tem recaído em dois subsetores: o subsetor da água e saneamento e o subsetor da gestão de riscos ambientais. No subsetor da água e saneamento, o BID apoia preferencialmente projetos de:

- Melhoria da cobertura do serviços de abastecimento de água e saneamento em zonas rurais e periurbanas;
- Aumento da quantidade de domicílios ligados à rede pública de abastecimento de água;
- Limpeza de rios e lagos poluídos;
- Melhoria da eficiência e performance das empresas do setor;
- Melhoria dos sistemas públicos de drenagem;
- Tratamento de efluentes, abastecimento de água potável, distribuição e transporte.

Ao nível do subsetor da gestão de riscos ambientais, são prioridades do BID:

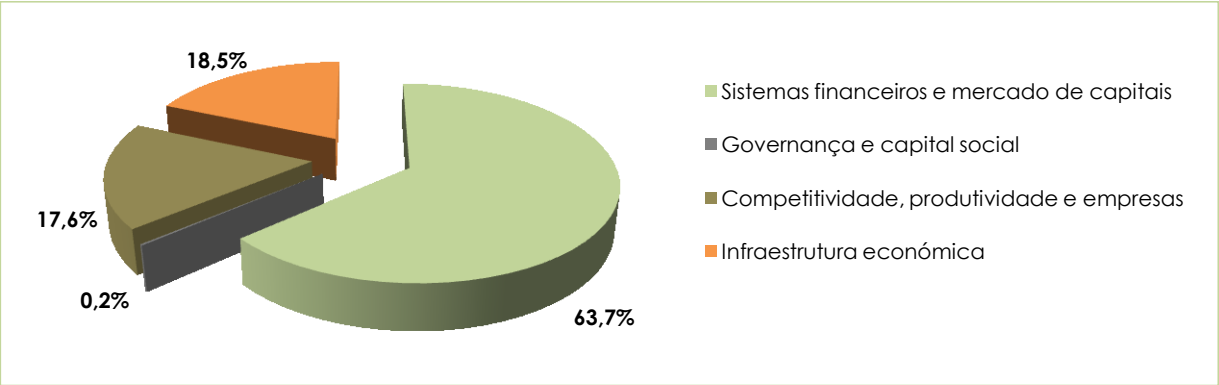
- Apoio a uma nova política de gestão de riscos ambientais no país;
- Fomento de projetos de reconstrução e reabilitação que menorizem o risco de desastre;
- Desenvolvimento de métodos e processos que permitam uma melhor gestão do risco no país;
- Apoio a projetos de caráter científico que visem a melhoria dos padrões técnicos de construção de infraestruturas no país.

O BID promove adicionalmente projetos no âmbito da gestão integrada de resíduos sólidos.

Corporação Andina de Fomento (CAF)

A CAF aprovou operações de USD 1.563 milhões em 2013 através de linhas de crédito, operações de comércio exterior, financiamento de fundo de maneio e investimentos patrimoniais, todas dirigidas ao setor não soberano e à cooperação não reembolsável.

Neste sentido, destacam-se as renovações das linhas de crédito para a Findeter e o BANCOLDEX, as renovações das linhas de crédito para a banca comercial e os investimentos patrimoniais com recursos de cooperação. Quase dois terços do investimento foram direcionados aos sistemas financeiros e mercado de capitais, como se pode ver na figura seguinte.



Fonte: CAF

Figura 35 – Financiamento da CAF à Colômbia (2013)

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAid)

A presença da USAid na Colômbia merece também particular destaque, pelo relevo que esta instituição dá a este país. A ação da USAid na Colômbia, tal como vertida na estratégia para o país 2013-2017, centra-se nos seguintes pilares fundamentais:

- Presença efetiva de instituições e processos democráticos em algumas áreas-chave;
- Apoio a vítimas, ex-combatentes e outros cidadãos;
- Melhoria da qualidade de vida das populações rurais;
- Fortalecimento da resiliência ambiental e promoção de uma sociedade de baixo carbono.

Neste último pilar, a ação da USAid centra-se na melhoria da gestão de recursos naturais, mitigação de efeitos do aumento das emissões de gases com efeito de estufa e aumento da resiliência às consequências das alterações climáticas.

A USAid é uma agência governamental americana de apoio à redução da pobreza e à construção de sociedades mais democráticas. A assistência a países estrangeiros focaliza-se em:

- Promover a prosperidade económica de forma partilhada;
- Fortalecer a democracia e a boa governança;
- Proteger os direitos humanos;
- Melhorar a saúde à escala global;
- Promover a segurança alimentar e a agricultura;
- Melhorar a sustentabilidade ambiental;
- Aumentar o nível de educação à escala global;
- Auxiliar as sociedades a prevenir e recuperar de conflitos;
- Prestar assistência humanitária em situações de desastre natural e crises criadas pelo homem.

3.4. Participação do Setor Privado, incluindo Regime Aplicável a Parcerias Público-Privadas

Participação do Setor Privado

O setor privado tem um grande peso no mercado ambiental colombiano, em função da grande abertura existente, que permite a livre participação de entidades públicas, privadas ou mistas no setor. A prestação dos serviços é normalmente feita através de contrato de concessão, que implica a realização de um contrato de parceria público-privada ou, como é denominado na Colômbia, de associação público-privada. O enquadramento legal deste tipo de contrato será abordado mais à frente.

A participação privada no mercado ambiental colombiano (água e saneamento, resíduos e energia) depende do setor. Analisamos em primeiro lugar o setor da gestão de resíduos.

No setor dos resíduos, os quatro maiores grupos económicos a operar no setor controlam mais de 75% do mercado, pese embora existam perto de 300 entidades a operar no setor e ainda um grande número de pequenos operadores e de "coletores" de lixo, bem como outros trabalhadores informais.

Estas quatro empresas dividem da seguinte forma o mercado:

Quadro 46 – Mercado colombiano da gestão de resíduos

Empresa	Descrição
Grupo Interaseo	• Quota de mercado: 25% • Ativo em 22 cidades • Serve mais de 1,5 milhões de pessoas em Bogotá
Servigenerales	• Quota de mercado: 20% • Ativo em 8 cidades
Proactiva Colombia	• Quota de mercado: 16% • Ativo em Valle del Cauca • Empresa espanhola
Grupo Sala	• Quota de mercado: 15% • 50% do mercado em Cartagena e 20% do mercado em Cali

Fonte: Metasus

Relativamente ao setor da água e saneamento, a situação é bastante diferente. De facto, analisando a vertente "água", dos seis maiores operadores, apenas um é uma empresa privada, havendo ainda duas empresas mistas e três empresas públicas, como se pode ver no quadro seguinte.

Quadro 47 – Mercado colombiano da água

Empresa	Clientes anuais	Tipo de Entidade
Empresa de Acueducto y Alcantarillado de Bogotá ESP	1.796.488	Pública
Empresas Públicas de Medellín ESP	944.250	Pública
Empresas Municipales de Cali E.I.C.E ESP	540.839	Pública
Sociedad de Acueducto, Alcantarillado y Aseo de Barranquilla S.A. ESP	359.180	Privada
Acueducto Metropolitano de Bucaramanga S.A. ESP	215.738	Mista
Aguas de Cartagena S.A. ESP	187.438	Mista

Fonte: CRA

Em termos da vertente saneamento, a situação é idêntica, uma vez que os maiores operadores são também os maiores operadores da vertente água.

Quadro 48 – Mercado colombiano do saneamento

Empresa	Clientes anuais	Tipo de Entidade
Empresa de Acueducto y Alcantarillado de Bogotá ESP	1.799.968	Pública
Empresas Públicas de Medellín ESP	867.530	Pública
Empresas Municipales de Cali E.I.C.E ESP	521.417	Pública
Sociedad de Acueducto, Alcantarillado y Aseo de Barranquilla S.A. ESP	308.323	Privada
Acueducto Metropolitano de Bucaramanga S.A. ESP	214.402	Mista
Aguas de Cartagena S.A. ESP	160.238	Mista

Fonte: CRA

O quadro seguinte apresenta a participação no mercado da água e saneamento dos maiores operadores privados no país.

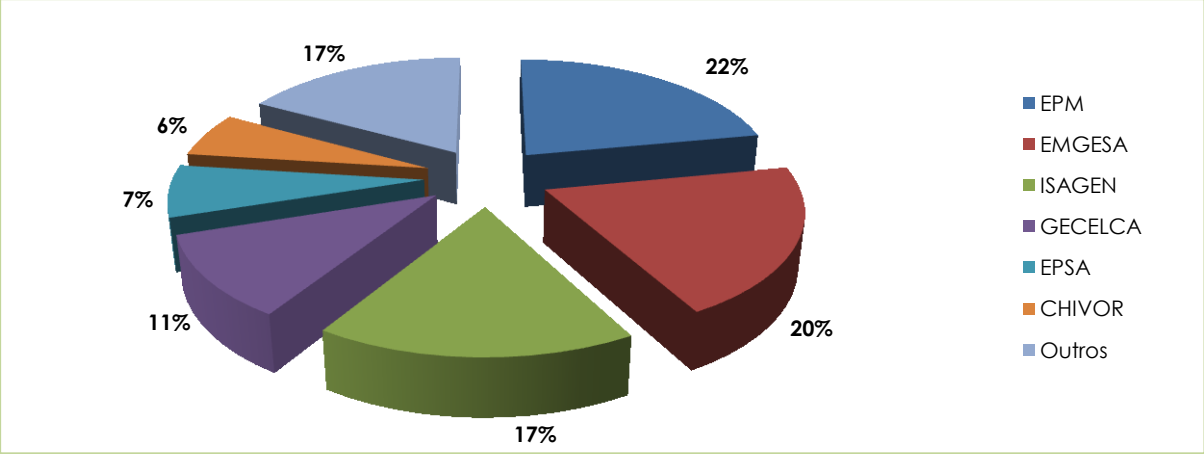
Quadro 49 – Participação privada no setor da água e do saneamento colombiano

Empresa	Clientes anuais (água)	Clientes anuais (saneamento)
Sociedad de Acueducto, Alcantarillado y Aseo de Barranquilla S.A. ESP P	359.180	308.323
Compañía de Acueducto y Alcantarillado Metropolitano de Santa Marta S.A. ESP	78.639	68.670
Proactiva Aguas de Montería S.A. ESP	70.105	29.656
Aguas de la Sabana S.A. ESP	50.967	49.771
Proactiva Aguas de Tunja S.A. ESP	40.276	39.835

Fonte: CRA

Finalmente, no setor energético, há um *player* que surge novamente: a EPM, ou Empresas Públicas de Medellín E.S.P., empresa de capital público. Juntamente com a EMGESA (empresa privada, parte do grupo ENDESA) e a ISAGEN (empresa de capital misto), estas três empresas controlam mais de metade do mercado de produção de energia na Colômbia. Destaque ainda para a quota de mercado da GECELCA e EPSA (empresas de capital misto), bem como da CHIVOR (parte do conglomerado norte-americano AES).

A figura seguinte apresenta a forma como se distribui o mercado da produção de energia elétrica na Colômbia.

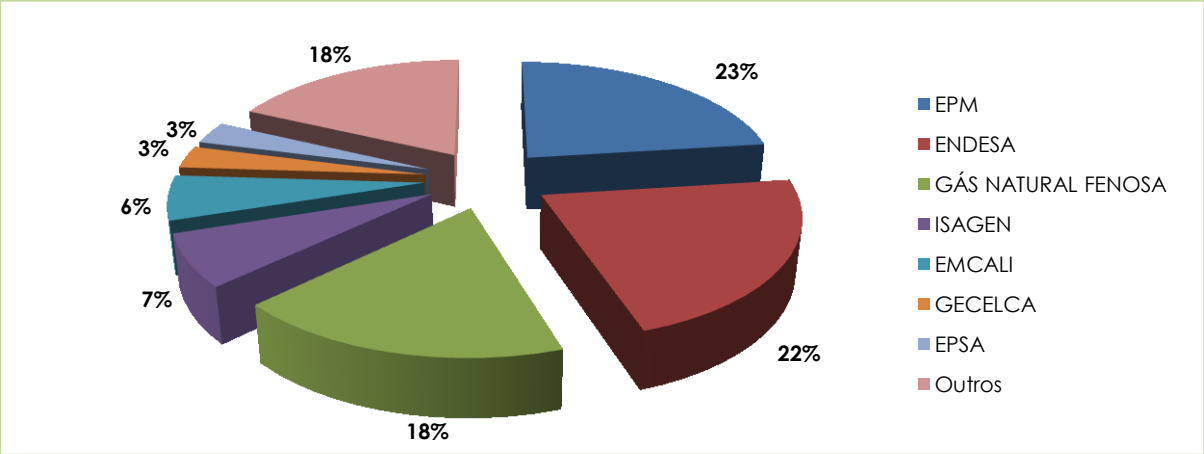


Fonte: CREG

Figura 36 – Mercado da produção de energia elétrica colombiano (2010)

O mercado da transmissão e distribuição é controlado maioritariamente pelo Estado, que detém cerca de 80% da rede pública.

No mercado da comercialização, os intervenientes são quase os mesmos que surgem no mercado da produção de energia elétrica, como se pode ver na figura seguinte. Cerca de dois terços do mercado estão nas mãos de apenas 3 grupos empresariais: o Grupo EPM (público), o Grupo ENDESA (privado) e a Gás Natural Fenosa (privada).



Fonte: CREG

Figura 37 – Mercado da comercialização de energia elétrica colombiano (2010)

Regime Aplicável a Parcerias Público-Privadas

Na Colômbia, as parcerias público-privadas são denominadas de associações público-privadas (APP). No país, existem dois tipos fundamentais de associação público-privada, a saber:

- APP de iniciativa pública;
- APP de iniciativa privada.

Para além destas duas modalidade de associação público-privada, existe ainda um regime exclusivo para os chamados serviços públicos domésticos. Como serviços públicos domésticos, ou SPD, consideram-se os serviços de abastecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e distribuição de energia elétrica e gás.

De seguida, estabelece-se o contexto de acesso a cada uma destas modalidades de parceria entre entidades públicas e privadas na Colômbia.

Associação Público-Privada de Iniciativa Pública

Uma APP, ou associação público-privada, pode ser definida como um mecanismo para atrair capital privado, que se materializa num contrato que compromete uma entidade estatal e um individuo ou entidade legal à prestação de um serviço ou bem público, o que requer alocação de risco entre as partes e seleção de métodos de pagamento, de acordo com o tipo de serviço.

A legislação aplicável a APP estabelece que os contratos de concessão se constituem como APP e que o objetivo destes contratos é disponibilizar a uma entidade a provisão, operação, exploração, organização ou gestão, total ou parcial, de um serviço público, ou a construção, exploração ou conservação, total ou parcial, de trabalhos ou bens direcionados ao uso público.

A execução do contrato é da inteira responsabilidade do concessionário, sob a supervisão e controlo da entidade estatal, a troco de um pagamento, que pode consistir em *royalties*, direitos, taxas, valor acrescentado ou lucro partilhado, relativamente à exploração dos bens, ou conforme combinado pelas partes.

Na Colômbia, um contrato de APP só pode ser estabelecido caso o montante do investimento seja 6 mil vezes superior a um salário mínimo mensal nacional, cerca de 1,4 milhões de euros (valores em 2014). De acordo com a lei colombiana, os contratos não podem ter uma duração superior a 30 anos, incluindo extensões de contrato. No entanto, em casos absolutamente excecionais, o prazo de 30 anos pode ser alargado.

O processo de seleção inicia-se com a realização de uma análise custo/benefício do projeto, tomando em consideração os aspetos económicos, sociais e de impacte ambiental. Após a realização da análise, o parceiro privado será selecionado com base num processo de pré-qualificação, chamada pública ou concurso público. O processo de seleção deve seguir os princípios estabelecidos na lei 80, de 2003 e na lei 1150, de 2007, que definem uma seleção objetiva como aquela em que a oferta mais favorável para os interesses da entidade estatal sai vencedora, baseando-se em fatores objetivos previamente determinados.

Os modelos de concessão disponíveis na Colômbia são os seguintes:

BOT (Build, Operate and Transfer)

Neste modelo, a empresa financia, constrói e opera o projeto, que gera rendimentos que cobrem os custos operacionais e de investimento. Numa data combinada pelas partes, a empresa transfere (retorna) todos os direitos do bem ao Estado.

BOMT (Build, Operate, Maintain and Transfer)

Neste modelo, a empresa financia, constrói e opera o projeto, que gera rendimentos que cobrem os custos operacionais e de investimento. A empresa efetua a manutenção ao projeto durante um período específico de tempo e numa data combinada pelas partes, transfere (retorna) todos os direitos do bem ao Estado.

BOO (Build, Own and Operate)

Neste modelo, a empresa está vinculada à construção, propriedade e operação do bem, assim como ao financiamento necessário, de acordo com as especificações definidas pelo regulador. Neste caso, o tempo de vida útil do projeto refere-se ao tempo necessário ao pagamento da dívida e da empresa. A grande diferença face a um modelo BOT, é que no modelo BOO, os bem permanecem sempre propriedade da entidade privada.

BOOT (Build, Own, Operate and Transfer)

Neste modelo, a empresa está obrigada à construção, propriedade, operação e transferência dos bens e é responsável pela obtenção do financiamento necessário para o projeto. A diferença face ao modelo anterior é que a empresa privada é detentora dos bens durante o tempo de operação.

BOOMT (Build, Own, Operate, Maintain and Transfer)

Neste modelo, a empresa é obrigada à construção, propriedade, operação e manutenção do projeto por um determinado período de tempo, bem como ao seu financiamento, transferindo o bem de volta ao Estado numa data combinada pelas partes.

BLT (Build, Own, Operate, Maintain and Transfer)

Este modelo é idêntico ao modelo BOT, sendo o financiamento efetuado com recurso a *leasing*.

Associação Público-Privada de Iniciativa Privada

Nas APP de iniciativa privada, a ideia é apresentada por uma entidade privada e não pelo Estado. Assim, todos os estudos necessários à APP ficam a cargo dessa mesma entidade privada. A APP pode então necessitar de financiamento público, ou apenas de financiamento privado. Em qualquer um dos casos, para a sua realização, é necessário que o originador da ideia de APP tenha capacidade para assegurar todos os custos associados ao projeto.

A submissão do projeto consiste em duas etapas, a saber:

- Pré-viabilidade: o proponente deve efetuar uma descrição completa e adequada do projeto, indicando os custos associados de construção, operação, manutenção, organização e exploração, bem como de financiamento.

- Viabilidade: o proponente deve apresentar prova documental da sua capacidade legal e financeira, ou do seu potencial de financiamento, a sua experiência de investimento e estruturação e o valor do projeto e elaborar uma descrição detalhada de todas as fases, duração, justificação e avaliação de riscos. É também necessária a apresentação de estudos de impacte ambiental, económico e social do projeto, bem como de viabilidade técnica.

Analisam-se de seguida as principais tipologias de associação público-privada de iniciativa privada, que diferem na origem do financiamento.

APP de iniciativa privada com financiamento público

Para a realização desta modalidade de APP, a entidade estatal envolvida na APP deve dispor das verbas necessárias à realização do projeto.

Uma vez terminadas as etapas de pré-viabilidade e viabilidade, de modo a garantir a transparência na aplicação de dinheiros públicos, deve realizar-se um processo de seleção. O proponente obtém pontos de bónus durante o processo de seleção, em virtude de ter suportado os custos de estruturação do projeto, que podem variar entre os 3% e os 10%, dependendo da complexidade do projeto. No final do processo, caso o proponente não seja o escolhido, tem o direito a ser indemnizado pelos custos de estruturação do projeto.

APP de iniciativa privada com financiamento privado

Uma vez terminadas as fases de pré-viabilidade e viabilidade, assumindo que a iniciativa é considerada viável, de forma a tornar a iniciativa pública, os documentos de suporte à estruturação do projeto devem ser publicados no portal SECOP (*Sistema Electrónico de Contratación Pública*), por um período com duração entre 1 e 6 meses. Caso durante esse período ninguém expresse interesse no projeto, exceção feita ao proponente, a entidade estatal pode contratar este diretamente.

Caso existam outras partes interessadas, a entidade estatal deve abrir um processo de seleção abreviada para uma contratação pelo menor preço, com pré-qualificação, que incluirá o proponente e todas as restantes partes interessadas.

Se no final do processo de avaliação a proposta do proponente original não for a mais favorável para a entidade estatal, o proponente original pode submeter nova proposta, num prazo de dez dias. Caso a nova proposta seja melhor que a proposta mais qualificada existente, o contrato irá para o proponente original. Caso contrário, este deverá ser indemnizado pelos custos de estruturação do projeto, pelo concorrente vencedor do projeto.

Serviços Públicos Domésticos (SPD)

O regime dos serviços públicos domésticos é regulado por um enquadramento legal próprio, diferente do regime aplicável à contratação pública geral. Estes serviços podem ser prestados direta ou indiretamente pelo Estado, por comunidades organizadas ou por entidades privadas, tendo o Estado o poder, em qualquer um dos casos, de regular, controlar e supervisionar estes serviços.

O regime legal aplicável a contratos que envolvam prestadores de serviços públicos domésticos é o direito privado. Ou seja, as leis da contratação pública e regulamentação governamental sobre processos de contratação não se aplicam aos serviços públicos domésticos.

A prestação de serviços públicos domésticos rege-se por uma série de princípios. Os principais são explicitados abaixo:

- Liberdade económica: empresas que prestem serviços públicos, desde que devidamente legalizadas, não necessitam de qualquer tipo de licença específica para desenvolverem as suas atividades na Colômbia;
- Igualdade: expressa pelo conceito de "igualdade tarifária";
- Continuidade: a prestação de serviços públicos não pode ser interrompida, exceto em casos de força maior, circunstâncias imprevisíveis, problemas técnicos ou racionamento programado;
- Eficiência: repassar custos de ineficiência para o utilizador final é expressamente proibido;
- Liberdade de entrada: qualquer entidade legal, nacional ou estrangeira, tem o direto a organizar e operar empresas que incluam no seu objeto social a prestação de serviços públicos domésticos na Colômbia, desde que a Constituição e a Lei sejam respeitadas.

As seguintes entidades estão habilitadas à prestação de serviços públicos domésticos na Colômbia:

- Empresas constituídas como prestadoras de serviços públicos;
- Empresas industriais e comerciais estatais;
- Comunidades organizadas;
- Produtores marginais;
- Municípios.

De referir que as empresas prestadoras de serviços públicos são sociedades de ações, cujo objeto social é a prestação de serviços públicos e atividades complementares, e podem atrair contribuições de capital de investidores nacionais e estrangeiros.

Os serviços considerados como serviços públicos domésticos são os serviços de abastecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e distribuição de energia elétrica e gás. A produção, ligação, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica goza de um regime específico. Alguns dos aspetos fundamentais desse regime específico são os seguintes:

- O Estado ou as entidades territoriais (divisões e municípios), podem alocar a prestação de serviços de abastecimento de energia elétrica a entidades públicas, privadas ou APP, através de contrato de concessão;
- A remuneração do contrato consiste na taxa ou preço pago pelos utilizadores, de acordo com a regulação;
- As empresas a operar no setor da energia elétrica podem apenas cumprir uma das atividades listadas (produção, ligação, transmissão, distribuição e venda), exceção feita à venda, que pode ser efetuada em simultâneo com a produção ou distribuição;
- O regime de contratação aplicável a empresas que prestem serviços de produção, ligação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica é o de direito privado, não obstante a Comissão Reguladora de Energia e Gás (CREG) possa tornar obrigatória a inclusão de cláusulas excecionais de direito comum em alguns dos contratos celebrados com estas empresas.

Enquadramento Legal

Para os interessados, o quadro seguinte identifica a principal legislação colombiana relativamente ao estabelecimento de contratos de APP, bem como à prestação de serviços públicos domésticos.

Quadro 50 – Enquadramento legal para o estabelecimento de APP e prestação de serviços públicos domésticos

Documento	Objeto
Código Civil	Regime aplicável a entidades privadas.
Código Comercial	Regime aplicável a entidades privadas.
Lei 80, de 1993	Lei da contratação pública.
Lei 142, de 1994	Lei dos serviços públicos domésticos.
Lei 143, de 1994	Regime para a ligação, produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.
Lei 1150, de 2007	Alteração à lei 80 e parte integrante do estatuto da contratação.
Lei 1508, de 2012	Lei das associações público-privadas.
Decreto 2474, de 2008	Modalidades de seleção, publicitação e seleção objetiva.
Decreto 1467, de 2012	Regulamentação da lei 1508, de 2012, sobre APP.
Decreto 1510, de 2013	Regulamenta o sistema de contratação pública.

3.5. Quadro Legal e Regulatório Específico do Setor

As duas principais peças legislativas na Colômbia que regem a prestação de serviços de índole ambiental no país são a lei 142, de 1994, que estabelece o regime jurídico dos serviços públicos domésticos, e a lei 143, também de 1994, que estabelece o regime jurídico para a produção, ligação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Lei 142, de 1994

Enquadramento

Esta lei aplica-se aos serviços públicos domésticos, nomeadamente, serviços de abastecimento de água, saneamento, gestão de resíduos, energia elétrica e distribuição de gás.

De acordo com a lei, estão habilitadas à prestação de serviços públicos domésticos as seguintes entidades:

- Empresas de serviços públicos, de direito público, privado ou misto;
- Indivíduos ou entidades jurídicas que produzam para si próprias, como consequência ou complemento da sua atividade principal, os bens e serviços integrantes do objeto social das empresas de serviços públicos;
- Os municípios, quando o fazem de forma direta;
- As organizações autorizadas para a prestação de serviços públicos em pequenos municípios rurais e áreas urbanas específicas;
- Entidades descentralizadas, de qualquer nível administrativo, que estejam já a prestar serviços públicos domésticos.

A responsabilidade pela prestação destes serviços públicos cabe primeiramente aos municípios, com contacto direto com as populações, que podem exercer essa responsabilidade de forma direta, ou através de empresas públicas, de direito privado ou mistas.

A prestação direta dos serviços pelo município sucede apenas caso este possua as competências técnicas e económicas para a sua realização, e nos casos em que seja aconselhável, nomeadamente:

- Quando tenha sido aberto concurso público para a contratação de empresa para prestação dos serviços, não tendo surgido interessados;
- Quando, não havendo empresas disponíveis a prestar o serviço, e tendo o município lançado convites a outros municípios, departamento no qual está inserido, ao Estado e a outras entidades públicas e privadas, para a constituição de uma empresa para a prestação dos serviços públicos, não surjam interessados;
- Quando, havendo empresas disponíveis à prestação dos serviços, existam estudos que comprovem que o município pode efetuar a prestação de forma direta, com menores custos, desde que os serviços oferecidos ao consumidor sejam no mínimo de idêntica qualidade.

As competências de cada um dos departamentos do país no âmbito dos serviços públicos ligados ao setor ambiental estão essencialmente ligadas a atividades de apoio e coordenação, nomeadamente:

- Assegurar a transmissão de energia elétrica no seu território, por parte de empresas de direito público, privado ou misto;
- Apoiar tecnicamente, financeiramente e administrativamente as empresas de serviços públicos que operem no departamento ou os municípios da região que prestem os serviços de forma direta;
- Organizar sistemas de coordenação das entidades prestadoras de serviços ou, caso razões técnicas ou económicas o aconselhem, organizar associações de municípios ou estabelecer convénios interadministrativos para a prestação de serviços públicos.

Cabe ao Estado, neste âmbito:

- Planear, alocar, gerir e controlar o uso do espetro eletromagnético;
- Planear, alocar e gerir o uso de gás combustível através de empresas de direito público, privado ou misto, caso seja económica e tecnicamente possível;
- Assegurar, por via de empresas de direito público, privado ou misto, as atividades de produção e ligação às redes nacionais de energia elétrica, e as atividades de operação, comercialização e construção de gasodutos;
- Apoiar técnica, financeira e administrativamente as empresas de serviços públicos ou os municípios que prestem os serviços de forma direta, bem como empresas organizadas com a participação do Estado ou dos departamentos, e empresas cujo capital pertença maioritariamente a uma ou várias cooperativas ou empresas de natureza cooperativa;
- Garantir que os prestadores de serviços públicos cumprem as normas relativas à proteção, conservação e, quando aplicável, recuperação de recursos naturais ou ambientais que sejam utilizados na produção, transporte e deposição final de tais serviços;
- Prestar diretamente os serviços nos casos em que municípios e departamentos não tenham capacidade para o fazer.

A lei consagra o direito à constituição de empresas de prestação de serviços públicos, aberto a todos os indivíduos, entidades públicas ou privadas. Há no entanto algumas obrigações a que as empresas prestadoras de serviços públicos estão sujeitas, nomeadamente:

- Assegurar que o serviço é prestado de forma contínua e eficiente, sem abuso da posição dominante que a entidade possa ter face a outras entidades ou utilizadores do serviço;
- Abster-se de práticas monopolistas ou restritivas da concorrência;
- Subsidiar o acesso dos mais desfavorecidos ao serviço público, de acordo com as indicações das autoridades responsáveis;
- Informar os utilizadores sobre formas seguras e eficientes de utilização dos serviços;
- Cumprir com a sua função ecológica, protegendo a biodiversidade e a integridade ambiental, na medida das suas ações sobre o ambiente, conciliando estes objetivos com a necessidade de aumentar a cobertura e o acesso aos serviços, por parte das comunidades;
- Facilitar o acesso e ligação a outras empresas prestadoras de serviços, ou que sejam grandes utilizadores destes serviços, aos bens utilizados pela entidade para a organização e prestação do serviço;
- Colaborar com as autoridades em casos de emergência e calamidade pública;
- Informar a respetiva Comissão Reguladora e a Superintendência de Serviços Públicos sobre o inicio das atividades.

Regime Jurídico das Empresas de Serviços Públicos

O quadro seguinte apresenta alguns aspetos essenciais relativamente ao regime jurídico aplicável a empresas de serviços públicos na Colômbia.

Quadro 51 – Regime jurídico das empresas de serviços públicos domésticos

Tema	Descrição
Natureza	As empresas de serviços públicos são sociedades por ações, cujo objeto social é a prestação de serviços públicos.
Objeto	As empresas devem prestar um ou mais serviços públicos domésticos, ou serviços complementares a essas atividades, ou ambos.
Regras gerais	• O nome da empresa deve ser seguido pela expressão "empresa de servicios públicos" ou das letras "E.S.P."; • A duração pode ser indefinida; • O capital investido pode ser nacional ou estrangeiro.
Âmbito territorial	As entidades prestadoras podem operar em condições de igualdade em qualquer parte do país, sujeitando-se às regras especificas de municípios e departamentos.
Regime tributário	• Todas as entidades prestadoras de serviços públicos estão sujeitas ao regime tributário nacional e das entidades territoriais, observando-se, no entanto, algumas regras especiais, a saber: – Os departamentos e municípios não podem exigir taxas, contribuições ou impostos às empresas de serviços públicos, que sejam aplicáveis aos demais contribuintes que cumpram funções industriais ou comerciais; – As entidades de serviços públicos domésticos de nível municipal, sejam elas de direito público, privado ou misto, que se capitalizem ou constituam reservas para a reabilitação, extensão e reposição dos sistemas, estão isentas do pagamento de impostos sobre o rendimento e impostos complementares, durante um período de sete anos; – As empresas de serviços públicos domésticos não estão sujeitas ao sistema de rendimento presumido.
Licenças e permissões	• Para a prestação de serviços públicos de abastecimento de água, é necessário um contrato de concessão por parte das autoridades competentes; • Para uso do espectro magnético para a prestação de serviços públicos é necessária uma concessão ou licença por parte das entidades competentes; • De acordo com a atividade em causa, podem ser necessárias autorizações de índole sanitária ou ambiental; • É obrigação de quem exerce o serviço público, garantir a sua manutenção e recuperação; • No caso de serviços de abastecimento de água e saneamento, as autoridades competentes devem atestar a competência técnica e solvabilidade financeira da entidade prestadora do serviço; • Em cada município, as entidades prestadoras estão sujeitas às normas gerais sobre planeamento urbano, circulação e trânsito, uso de espaço público, segurança e tranquilidade das populações, podendo as autoridades competentes exigir garantias adicionais sobre os riscos criados; • Os municípios devem permitir a instalação permanente de redes destinadas às atividades de empresas de serviços públicos ou à provisão dos bens e serviços que estas proporcionam, nas partes subterrâneas de vias, pontes e outros bens de uso público. No entanto, as empresas prestadoras serão responsabilizadas por danos causados.

Quadro 51 – Regime jurídico das empresas de serviços públicos domésticos (conclusão)

Tema	Descrição
Práticas discriminatórias	São expressamente proibidas práticas discriminatórias, abusivas ou restritivas. As empresas de serviços públicos, em todos os seus atos e contratos, devem evitar privilégios e descriminações injustificadas e abster-se de todas as práticas que tenham a capacidade, o propósito ou o efeito de gerar concorrência desleal ou de restringir de forma indevida a concorrência. Consideram-se infrações neste âmbito, as seguintes: • Cobrança de tarifas que não cubram os gastos de operação do serviço; • Prestação a título gratuito ou a preço inferior ao custo, de serviços complementares aos incluídos na tarifa; • Acordos com outras empresas para repartir quotas ou classes de serviços ou para estabelecer tarifas, criando obstáculos à oferta ou elevar as tarifas a um valor acima do que se registaria em condições de concorrência; • Qualquer acordo com concorrentes que altere o espírito de um contrato de contratação pública estabelecido; • Abuso de posição dominante.
Contratos especiais	Para efeitos de prestação de serviços públicos, autorizam-se os seguintes contratos especiais, entre outros: • Contratos de concessão para uso de recursos naturais ou do meio ambiente: o contrato de concessão de água é limitado no tempo. Neste contrato, é possível estabelecer um prazo para o concessionário devolver direitos e infraestruturas; • Quando as autoridades competentes considerem ser necessário iniciar um projeto de interesse nacional de abastecimento de água e saneamento, podem convidar publicamente as empresas de prestação de serviços públicos para a adjudicação da respetiva concessão; • Contratos de transferência de posse ou usufruto de bens públicos destinados à prestação de serviços públicos, por parte de entidades públicas, bem como concessões ou similares, aquisição de serviços de prestação de serviços públicos; • Contrato de área de serviço exclusiva: por motivos de interesse social, com o objetivo de aumentar a cobertura dos serviços de abastecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e distribuição de gás e energia elétrica, as entidades responsáveis, por meio de concurso público, podem atribuir concessões a entidades de prestação de serviços públicos, por tempo determinado, sob o regime de exclusividade, em que nenhuma outra entidade pode prestar os mesmos serviços nessa mesma área geográfica.
Regime tarifário	O regime tarifário é orientado pelos princípios da eficiência económica, neutralidade, solidariedade, redistribuição, suficiência financeira, simplicidade e transparência. Existem dois regimes tarifários distintos, a saber: • Regime de liberdade regulada: os preços máximos das tarifas são fixados pela respetiva comissão reguladora, seguindo critérios e uma metodologia que gera uma fórmula. O período de vigência das fórmulas tarifárias é, salvo regra em contrário, de 5 anos; • Regime de liberdade vigiada: as empresas fixam as tarifas a pequenos e médios consumidores, devendo comunicar à entidade reguladora as decisões tomadas nesta matéria. Em alguns casos, pode existir liberdade total de fixação de tarifas.
Subsidiação	As entidades prestadoras de serviços públicos podem ser subsidiadas.

Fonte: Lei 142, de 1994

Lei 143, de 1994

Enquadramento

A lei 143, de 1994, estabelece o regime jurídico das atividades de produção, ligação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no território colombiano. Estas atividades são consideradas serviços públicos de caráter essencial, obrigatório e solidário e de utilidade pública. Regem-se pelos princípios da eficiência, qualidade, continuidade, adaptabilidade, neutralidade, solidariedade e equidade.

As atividades do setor estão abertas a agentes económicos públicos, privados ou mistos, que gozam de liberdade para desenvolver as suas funções num contexto de livre concorrência. Em alguns casos específicos, são necessárias autorizações de natureza ambiental, sanitária, de uso de águas ou de nível municipal, por parte das autoridades competentes. As atividades de comercialização apenas podem ser realizadas por agentes económicos que acumulem esta atividade com as atividades de produção ou distribuição e por agentes independentes que cumpram a regulamentação exposta pela comissão reguladora da energia e do gás.

O quadro seguinte apresenta algumas regras específicas a cada uma das atividades contempladas na referida peça legislativa, a lei 143, de 1994.

Quadro 52 – Regime jurídico das atividades ligadas ao setor da energia elétrica

Atividade	Descrição
Produção de energia elétrica	• A construção de unidades produtivas e suas respetivas linhas de ligação a redes de transmissão, é permitida a todos os agentes económicos; • Entidades públicas e privadas podem vender energia elétrica às empresas produtoras, distribuidoras ou a grandes consumidores, com tarifas acordadas livremente entre as partes.
Ligação	• Empresas que sejam proprietárias de linhas, subestações e equipamentos integrantes da rede elétrica nacional, manterão a propriedade dos mesmos, devendo operá-los de acordo com o Regulamento de Operação e indicações do Conselho Nacional de Operação; • As empresas estão obrigadas a cumprir as disposições do Ministério de Minas e Energia, Comissão de Regulação de Gás e Energia e Conselho Nacional de Operação, bem como a executar as obras necessárias à ligação das suas instalações e equipamentos à rede nacional; • As empresas proprietárias de redes de ligação, transmissão e distribuição devem permitir a ligação e acesso das empresas do setor, de outros agentes produtores e dos utilizadores que o solicitem, respeitando-se as regras de serviço e os direitos de compensação; • As empresas proprietárias de centrais de produção podem vincular-se às redes de ligação através de duas modalidades: – Modalidade livre: a empresa produtora não está obrigada a fornecer uma quantidade fixa de energia, sujeitando-se à procura de mercado, operando num sistema de livre fixação de preços e tarifas, determinado pelo livre funcionamento do mercado; – Modalidade regulada: a empresa produtora compromete-se com uma empresa comercializadora a fornecer determinadas quantidades de energia elétrica, num determinado período de tempo. • As empresas encarregues do serviço de ligação, não podem dedicar-se à produção, distribuição ou comercialização de energia elétrica;

Fonte: Lei 143, de 1994

Regime Tarifário

No acesso e uso das redes, as tarifas devem incluir os seguintes encargos:

- Um encargo para a ligação, que cobrirá os custos da ligação do utilizador à rede;
- Um encargo fixo, associado aos serviços de ligação;
- Um encargo variável, associado aos serviços de transporte na rede de ligação.

A Comissão de Regulação de Energia e Gás define a metodologia de cálculo e aprova as tarifas de acesso à rede nacional, bem como os procedimentos para proceder ao pagamento.

Relativamente às transações de energia elétrica entre empresas produtoras, distribuidoras, comercializadoras e utilizadores não regulados, todas as transações são livres e devem ser remuneradas pelos preços acordados pelas partes. A venda de energia elétrica a utilizadores finais regulados são remuneradas, sem exceção, por meio de tarifas sujeitas a regulação.

Proteção Ambiental

De modo a proteger a biodiversidade e integridade do meio ambiente, bem como prevenir e controlar fatores de deterioração ambiental, os agentes económicos que realizem alguma das atividades definidas anteriormente estão obrigados a cumprir com determinadas disposições de natureza ambiental, nomeadamente, obrigatoriedade de evitar, mitigar, reparar e compensar os impactes negativos das suas atividades sobre o meio ambiente.

As empresas públicas, privadas ou mistas que realizem obras ligadas à produção, ligação, transmissão e distribuição de energia elétrica, suscetíveis de causar dano ambiental, estão obrigadas à obtenção prévia de uma licença ambiental. Para se conseguir essa licença, devem ser realizados os estudos adequados, em conformidade com o disposto pela entidade competente.

Contratos de Concessão

Mediante contrato de concessão, o Estado, departamentos ou municípios, podem adjudicar, de forma temporária, a organização, prestação, manutenção e gestão de qualquer uma das atividades de serviços públicos de energia elétrica, a uma entidade de direito público, privado ou misto, que a assume por sua conta e risco, sob o controlo da entidade concedente.

A competência para outorgar contratos de concessão neste âmbito distribui-se da seguinte forma:

- Estado: contratos relacionados com a produção, ligação e redes de transmissão entre regiões;
- Departamentos: contratos relacionados com redes regionais de transmissão;
- Municípios: contratos relacionados com a distribuição de energia elétrica.

O contrato de concessão deve definir de forma clara as condições de prestação do serviço, forma e condições de remuneração, duração e possibilidade de prorrogação do contrato, obrigatoriedade de prestação do serviço, condições de substituição para assegurar a continuidade e regularidade do serviço, causas de resolução antecipada, causas para declaração de caducidade e efeitos da mesma, sanções por incumprimento, liquidação de bens, normas aplicáveis e todas as restantes regras que possam interessar às partes.

Podem ser concessionárias as sociedades privadas, nacionais ou estrangeiras as cooperativas e demais associações comunitárias constituídas legalmente e as entidades de caráter público. A remuneração do contrato de concessão assume a forma de tarifas ou preços pagos diretamente pelos utilizadores ao concessionário.

Principal Legislação Aplicável ao Setor Ambiental Colombiano

Para além das duas peças legislativas mencionadas anteriormente, há um conjunto de legislação de relevo para empresas do setor ambiental interessadas em entrar no mercado colombiano. O quadro seguinte apresenta um resumo da principal legislação ambiental a ter em conta na Colômbia.

Quadro 53 – Principal legislação ambiental colombiana

Legislação	Descrição
Lei 1450, de 2011	Plano Nacional de Desenvolvimento
Decreto 3573, de 2011	Cria a Autoridade Nacional de Licenças Ambientais (ANLA)
Decreto 2372, de 2010	Regulamenta o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SINAP)
Decreto 2820, de 2010	Regulamenta as licenças ambientais
Lei 1333, de 2009	Estabelece procedimentos sancionatórios ambientais
Lei 1259, de 2009	Instaura em território nacional, normas sobre saneamento, limpeza e recolha de escombros
Decreto 2436, de 2008	Regulamenta o acesso a aterros sanitários e incentivos municipais à deposição final de resíduos
Decreto 1323, de 2007	Cria o Sistema de Informação de Recursos Hídricos (SIRH)
Decreto 3600, de 2007	Regulamenta o ordenamento territorial rural e as licenças urbanísticas
Lei 1021, de 2006	Lei geral florestal
Decreto 1900, de 2006	Regulamenta sobre a taxa para utilização de águas
Decreto 838, de 2005	Regulamenta a deposição final de resíduos sólidos
Decreto 155, de 2004	Regulamenta sobre a taxa para utilização de águas
Decreto 3100, de 2003	Regulamenta sobre as taxas contributivas e compensatórias para utilização de águas
Decreto 1604, de 2002	Regulamenta as comissões conjuntas de bacias hidrográficas
Decreto 1669, de 2002	Regulamenta sobre a gestão de resíduos hospitalares
Decreto 1505, de 2003	Regulamenta sobre a gestão integrada de resíduos sólidos
Lei 822, de 2003	Apresenta as normas gerais sobre agroquímicos genéricos
Decreto 1713, de 2002	Regulamenta sobre a gestão integrada de resíduos sólidos
Decreto 1729, de 2002	Regulamenta sobre as bacias hidrográficas

Quadro 53 – Principal legislação ambiental colombiana (conclusão)

Legislação	Descrição
Lei 373, de 1997	Estabelece programa para uso eficiente e poupança da água
Decreto 901, de 1997	Regulamenta as taxas de retribuição pela utilização direta ou indireta de água e estabelece tarifas
Decreto 1791, de 1996	Estabelece o regime de aproveitamento florestal
Decreto 948, de 2005	Regulamenta sobre a prevenção e controlo da poluição atmosférica e sobre a proteção da qualidade do ar
Decreto 632, de 1994	Cria o Sistema Nacional Ambiental (SINA)
Lei 143, de 1994	Estabelece o regime para a produção, ligação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica
Lei 142, de 1994	Estabelece o regime de serviços públicos domésticos
Lei 99, de 1993	Cria o Ministério do Meio Ambiente
Lei 9, de 1979	Estabelece medidas sanitárias
Decreto 2811, de 1974	Apresenta o Código dos Recursos Naturais Renováveis

4. Principais Mercados do Setor do Ambiente e Energia

4.1. Estrutura do Setor

Setor da Água e Saneamento

Durante várias décadas, o Estado colombiano deteve o monopólio sobre os serviços de abastecimento de água e saneamento às populações. Se bem que, inicialmente, este esquema apresentasse resultados satisfatórios, no final da década de 1980 os sistemas começaram a deteriorar-se, a apresentar deficiências na qualidade dos serviços prestados, baixas taxas de cobertura e níveis de eficiência operacional pouco satisfatórios. A Constituição de 1991 e a lei 142, de 2004, abriram e tornaram atrativo o mercado da água para os privados.

As primeiras cidades a verem os seus serviços de abastecimento de água e saneamento concessionados foram Santa Marta, Palmira, Barranquilla, Cartagena, Girardot e Tunja, o que ocorreu na última metade da década de 1990. Nos primeiros anos do século XXI, a atenção foi voltada para cidades de dimensão intermédia (2 cidades) e para 15 municípios de menor dimensão. Através da implementação de um Programa de Modernização Empresarial (PME), foram estabelecidas concessões em 11 municípios intermédios e 7 contratos de construção e operação em municípios de menor dimensão.

Passados 20 anos, o saldo da abertura do mercado é claramente positivo e o setor é hoje povoado por empresas de caráter público, privado e misto. O quadro seguinte apresenta a estrutura do setor do abastecimento de água e saneamento na Colômbia em 2011.

Os operadores privados tendem a localizar-se em municípios de maior dimensão do que as empresas mistas.

Quadro 54 – Empresas a operar no setor do abastecimento de água e saneamento em 2011

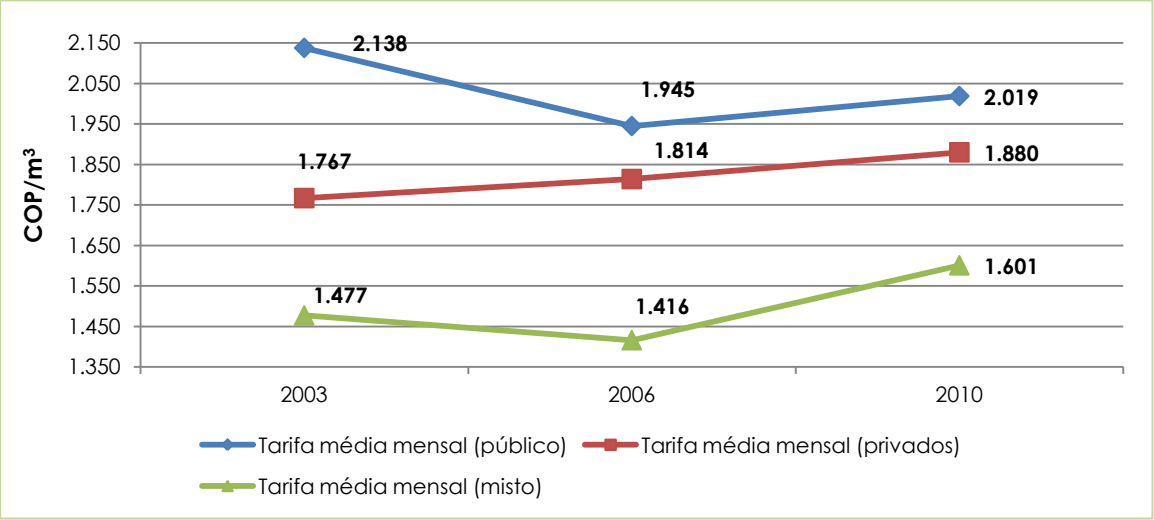
Tipologia empresarial	Clientes	
	< 2.500	>2.500
Empresas Privadas	37	52
Empresas Mistas	64	21

Fonte: CRA

A política tarifária foi também revista e é hoje fundamental para atrair empresas privadas para o setor, tendo vindo a crescer progressivamente, de modo a contemplar a necessidade de lucro das entidades privadas. No entanto, as tarifas mais elevadas tendem a ser praticadas por entidades públicas, prova do acréscimo de eficiência que os privados aportam.

Quando se celebram contratos por via de contratação pública para que os privados financiem, operem e mantenham os serviços públicos, como a água e o saneamento, a tarifa pode ser um elemento incluído como base para atribuir os contratos. As fórmulas tarifárias devem atender a critérios estabelecidos na Lei.

As figuras seguintes apresentam as tarifas médias praticadas pelos operadores nas vertentes água e saneamento, entre os anos de 2003 e 2010.



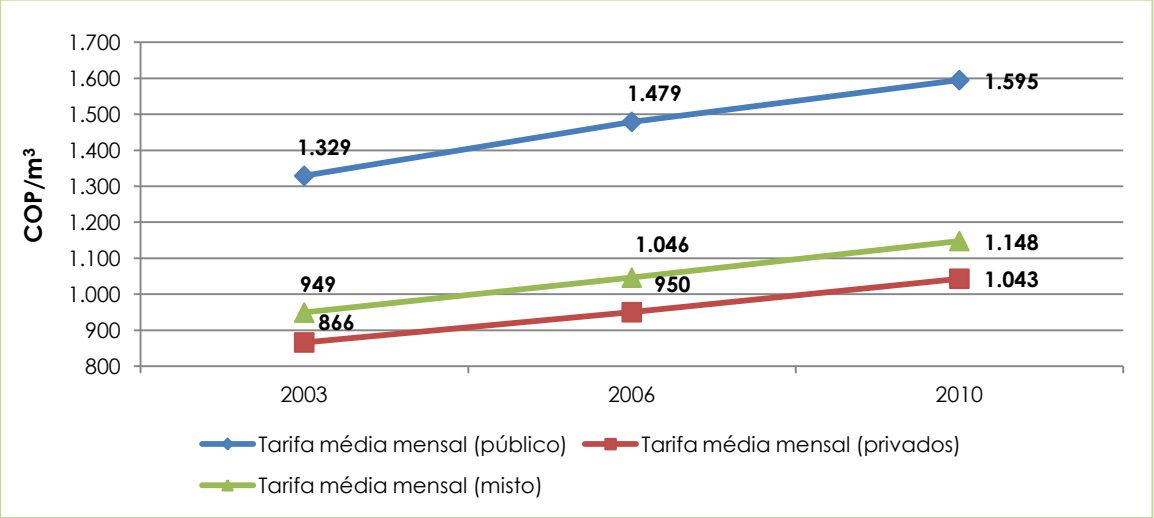
Fonte: CRA

Figura 38 – Tarifa média mensal de abastecimento de água praticada pelos diferentes tipos de operador

Como se pode ver, no período em causa, as empresas privadas apresentaram a maior estabilidade, com as tarifas cobradas para o abastecimento de água a crescerem a um ritmo constante no período em análise (3% entre 2003 e 2006 e 4% entre 2006 e 2010). As empresas mistas aumentaram as suas tarifas em 12% em 2010, face a 2006, ano em que eram 4% inferiores aos valores praticados em 2003. As tarifas praticadas pelas entidades públicas desceram 9% em 2006, face a 2003, tendo crescido 4% em 2010, face aos valores de 2006.

Na vertente saneamento, tem-se assistido a um crescimento em todas as tipologias de empresa, desde 2003, como se pode ver na figura seguinte.

As empresas públicas são uma vez mais as que cobram as tarifas mais elevadas (cerca de COP 1.595 por m^3 de saneamento). Entre 2003 e 2010, as tarifas de saneamento na Colômbia cresceram cerca de 20%.

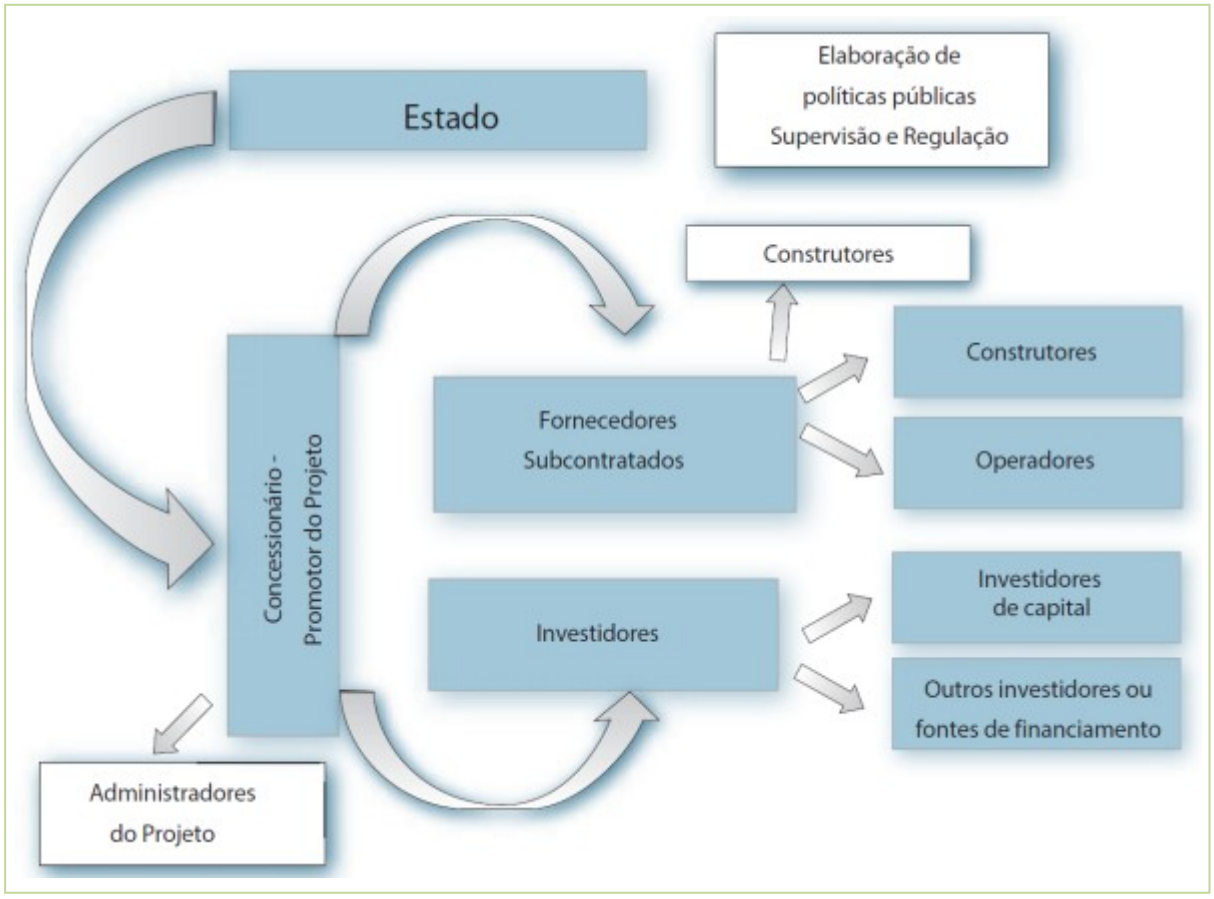


Fonte: CRA

Figura 39 – Tarifa média mensal de saneamento praticada pelos diferentes tipos de operador

Para além dos operadores dos serviços propriamente ditos, o setor envolve ainda diversos outros atores, como o poder político, construtores, fornecedores e investidores.

A figura seguinte apresenta o esquema de funcionamento do setor da água na Colômbia.



Fonte: CRA

Figura 40 – Estrutura do setor da água na Colômbia

Setor Energético

O setor energético na Colômbia é composto por quatro vertentes distintas: produção, comercialização, transmissão e distribuição de energia. Nas duas primeiras, a produção e comercialização de energia, o mercado funciona em esquema de livre concorrência, com os operadores a serem livres de entrar no setor, sem quaisquer entraves. No caso da transmissão e distribuição de energia, o mercado está regulado como monopólio natural. Como se sabe, as atividades de transmissão e distribuição de energia implicam elevados custos fixos, sendo propícias à ocorrência de custos marginais decrescentes e economias de escala, tornando esta situação monopolista natural.

O acesso às redes de transmissão e distribuição é livre para os produtores. As empresas de comercialização recebem o valor total pago pelos utilizadores do serviço, descontando da sua própria margem os pagamentos a produtores (através de contratos de longo prazo) e distribuidores, pelo uso da rede .

Os utilizadores podem ser regulados ou não-regulados. Os utilizadores regulados pagam a sua fatura energética de acordo com a tarifa definida pelo regulador, enquanto os utilizadores não regulados, com um consumo superior a 55 MW/h por mês, são livres para negociar bilateralmente com os comercializadores e estabelecer um preço acordado pelas partes.

Os principais agentes participantes no mercado grossista de energia (o MEM, *Mercado de Energia Mayorista*) são os produtores, os comercializadores e os grandes consumidores. O mercado MEM tem duas componentes, a saber:

- O mercado de curto prazo, ou bolsa de energia, reservado a produtores e comercializadores;
- O mercado de longo prazo, de contratos bilaterais, em que participam todos os agentes mencionados.

A bolsa de energia é um leilão diário, em que se apura quais as unidades produtoras responsáveis pela produção no dia seguinte. Os produtores colocam um preço único nas suas unidades para um prazo de 24 horas. Os serviços auxiliares são colocados ao mesmo preço. São então escolhidas as unidades produtoras, de acordo com critérios de mérito.

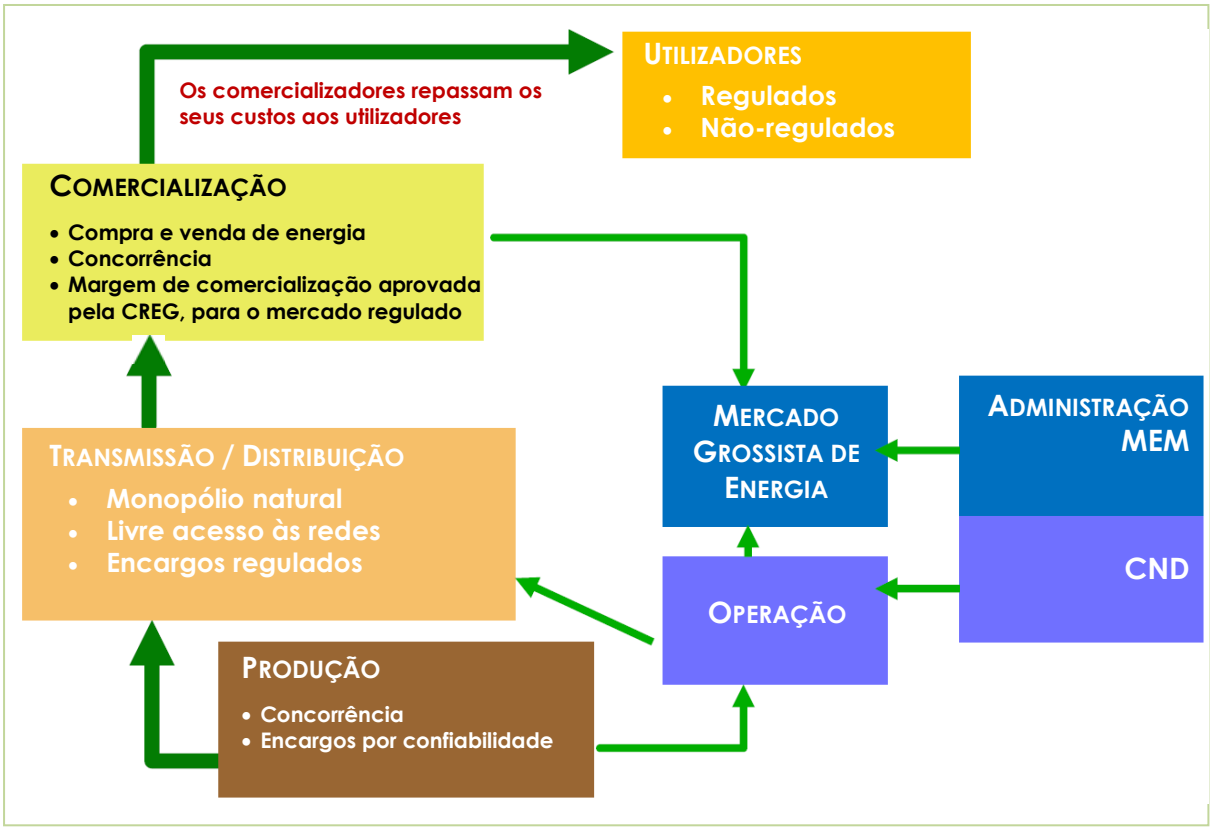
No mercado de longo prazo (contratos *forward*), participam produtores, comercializadores e grandes consumidores, que acordam livremente os preços, bem como as quantidades transacionadas. Os comercializadores que abastecem clientes regulados devem contratar o fornecimento pelo menor preço, resultante de leilões. Nas outras situações não há regras específicas.

Para fazer face a problemas de escassez de investimento em novas unidades produtivas, algo frequente em mercados energéticos com esta configuração, o Governo colombiano introduziu a figura dos "encargos por confiabilidade". Estes encargos consistem numa remuneração paga ao agente produtor pela disponibilidade de ativos de produção, com características e parâmetros definidos, que permitam gerar, durante o período de vigência do compromisso, certa quantidade de energia - chamada "obrigação de energia firme" - e vendê-la ao sistema a um preço pré-estabelecido em qualquer momento que o preço de bolsa alcance um teto, também pré-estabelecido, denominado preço de escassez, determinado e atualizado pelo regulador. Trata-se de uma opção *call* do tipo americano.

Parte das verbas pagas pelos utilizadores aos comercializadores são utilizadas para financiar o mecanismo dos encargos de confiabilidade.

Finalmente, de referir também uma outra entidade com influência no setor, o Centro Nacional de Distribuição (CND ou *Centro Nacional de Despacho*). O CND é a entidade responsável pelo planeamento, monitorização e controlo das operações integradas de produção, ligação e transmissão de recursos do *Sistema Interconectado Nacional*.

A figura seguinte esquematiza o modelo de funcionamento do setor energético na Colômbia.



Fonte: CREG

Figura 41 – Estrutura do setor da energia elétrica colombiano

Relativamente ao setor energético colombiano, há algumas regras básicas a ter em conta, nomeadamente:

- As empresas só podem praticar uma das seguintes atividades: produção, transmissão ou distribuição. A comercialização pode ser exercida de forma conjunta com a distribuição ou a produção;
- Um agente não pode deter mais de 25% da capacidade efetiva de produção, ainda que possa exceder esse limite e chegar até 30%, caso seja resultado de investimento em novas unidades produtivas;
- Uma empresa de comercialização não pode deter mais de 25% da procura comercial total. Uma empresa de produção não pode ter mais de 25% do capital social de uma empresa distribuidora e vice-versa;
- Na distribuição não existem limites. A Interconexión Eléctrica (ISA), empresa dominante na transmissão, apenas pode ampliar a sua participação na transmissão por via de investimento em novos projetos. Nenhum agente de outra atividade pode deter mais de 15% de uma empresa de transmissão.

Não obstante a existência destas regras, o setor energético colombiano é povoado por grupos empresariais com presença em diversas atividades da cadeia de valor do setor energético e inclusive noutros serviços públicos. Alguns destes grupos – Empresas Públicas de Medellín (EPM), Empresa de Energía de Bogotá (EEB), Interconexión Eléctrica (ISA) – estão também presentes em outros países da América Latina.

Setor da Gestão de Resíduos

Tal como nos restantes setores ambientais colombianos, o mercado da gestão de resíduos está aberto aos privados desde 1991. Hoje, cerca de dois terços do setor é povoado por empresas privadas. Este foi um modelo que teve o seu expoente máximo no setor dos resíduos, que assistiu a um crescimento da participação privada muito superior ao verificado nos setores da água e saneamento da energia, o que é também natural, em função das características inerentes a cada um dos mercados (água e energia são monopólios naturais).

A legislação permite diversas modalidades para a prestação do serviço, seja através de livre concorrência ou contratos com municípios, com ou sem exclusividade. O serviço pode ser prestado diretamente por cada município ou por empresas de capital público, privado ou misto.

O retorno é direto, através de tarifas cobradas na fatura de outras *utilities*, como o abastecimento de energia, água ou gás. Estas tarifas, tal como as aplicadas no setor da água, são calculadas de acordo com metodologia estabelecida pelo regulador, a Comissão de Regulação de Água Potável e Saneamento (CRA), que estipula um preço máximo. As empresas estabelecem as suas próprias tarifas dentro desse teto e a Superintendência de Serviços Públicos Domésticos (SSPD) assegura que o teto máximo não é ultrapassado.

Tal como em outros países da América do Sul, como o Brasil, os recicladores informais têm um peso muito grande no setor, estando o Estado a levar a cabo ações para a sua formalização e defesa. Para milhares de pessoas, os resíduos sólidos são a única fonte de receita que os separa da pobreza extrema.

Ao longo da última década, as políticas de gestão de resíduos têm-se focalizado na eliminação de aterros ilegais, promovendo o uso de aterros regionais e fomentando a formalização de pequenos prestadores.

A gestão de resíduos na Colômbia assenta num esquema de responsabilidade partilhada, em que o Estado tem a obrigação de promover uma melhor gestão de resíduos e o setor privado assume a responsabilidade pela implementação de processos mais limpos.

O enquadramento legal colombiano estrutura o setor da gestão de resíduos da seguinte forma:

- **Ministério da Habitação, Cidades e Território -** desenvolvimento da política setorial;
- **Comissão de Regulação da Água Potável e Saneamento Básico -** promoção da concorrência, regulação de monopólios e elaboração de metodologias tarifárias;
- **Superintendência de Serviços Públicos Domésticos -** controlo do setor;
- **Municípios -** garantia de que os serviços são prestados às populações;
- **Empresas -** prestação dos serviços;
- **Utilizadores -** direito ao serviço e obrigação de pagamento de tarifas sobre os serviços.

Segundo a SSPD, há hoje mais de mil e duzentos prestadores de serviços de gestão de resíduos a operar na Colômbia e cerca de dois terços da população é atendida por empresas de capital privado ou misto. Cerca de mil empresas fornecem serviços de recolha e transporte, cerca de seiscentos oferecem serviços de deposição final e perto de três centenas desenvolvem atividades de reciclagem. Regra geral, todos os prestadores que oferecem serviços de recolha e transporte de resíduos, prestam também serviços de limpeza de áreas públicas e estradas.

Há mais de uma centena de associações que reúnem cerca de cinco mil recicladores. No entanto, a grande maioria dos recicladores não está inscrito em qualquer associação - são recicladores informais. Entre 40% a 60% dos resíduos sólidos reciclados são recolhidos por recicladores (formais e informais), que recorrem a esta atividade para sustento. A restante percentagem é levada a cabo diretamente pelo setor industrial. As empresas de serviços de gestão de resíduos não têm a obrigação de prestar atividades de reciclagem,

prestando causticamente serviços de separação de materiais, para dar os materiais a associações de reciclagem. Em alguns casos, operam em instalações de reciclagem.

Pese embora o setor tenha evoluído consideravelmente ao longo dos últimos 20 anos, há ainda diversos problemas que enfrenta, nomeadamente:

- Necessidade da prestação de serviços de qualidade em municípios de menor dimensão;
- Necessidade de inserção dos recicladores informais;
- Necessidade de melhorar as especificações técnicas dos aterros sanitários e melhorar a eficiência operacional;
- Necessidade de fomentar soluções de combate às alterações climáticas, de modo a evitar problemas com chuvas e secas;
- Necessidade de incrementar a taxa de reciclagem de resíduos sólidos.

Atualmente, a CRA está a rever a metodologia da política tarifária e a possibilidade de inclusão de pagamento da recolha e transporte de materiais aos recicladores. O facto de a fórmula tarifária não reconhecer os processos de recuperação é um dos maiores entraves ao desenvolvimento da gestão integrada de resíduos sólidos no país.

Uma outra barreira à gestão integrada de resíduos é o impedimento de transferir os custos associados à recuperação de resíduos aos geradores, de modo a compensar os custos de recolha primária e serviços de deposição final.

4.2. Principais *Players*

Operadores

Setor Água e Saneamento

O quadro seguinte apresenta alguns dos principais operadores no setor da água e saneamento colombiano, bem como as suas áreas de influência, clientes anuais e tipologia de empresa. Os valores são referentes ao ano de 2010.

Quadro 55 – Principais *players* no setor da água e saneamento colombiano

Empresa	Municípios atendidos	Clientes	Tipo de empresa
Empresa de Acueducto y Alcantarillado de Bogotá E.S.P	Bogotá (Gachancipá, Soacha)	3.596.456	Pública
Empresas Públicas de Medellín E.S.P.	Medellín, (Barbosa, Bello, Caldas, Copacabana, Envigado, Girardota, Itagüí, La Estrella, Sabaneta)	1.811.780	Pública
Empresas Municipales de Cali E.I.C.E E.S.P.	Cali (Candelaria, Palmira, Yumbo)	1.062.256	Pública
Sociedad de Acueducto, Alcantarillado y Aseo de Barranquilla S.A. E.S.P.	Barranquilla (Galapa, Juan de Acosta, Piojo, Puerto Colombia, Soledad, Tubara, Usiacuri)	667.503	Privada
Acueducto Metropolitano de Bucaramanga S.A. E.S.P.	Bucaramanga (Floridablanca, Girón)	430.140	Mista
Aguas de Cartagena S.A. E.S.P	Cartagena	347.676	Mista
Empresa de Acueducto y Alcantarillado de Pereira S.A. E.S.P	Pereira (Dosquebradas)	234.989	Mista
Empresa Ibaguéreña de Acueducto y Alcantarillado S.A. E.S.P. Oficial de Ibagué	Ibagué	210.570	Pública
Aguas de Manizales S.A. E.S.P	Manizales	182.200	Mista
Empresas Públicas de Neiva E.S.P	Neiva	164.897	Pública
Empresas Públicas de Armenia	Armenia	161.449	Pública
Empresa de Acueducto y Alcantarillado de Villavicencio E.S.P.	Villavicencio	154.668	Pública
Compañía de Acueducto y Alcantarillado Metropolitano de Santa Marta S.A. E.S.P	Santa Marta	147.309	Privada
Empresa de Obras Sanitarias de Pasto EMPOPASTO S.A. E.S.P	Pasto	134.235	Pública
Empresa de Servicios Públicos de Valledupar EMDUPAR S.A. E.S.P	Valledupar	132.673	Pública
Acueducto y Alcantarilado de Popayán S.A. E.S.P.	Popayán	121.410	Mista
Aguas de la Sabana S.A. E.S.P	Sincelejo (Corozal)	100.738	Privada
Proactiva Aguas de Montería S.A. E.S.P.	Montería	99.761	Privada
Proactiva Aguas de Tunja S.A. E.S.P.	Tunja	80.111	Privada

Fonte: CRA

Setor Energético

Atualmente, o setor energético colombiano é povoado por mais de 40 produtores, mais de 70 comercializadores, mais de 30 operadores de rede ou distribuidores e cerca de uma dezena de proprietários de linhas de transmissão. O sistema é operado pela XM, empresa especializada e subsidiária da ISA, a principal empresa de transmissão no país. Perto de 5 mil grandes consumidores, que movimentam cerca de um terço da procura, compram livremente a sua energia através de contratos de longo prazo.

O quadro seguinte apresenta alguns dos principais *players* no setor energético colombiano. Os valores referem-se ao ano de 2010.

Quadro 56 – Principais *players* no setor energético colombiano

Produção			
Empresa	**Capacidade**		**Propriedade e Controlo**
	MW	%	
Empresa Públicas de Medellín - EPM	2.926	22	Pública
EMGESA	2.660	20	Mista - Controlo privado
ISAGEN	2.261	17	Mista - Controlo público, Bolsa
GECELCA	1.463	11	Mista - Controlo público
EPSA	951	7	Privada
AES - CHIVOR	798	6	Privada
Outros	2.261	17	Maioritariamente privados
TOTAL	**13.320**	**100**	
Distribuição e Comercialização			
Empresa	**Capacidade**		**Propriedade e Controlo**
	Gwh/ano	%	
Grupo EPM	12.926	23	Pública
Grupo ENDESA	12.364	22	Mista - Controlo privado
Gas Natural - FENOSA	10.116	18	Privada
ISAGEN	3.934	7	Mista - Controlo público, Bolsa
EMCALI	3.372	6	Pública
GECELCA	1.686	3	Mista - Controlo público
EPSA	1.686	3	Privada
Outros	10.116	18	Maioritariamente públicas
TOTAL	**56.200**	**100**	
Transmissão			
Empresa	**Capacidade**		**Propriedade e Controlo**
	Km rede	%	
ISA	10.000	71	Mista - Controlo público, Bolsa
Transelca	1.532	11	Filial da ISA
EEB	1.445	10	Mista - Controlo público
EPM	805	6	Pública
Outros	303	2	Maioritariamente públicas
TOTAL	**14.085**	**100**	

Fonte: LGVA

Setor dos Resíduos

O quadro seguinte apresenta alguns dos principais operadores da gestão integrada de resíduos na Colômbia, bem como as suas áreas de influência e clientes anuais. Os valores são referentes ao ano de 2008.

Quadro 57 – Principais *players* no setor colombiano da gestão integrada de resíduos

Empresa	Municípios atendidos	Clientes
Empresas Varias de Medellín	Medellín	673.577
Empresa del servicio público de aseo de Cali	Cali	539.327
ATESA S.A. E.S.P.	Bogotá	252.000
Alesa de Occidente Pereira	Pereira	128.475
Gestion Integral de Aseo Pereira	Pereira	119.945
Empresa de Aseo de Pereira	Pereira	115.906
Empresa de Aseo de Bucaramanga	Bucaramanga	101.166
Empresa Metropolitana de Aseo Manizales	Manizales	96.721
Interaseo del Sur Ibague	Ibagué	96.193
Sociedad de Aseo de Bello	Bello	93.497
Proactiva Oriente Cúcula	Cúcula	82.521
Servigenerales Soacha	Soacha	78.738
Empresa Públicas de Neiva	Neiva	72.710
Aseo urbano Cúcula	Cúcula	67.431
Interaseo Santa Marta	Santa Marta	66.419
Serviaseo Itagui	Itaguí	62.985
Empresa Metropolitana de Aseo de Pasto	Pasto	62.906
Grupo de Aseo Municipal de Popayan	Popayán	59.567
Aseo del Norte Valledupar	Valledupar	57.082
Palmirana de Aseo	Palmira	55.119
Servigenerales Montería	Montería	53.433
Aseo Especial de Soledad	Soledad	52.610
Rediba B/bermeja	Barrancabermeja	45.732
Tulueña de Aseo	Tulúa	40.623

Fonte: CRA

Na capital Bogotá, operam a empresa pública Empresa de Acueducto y Alcantarillado de Bogotá (EEAB), bem como os operadores privados ATESA (como indicado no quadro), Lime, Ciudad Limpia e Aseo Capital, desconhecendo-se o número de clientes destes operadores.

Fornecedores de Bens e Serviços

O quadro seguinte apresenta alguns atores-chave no setor ambiental colombiano.

Quadro 58 – Principais fornecedores no setor ambiental colombiano

Empresa	Descrição
ACLARA TECHNOLOGIES LLC	Soluções TIC para o setor ambiental www.aclara.com
AGM DESARROLLOS	Materiais de construção www.agmdesarrollos.com
AMBIENTALMENTE	Consultoria ambiental www.ambientalmente.com
CADENA S.A.	Soluções TIC www.cadena.com.co
CAM	Serviços de Engenharia www.cam-la.com
CASA INGLESA	Bens de equipamento www.casainglesa.co
CIBERSYS S.A	Soluções TIC www.cibersys.com
CLEARFORD	Soluções para saneamento www.clearford.com
CLEVEST	Soluções de automatização para o setor ambiental www.clevest.com
COLUMBUS BUSINESS SOLUTIONS	Soluções TIC www.columbusbusiness.co
CONTENUR COLOMBIA	Contentores para gestão de resíduos www.contenur.com
DTECHS	Soluções TIC para o setor energético www.dtechsepm.com
ECAMION	Soluções de armazenamento de energia www.ecamion.com
ELECTROSOFTWARE	Soluções TIC www.electrosoftware.net
ESRI COLOMBIA	Soluções TIC www.esri.co
EXTREME TECHNOLOGIES	Soluções TIC www.extreme.com.co
GENETEC	Soluções TIC www.genetec.com
HIDROCONSULTING	Consultoria ambiental www.hidroconsulting.com.co

Quadro 58 – Principais fornecedores no setor ambiental colombiano (conclusão)

Empresa	Descrição
HIDROMED	Serviços técnicos no setor da água www.hidromed.com.co
INFOTRACK S.A	Soluções TIC www.infotrack.com.co
INGEPOL	Produtos para o setor da água www.ingepol.com
ITELCA	Soluções TIC www.itelca.com.co
LED ROADWAY LIGHTING	Tecnologias de iluminação limpas www.ledroadwaylighting.com
LUDYCOM	Soluções www.ludycom.com
MER GROUP	Tecnologias limpas www.mer-group.com
PAVCO	Produtos químicos www.pavco.com.co
PRICE WATERHOUSE COOPERS (PWC)	Consultoria www.pwc.com/co
RAMONERRE	Bens de equipamento www.ramonerre.com
SOLUCIONES EN INGENIERIA Y CONSULTORIA, SiENCO S.A	Soluções de engenharia e consultoria para o setor energético www.seinco-ing.com
SIGMA LAMBDA INGENIERIA	Soluções de engenharia e consultoria ambiental
SISTECSYS	Soluções TIC www.sitecsys.com
SUBNET SOLUTIONS INC	Soluções TIC para transmissão e distribuição de energia www.subnetsolutions.com
SURVALENT TECHNOLOGY	Soluções TIC para serviços públicos Soluções TIC
SYSTEMS WITH INTELLIGENCE INC	Soluções TIC para o setor energético www.systemswithintelligence.com
COMERCIALIZADORA SYE Y CIA. S.A	Tubagens www.tecnopipe.com
TERRA REMOTE SENSING Inc.	Soluções TIC para o setor ambiental www.terraremote.co
TGOOD NORTH AMERICA Inc.	Equipamentos para o setor energético www.tgood.com
TCL S.A.	Materiais para o setor ambiental www.tcl.com.co
WSP GROUP	Serviços ambientais www.wspgroup.com

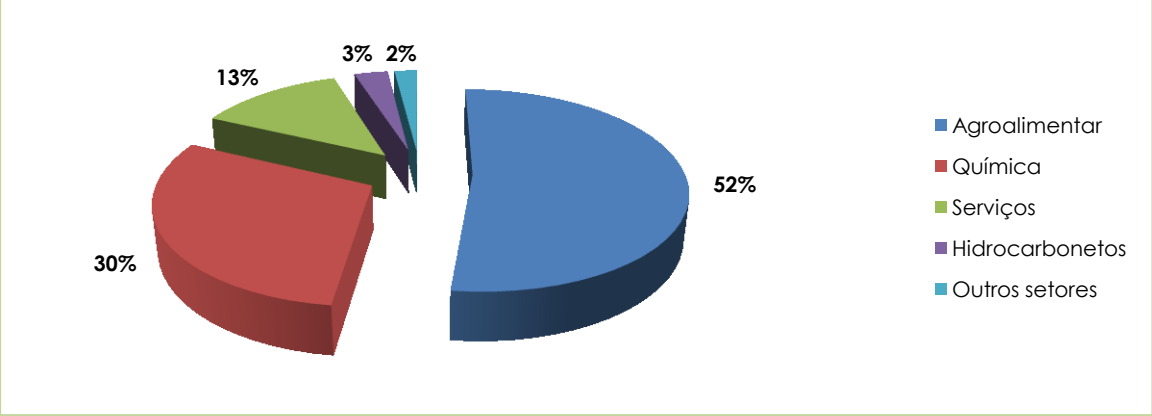
Fonte: ANDESCO

Principais Consumidores Não-Urbanos

Setor da Água

A água para fins não-urbanos na Colômbia é utilizada primordialmente nos setores agroalimentar, químico e nos serviços. Outros setores de relevo são os hidrocarbonetos, a borracha, plásticos, resinas e madeira.

A figura seguinte apresenta os principais usos não-urbanos de água na Colômbia. Dentro do setor agroalimentar, destaque para o subsetor das bebidas, que consome mais de dois terços dos recursos hídricos, enquanto no setor dos químicos, o subsetor têxtil é responsável por cerca de 60% do consumo de água. No setor dos serviços, o destaque vai para as atividades de comércio (40% dos consumos setoriais).



Fonte: Universidad Nacional de Colombia

Figura 42 – Principais consumidores de água não-urbanos

A título de exemplo, os quadros seguintes apresentam os consumos de água nos principais setores consumidores, nas duas maiores cidades da Colômbia, de acordo com as áreas geográficas delineadas na Corporação Autónoma Regional de Cundinamarca (Bogotá) e na Corporação Autónoma Regional de Antioquia (Medellín).

Quadro 59 – Consumo de água na CAR de Cundinamarca

Setor	Consumo
Abate, preparação e conservação de carnes	• 5.000 litros/tonelada de animal vivo
Destilação, retificação e mistura de bebidas alcoólicas	• Indústria vitivinícola: 10.000 litros/m³ de vinho • Indústria cervejeira: 6.000 litros/m³ de cerveja
Indústria das bebidas não alcoólicas	• 5.000 litros/m³ de bebida
Fabricação de leite e derivados	• Estação de recolha: 1.500 l/tonelada de leite • Produção de leite pasteurizado: 2.000 l/tonelada de leite • Produção de queijo: 15.000 l/tonelada • Produção de manteiga: 20.000 l/tonelada

Fonte: Universidad Nacional de Colombia

Quadro 60 – Consumo de água na CAR de Antioquia

Setor	Índice de consumo (m^3/ton)
Produção de farinha de trigo e milho	3,7
Produção de bolachas, produtos de panificação e similares	1,6
Produtos de confeitaria e sandes	43
Curtume	41
Produção de artigos de borracha	0,6
Fundição de metais ferrosos e não ferrosos	24,3
Galvanoplastia	6,4
Produção de carnes frias e enchidos	5,2
Produção de folha de flandres e aço isento de estanho (TFS)	1,6
Fabrico de produtos químicos	2,5
Fabrico de tecidos	315
Tinturaria e lavagem de tecidos	120

Fonte: Universidad Nacional de Colombia

O quadro seguinte apresenta algumas das maiores empresas colombianas a operar nos setores de atividade identificados como de maior consumo de água.

Quadro 61 – Grandes consumidores de água na Colômbia

Empresa	Setor
Bavaria	Bebidas
Grupo Nutresa	Alimentação
Inversiones Argos	Cimento
Carbones Del Cerrejon	Hidrocarbonetos
Drummond Ltd.	Hidrocarbonetos
Postobón	Bebidas
Sodimac	Materiais de construção
Coca Cola FEMSA	Bebidas
Colanta	Alimentação
Alpina	Alimentação
Solla	Alimentação
Colombia	Alimentação

Fonte: Semana

Setor dos Resíduos

No setor dos resíduos, os principais consumidores são as empresas de reciclagem, algumas empresas que utilizam resíduos como matéria-prima e as estações de transferência de resíduos. Na Colômbia, os resíduos são maioritariamente encaminhados para aterros sanitários. Alguns resíduos são também encaminhados para as chamadas instalações integrais, onde podem ser separados para posterior reaproveitamento.

O quadro seguinte apresenta alguns dos principais destinos dos resíduos sólidos na Colômbia.

Quadro 62 – Locais de destino de resíduos sólidos na Colômbia

Nome	Município	Tipologia	Municípios atendidos	Ton/dia
Aterro Sanitário Nuevo Mondoñedo	Bojacá	Aterro Sanitário	78	1.181,21
Aterro Sanitário Pirgua	Oicatá	Aterro Sanitário	52	188,49
Parque Ecológico Praderas del Magdalena	Girardot	Aterro Sanitário	41	331,93
Aterro Sanitário Terrazas del Porvenir	Sogamoso	Aterro Sanitário	37	175,90
Aterro Sanitário el Cucharo	San Gil	Aterro Sanitário	36	55,91
Aterro Sanitário Antanas	Pasto	Aterro Sanitário	27	295,74
Aterro Sanitário Loma Grande	Montería	Aterro Sanitário	26	552,15
Aterro Sanitário La Glorita	Pereira	Aterro Sanitário	25	900,93
Aterro Sanitário Guayabal	Cúcula	Aterro Sanitário	22	769,99
Parque Ambiental La Pradera	Don Matías	Aterro Sanitário	21	2.232,13
Aterro Sanitário La Esmeralda	Manizales	Aterro Sanitário	18	380,63
Célula de Contingência I Carrasco	Bucaramanga	Célula de Contingência	16	929,13
Aterro Sanitário Regional Presidente	San Pedro	Aterro Sanitário	16	711,87
Aterro Sanitário Regional Colomba-El Guabal	Yotoco	Aterro Sanitário	16	1.798,59
Aterro Sanitário Los Ángeles	Neiva	Aterro Sanitário	15	338,91
Centro Industrial del Sur (CIS)	Heliconia	Aterro Sanitário	14	261,18
Aterro Sanitário Macondo	Yopal	Aterro Sanitário	13	170,12
Aterro Sanitário Puerto Rico	Baranca	Aterro Sanitário	12	177,94
Aterro Sanitário Doradita	La Dorada	Aterro Sanitário	12	135,07
Aterri Sanitário La Guaratara	Guaratara	Aterro Sanitário	12	60,39
Unidade de Aproveitamento de Garagoa	Garagoa	Instalação Integral	10	11,38
Aterro Sanitário La Esperanza	Florencia	Aterro Sanitário	10	123,70
Parque Ecológico Reciclante	Villavicencio	Aterro Sanitário	10	431,97
Aterro Sanitário La Candelaria	Corozal	Aterro Sanitário	10	161,60

Quadro 62 – Locais de destino de resíduos sólidos na Colômbia (continuação)

Nome	Município	Tipologia	Municípios atendidos	Ton/dia
Aterro Sanitário Doña Juana	Bogotá	Aterro Sanitário	9	6.025,22
Instalação de Tratamento de Resíduos Sólidos Bio orgânicos der Sur d Huila	Pitalito	Instalação Integral	9	74,72
Aterro Sanitário Regional del Sur de La Guajira	Fonseca	Aterro Sanitário	9	229,74
Aterro Sanitário La Madera	Ocaña	Aterro Sanitário	9	77,47
Aterro Sanitário La Cortada	Pamplona	Aterro Sanitário	9	32,00
Parque Ambiental Los Pocitos	Barranquilla	Aterro Sanitário	8	1.705,28
Aterro Sanitário El Ojito	Popayán	Aterro Sanitário	8	201,14
Parque Ambiental Villa Karina	Calarcá	Aterro Sanitário	8	63,19
Aterro Sanitário Los Corazones	Valledupar	Aterro Sanitário	7	365,97
Central de Aproveitamento de Resíduos Sólidos de Garzón	Garzón	Instalação Integral	7	42,66
Aterro Regional Ecosistema Sierra Nevada de Santa Marta	Aracataca	Aterro Sanitário	7	180,81
Centro Industrial de Resíduos Sólidos de Urabá	San Pedro de Urabá	Aterro Sanitário	6	189,30
Parque Ambiental Loma de los Cocos	Cartagena	Aterro Sanitário	6	956,33
Instalação Integral de Villanueva	Villanueva	Instalação Integral	6	25,89
Aterro Sanitário La Victoria (Nariño)	Ipiales	Aterro Sanitário	6	52,72
Aterro Sanitário El Oasis	Sincelejo	Aterro Sanitário	6	290,58
Instalação de Aproveitamento de Resíduos Sólidos de La Plata	La Plata	Instalação Integral	5	23,78
Aterro Sanitário los Cerros	Tolú Viejo	Aterro Sanitário	5	33,78
Parque Ecológico el Valle del Municipio de San Cristóbal	San Cristóbal	Aterro Sanitário	4	14,47
Aterro Sanitário Las Bateas	Aguachica	Aterro Sanitário	4	93,39
Instalação Integral Valle de Sibundoy	Sibundoy	Instalação Integral	4	9,97
Aterro Sanitário Andalucía	Montenegro	Aterro Sanitário	4	220,52
Ptrs Málaga	Málaga	Instalação Integral	4	13,15
Parque Industrial La Miel	Ibagué	Aterro Sanitário	4	401,49
Aterro Sanitário Buenavista	Angostura	Aterro Sanitário	3	20,52
Aterro Sanitário Carapacho	Chiquinquirá	Aterro Sanitário	3	49,24
Aterro Sanitário La Vega	Marquetalia	Aterro Sanitário	3	8,36
Lixeira de Bosconia	Bosconia	Lixeira	3	53,03

Quadro 62 – Locais de destino de resíduos sólidos na Colômbia (conclusão)

Nome	Município	Tipologia	Municípios atendidos	Ton/dia
Aterro Saniatário Yotuel	San Vicente del Caguán	Aterro Sanitário	3	37,87
Aterro Sanitário Regional Medio San Juan	Medio San Juan	Aterro Sanitário	3	15,41
Aterro Sanitário Caucasia	Caucasia	Aterro Sanitário	2	62,61
Aterro Sanitário Miraflores	Guatapé	Aterro Sanitário	2	3,33
Aterro Sanitário Los Eucaliptos	Aguadas	Aterro Sanitário	2	11,94
Célula Transitória El Algarrobo	San José del Guaviare	Célula Transitória	2	37,56
Aterro Sanitário La Ensillada	Chachagüí	Aterro Sanitário	2	4,23
Célula Transitória Chupadero	Venadillo	Célula Transitória	2	8,10

Fonte: SSPD

4.3. Principais Projetos em Curso

Setor da Água

Os principais projetos do setor da água a decorrer na Colômbia podem ser identificados consultando as principais instituições financeiras multilaterais financeiras mundiais, os parceiros de eleição para este tipo de projeto. Assim, o quadro seguinte apresenta os principais projetos em curso no setor do abastecimento de água e saneamento a decorrer na Colômbia.

Para obter mais informações sobre cada um destes projetos, aconselha-se a consulta dos *sites* do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Quadro 63 – Grandes projetos no setor da água colombiano

Projeto	Montante (USD)	Data	% alocada ao setor da água
Serviços Urbanos de Bogotá	272,67 Milhões	2003-2014	25%
Macroprojetos de Interesse Social	74,70 Milhões	2011-2014	17%
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	8,05 Milhões	2005-2015	12%
Infraestruturas de Abastecimento de Água e Saneamento e Gestão de Serviços em La Guajira	158,2 Milhões	2007-2015	92%
Gestão de Risco de Desastres e Catástrofes	250 Milhões	2012-2015	11%
Compensação de Carbono de Rio Frio	11 Milhões	2005-2016	100%
Recuperação Ambiental e Controlo de Cheias no Rio Bogotá	487 Milhões	2010-2016	100%
Serviços Ambientais no Rio Amoya (hidroelétrica)	98 Milhões	2004-2019	20%
Programa de Saneamento do Rio de Medellín	581,5 Milhões	2009 -	100%
Programa de Abastecimento de Água no Município de Pasto	44 Milhões	2009 -	100%
Sustentabilidade dos Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento (Zonas Rurais e Urbanas Pobres)	700.000	2011 -	100%
Modelos Compreensivos de Acesso a Água e Saneamento na Colômbia (Água e Saneamento em Escolas)	1,3 Milhões	2011 -	100%
Investimento em Desenvolvimento Sustentável	11 Milhões	2012 -	65%
Gestão do Abastecimento de Água e Saneamento em Zonas Rurais	60 Milhões	2012 -	100%
Redução da Vulnerabilidade a Desastres Naturais	100 Milhões	*Pipeline*	35%
Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas na Regulação e Abastecimento de Água na Região de Chi	37,83 Milhões	*Pipeline*	100%

Fonte: Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento

Setor da Energia

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2010-2014 (PND) identifica os grandes projetos a realizar no setor energético. Estes projetos são apresentados no quadro seguinte.

Quadro 64 – Grandes projetos no setor energético colombiano

Nome	Descrição	Região	Investimento (Milhões USD)	Responsável
GECELCA III	Instalação de produção a carvão mineral com uma capacidade instalada de 158 MW e uma eficiência de 10.500 Btu/kWh. Assinadas obrigações de energia firme (OEF)* de 1.116,9 GW/h. Situado em zona franca. * OEF é um contrato que garante o fornecimento de energia a um preço eficiente, durante um longo período de tempo.	Puerto Libertador (Córdoba)	236	GECELCA 3 S.A.S. ESP
TERMOCOL	Instalação de produção térmica dual a gás e diesel, com uma capacidade instalada de 251 MW. Tem assinadas OEF de 1.677,71 GW/h.	Santa Marta (Magdalena)	125	Grupo POLIOBRAS S.A. ESP
CUCUANA	Instalação de produção hidroelétrica com uma capacidade instalada de 60 MW. Tem assinadas OEF de 50 GW/h. Entra em funcionamento em dezembro de 2014.	Municípios de Roncesvalles, San Antonio, Rovira e Ibagué (Tolima)	110	EPSA S.A. ESP
ITUANGO	Instalação de produção hidroelétrica com uma capacidade instalada de 1.200 MW na sua primeira etapa, com possibilidade de atingir os 2.400 MW numa segunda etapa. Tem assinadas OEF de 1.085 GW/h. Entra em funcionamento em julho de 2017.	Municípios de Ituango e Briceño (Antioquia)	2.298	Sociedad Hidroeléctrica Ituango S.A., ESP / Construção e Operação por EPM
SOGAMOSO	Instalação de produção hidroelétrica com uma capacidade instalada de 820 MW. Tem assinadas OEF de 7.400 GW/h.	Municípios de Girón, Betulia, Zapatoca, Los Santos e San Vicente de Chucurí (Santander)	1.527	ISAGEN S.A. ESP
EL QUIMBO	Instalação de produção hidroelétrica com uma capacidade instalada de 396 MW. Tem assinadas OEF de 6.296 GWh. Entra em operação em dezembro de 2014.	Gigante y Garzón (Huila)	690	EMGESA S.A. ESP
Plano Diretor da Refinaria de Cartagena - Reficar	Ampliação e modernização da refinaria.	Cartagena (Bolívar)	3.770	Ecopetrol - Filial Reficar S.A.
Modernização da refinaria de Barrancabermeja	Adaptação da estrutura da refinaria. Entrou em funcionamento em agosto de 2014.	Barrancabermeja (Santander)	2.940	Ecopetrol

Fonte: PND 2010-2014

Adicionalmente, as instituições financeiras multilaterais listam alguns projetos adicionais no setor energético colombiano, como se pode ver no quadro seguinte.

Quadro 65 – Grandes projetos financiados pelas Instituições Financeiras Multilaterais no setor energético colombiano

Projeto	Montante (10^3 USD)	Data	% alocada ao setor energético
Compensação de Carbono de Jepirachi (eólica)	21.000	2002-2024	100%
Serviços Ambientais no Rio Amoya (hidroelétrica)	98.000	2004-2019	80%
Investimento em Energia Geotérmica	3.780	2010 -	100%
Implementação de *Smart Grids*	760,00	2013 -	100%
Apoio ao Programa de Eficiência Energética no Setor Residencial	552,00	*Pipeline*	100%
Financiamento de Projetos de Investimento em Eficiência Energética em PME do Setor dos Serviços	10.000	*Pipeline*	100%
Financiamento de Projetos de Investimento em Eficiência Energética em Hotéis e Clínicas para Mitigação dos Efeitos de Gases com Efeito de Estufa	750,00	*Pipeline*	100%

Fonte: Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento

Setor dos Resíduos

Os principais projetos do setor dos resíduos a decorrer na Colômbia podem ser identificados consultando as principais instituições financeiras multilaterais mundiais, os parceiros de eleição para este tipo de projeto. Assim, o quadro seguinte apresenta os principais projetos em curso no setor da gestão integrada de resíduos a decorrer na Colômbia.

Quadro 66 – Grandes projetos no setor colombiano da gestão de resíduos

Projeto	Montante (10^3 USD)	Data	% alocada ao setor dos resíduos
Programa de Gestão de Resíduos Sólidos	31.500	2009-2015	100%
Desenvolvimento de um Modelo de Negócios para a Consolidação Económica dos Recicladores	991,87	*2009 -*	100%
Apoio à Formulação de Políticas Públicas no Setor da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	750,00	*Pipeline*	100%

Fonte: Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento

Para mais informações sobre os projetos apresentados aqui, bem como outros que possam surgir no setor ambiental colombiano, aconselha-se a consulta dos *sites* das duas principais Instituições Financeiras Multilaterais a operar na Colômbia. Para cada um dos projetos, abrem frequentemente oportunidades de *procurement*, que podem ser consultadas nas páginas oficiais das duas instituições.

A título de exemplo, apresentam-se as oportunidades de *procurement* disponíveis no Projeto "Programa de Gestão de Resíduos Sólidos", apoiado pelo Banco Mundial, aquando da elaboração deste estudo.

Quadro 67 – Oportunidades de *procurement* no projeto Programa de Gestão de Resíduos Sólidos

Oportunidades de *Procurement*
• Estruturação da prestação de serviços públicos de gestão de resíduos no departamento de Chocó, estudos e conceção do aterro sanitário regional para o centro do departamento; • Auditoria externa a 3 programas financiados pelo Banco Mundial; • Formulação de regionalização da prestação de serviços públicos de gestão de resíduos para os municípios do departamento de Bolívar; • Estudo de alternativas para a otimização da prestação de serviços de gestão de resíduos e localização de zonas aptas para a operação de aterros sanitários regionais no departamento de Risaralda; • Estudo de alternativas e estruturação de esquemas de operação da prestação de serviços de gestão de resíduos no departamento de Tolima.

Fonte: Banco Mundial

Ainda a título de exemplo, referente ao mesmo projeto, apresentam-se alguns contratos atribuídos e o valor da adjudicação.

Quadro 68 – Contratos atribuídos no projeto Programa de Gestão de Resíduos Sólidos

Contrato	Montante (USD Milhões)
Serviços de consultoria para a elaboração de estudos para o encerramento técnico das lixeiras a céu aberto nos municípios de Garzón e Pitalito, departamento de Huila	102,2
Construção de aterro em Puerto Asis, Putumayo	139,2
Otimização de aterro, setor La Doradita, Fase I, município de La Dorada, Caldas	659
Trabalhos de construção para o aterro regional, município de Ipiales, departamento de Narino	567
Regionalização de serviços públicos para a limpeza de diversos municípios: Bolívar	---
Melhoria de aterro, setor Guaratara, Granada	508

Fonte: Banco Mundial

Os projetos implementados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento na Colômbia podem ser consultados seguindo o *link* seguinte:

http://www.iadb.org/en/projects/advanced-project-search,1301.html?country=CO&nofilter.

Já os projetos apoiados pelo Banco Mundial podem ser encontrados aqui:

http://www.worldbank.org/projects/search?lang=en&searchTerm=&countrycode_exact=CO.

4.4. Fontes de Financiamento

O financiamento das empresas a operar no setor ambiental colombiano assume formas distintas em função da atividade exercida. No caso dos operadores de *utilities*, a fonte direta de financiamento às atividades assume a forma das tarifas. Pese embora a metodologia de cálculo tarifário possa ainda ser otimizada, a verdade é que estas têm acompanhado a evolução dos tempos, permitindo às empresas a sustentabilidade económica necessária para operar no setor.

Para empresas dedicadas à construção, engenharia, consultoria, assistência técnica e fornecimento de bens e equipamentos, a forma mais direta de obter financiamento é através das instituições financeiras multilaterais. Estas instituições financiam inúmeros projetos no setor ambiental colombiano, podendo as empresas aproveitar as oportunidades de *procurement* que vão surgindo constantemente nestas entidades. Para tal, aconselha-se a consulta frequente dos *site*s destas entidades, nomeadamente do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Andina de Fomento.

A solução mais convencional para obter financiamento, aplicável a qualquer tipologia de empresa a operar no setor ambiental colombiano, é recorrer à banca comercial ou à banca de investimentos. Neste âmbito, destacam-se entidades como o Bancolombia, o Banco de Bogotá, o Banco Davivienda, o BBVA Colombia, o Banco de Occidente ou o Citibank Colombia. Destaque para os serviços prestados e micro empresas e PME (micropyme e pyme).

A título de exemplo, o Bancolombia, maior banco do país, dispõe de opções de financiamento específicas para o setor energético e para empresas dedicadas à construção e operação de infraestruturas, oferecendo soluções de banca comercial, banca de investimento, *leasing*, serviços *trust*, corretagem ou *factoring* e fornecendo apoio nas fases de pré-qualificação, estudo de viabilidade, pré-construção, construção e operação.

Para conhecer melhor a oferta bancária na Colômbia, aconselha-se o contacto direto com as agências locais.

Finalmente, ao nível do financiamento público, é fundamental referir a Findeter - Financiera del Desarrollo, entidade de capital misto vinculada ao Ministério da Fazenda e Crédito Público, e que se dedica ao financiamento de projetos sustentáveis. Os principais produtos financeiros oferecidos pela Findeter são apresentados no quadro seguinte.

Quadro 69 – Produtos financeiros oferecidos pela Findeter

Crédito de Redesconto
Financia projetos de infraestrutura, canalizando os recursos através de intermediários financeiros autorizados. O objetivo é facilitar as necessidades de financiamento, oferecendo um produto com taxas de juro e prazos de pagamento favoráveis. O crédito ao redesconto financia diversos setores de atividade, nomeadamente ao nível ambiental. Assim, são financiados os seguintes investimentos ambientais: **Infraestruturas de ambiente** *Produção limpa e mercados verdes* • Planos, programas e projetos relacionados com gestão e impacte ambiental; • Jardins botânicos; • Atualização tecnológica; • Mercados verdes; • Mecanismos de desenvolvimento limpo.

Quadro 69 – Produtos financeiros oferecidos pela Findeter (conclusão)

Proteção e gestão do risco ambiental

- Investigação, educação e desenvolvimento ambiental;
- Proteção de áreas de reserva;
- Reflorestação;
- Sistemas de informação.

Infraestruturas de água potável e saneamento básico

Abastecimento de água

- Exploração;
- Abastecimento;
- Tratamento;
- Armazenagem;
- Redes;
- Comercialização;
- Programas de redução de perdas e água não contabilizada;
- Conservação e recuperação de micro bacias hidrográficas;
- Construção de redes e respetivas ligações;
- Todas as atividades associadas ao setor da água.

Saneamento

- Recolha;
- Redes;
- Tratamento;
- Descarga final;
- Construção de redes e respetivas ligações;
- Todas as atividades associadas ao setor do saneamento.

Resíduos

- Armazenagem e recolha de resíduos sólidos e limpeza de vias e áreas públicas;
- Reciclagem, aproveitamento, recolha e transporte;
- Estações de transferência, seleção, tratamento e deposição final;
- Todas as atividades associadas ao setor dos resíduos.

Infraestruturas para o desenvolvimento energético

- Projetos relacionados com energia (energia elétrica, energias renováveis, hidrocarbonetos, gás e carvão;
- Cogeração, autogeração e trigeração de energia;
- Redes de energia;
- Programas de gestão e redução de perdas;
- Sistemas de automação de medição e controlo;
- Empresas produtoras de sistemas de armazenagem;
- Empresas produtoras de instalações geradoras de energia;
- Produtores de componentes e acessórios para projetos relacionados com energia (energia elétrica, energia eólica, energia solar, hidrocarbonetos, gás e carvão);
- Prestadores de serviços para o setor energético;
- Construção de redes e ligações de energia elétrica;
- Distribuição por grosso e a retalho de combustíveis e derivados de petróleo (estações de serviço, entre outros);
- Oleodutos e polidutos;
- Exploração de gás.

Captação de Recursos

A Findeter financia ainda as empresas através de certificados de depósito a término (CDT), que oferecem juros trimestrais aos clientes. Para conhecer as condições específicas deste produto pode consultar o seguinte *link*:

http://www.findeter.gov.co/publicaciones/productos_captacion_de_recursos_pub.

Fonte: Findeter

A Findeter oferece ainda apoio através de produtos para o desenvolvimento territorial integrado. Entre os produtos oferecidos neste âmbito destacam-se os seguintes:

- **Água para a prosperidade;**
- **Cidades sustentáveis e competitivas.**

De seguida, apresenta-se uma breve descrição do funcionamento de cada um destes apoios.

Água para a Prosperidade

Neste programa, a Findeter recebe propostas dos interessados para a condução de projetos no âmbito do abastecimento de água e saneamento.

Informações adicionais sobre esta temática, bem como sobre os projetos com aviso de convocatória abertos podem ser encontradas no *link* seguinte:

http://www.findeter.gov.co/publicaciones/agua_para_la_prosperida_pub.

Cidades Sustentáveis e Competitivas

Este é um programa apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e executado na Colômbia pela Findeter. Através deste programa, podem ser financiados projetos de investimento direcionados à criação de cidades sustentáveis e competitivas.

Os pilares em que assenta o programa de cidades sustentáveis e competitivas são os seguintes:

- Sustentabilidade ambiental e alterações climáticas;
- Sustentabilidade urbana;
- Sustentabilidade económica e social;
- Sustentabilidade fiscal e governança.

A vertente de maior interesse ao setor ambiental é necessariamente a relacionada com a sustentabilidade ambiental e alterações climáticas, que compreende ações de gestão ambiental e controlo da poluição local, mitigação de gases com efeito de estufa, eficiência energética e energias renováveis ou redução da vulnerabilidade face a desastres naturais e adaptação.

Para mais informações sobre o programa Cidades Sustentáveis e Competitivas, consultar o seguinte *link*:

http://www.findeter.gov.co/ciudades.

A título de exemplo, a figura seguinte é uma fotografia do modelo de financiamento do setor da água na Colômbia em 2006, mas que atualmente é ainda em grande medida verdadeira, bem como nos restantes setores ambientais no país.

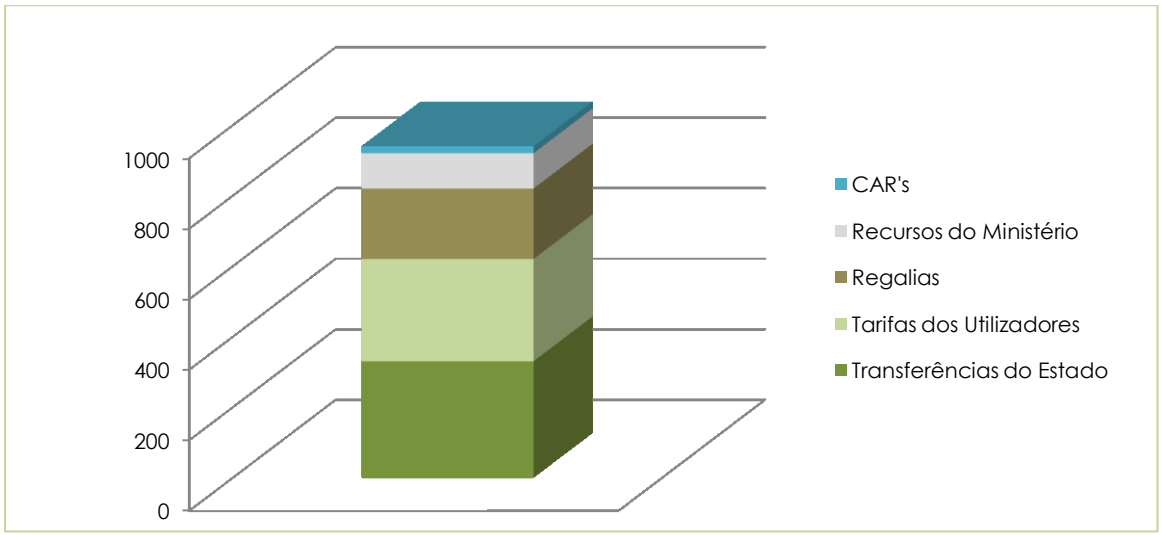


Figura 43 – Modelo de financiamento do setor da água na Colômbia

Fonte: AguaConsult

5. ABORDAGEM AO MERCADO

5.1. Política de Compras e Cadeia de Funcionamento

Os mercados do ambiente e da energia na Colômbia, tal como na grande maioria dos países, funcionam assentes numa forte componente pública, uma vez que os serviços prestados - abastecimento de água, saneamento, gestão de resíduos, fornecimento de energia elétrica, etc. - têm um cariz inerentemente público.

Assim, é expectável que o Estado, o poder local, empresas públicas e demais órgão públicos, sejam alguns dos principais *players* neste setor e alguns dos intervenientes a que as empresas portuguesas devem prestar maior atenção.

Ao nível estatal, o governo e os Ministérios com influência no setor do ambiente e energia (Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Habitação, Cidades e Território, Departamento Nacional de Planeamento, etc.) são responsáveis pela adjudicação de grandes obras de infraestruturas. Adicionalmente, as entidades com relevo setorial, como a Comissão de Regulação da Água Potável e do Saneamento Básico ou a Superintendência de Serviços Públicos Domésticos, assumem também importância na adjudicação de contratos de empreitada, fornecimento de bens e serviços ou consultoria e assistência técnica.

Adicionalmente, a agência colombiana responsável pelas compras públicas no país - a **Colombia Compra Eficiente** - anunciou recentemente dispor de recursos no valor de 70 mil milhões de euros, que podem estar disponíveis para a compra de produtos e serviços a empresas portuguesas.

Ao nível local, destaque para o papel dos municípios e das empresas públicas na adjudicação de contratos. Estas são muitas vezes as entidades diretamente responsáveis pela prestação dos serviços ao cliente final, ao nível do abastecimento de água, saneamento ou gestão de resíduos sólidos. Constituem-se assim como oportunidades ao nível das concessões de serviços públicos ou da prestação de serviços e fornecimento de bens e equipamentos.

Para além do setor público, o setor privado pode também ser uma fonte de receitas para as empresas portuguesas. Existem inúmeras empresas a operar no setor do ambiente e energia na Colômbia (neste estudo elencamos algumas delas) e que podem ser potenciais clientes das empresas portuguesas. As empresas nacionais podem aqui optar pela exportação direta (sendo aconselhável a celebração de contrato com um intermediário/distribuidor local) ou por uma presença física no país. Não há ainda muitas empresas portuguesas do setor do ambiente e energia português a operar com presença na Colômbia, mas o número tem vindo a crescer ao longo dos anos, à medida que as relações comercias entre os dois países se vão estreitando. Uma vez mais, aconselha-se vivamente a participação de um interlocutor local, sendo recomendável o estabelecimento de parceria com empresa local, uma vez que pode facilitar inúmeros negócios.

Finalmente, resta referir mais uma grande fonte de negócios para as empresas portuguesas: as instituições financeiras multilaterais. Trata-se de instituições que apoiam projetos no país no valor de centenas de milhões de dólares anualmente e com imensas oportunidades de *procurement*.

Com todos estes intervenientes é fundamental um acompanhamento contínuo, de modo a que se possa estabelecer uma relação preferencial.

5.2. Principais Eventos do Setor

De seguida, listam os principais eventos a decorrer na Colômbia que possam ser de interesse a empresas a operar no setor do ambiente e energia.

Evento:	Colombian Oil & Gas Conference 2015
Setor:	**Energia**
Data:	12-13 fevereiro, 2015
Local:	Gran Salón del Hotel El Prado, en Barranquilla - Colômbia
Contacto:	comunicaciones@alame.org
Website:	http://www.alame.org

Evento:	Colombian Mining & Energy Conference 2015
Setor:	**Energia**
Data:	16-17 abril, 2015
Local:	Hotel San Fernando Plaza, Medellín - Colômbia
Contacto:	comunicaciones@alame.org
Website:	http://www.alame.org

Evento:	Colombia Oil & Gas 2015
Setor:	**Energia**
Data:	28-30 abril, 2015
Local:	Centro de Convenciones de Cartagena de Indias - Colômbia
Contacto:	colombiaenquiry@thecwcgroup.com
Website:	http://www.cwccolombia.com

Evento:	Expoconstrucción & Expodiseño 2015
Setor:	**Construção**
Data:	19-24 maio, 2015
Local:	Corferias - Centro de Convenciones, Bogotá - Colômbia
Contacto:	lconde@corferias.com
Website:	http://expoconstruccionyexpodiseno.com

Evento:	Expo Infraestructura 2015
Setor:	**Construção**
Data:	28-29 maio, 2015
Local:	Pabellón Amarillo, Plaza Mayor, Medellín - Colômbia
Contacto:	comercial@expoinfraestructura.com
Website:	http://www.expoinfraestructura.com/

Evento:	Exporesiduos 2015
Setor:	**Gestão de Resíduos**
Data:	3-6 junho, 2015
Local:	Jardín Botánico Joaquín Antonio Uribe, Medellín - Colômbia
Contacto:	acodalnoroccidente@exporesiduos.com
Website:	http://www.alame.org

5.3. Identificação e Caracterização de Empresas Locais e Potenciais Parceiras

Apresentam-se de seguida algumas empresas a operar nos setores da energia e do ambiente na Colômbia, passíveis para o estabelecimento de parcerias com empresas portuguesas.

Empresa:	**Empresa de Acueducto de Bogotá**
Atuação:	Operação de serviços de água, saneamento e gestão de resíduos na cidade de Bogotá
Telefone:	(+57) 1 344 7000
Email:	pqr@aguasdebogota.com.co
Página Web:	http://www.acueducto.com.co

Empresa:	**EMGESA S.A. E.S.P.**
Atuação:	Produção e distribuição de energia
Telefone:	(+57) 1 219 0330
Email:	cbermudez@endesacolombia.com.co
Página Web:	http://www.emgesa.com.co

Empresa:	**ISAGEN S.A. E.S.P.**
Atuação:	Produção e distribuição de energia
Telefone:	(+57) 4 361 5320
Email:	lineaetica@isagen.com.co
Página Web:	https://www.isagen.com.co

Empresa:	**CODENSA S.A. E.S.P.**
Atuação:	Distribuição de energia
Telefone:	(+57) 1 601 6060
Email:	contactenos@codensa.com.co
Página Web:	https://www.codensa.com.co

Empresa:	**ISA Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.**
Atuação:	Transmissão de energia
Telefone:	(+57) 4 444 2555
Email:	isa@isa.com.co
Página Web:	http://www.isa.co

Empresa:	**EEB - Empresa de Energia de Bogotá**
Atuação:	Transmissão de energia
Telefone:	(+57) 1 326 8000
Email:	smendez@eeb.com.co
Página Web:	http://www.eeb.com.co

Empresa:	**Proactiva Medio Ambiente Colombia**
Atuação:	Gestão de resíduos
Telefone:	(+57) 1 745 1372
Email:	info@proactiva.com.co
Página Web:	http://www.proactiva.com.co

Empresa:	**Atesa S.A. E.S.P.**
Atuação:	Gestão de resíduos
Telefone:	(+57) 1 419 8000
Email:	recepcion@atesa.com.co
Página Web:	http://www.atesa.com.co

Empresa:	**Lime S.A. E.S.P.**
Atuação:	Gestão de resíduos
Telefone:	(+57) 1 417 2300
Email:	pqr@lime.com.co
Página Web:	http://www.lime.net.co

Empresa:	**Ciudad Limpia S.A. E.S.P.**
Atuação:	Gestão de resíduos
Telefone:	(+57) 1 730 0150
Email:	ausuario@ciudadlimpia.com.co
Página Web:	http://www.ciudadlimpia.com.co

Empresa:	**Interaseo S.A. E.S.P.**
Atuação:	Gestão de resíduos
Telefone:	(+57) 4 325 9970
Email:	interaseo@interaseo.com.co
Página Web:	http://www.interaseo.com.co

Empresa:	**Aseo Capital S.A. E.S.P.**
Atuação:	Gestão de resíduos
Telefone:	(+57) 1 779 9377
Email:	diseno@aseocapital.com.co
Página Web:	http://www.aseocapital.com

Empresa:	**Tecniamsa S.A E.S.P.**
Atuação:	Gestão de resíduos
Telefone:	(+57) 1 636 0633
Email:	servicioalcliente@tecniamsa.com.co
Página Web:	http://www.tecniamsa.com

Empresa:	**ABC Ingeniería**
Atuação:	Especialistas em agitação e bombeamento
Telefone:	(+57) 1 213 8890
Email:	bogota@abcingenieria.com
Página Web:	http://www.abcingenieria.com

Empresa:	**Accesorios y Válvulas S.A. – A.V.A. – S.A.**
Atuação:	Fabricantes de válvulas e acessórios para manuseamento de fluidos
Telefone:	(+57) 1 360 7053
Email:	apolofluidos@epm.net.co
Página Web:	http://www.ava-apolo.com

Empresa:	**Acciona Agua S.A.U. Sucursal Colombia**
Atuação:	Conceção, construção e operação de estações de tratamento de água
Telefone:	(+57) 1 6230 233
Email:	agua@acciona.com.co
Página Web:	http://www.acciona-agua.es

Empresa:	**Acuatecnica Ltda.**
Atuação:	Tratamento de águas
Telefone:	(+57) 1 405 6655
Email:	info@acuatecnica.com
Página Web:	http://www.acuatecnica.com

Empresa:	**Acuatubos S.A.**
Atuação:	Fabrico e comercialização de produtos para transporte de fluidos
Telefone:	(+57) 4 333 2828
Email:	acuager@une.net.co
Página Web:	http://www.acuatubos.com

Empresa:	**Acuavalle S.A. E.S.P.**
Atuação:	Prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento nos municípios do Valle del Cauca
Telefone:	(+57) 2 665 3567
Email:	acuavalle@acuavalle.gov.co
Página Web:	http://www.acuavalle.gov.co

Empresa:	**Acuaviva S.A E.S.P.**
Atuação:	Prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento e atividades complementares
Telefone:	(+57) 2 275 9629
Email:	contactenos@acuaviva.com.co
Página Web:	http://www.acuaviva.com.co

Empresa:	**Acueducto y Alcantarillado de Popayán**
Atuação:	Prestação de serviços de abastecimento de água em Popayán
Telefone:	(+57) 2 8321000
Email:	mchaparro@acueducto.com.co
Página Web:	http://www.acueductopopayan.com.co

Empresa:	**Acueductos y Alcantarillados Sostenibles S.A E.S.P.**
Atuação:	Conceção, construção, administração, manutenção e consultoria a sistemas de abastecimento de água e saneamento
Telefone:	(+57) 4 416 1177
Email:	aassa@aassa.com.co
Página Web:	http://www.aassa.com.co

Empresa:	**Aerzen Andina**
Atuação:	Venda de compressores industriais e prestação de serviços técnicos
Telefone:	(+57) 1 841 5730
Email:	rcastillo@aerzen.co
Página Web:	http://www.aerzenandina.com

Empresa:	**AES Chivor**
Atuação:	Produção de energia
Telefone:	(+57) 1 407 9555
Email:	aeschivor@aes.com
Página Web:	http://www.chivor.com.co

Empresa:	**Brinsa S.A.**
Atuação:	Produção e comercialização de produtos químicos
Telefone:	(+57) 1 484 6038
Email:	atencionalcliente@brinsa.com.co
Página Web:	http://www.brinsa.com.co

Empresa:	**BTP Medidores y Accesorios S.A.**
Atuação:	Produção de tubos, perfis, contadores e acessórios para instalações de água e gás
Telefone:	(+57) 1 277 1378
Email:	gerencia@btp.com.co
Página Web:	http://www.btpmedidoresyaccesorios.com

Empresa:	**Celsia**
Atuação:	Produção, transmissão e distribuição de energia
Telefone:	(+57) 4 326 6600
Email:	celsia@celsia.com
Página Web:	http://www.celsia.com

Empresa:	**Centro de Gerenciamiento de Residuos Doña Juana S.A. E.S.P.**
Atuação:	Gestão de resíduos
Telefone:	(+57) 1 479 0555
Email:	compras@cgrdonajuana.com
Página Web:	---

Empresa:	**Centroaguas S.A. E.S.P.**
Atuação:	Prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento na cidade de Tuluá
Telefone:	(+57) 4 231 7070
Email:	info@centroaguas.com
Página Web:	http://www.centroaguas.com

Empresa:	**Conhydra S.A. E.S.P**
Atuação:	Prestação, operação, exploração e manutenção de serviços públicos de água, saneamento e resíduos, bem como construção, exploração, conservação e assessoria técnica a obras ou bens destinados a serviços públicos domésticos
Telefone:	(+57) 4 444 1676
Email:	atencionalcliente@conhydra.com
Página Web:	http://www.conhydra.com

Empresa:	**Daphnia Ltda.**
Atuação:	Medições e análises ambientais
Telefone:	(+57) 1 249 6118
Email:	daphnia@daphnialtda.com
Página Web:	http://daphnialtda.com

Empresa:	**Edospina S.A. Tecnología del Agua**
Atuação:	Conceção, fabrico e montagem de equipamentos e sistemas de tratamento de águas residuais, bem como comercialização e montagem de equipamentos para manuseamento e transporte de fluidos e tratamento de água
Telefone:	(+57) 1 2861919
Email:	info@edospina.com.co
Página Web:	http://www.edospina.com

Empresa:	**Electro Hidráulica S.A. Representaciones**
Atuação:	Projetos de engenharia e consultoria, bem como comercialização e exportação de todo o tipo de equipamentos para o setor do ambiente e energia
Telefone:	(+57) 1 368 0055
Email:	info@electrohidraulica.com.co
Página Web:	http://www.electrohidraulica.co

Empresa:	**Empresas Varias de Medellín E.S.P.**
Atuação:	Gestão de resíduos
Telefone:	(+57) 4 470 5000
Email:	contacto@emvarias.com.co
Página Web:	http://www.eevvm.com.co

Empresa:	**EPM - Empresa de Servicios Públicos de Colombia**
Atuação:	Prestação de serviços de abastecimento de água, saneamento, gás por rede e energia elétrica
Telefone:	(+57) 4 444 4115
Email:	epm@epm.com.co
Página Web:	http://www.epm.com.co

Empresa:	**F.F. Soluciones S.A.**
Atuação:	Comercialização de equipamentos e medidores para o setor da água e saneamento, bem como conceção e construção de ETA e ETAR
Telefone:	(+57) 1 201 0200
Email:	soluciones@ffsoluciones.com
Página Web:	http://www.ffsoluciones.com

Empresa:	**Filmtex S.A.S.**
Atuação:	Fabrico de geomembranas de PVC
Telefone:	(+57) 1 644 9844
Email:	ventas@filmtex.com
Página Web:	http://www.ffsoluciones.com

Empresa:	**Gaia Ingeniería Ambiental S.A.S.**
Atuação:	Compra, venda, distribuição, importação e exportação de todo o tipo de produtos para o setor ambiental
Telefone:	(+57) 2 316 1287
Email:	info@gaia.com.co
Página Web:	http://www.gaia.com.co

Empresa:	**Gecelca S.A. – E.S.P**
Atuação:	Produção e comercialização de energia
Telefone:	(+57) 5 330 3000
Email:	contactenos@gecelca.com.co
Página Web:	https://www.gecelca.com.co

Empresa:	**Gestión Empresarial y Medio Ambiente LTDA - GEMA Consultores**
Atuação:	Serviços de consultoria e engenharia
Telefone:	(+57) 2 524 4416
Email:	info@gemaconsultores.com
Página Web:	http://gemaconsultores.com

Empresa:	**Hidroambiental LTDA**
Atuação:	Engenharia e laboratório de águas
Telefone:	(+57) 2 554 8232
Email:	hidroambientalltda@telecom.com.co
Página Web:	http://www.hidroambiental.com

Empresa:	**Hidroconsulting Ltda**
Atuação:	Consultoria e obras
Telefone:	(+57) 1 346 3144
Email:	info@hidroconsulting.com.co
Página Web:	http://www.hidroconsulting.com.co

Empresa:	**Ingeniería Total Servicios Públicos S.A. E.S.P.**
Atuação:	Operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água e saneamento, consultoria
Telefone:	(+57) 4 444 1401
Email:	mpalacio@ingetotal.com.co
Página Web:	http://www.ingetotal.com.co

Empresa:	**Iwanna Green**
Atuação:	Estudos e projetos
Telefone:	(+57) 1 806 5323
Email:	info@iwanagreen.com
Página Web:	http://www.iwanagreen.com

Empresa:	**K2 Ingeniería S.A.S.**
Atuação:	Arquitetura, engenharia e assessoria
Telefone:	(+57) 1 217 6474
Email:	info@k2ingenieria.com
Página Web:	http://www.k2ingenieria.com

Empresa:	**Linde Colombia S.A.**
Atuação:	Fornecimento de gases industriais e equipamentos para a sua aplicação
Telefone:	(+57) 1 425 4550
Email:	francisco.montoya@linde.com
Página Web:	http://www.linde.co

Empresa:	**Master Controls Ltda**
Atuação:	Soluções hidráulicas integrais
Telefone:	(+57) 1 312 9108
Email:	info@master-controls.com
Página Web:	http://www.master-controls.com

Empresa:	**OCADE Ltda**
Atuação:	Consultoria e engenharia ambiental
Telefone:	(+57) 1 245 3772
Email:	ocade@etb.net.co
Página Web:	http://www.ocade.net

Empresa:	**P.V.C. Gerfor**
Atuação:	Produção de soluções para tubagens e válvulas em PVC
Telefone:	(+57) 1 877 6800
Email:	contactenos@gerfor.com
Página Web:	http://www.gerfor.com

Empresa:	**Química Integrada S.A.**
Atuação:	Produção e comercialização de produtos químicos para tratamento de água
Telefone:	(+57) 8 838 9038
Email:	gerencia@quimicaintegradaquinsa.com
Página Web:	---

Empresa:	**Ramguz S.A.**
Atuação:	Produção e comercialização de produtos químicos para tratamento de água
Telefone:	(+57) 1 309 9333
Email:	gerencia@ramguz.com.co
Página Web:	http://www.ramguz.com

Empresa:	**Servicios Ambientales S.A. E.S.P.**
Atuação:	Gestão de resíduos
Telefone:	(+57) 1 835 3500
Email:	pqr@serambiental.com
Página Web:	http://www.serambiental.com

Empresa:	**Termobarranquilla S.A. E.S.P.**
Atuação:	Produção de energia
Telefone:	(+57) 5 375 9900
Email:	tebsa@tebsa.com.co
Página Web:	http://tebsa.com.co

Empresa:	**Tepco Corema LTDA.**
Atuação:	Fabrico de tubagens em polietileno
Telefone:	(+57) 2 666 9555
Email:	comercial4@tuberiastepco.com
Página Web:	http://www.tuberiasyaccesorios.com.co

Empresa:	**Tellus Ingeniería Ltda**
Atuação:	Consultoria
Telefone:	(+57) 1 623 5123
Email:	comercial@tellusingenieria.com
Página Web:	http://www.tellusingenieria.com

Empresa:	**Xylem Water Solutions Colombia Ltda**
Atuação:	Bombas, sistemas de monitorização e controlo para água potável e águas residuais, tratamento de águas residuais, etc.
Telefone:	(+57) 1 410 3281
Email:	flygt.colombia@xyleminc.com
Página Web:	http://www.xylemwatersolutions.com/scs/colombia

5.4. Identificação e Caracterização das Atividades das Empresas Portuguesas na Colômbia

Neste momento, são já cerca de 50 as empresas portuguesas com presença na Colômbia. Desde 2010, o país já recebeu cerca de 26 mil milhões de euros de investimento português.

Desde 2013, altura em que o grupo Jerónimo Martins abriu as primeiras lojas Ara, as relações comerciais entre Portugal e a Colômbia ganharam novo fôlego. A construtora JMV e a Hiperfrio, que tem atividade na área de equipamentos de refrigeração industrial, são exemplos de empresas portuguesas que entraram na Colômbia à boleia da aposta da Jerónimo Martins naquele mercado.

Entre as empresas nacionais com presença no país, destaque para as construtoras Mota-Engil, Teixeira Duarte, Soares da Costa e Prebuild, a Sonae Sierra ou o grupo Pestana. Entre os maiores exportadores portugueses para a Colômbia, destaque para empresas como a Amtrol - Alfa Metalomecânica, Bosch Termotecnologia, Celtejo, Imoplastic, Repsol Polímeros e a Mocapor.

Um exemplo adicional de sucesso é o da plataforma de compras portuguesa Vortal, tendo a empresa responsável ganho recentemente um contrato no país visando a disponibilização de soluções para a compra de bens e serviços por parte da administração pública central e local, envolvendo 6.500 entidades e milhares de empresas.

O reforço da presença portuguesa está a ser preparado, sendo que já há quatro novas empresas a explorar o mercado para investir, não se conhecendo ainda os nomes em função dos contratos não estarem ainda assinados. Sabe-se, no entanto, que este novo interesse português se centra sobretudo na produção e montagem de máquinas de equipamentos elétricos, produção de materiais de construção, montagem de veículos e peças automóvel e fabrico de plásticos e petroquímicos.

As empresas portuguesas estão presentes em setores como comércio, infraestruturas, transportes, indústria e agricultura. O setor do ambiente e da energia colombiano não é ainda povoado por muitas empresas portuguesas, havendo no entanto já algumas "no terreno", como se pode ver no quadro seguinte.

Quadro 70 – Empresas portuguesas com presença no setor do ambiente e energia colombiano

Empresa
CENOR Consultores, SA
CME, SA - Grupo ProCME
COBA - Consultores de Engenharia Ambiental, SA
EFACEC - Power Solutions, SA
EIP - Eletricidade Industrial Portuguesa, SA
MOTA ENGIL

5.5. Etiqueta de Negócios

A empatia com os colombianos é praticamente instantânea, com a maioria dos interlocutores num processo negocial a acolher os seus convidados de forma afável e transparente. A Colômbia é, neste aspeto, um país como poucos outros. No entanto, é fundamental ter sempre em mente que o empresário português não foi o primeiro a descobrir a Colômbia.

Para vender e investir na Colômbia, é crucial:

- Fazer previamente o trabalho de casa (estudo de mercado, seleção de potenciais parceiros, e organizar com estes videoconferências antes da visita);
- Planear a realização da visita ao mercado com 2-3 meses de antecedência e procurar fechar as agendas, pelo menos 2 semanas antes da visita. Não obstante, não raras vezes as confirmações só cheguem na véspera;
- Evitar visitas ao mercado nos períodos da Páscoa, Dezembro, Janeiro ou feriados;
- Deixar os seus preconceitos em casa e reconhecer que o importante é o lado positivo de um país que cresce;
- Não esquecer os objetivos de negócio;
- Saber que a Colômbia não é um "Eldorado", pois existe forte concorrência e muita burocracia;
- Saber que existe elevada competência técnica e empresarial, sobretudo ao nível das elites;
- Ter em consideração o espírito fortemente corporativo do mercado, alicerçado em Clubes Sociais e Empresariais, assim como em Grémios setoriais/regionais;
- Ter em atenção as acentuadas assimetrias na realização dos negócios, em função da cidade onde pretende instalar-se;
- Ponderar o estabelecimento de parcerias locais, a fim de facilitar a penetração no mercado colombiano e monitorizar a concorrência;
- Contratar um escritório de advogados e um contabilista especializado em Direito Fiscal;
- Ter uma empresa de comunicação estratégica e/ou de *lobbying*, em certas áreas de negócio;
- Evitar a concentração do negócio em Bogotá. O negócio deve focar-se em cidades como Medellín, Manizales, Ibagué e Pereira. As cidades de Cartagena, Barranquilla, Sta Marta, Amazonas e do eixo Cafetero são mais direcionadas para o setor turístico;
- Saber que a cidade de Cali foi considerada a mais perigosa da Colômbia, onde os índices de violência têm vindo a aumentar;
- Ter em atenção a relação qualidade/preço dos produtos, face aos baixos salários auferidos por grande parte da população e aos impostos na importação e desalfandegamento.

Numa relação negocial com o mercado colombiano deve-se:

- Saber que o ambiente de negócios na Colômbia é semelhante ao português. Daí a importância de haver franqueza sem ingenuidade na relação negocial;

- Saber que a relação pessoal nos negócios é muitíssimo importante. Ir recomendado por alguém conhecido do entrevistador “abre portas”;
- Saber que a Colômbia é um país a várias velocidades, em que a materialização das expectativas ocorre muitas vezes a um ritmo frustrante. Quem tem poder não tem pressa, quem tem pressa não tem poder;
- Ter consciência de que as relações tendem a ser informais;
- Aproveitar o tempo para reunir e conversar com o maior número possível de pessoas – como na maioria dos países da América Latina, os negócios fazem-se por relacionamentos amadurecidos ou por “recomendações vindas de cima”;
- Fazer uma abordagem de longo prazo, mas dar-lhe a flexibilidade necessária para se adaptar às circunstâncias e oportunidades do momento;
- Não se esquecer de levar a cabo a *due dilligence* em termos de contratos e parceiros.

Adicionalmente:

- Na escolha do distribuidor local ou importador a melhor estratégia é a opção por empresas especializadas e com experiência num determinado setor. Quando se inicia uma relação com um importador ou distribuidor na Colômbia, é da maior importância que os exportadores definam, desde logo, os meios de pagamentos e as garantias a serem utilizados, principalmente se a empresa/cliente importador for de pequena dimensão ou desconhecido. As cartas de crédito e os créditos documentários utilizam-se com grande frequência nas operações internacionais;
- Os registos de marcas devem ser efetuados sempre em nome da empresa portuguesa, até para o caso de ser necessário, numa fase posterior, mudar de importador. É, igualmente, relevante proteger os produtos de falsificações e cópias; estas situações verificam-se com alguma frequência no mercado.

.

5.6. Análise SWOT

Forças	Fraquezas
• 3º País mais populoso da América Latina, 2º mais populoso da América do Sul, e 4º de todo o continente americano; • 4ª potência económica da América Latina, depois do Brasil, México e Argentina, e a 33ª economia do mundo, em termos de produto interno bruto; • Economia colombiana teve um crescimento positivo durante os últimos cinco anos; • Economia de mercado liberal e a menos protecionista da América Latina; • Grande variedade de recursos naturais (muitos ainda por explorar), conta com importantes recursos energéticos, sendo a exploração do petróleo uma das suas principais atividades; • Maiores reservas de carvão da América Latina; • Elevado potencial hidroelétrico; • Estabilidade política; • Política reformista tem atraído IDE; • Sistema financeiro sólido e disponibilidade de crédito; • Preocupação do Governo na melhoria das garantias e da segurança dos investimentos; • Emergência de uma classe média que virá a contribuir para um progressivo aumento do consumo; • 2º País da América Latina com mão-de-obra mais qualificada, após o Chile; • País de mão-de-obra barata; • Universidades de grande qualidade, abertas à cooperação empresarial, e com bons programas de estágios e de inserção no mercado de trabalho; • Larga experiência no transporte aéreo de mercadorias. O aeroporto de Bogotá é o mais movimentado da América do Sul em termos de peso de mercadorias transportadas; • Empatia pelo povo português superior à do povo brasileiro; • Inflação controlada (abaixo dos 3%); • Zonas Francas mais competitivas da América Latina, com redução de 50% no imposto sobre o rendimento, permitindo vendas no mercado local e estabelecimento em qualquer lugar do país; • Incentivos aos Investimentos: terceiro país com melhor ambiente de negócios da América Latina; • País "investor friendly".	• Apesar de grande dimensão do mercado, a maioria da população não tem ainda poder de compra; • Mercado fragmentado por diversas cidades; • Distâncias acentuadas entre localidades e de muito difícil acesso. Esta realidade acentua a diferenciação entre as várias idiossincrasias regionais; • Acentuada cadeia de informação; • Burocracia excessiva nas importações e exportações, embora com tendência a diminuir; • Reduzido investimento na ciência e tecnologia e fragilidades em termos de inovação; • Longo conflito interno e as atividades ligadas ao narcotráfico representam fontes de violência e instabilidade que, embora venham diminuindo, continuam a ser um problema para o país; • Índice de corrupção ainda expressivo, não obstante esforços das Autoridades Colombianas.

Oportunidades	Ameaças
• Livre acesso dos estrangeiros a quase todas as atividades e igualdade de tratamento entre o capital estrangeiro e o nacional; • Universalidade do sistema, ou seja, a realização de operações de IDE é automática, apenas com exceção das que se verificam nos setores mineiro, financeiro e das telecomunicações (que requerem autorização especial de organismos oficiais); todas as outras não necessitam de qualquer permissão prévia ou à posteriori; • Tratados de Livre Comércio com a União Europeia; • Plano de investimentos em infraestruturas públicas ambicioso; • Grandes oportunidades para empresas de média dimensão (tecido nacional); • Bens de equipamento são principal importação colombiana; • Principais oportunidades nos setores da energia, engenharia e especialidades técnicas, maquinaria, componentes para automóveis, materiais de construção, agroindústrias, turismo e TIC; • Grande abertura à iniciativa privada no setor dos resíduos; • Bom grau de abertura à iniciativa privada no setor energético; • Presidente colombiano definiu cinco motores principais para estimular o crescimento da economia do país: indústrias extrativas, agricultura, infraestruturas, construção de habitação e inovação tecnológica; • Mais de 700 empresas multinacionais têm investimentos na Colômbia; • As empresas portuguesas têm demonstrando grande interesse por este mercado; • País concede aos investidores a possibilidade de assinarem contratos de estabilidade jurídica, o que lhes garante que face a modificações adversas das normas que tenham sido incluídas nos contratos como "determinantes do investimento", se lhes outorga continuidade na aplicação das mesmas com uma duração de 3 a 20 anos; • Graças à celebração de diferentes acordos de livre comércio e preferências tarifárias unilaterais outorgadas, a Colômbia tem acesso a um mercado de 1.200 milhões de consumidores; • Reconhecimento de Portugal pelo governo e empresários colombianos.	• Mercados muitas vezes regionais e altamente fragmentados; • Muitas vezes não existe "um" agente ou distribuidor para este ou aquele produto, mas vários, todos eles de dimensão irrelevante; • A rentabilidade dos negócios é baseada em margens elevadas, com escassa rotação de ativos, ou seja, o potencial do mercado não é convenientemente explorado, porque quase sempre se trabalham os mercados numa perspetiva de nicho; • Dificuldade no acesso ao poder político (obras públicas e energia); • Fraca abertura do setor da água à iniciativa privada, com poucas empresas a prestar serviços; • Mais de metade das importações colombianas são provenientes de três países: EUA, China e México; • Forte concorrência dos EUA, Chile, China, México, Espanha e Brasil.

5.7. Proposta de Ações

Abordar um mercado externo e desconhecido é sempre uma tarefa complexa. Para o fazer, é preciso deter um vasto rol de competências internas, forte conhecimento do mercado-alvo e uma abordagem estruturada e bem planeada.

O que propomos neste capítulo é uma abordagem metodológica simples, em cinco etapas, para abordar o mercado colombiano. Esta metodologia serve unicamente como um guia, de caráter simples e prático, para empresas que estão em processo de organização dos seus esforços rumo à internacionalização.

As etapas identificadas são as seguinte:

- **Autoavaliação;**
- **Estudo de mercado;**
- **Missão Exploratória;**
- ***Matchmaking* empresarial;**
- **Promoção internacional.**

De seguida, apresentam-se as principais propostas de ação em cada uma destas etapas.

1.ª Etapa - Autoavaliação

As empresas devem perceber que investir na Colômbia é uma decisão que não deve ser tomada de ânimo leve, uma vez que exige elevada capacidade económica e financeira. As empresas portuguesas devem assim certificar-se antes de mais que têm "músculo financeiro" para investir no mercado colombiano, estando bem cientes que o retorno muito provavelmente não será imediato, mas sim a médio/longo prazo, expondo assim as empresas mais frágeis.

Adicionalmente, são necessárias competências técnicas específicas, bem como recursos humanos qualificados para um processo deste tipo.

Uma autoavaliação será assim a primeira etapa para um processo de internacionalização para a Colômbia.

Nesta etapa, recomendam-se como linhas de ação:

- Análise de rácios económicos e financeiros;
- Análise de crédito;
- Análise de competências internas e fatores de competitividade.

2.ª Etapa - Estudo de Mercado

Para se ter sucesso no mercado colombiano, é fundamental deter um conhecimento extenso sobre esse mesmo mercado. Fazer o seu "trabalho de casa" será porventura a atividade preparatória mais útil na abordagem ao mercado colombiano.

É necessário estudar a fundo o funcionamento da economia colombiana, dos mercados colombianos e da forma de fazer negócio na Colômbia e conhecer bem o setor do ambiente e da energia colombiano, os seus principais intervenientes e dificuldades à participação no setor, bem como oportunidades.

Paralelamente, a empresa deve procurar saber a melhor forma de se financiar para abordar o mercado colombiano, conhecendo em detalhe a oferta da banca colombiana e portuguesa, de bancos de fomento e agências de desenvolvimento, bem como oportunidades junto das instituições financeiras multilaterais.

Neste sentido, a empresa pode fazer os trabalhos *in-house* ou recorrer a especialistas externos.

Nesta etapa, recomendam-se como linhas de ação:

- Estudo profundo do mercado colombiano e de mecanismos de financiamento à internacionlaização;
- Alocação de recursos humanos dedicados exclusivamente ao estudo do mercado colombiano;
- Contratação de serviços de consultoria;
- Contacto com a AICEP e com o representante português na Colômbia;
- Procurar *feedback* de empresas portuguesas presentes no mercado colombiano.

3.ª Etapa - Missão Exploratória

Nesta etapa, a empresa deve colocar-se "no terreno", a fim de identificar oportunidades de negócio no setor do ambiente colombiano e identificar *key players*.

Como é habitual, o setor do ambiente e da energia colombiano está historicamente associado a entidades públicas. No entanto, alguns segmentos revelam já uma notória participação privada, como é o caso no setor da gestão de resíduos ou no setor energético. O setor da água é ainda esmagadoramente controlado por empresas públicas e entidades municipais. No setor energético, há inúmeras empresas a operar na produção e distribuição de energia, sendo o segmento da transmissão controlado por entidades públicas.

A empresa deve procurar identificar os principais atores públicos e privados em cada segmento de mercado, para posteriormente procurar estabelecer sinergias, parcerias e relacionamentos privilegiados.

Paralelamente, muitos dos projetos, ou pelo menos os de maior escala, passam frequentemente pelas instituições financeiras multilaterais, particularmente o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Corporação Andina de Fomento, as multilaterais financeiras com maior presença na Colômbia, sendo aconselhável também estabelecer uma relação de proximidade com estas instituições.

Em suma, para além de se conhecer todas as especificidades do mercado, a sua forma de funcionamento e características, é fundamental manter sempre uma relação de respeito com os intervenientes e com o Governo colombiano.

Assim, nesta etapa, recomendam-se como linhas de ação, estabelecer contactos com:

- Ministérios, organismos e agências de regulação do setor ambiental;
- Decisores locais do setor do ambiente e da energia, no sentido de agendar reuniões onde possam dar a conhecer a sua experiência e *know-how* nessa área;
- Operadores dos serviços de água, saneamento, gestão de resíduos e energia, sejam eles poder local, empresas públicas ou empresas do setor privado;
- Associações empresariais, profissionais e setoriais colombianas;
- Empresas portuguesas já presentes no mercado e com a representação formal do Estado português no país.

4.ª Etapa - *Matchmaking* Empresarial

Pese embora seja possível abordar o mercado colombiano de forma independente, é altamente recomendável que as empresas portuguesas procurem parceiros locais para conduzir os seus negócios na Colômbia.

Mesmo que a Colômbia se apresente hoje como um mercado apetecível quer pela sua dimensão, quer pelo crescimento económico que tem vindo a ter, ou até pela crescente liberalização da economia, as empresas portuguesas devem estar bem cientes que a economia e o mundo dos negócios colombiano goza das suas próprias idiossincrasias e debate-se também com alguns problemas típicos dos países da América Latina. No entanto, estes fatores não devem de modo algum ser dissuasores da participação portuguesa no mercado colombiano, uma vez que com alguma experiência, estes fatores podem ser contrariados, ou pelo menos menorizados.

De modo a facilitar esse *matching empresarial*, recomenda-se que as empresas portuguesas procurem reunir com empresas portuguesas já presentes no mercado colombiano e que recorram a instituições colombianas como a **ProColombia**, o organismo do governo federal encarregue da atração de investimento estrangeiro ao país, a Invest in Bogotá (a agência de promoção de investimentos de Bogotá), bem como a representações do Estado português na Colômbia, sob a forma de embaixada ou da **AICEP**, que possui escritórios em Bogotá ou a **Câmara de Comércio e Indústria Luso-Colombiana**, sedeada no Porto.

Algumas das missões fundamentais da AICEP na Colômbia são precisamente a prospeção geral do mercado e levantamento de oportunidades de negócio para as empresas portuguesas, a organização de atividades específicas de promoção de Portugal e/ou de produtos e serviços portugueses no mercado local, aconselhamento de empresas portuguesas interessadas em investir no mercado local e identificação de parceiros de negócio locais para empresas portuguesas.

Esta é uma fase de extrema importância. Muitas empresas "saltam" esta fase, o que é um grave erro. Um dos primeiros passos na Colômbia deve ser procurar reunir-se com as entidades portuguesas representada no local, que detêm já um conhecimento profundo sobre o país e sobre a forma de aí fazer negócios.

Nesta etapa, recomendam-se como linhas de ação:

- Preferencialmente, procurar estabelecer parcerias com empresas locais;
- Identificação de empresas de interesse junto da embaixada portuguesa e da AICEP, bem como através de pesquisa própria;
- Contacto e agendamento de reuniões com empresas colombianas;
- Apresentação da oferta da empresa aos potenciais parceiros;
- *Follow-up* das reuniões e contactos exploratórios (de forma presencial, sempre que possível).

5.ª Etapa - Promoção Internacional

Para a promoção da empresa nos mercados internacionais, neste caso na Colômbia, a participação em feiras de especialidade afigura-se como a alternativa mais imediata.

Neste sentido, a empresa deve procurar marcar presença nas principais feiras setoriais a realizar no país e integrar missões empresariais com outras empresas portuguesas, organizadas pelo governos português, associações empresariais, etc. É uma forma de conhecer e de se dar a conhecer.

Nesta etapa, recomendam-se como linhas de ação:

- Participar em feiras da especialidade, de preferência com um *stand* onde poderão expor material promocional das suas áreas de atividade;
- Convidar as entidades colombianas/decisores do setor do ambiente e da energia para uma visita às instalações da empresa e obras de referência realizadas em Portugal para demonstrar o seu *know-how* e experiência e assim potenciar e maximizar as oportunidades de concretizar negócios.

6. BIBLIOGRAFIA

- **ACODAL**, *Directorio 2012*, 2012;
- **Aguaconsult**, *Abastecimiento de Agua en Zonas Rurales*, 2011;
- **Alvarez**, *La regulación del sector eléctrico colombiano*, 2012;
- **AICEP**, *Acordos Bilaterais Celebrados*, 2014;
- **AICEP**, *Colômbia - Dicas de Internacionalização*, 2013;
- **AICEP**, *Colômbia - Ficha de Mercado*, 2014;
- **AICEP**, *Colômbia - Guia Prático de Acesso ao Mercado*, 2014;
- **AICEP**, *Colômbia - Oportunidades e Dificuldades do Mercado*, 2013;
- **AICEP**, *Colômbia - Síntese País e Relacionamento Bilateral*, 2014;
- **ANDESCO**, *Informe de Actualización de Indicadores – Sector de Servicio de Agua Potable y Alcantarillado y Saneamiento Básico*, 2012;
- **Banco Mundial**, *Charting a New Course: Structural Reforms in Colombia's Water Supply and Sanitation Sector*, 2010;
- **Banco Mundial**, *Country Partnership Strategy for the Republic of Colombia for the Period FY2012-2016*, 2011;
- **BID**, *Gobernanza y sostenibilidad de los sistemas de agua potable y saneamiento rurales en Colombia*, 2012;
- **CEPAL**, *Centroamérica: Estadísticas del Subsector Eléctrico*, 2010;
- **CCAP**, *Evaluación de Nama en el Sector de Residuos en Colombia*, 2012;
- **CRA**, *Regulación de Agua Potable y Saneamiento Básico - Metodología de Costos y Tarifas para el Servicio Público de Aseo*, 2006;
- **CRA**, *Regulación de Agua Potable y Saneamiento Básico - Revista N° 17*, 2012;
- **CREG**, *El Mercado Eléctrico Colombiano*, 2011;
- **DNP**, *Plan Nacional de Desarrollo 2010-2014*, 2011;
- **DNP**, *Visión Colombia II Centenario: 2019*, 2005;
- **D-WASTE**, *Solid Waste Management in Colombia*, 2012;
- **FUNDES**, *El Sector Reciclaje en Bogotá y su Región*, 2010;
- **KPMG**, *Doing Business in Colombia*, 2013;
- **Leico**, *Análisis de coyuntura de los mercados de energía eléctrica, gas natural, gas licuado de petróleo y tecnologías de la información y las comunicaciones*, 2013;
- **Metasus**, *Opportunities in waste management and biomass in Colombia*, 2011;

- **MINAMBIENTE**, *Política Ambiental para la Gestión Integral de Residuos o Desechos Peligrosos*, 2005;
- **MINAMBIENTE**, *Política Nacional para la Gestión Integral del Recurso Hídrico*, 2010;
- **MINAMBIENTE**, *Politica para la Gestion Integral de Residuos*, 1997;
- **MINMINAS**, *Programa de Uso Racional y Eficiente de Energía y Fuentes no Convencionales – PROURE*, 2010;
- **Proexport**, *Crecimiento, y Oportunidades para Invertir*, 2013;
- **Proexport**, *Guía Legal para Hacer Negocios en Colombia*, 2014;
- **Proexport**, *Legal Guide to do Business in Colombia*, 2014;
- **Proexport**, *Sector Electrico*, 2011;
- **Superservicios**, *Disposición Final de Residuos Sólidos en Colombia 2013*, 2013;
- **Swisscontact**, *Diagnostico Nacional Gestion Integral de Residuos Hospitalarios*, 2012;
- **UNC**, *Estimación del consumo requerido de agua para un subsector del sector agroalimentario de la ciudad de Bogotá*, 2012;
- **UPME**, *PEN 2010-2030*, 2010.

- http://www.andesco.org.co;
- http://www.caf.com;
- http://corferias.com;
- http://www.colombiacompra.gov.co;
- http://www.dane.gov.co;
- http://www.doingbusiness.org;
- http://www.iadb.org;
- http://www.worldbank.org.

AEP – Associação Empresarial de Portugal

INTERAMBINERG – Internacionalização do Sector Português do Ambiente e Energia
4450-617 Leça da Palmeira | Tel: 229 981 500 | Fax: 229 981 771
http://eco4.aeportugal.pt/ | projectos.especiais@aeportugal.com

Promotor

AEP CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Cofinanciamento

COMPETE PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE

QREN QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL PORTUGAL 2007.2013

UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional